

33^ª CONSINASEFE

14 A 17 DE NOVEMBRO DE 2019 | BRASÍLIA-DF



CADERNO DE TESES

 **SINASEFE**

FILIADO À

CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR



SUMÁRIO

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO

- 2 Tese 1 - Alteração Artigo 2
- 3 Tese 2 - Alteração Art. 2º, Art. 6º. Art. 7º. Art. 8º. Art. 23. Art. 24. Art. 29 Art. 69
- 7 Tese 3 - Supressão art. 2º e art. 3º
- 8 Tese 4 - Inserção Art. 6 e 7
- 9 Tese 5 - Alteração do Art. 9º
- 10 Tese 6 - Inserção Art. 10º § 5º
- 11 Tese 7 - Alteração Art. 12
- 13 Tese 8 - Alteração art 12, 14 e 17
- 16 Tese 9 - Alteração Art.14/Alínea "a"
- 17 Tese 10 - Alteração Art. 14/Alínea "b"
- 18 Tese 11 - Supressão Art. 14/Alínea "h"
- 19 Tese 12 - Inserção Art. 14 "alínea "i"
- 20 Tese 13 - Inserção Art. 14 i
- 21 Tese 14 - Inserção Alínea ("j") no Art. 14
- 22 Tese 15 - Alteração Art. 16
- 23 Tese 16 - Alteração Art. 16
- 24 Tese 17 - Alteração Art.16/§ 1º
- 28 Tese 18 - alteração Art. 16
- 27 Tese 19 - Inserção Art.16/§ 3º
- 28 Tese 20 - Inserção Art. 16 e 17
- 29 Tese 21 - Alteração Art. 19; § 6º
- 30 Tese 22 - inserção Art. 19
- 31 Tese 23 - Inserção Art. 19 § 7º
- 32 Tese 24 - Inserção Art. 19
- 33 Tese 25 - Inserção Art.20/§ 1º
- 34 Tese 26 - Inserção Art. 23, Art. 24 e Art. 25
- 36 Tese 27 - Alteração do Artigo 24
- 37 Tese 28 - Alteração Art. 24
- 38 Tese 29 - Inserção Art. 24
- 39 Tese 30 - Inserção Artigo 24
- 40 Tese 31 - Alteração Art.31/§ Único
- 41 Tese 32 - Inserção de um Art 32
- 42 Tese 33 - Alteração Art. 34. alínea a e inserção do § 3º.§ 4º
- 44 Tese 34 - Inserção Capítulo VI
- 45 Tese 35 - Alteração Art. 35
- 46 Tese 36 - Alteração Art. 41
- 48 Tese 37 - Alteração Art. 41
- 49 Tese 38 - alteração art. 41
- 54 Tese 39 - Alteração Art. 41. § 7º
- 56 Tese 40 - Inserção Art. 46
- 57 Tese 41 - Alteração Art. 47./Alínea "m"
- 58 Tese 42 - Alteração Art. 48
- 60 Tese 43 - Inserção Art.48/Inciso III
- 61 Tese 44 - Alteração Art. 49/§ 2º/inciso b e c/§ 3º/inciso a, b e c
- 63 Tese 45 - Alteração Art. 49/§ 4º
- 64 Tese 46 - Alteração Art 49; § 4º
- 65 Tese 47 - Alteração Art. 49/§ 5º

SUMÁRIO

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO

- 66 Tese 48 - Inserção Artigo 49 § 7º
- 67 Tese 49 - Inserção Artigo 49 § 8º
- 68 Tese 50 - Inserção Artigo 49 § 8º
- 69 Tese 51 - Inserção art 56
- 70 Tese 52 - Alteração ART. 60, Parágrafo Único
- 71 Tese 53 - Alteração Art. 61
- 73 Tese 54 - Alteração Art. 61
- 74 Tese 55 - Supressão §1º do art. 62
- 75 Tese 56 - Inserção Art. 62, novos: §§ 1º, 2º e 3º
- 76 Tese 57 - Alteração Art.62/§1º
- 77 Tese 58 - Alteração Art. 65
- 78 Tese 59 - Inserção Art. 65 Parágrafo Único
- 79 Tese 60 - Alteração Art. 68
- 80 Tese 61 - Supressão Art. 70
- 81 Tese 62 - Supressão Art. 73
- 82 Tese 63 - Alteração Art. 73
- 83 Tese 64 - Supressão Art. 73
- 84 Tese 65 - Supressão Art. 74
- 85 Tese 66 - Alteração Art. 74
- 86 Tese 67 - Inserção da Direção Nacional
- 87 Tese 68 - Inserção Da Coordenação de Administração e Finanças
- 88 Tese 69 - Inserção Encontro Nacional de Mulheres
- 89 Tese 70 - Inserção Conselho de Ética
- 90 Tese 71 - Alteração Conselho de Ética

SUMÁRIO

COMBATE ÀS OPRESSÕES

- 94 Tese 72 - Sinasefefeminista: rompendo o teto de vidro
- 97 Tese 73 - Combater as opressões para unir a classe na luta contra o capitalismo
- 100 Tese 74 - 23.9% - o número da inacessibilidade - um chamado ao 33º CONSINASEFE à criação da Coordenação de Acessibilidade e Inclusão
- 108 Tese 75 - O SINASEFE contra as opressões: por um sindicato que articule a luta das mulheres à luta de classes

SUMÁRIO

PLANO DE LUTAS

- 114 Tese 76 - Tempo de Resistência e Luta
- 122 Tese 77 - A incrível história de um povo que lutava pela redução de 20 centavos na passagem de ônibus e acabou ficando com a gasolina a 5 reais, o gás de cozinha a 80 reais, o dólar a 4,5 reais...
- 130 Tese 78 - Barrar o Future-se! Em defesa da Educação, em defesa dos serviços públicos
- 134 Tese 79 - Unidade na luta com independência de classe para derrotar o projeto de Bolsonaro
- 138 Tese 80 - Racionalização do PCCTAE
- 139 Tese 81 - Contribuição previdenciária e retrocesso social dos professores federais e aposentados
- 142 Tese 82 - Teses e Propostas de Resoluções para o 33º CONSINASEFE
- 153 Tese 83 - Tese de conjuntura nacional
- 159 Tese 84 - Future-se e os outros ataques à Educação Pública em favor do capital

SUMÁRIO

POLÍTICAS

- 163 Tese 85 - Abaixo o denunciismo: Conselho de ética não é lugar de disputa
- 164 Tese 86 - Fortalecer a CSP-Conlutas
- 167 Tese 87 - Desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas: garantir a autonomia para preservar o próprio sindicato e a sua base
- 174 Tese 88 - Prosseguir a luta em defesa dos direitos democraticamente conquistados, derrotar os ataques do governo Bolsonaro e reverter a tragédia: o SINASEFE não necessita estar filiado à CSP-Conlutas
- 181 Tese 89 - Resgatar a unidade para conquistar as reivindicações: o SINASEFE não necessita estar filiado à CSP-Conlutas
- 184 Tese 90 - Que sindicato queremos?
- 193 Tese 91 - Por uma formação política libertadora
- 197 Tese 92 - Brasil, o país do futuro. Futuro: socialismo ou barbárie
- 204 Tese 93 - A reorganização do movimento sindical e o SINASEFE
- 208 Tese 94 - Por que defendemos Lula Livre?
- 216 Tese 95 - Teses e propostas de resoluções para o 33º CONSINASEFE
- 226 Tese 96 - Tese sobre processo de reorganização e o caráter sindical, popular e classista
- 229 Tese 97 - Tese sobre balanço político e plano de ação - Educação
- 233 Tese 98 - SINASEFE como instrumento de luta para unificar as lutas e tomar às ruas para derrotar o governo Bolsonaro/Mourão
- 238 Tese 99 - Novo sindicalismo: pelo direito de reunião sindical nas Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa
- 242 Tese 100 - Superar o artificialismo e o aparelhamento

**TESES DE
ALTERAÇÕES
NO ESTATUTO**

Tese 1 Alteração Artigo 2

Autor: Antonildo Santos Pereira – IFBAIANO
Jeanne Bitencourt – IFMT
Lucrécia Helena Iacovino - Colégio Pedro II

E-mail do autor da tese: antonildo_fisico@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.	Artigo 2º Nova redação proposta: O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos, aposentados e pensionistas da Educação, Básica, Profissional e Tecnológica.

Justificativa:

Embora anteriormente não houvesse entendimento que os(as) pensionistas não fizessem parte da categoria, a jurisprudência atual dos tribunais entende que os (as) pensionistas fazem parte da categoria, assim podendo ser representados pela entidade sindical do instituído da pensão, tanto em negociações como em processos judiciais. Assim, para evitar qualquer dúvida pela representação sindical, é importante constar que o SINASEFE representa também os(as) pensionistas.

Tese 2 Alteração Art. 2º, Art. 6º, Art. 7º, Art. 8º, Art. 23, Art. 24, Art. 29 Art. 69

Autor: Andréa Catarina Brandão Lima – SINDSIFPE
Camila de Souza Marques Silva – Sinasefe Águas Lindas
Cleiton Mariano da Silva – SINDSIFPE
Daniel da Mota Neri – Sinasefe IFMG
Débora Lima Siqueira – Sinasefe Sergipe
Dominique Calixto Martins – Sinasefe Rio do Sul
Jane Miranda Ventura – SINDSIFPE

E-mail do autor da tese: jamive@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos SERVIDORES FEDERAIS ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.	Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos TRABALHADORES ativos ou aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.
Art. 6º. O SINASEFE tem como objetivos fundamentais organizar, representar e dirigir a luta dos SERVIDORES FEDERAIS da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, em caráter sindical, numa perspectiva classista, autônoma, democrática e participativa, por melhores condições de vida e de trabalho, a partir de seus interesses imediatos e históricos e dentro dos limites deste Estatuto.	Art. 6º. O SINASEFE tem como objetivos fundamentais organizar, representar e dirigir a luta dos TRABALHADORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, em caráter sindical, numa perspectiva classista, autônoma, democrática e participativa, por melhores condições de vida e de trabalho, a partir de seus interesses imediatos e históricos e dentro dos limites deste Estatuto.
Art. 7º. Para cumprir seus objetivos, o SINASEFE se rege pelos seguintes princípios e compromissos: I. Princípios: a) Defender que os SERVIDORES FEDERAIS da Educação Básica, Profissional e Tecnológica se organizem com total independência frente ao Estado e às instituições de ensino, mantendo a sua autonomia frente aos partidos políticos ou a qualquer outro tipo de organização da sociedade civil, devendo decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação material; II. Compromissos: c) Promover a unidade dos SERVIDORES ATIVOS E APOSENTADOS, baseada na vontade, na consciência e na ação concreta; d) Promover a solidariedade entre os SERVIDORES FEDERAIS da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe;	Art. 7º. Para cumprir seus objetivos, o SINASEFE se rege pelos seguintes princípios e compromissos: a) Defender que os TRABALHADORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica se organizem com total independência frente ao Estado e às instituições de ensino, mantendo a sua autonomia frente aos partidos políticos ou a qualquer outro tipo de organização da sociedade civil, devendo decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação material II. Compromissos: c) Promover a unidade dos TRABALHADORES ativos e aposentados, baseada na vontade, na consciência e na ação concreta; d) Promover a solidariedade entre os TRABALHADORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe;

<p>Art. 8º. Para atingir seus objetivos o SINASEFE exercerá as seguintes prerrogativas: b) Representar, judicialmente e extrajudicialmente, os SERVIDORES FEDERAIS da Educação Básica, Profissional e Tecnológica na defesa dos seus interesses, podendo atuar na condição de seu substituto ou representante processual, ou ainda na de autor de mandados de segurança coletivos ou de ações civis públicas.</p>	<p>Art. 8º. Para atingir seus objetivos o SINASEFE exercerá as seguintes prerrogativas: b) Representar, judicialmente e extrajudicialmente, os TRABALHADORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica na defesa dos seus interesses, podendo atuar na condição de seu substituto ou representante processual, ou ainda na de autor de mandados de segurança coletivos ou de ações civis públicas.</p>
<p>CAPÍTULO IV DAS SEÇÕES SINDICAIS Art. 23. A Seção Sindical do SINASEFE, criada em conformidade com o disposto neste capítulo, é a instância organizativa de base da entidade, possuindo autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial. § 2º. Equipara-se, na estrutura do SINASEFE, para todos os efeitos, à Seção Sindical, o Sindicato Local de SERVIDORES FEDERAIS da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, que queira dele fazer parte.</p>	<p>CAPÍTULO IV DAS SEÇÕES SINDICAIS Art. 23. A Seção Sindical do SINASEFE, criada em conformidade com o disposto neste capítulo, é a instância organizativa de base da entidade, possuindo autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial. § 2º. Equipara-se, na estrutura do SINASEFE, para todos os efeitos, à Seção Sindical, o Sindicato Local de TRABALHADORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, que queira dele fazer parte.</p>
<p>Art. 24. A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte SERVIDORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, possuindo regimento próprio.</p>	<p>Art. 24. A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte TRABALHADORES da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, possuindo regimento próprio.</p>
<p>Art. 29 A criação da Seção Sindical será coordenada pela Direção Nacional, e consistirá na realização dos seguintes atos: I. Realização de Assembléia Geral com a presença de, no mínimo, vinte SERVIDORES(AS) FEDERAIS da Educação Básica, Profissional e Tecnológica convocada especificamente para esse fim, com ampla divulgação prévia, onde se dará:</p>	<p>Art. 29 A criação da Seção Sindical será coordenada pela Direção Nacional, e consistirá na realização dos seguintes atos: I. Realização de Assembleia Geral com a presença de, no mínimo, vinte TRABALHADORES(as) da Educação Básica, Profissional e Tecnológica convocada especificamente para esse fim, com ampla divulgação prévia, onde se dará:</p>
<p>Art. 69. Poderão sindicalizar-se ao SINASEFE, e se manterem sindicalizados (as), pelo tempo que durar seu vínculo com a Instituição Federal de Ensino, os respectivos (as) servidores(as) temporários(as).</p>	<p>Art. 69. Poderão sindicalizar-se ao SINASEFE, e se manterem sindicalizados (as), pelo tempo que durar seu vínculo com a Instituição Federal de Ensino, os respectivos (as) servidores(as) temporários(as) E TERCEIRIZADOS(AS).</p>

Justificativa:

TESE DE FILIAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) TERCEIRIZADOS(AS)

A proposta de alteração se baseia na solidariedade de classe que deve emergir na conjuntura atual de ataques a toda a classe trabalhadora. Os trabalhadores e as trabalhadoras que atuam sob o regime de terceirização pertencem, assim como os e as estatutários e estatutárias, à malha da classe trabalhadora que atua na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, estando, porém, muito mais ameaçados e ameaçadas pela fragilidade com que se estabelecem os seus vínculos empregatícios.

Vale lembrar que muitos dos cargos que hoje não pertencem mais aos planos de cargos e carreiras da Rede, pois considerados atividade meio, já pertenceram aos quadros efetivos das instituições, havendo sido extintos em determinado momento e passando a compor o mesmo quadro, mas com a relação de trabalho com a instituição mediada pela iniciativa privada e executando as mesmas atribuições anteriores.

A estabilidade dos trabalhadores federais continua sob ataque. Em 2018, o Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro, extinguiu mais de 60 mil cargos vagos e que viessem a vagar, sendo vedados os concursos públicos para a ocupação de tais cargos. Em 11 de abril de 2019, mais um decreto foi assinado, o de número 9.754, extinguindo mais 13 mil cargos efetivos. Todas estas reduções dos quadros vêm acompanhadas dos cortes de recursos e da Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, ainda sob um contexto de entendimento do judiciário brasileiro, chancelado pelo Supremo Tribunal Federal, de que a atividade-fim pode ser terceirizada e que isto não constitui inconstitucionalidade.

Cargos como o de intérprete de LIBRAS já estão sendo contratados via edital de seleção simplificada em várias IFEs e vimos ocorrer absurdos como o edital de seleção para professores voluntários no IFTO. O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, ampliou as possibilidades de terceirização no serviço público, colocando nas mãos do Ministério do Planejamento a decisão de quais serviços podem ou não serem prestados por via indireta de contratação.

Os cortes nos orçamentos para as IFEs executados neste período já acabaram com milhares de postos de trabalho com vínculo terceirizado, fragilizando ainda mais as condições de trabalho de quem permanece nos postos e colocando os demitidos nas estatísticas do desemprego que só faz aumentar com a condução desta política econômica nefasta. Todos nós vimos o “corte” dos terceirizados estar na lista de ações das gestões para adaptar-se à nova realidade financeira do “contingenciamento”, num tratamento numérico a estes trabalhadores e a estas trabalhadoras.

Elencamos alguns pontos históricos da fragilização da estabilidade dos servidores públicos federais para pontuar que não estamos tão distantes dos trabalhadores e das trabalhadoras que hoje prestam serviço com vínculo terceirizado com a administração. A solidariedade de classe de que tratamos é um mote para um entendimento coletivo e amplo da unidade das categorias de trabalhadores e trabalhadoras que formam a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a fim de fortalecer a luta de classes nos ambientes de trabalho e de defender os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados e terceirizadas dos ataques e fragilidades aos quais estão expostos, somando-os ao SINASEFE que já possui, em sua constituição jurídica, abertura para a incorporação destes e destas em suas fileiras de filiados e filiadas, tendo em vista que a formação mista do SINASEFE. Diferentemente de outros Sindicatos, o SINASEFE já contempla a filiação de docentes e TAEs, além de permitir a filiação de trabalhadores e trabalhadoras temporários, o que fortalece a luta classista dentro de nossas instituições e evita o sectarismo entre as categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando que o SINASEFE, em seu Estatuto: i) se constitui como uma entidade sindical democrática e que não faz distinção entre cidadãos de qualquer natureza; ii) tem como princípio solidarizar-se com todos os movimentos da classe trabalhadora, e; iii) o compromisso de lutar pela unificação internacional da classe trabalhadora, visando à construção de uma sociedade socialista.

Considerando que o SINASEFE hoje abarca os servidores federais, docentes e técnicos administrativos, ativos ou aposentados, incluindo os trabalhadores temporários em seu rol de filiados. O objetivo nesta tese é ampliar a luta do SINASEFE para todo o

conjunto de trabalhadores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, ampliar em
defesa dos trabalhadores terceirizados.

Nesta tese, propomos alteração de partes transcritas nos artigos 2, 6, 7, 8, 23º, 24º e
69º dispostos no Estatuto do SINASEFE.

Tese 3 Supressão art. 2º e art. 3º

Autores: Saulo Campos
Flávio Barbosa
Rúbia Sagaz
Michelangelo Torres
Leonardo Carreta
Clarissa Cavalcante
David Lobão
Gabriel García
Lissandra Lazzarotto
Tânia Regina de Souza

E-mail do autor da tese: saulodanielcampos@gmail.com

Texto atual:

Parágrafo único do art. 2º e art. 3º do regimento do Conselho de Ética do SINASEFE Nacional

Justificativa: SEPULTAR O DENUNCISMO NO SINASEFE

É preciso insistir na afirmação de que é fundamental disciplinar exemplarmente o comportamento de nossos companheiros e companheiras no cotidiano da militância sindical, sem dúvida, a cada dia nos é cobrada de modo mais intenso uma postura em que os valores mais elevados da luta pelo fim da exploração/opressão da classe trabalhadora sejam defendidos de forma intransigente. Por isso, toda a nossa tradição classista tem absorvido - ainda que tardiamente - a pauta do combate às opressões, marcadamente o combate ao machismo/misoginia, ao racismo, à intolerância religiosa, à exclusão das pessoas com deficiência e contra a opressão à comunidade LGBTQIA+, que estão tão presentes no sindicalismo quanto em toda a sociedade. No 31º CONSINASEFE aprovamos a instituição do Conselho de Ética do SINASEFE Nacional, que substituiu as antigas Comissões de Ética, a razão de ser da instituição do Conselho foi o consenso sobre a necessidade de por um fim à abjeta prática do denunciamento no âmbito do SINASEFE, pois, tal prática instrumentaliza as mais nobres pautas nas quais o SINASEFE Nacional deve necessariamente estar engajado, com o objetivo de, ao oferecer publicamente denúncias contra opositores políticos, causar-lhes imenso desgaste público pelo simples fato de haver sido denunciado ou denunciada, seja durante uma Plena ou CONSINASEFE. No que se refere ao objetivo de pôr fim à abjeta prática do denunciamento a instituição do Conselho de Ética do SINASEFE Nacional falhou completamente, pois, a atual necessidade de obter autorização da Plena ou do CONSINASEFE para a abertura de processo no Conselho enseja o espaço público ideal para atingir o objetivo primordial do denunciamento: A detração pessoal e destruição de reputações.

A simples exposição parcial de uma denúncia durante um dos nossos fóruns é o bastante para que se substitua o debate político pelo ataque às pessoas, esvaziando politicamente os nossos fóruns, reduzindo drasticamente a qualidade do debate e, por extensão, a qualidade da nossa luta. A atual exposição dos denunciados e denunciadas fere de morte a presunção de inocência e apequena a nossa luta. Sepultemos o denunciamento antes que este sepulte o Conselho de Ética do SINASEFE Nacional.

Nestes termos, o 33º CONSINASEFE resolve:

Pelas necessárias alterações textuais no sentido de suprimir imediatamente a necessidade de aprovação da Plena ou CONSINASEFE para a abertura de processos no Conselho de Ética do SINASEFE Nacional.

Todas as denúncias devem ser investigadas e, somente após a produção do relatório final, devem ser apresentadas à Plena ou CONSINASEFE.

Tese 4 Inserção Art. 6 e 7

Autor: Camila de Souza Marques Silva – Sinasefe Águas Lindas de Goiás
Jane Miranda Ventura - SINDSIFPE"

E-mail do autor da tese: camiladesmarques@gmail.com

Nova redação proposta:

Entre os artigos 6 e 7

Art. ____ O Sinasefe atuará na perspectiva de criação de uma nova organização ou fusão com as entidades já existentes de representação dos trabalhadores da educação federal para que estejamos em um único sindicato de técnicos e docentes da educação federal (Andes e Fasubra).

Justificativa:

Nossa atuação já se dá constantemente de forma conjunta e nesse contexto de ataques e às IFs e aos sindicatos é necessário mais do que atuações em conjunto, é preciso termos uma única entidade organizadora e representativa dos trabalhadores

Tese 5 - Alteração do Art. 9º

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 9º. São instâncias do SINASEFE: a) CONSINASEFE - Assembléia Geral Nacional; b) PLENA - Plenária Nacional; c) DN - Direção Nacional; d) S. Sind. - Seções Sindicais; e e) CF - Conselho Fiscal.	Art. 9º. São instância do SINASEFE – SINDICATO NACIONAL. I - CONSINASEFE – Assembleia Geral Nacional; II - PLENA – Plenária Nacional; III - DN – Direção Nacional; IV - Seções Sindicais constituído por: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) outros órgãos constituídos no seu interior nos limites deste Estatuto e de seu regimento. V – CF – Conselho Fiscal; VI - CE - Conselho de Ética.

Justificativa:

A criação do Conselho de Ética, em substituição a uma Comissão de Ética, na estrutura do SINASEFE, faz-se necessário regulamentar a sua estrutura no Estatuto, a sua independência hierárquica da DN, o mandato e suas competências, criando, portanto, mais uma instância, sob pena da Comissão de Ética se tornar uma assessoria técnica da DN. É imprescindível que as lacunas, não regulamentada na criação do Conselho de Ética no último CONSINASEFE estatutário, sejam corrigidas, de forma que o CE goze de plena autonomia em relação aos dirigentes da Instituição.

Tese 6 Inserção Art. 10º § 5º

Autor: Felipe Acácio Jacques (IFSC)

E-mail do autor da tese: felipe_acaciojacques@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
<p>Art. 10º. [...]</p> <p>§ 5º. Poderá participar na qualidade de observador(a), sem direito a voto, porém com direito a voz, qualquer sindicalizado(a) que se inscrever de acordo com o Regimento Interno do CONSINASEFE, bem como os(as) convidados(as) da Direção Nacional ou da Seção Sindical que vier a sediá-lo."</p>	<p>"Art. 10º. O CONSINASEFE é a instância máxima de deliberação do SINASEFE, constituído pelos(as) delegados(as) eleitos(as) nas Assembleias Gerais das Seções Sindicais.</p> <p>§5º.Caso a DSS não convoque a Assembleia Geral, citada no parágrafo anterior, 1/5 das e dos sindicalizados desta seção sindical, poderão convocá-la, podendo assim eleger a respectiva delegação, e as e os sindicalizados que compõem a DSS, estarão inelegíveis para o convocado CONSINASEFE, garantido o direito citado no Art. 46. São direitos do(a) sindicalizado(a), em dia com suas obrigações estatutárias e regimentais:</p> <p>a) Participar das atividades e das instâncias organizativas e deliberativas do SINASEFE;</p> <p>b) Votar e ser votado(a) para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado os casos de inelegibilidade previsto;</p> <p>§ 6º. Poderá participar na qualidade de observador(a), sem direito a voto, porém com direito a voz, qualquer sindicalizado(a) que se inscrever de acordo com o Regimento Interno do CONSINASEFE, bem como os(as) convidados(as) da Direção Nacional ou da Seção Sindical que vier a sediá-lo.</p>

Justificativa:

Garantir o direito democrático das e dos sindicalizados, de votar, ser votada e votado, para todas as instâncias do SINASEFE.

Tese 7 Alteração Art. 12

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÉZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 12. O CONSINASEFE reunir-se-á, ordinariamente, no último trimestre de cada ano, por convocação da DN, a partir da aprovação de uma PLENA convocada para este fim.	Art. 12. O CONSINASEFE reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois anos, por convocação da DN, a partir da aprovação de uma PLENA convocada para este fim. Parágrafo único: A cada quatro anos, a contar da data de realização do último, em caráter ordinário, ocorrerá um CONSINASEFE Estatuinte, para debater e deliberar quanto as alterações neste Estatuto e no Regimento do Sindicato.

Justificativa:

O Consinasefe é vital para a base do sindicato, momento ímpar, por isso é salutar manter-se no Estatuto a figura desse fórum, sobretudo o de caráter extraordinário, que pode ser convocado a qualquer momento a se julgar pela conveniência da base e da Direção. Contudo, não é razoável que a cada dois anos, intercalado com o Congresso Eleitoral ordinário, se faça um Congresso Estatuinte, alterando a cada dois anos o documento maior do sindicato. Isso não gera confiabilidade nem segurança às decisões tomadas pela base, e não é a realidade em boa parte dos sindicatos, por isso, propõe-se que o Congresso que altere o Estatuto seja feito de 4 em 4 anos, a contar-se a partir deste de 2019, sempre realizado em anos ímpares, evitando-se que se faça do Estatuto

uma colcha de retalhos e solidificando nosso documento maior. A segurança jurídica tem a finalidade nesse caso de proporcionar estabilidade, e ao longo dos anos, percebe-se que o Estatuto sofre poucas mudanças nos Congressos, o que de certa forma também tarimba que um Congresso com essa finalidade, alterar o Estatuto, ocorra a cada 4 anos. É preciso dar estabilidade, confiabilidade e perenidade a esse importante documento político construído pelos (as) delegados (as) de base presente no Congresso.

Tese 8 Alteração art 12, 14 e 17

Autores: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB Brasília).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC).
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA).
MATHEUS SANTANA (IFBA).
ELENIRA VILELA (IFSC).
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA).
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA).
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES).
SILVIA ELAINE(IFBA).
CAMILA FÉLIX(IFBA).
TERESA BAHIA(IFBA).
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA).
ERISWAGNER SOARES(IFBA).
CAMILA SOUZA(IFBA).
DÁLVARO BARBOSA(IFBA).
HELLEN RODRIGUES(IFBA).
EDILZA OLIVEIRA(IFBA).
ELIS LOPES (IFBA).
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC).
LUZIA MOTA(IFBA).
DAVI CEZAR DA SILVA (IFC VIDEIRA SC).

E-mail do autor da tese: diego.lima@ifc.edu.br

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art.12 - O CONSINASEFE reunir-se-á, ordinariamente, no último trimestre de cada ano, por convocação da DN, a partir da aprovação de uma PLENA convocada para este fim.	Art. 12 - O CONSINASEFE reunir-se-á, ordinariamente, no último trimestre de cada ano par, por convocação da DN, a partir da aprovação de uma PLENA convocada para este fim.
Art. 14 [...] h) Eleger o Conselho de Ética.	Art. 14 [...] h) eleger o Conselho de Ética em anos pares.
	Art. 17 [...] k) Eleger o Conselho de Ética para um mandato anual, sempre no último trimestre de cada ano ímpar, com previsão de pauta específica no edital de convocação da Plena.

Justificativa: Enfrentamento da insegurança jurídica no Brasil e no âmbito interno do SINASEFE. Contribuição do Coletivo Sindical 1º de maio.

O Brasil vive momentos de constante insegurança jurídica. As “reformas” que os sucessivos governos apresentam nada mais trazem do que a perda de direitos, empobrecimento da população trabalhadora e insegurança jurídica. O que hoje é um direito consolidado, em pouco tempo pode ser entendido como expectativa de direito e, para além disso, não raras vezes se consolidam como perda completa das garantias que antes eram asseguradas. A Emenda Constitucional 95/2016, que institui o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista de 2017 e a recente Reforma da Previdência Social são alguns dos exemplos claros de perdas de direitos da classe trabalhadora.

Os prejuízos com as constantes mudanças de regras e entendimento são inúmeros e, geralmente, são suportados pela classe trabalhadora, sempre o elo mais fraco da corrente. Cita-se, dentro de vários exemplos, o servidor que se manteve em uma carreira para evitar a perda de direitos previdenciários, em detrimento de outros cargos públicos que poderiam trazer maiores vencimentos ou melhores qualidade de vida e, com a reforma Previdenciária, diante da perda de algumas daquelas vantagens, percebe-se em situação de irremediável tempo perdido e esforço inútil.

Ademais, pelo atropelo legislativo em aprovar logo as alterações normativas, não raras são as vezes em que as leis trazem textos difusos, que muitas vezes permitem dupla interpretação. Cabe ao judiciário, elitizado e burguês, dar o entendimento a essas nebulosidades das novas normas jurídicas, muitas vezes moldadas para os interesses específicos de cada ação ou, de forma mais clara, para beneficiar ou punir determinadas pessoas ou grupos. O que se tem como certo no presente, pode cair por terra em uma única sessão plenária do Supremo Tribunal Federal. A esperança de uma categoria inteira, à espera de regulamentação para determinado dispositivo constitucional, pode ser frustrada de acordo com o momento político por que passa o país no momento em que a Suprema Corte analisa tal questão. Recentemente, para evitar criação de gastos orçamentários extras, o que traria dificuldades para o governo pagar os juros da dívida pública aos credores do sistema financeiro, o STF julgou como não obrigatória a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, expressamente prevista na Constituição Federal de 1988, prejudicando milhões de trabalhadores do setor público no país. Tal entendimento talvez fosse outro, se vivêssemos em época de crescimento acelerado da economia ou se o mandatário primeiro do Executivo Federal fosse outro, como já visto na recente história do Brasil.

O SINASEFE precisa se posicionar contra as constantes mudanças legais sem o devido debate prévio com todos os setores da sociedade. Não se trata aqui de conservadorismo ou de defesa do status quo, mas sim de defender direitos conquistados ao longo de décadas de lutas classistas, permitindo que o trabalhador possa se programar sobre bases sólidas e planejar sua vida laboral e pessoal com previsibilidade de normativas. O entendimento progressista que o país deve adotar em temas sociais, não deve se confundir com entendimentos liberais nas relações de trabalho, ainda que estas possam se apresentar com uma roupagem de modernidade e atualização. É sabido que tais proposições servem apenas de disfarce para a exploração do trabalho do homem pelo homem e preveem prioritariamente o aumento da margem de lucro do patronato.

Da mesma forma, no âmbito interno, o SINASEFE precisa manter seus entendimentos com maior rigidez de normas. O Estatuto e o Regimento Interno do SINASEFE precisam ser defendidos contra algumas mudanças, por vezes oportunistas por parte de alguns grupos, outras vezes sem preceder do devido processo de debate e diálogo entre os diversos grupos que compõem nossa organização de luta de classe. Não há o que se falar em segurança jurídica interna, quando se tem um Estatuto com tão pouca proteção normativa. A expectativa de um Congresso estatuinte, em periodicidade de a cada dois anos, coloca a previsibilidade do funcionamento da organização sindical constantemente sob ameaça.

Outrossim, é preciso levar em consideração os custos elevadíssimos da realização de congressos estatuintes. Os recursos despendidos constantemente fazem falta para a realização das reuniões periódicas da Diretoria Nacional, das Comissões de Carreira (CND e CNS), bem como seminários e encontros temáticos, como o Seminário de Mulheres, de Aposentados, de Carreiras, de Escolas Militares, de Políticas Educacionais, entre outros. Desta forma, insurge o questionamento de forma natural: Há, de fato, a necessidade da realização anual de congresso do SINASEFE? Outras questões pertinentes também são levantadas: Os recursos alocados nesses congressos não seriam melhor empregados na realização de mais seminários e encontros temáticos? Os encontros regionais, com suas peculiaridades locais, não poderiam ser incentivados, caso os recursos dos congressos fossem poupados? A mudança de Estatuto do SINASEFE a cada dois anos se justifica de forma periódica ou deveria ser esporádica? A alteração periódica das “regras do jogo” beneficia a classe dos trabalhadores da educação ou beneficia mais os oportunismos de ocasião?

Neste sentido, esta tese apresenta como solução a alteração no Estatuto do SINASEFE, onde a previsibilidade de realização de Congressos seria bienal, prioritariamente pautando as questões eleitorais e de luta. Em havendo flagrante necessidade de alteração estatutária, o próprio estatuto vigente já lista e define as possibilidades de convocatória de Congressos extraordinários, versados no artigo 13 da norma atual. Nesta toada, as eleições para o Conselho de Ética em anos que não se tem previsão da realização de Congresso, podem perfeitamente ser realizadas em Plenárias Nacionais, desde que constando ponto de pauta específico para este fim no edital de convocação da Plena.

Tese 9 Alteração Art.14/Alínea "a"

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 14. Compete privativamente ao CONSINASEFE: a) Eleger e dar posse, a cada dois anos, à Direção Nacional e ao Conselho Fiscal;	Art. 14. Compete privativamente ao CONSINASEFE: a) Eleger e dar posse, a cada dois anos, à Direção Nacional, Conselho Fiscal e ao Conselho de Ética;"

Justificativa:

Acrescentar na competência do CONSINASEFE a eleição e posse a cada dois anos do Conselho de Ética.

Tese 10 Alteração Art. 14/Alínea "b"

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 14. Compete privativamente ao CONSINASEFE: b)	Art. 14. Compete privativamente ao CONSINASEFE: b) Eleger, de acordo com a proporcionalidade qualificada do CONSINASEFE eleitoral anterior, e dar posse, em caso de vacância, a membro da Direção Nacional, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética.

Justificativa:

Acrescentar na competência do CONSINASEFE dar posse, em caso de vacância, a membros do Conselho de Ética.

Tese 11 Supressão Art. 14/Alínea "h"

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:
Art. 14. [...] h) Eleger o Conselho de Ética.

Justificativa:

A eleição do Conselho de Ética já está disciplinada na alínea "a" do Artigo 14

Tese 12 Inserção Art. 14 "alínea "i"

Autores: **IVO DA SILVA** - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

WILLIAN DO NASCIMENTO CARVALHO – (PEDRO II SINDISCOOP)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 14. [...]

i) Avaliar a realidade da categoria e a situação política, econômica, social e cultural do país, definindo a linha de ação do SINASEFE NACIONAL; "

Justificativa:

Acrescentar a alínea "i" nas competências do CONSINASEFE: A avaliação da linha de ação do SINASEFE NACIONAL em relação à categoria e ao país.

Tese 13 Inserção Art. 14 i

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 14[...]

i) Elaborar, alterar e aprovar o Regimento Interno do SINASEFE, do Conselho de Ética e de funcionamento e organização da PLENA.

Justificativa:

Incluir tais atribuições supracitadas também no rol de competências do Consinasefe, pois hoje estão somente como competência exclusiva de Plena.

Tese 14 Inserção Alínea ("j") no Art. 14

Autores: **IVO DA SILVA** - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

WILLIAN DO NASCIMENTO CARVALHO – (PEDRO II SINDISCOOP)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 14.

j) Deliberar quanto à filiação do SINASEFE à Centrais Sindicais e Entidades Internacionais de objetivos e natureza semelhantes;

Justificativa:

Acrescentar a alínea “j” nas competências do CONSINASEFE, quanto a deliberação de filiação do SINASEFE à Centrais Sindicais, entidades internacionais.

Tese 15 Alteração Art. 16

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – SEÇÃO CUIABÁ/MT)

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT– (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois (uas) delegados (as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.	Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por 03 (três) delegados(as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.

Justificativa:

A implantação dos Institutos Federais, possibilitou que a base de uma Seção do SINASEFE seja constituída por uma base territorial estendida, por mais de uma instituição, ou seja, por mais de um campus do Instituto. Algumas Seções Sindicais, como o caso do Sinasefe-Seção Mato Grosso, possui filiados em 18(dezoito) campi do IFMT, o que não é diferente em outras bases ou nos Sindicato de base estadual, equiparada a Seção Sindical, do SINASEFE. A participação na Plenária como poder de voto e voz tem sido reduzida efetivamente à apenas 01(um) delegado(a) escolhido pela base, uma vez que o segundo delegado(a) é membro nato da Diretoria da Seção. A presente proposta aumenta para dois delegados(as) eleitos pela base e um delegado(a) da Diretoria, para participarem da PLENA.

Tese 16 Alteração Art. 16

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – SEÇÃO CUIABÁ/MT)
JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT– (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois (uas) delegados (as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.	Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por 03 (três) delegados(as) de cada Seção Sindical e pelos membros titulares da Direção Nacional, que são delegados natos na PLENA.

Justificativa:

É imprescindível que os membros titulares da DN participem de forma ativa e com direito a voto nas PLENAS. A regra atual praticamente impede que os membros da DN participem como delegado da PLENA, levando em consideração a dinâmica dos plantões e o número de somente DOIS delegados que podem ser eleitos por Seção Sindical. Se a regra atual a Diretoria da Seção Sindical pode eleger um delegado na PLENA, não vejo qualquer impedimento que os membros titulares da DN possam também participarem como delegados. Nesse sentido, a DN também deverá garantir a participação somente dos membros titulares na PLENA, e não mais dos suplentes como estabelece a regra atual.

Tese 17 Alteração Art.16/§ 1º

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – SEÇÃO CUIABÁ/MT)

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT– (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Artigo 16. [...] § 1º. Um dos delegados (as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembléia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma.	Artigo 16. [...] § 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, os outros dois serão de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco(05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma. "

Justificativa:

A proposição é pela permanência, obrigatoriamente, que um delegado, prioritariamente, seja de sua diretoria, eleito entre os seus membros e, os outros dois da base da Seção.

Tese 18 alteração Art. 16

Autor: Felipe Acácio Jacques (IFSC)

E-mail do autor da tese: felipe_acaciojacques@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:																														
<p>Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois(uas) delegados(as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.</p> <p>§ 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma.</p> <p>§ 2º. Poderão convocar a PLENA:</p> <p>a) A Direção Nacional, por deliberação da maioria simples dos seus integrantes;</p> <p>b) O Conselho Fiscal, por deliberação da unanimidade dos seus integrantes;</p> <p>c) Um terço (1/3) das Seções Sindicais em dia com suas obrigações estatutárias;</p> <p>d) Um quinto (1/5) dos(as) sindicalizados(as) em dia com as suas obrigações estatutárias.</p>	<p>Art.16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por delegadas e delegados de seções sindicais, sendo uma ou um eleito pela diretoria da seção sindical de menor contingente, e até no máximo três na de maior contingente. As delegações eleitas nas Assembleias Gerais das respectivas seções sindicais, obedecerão aos mesmos critérios de proporcionalidade qualificada, previstos para as eleições aos COSINASEFES. Garantida a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.</p> <p>§1º. O número de delegadas e delegados eleitos em assembleia gerais de cada Seção Sindical está estabelecido na proporção de uma ou um delegado para cada 50 sindicalizadas e sindicalizados, conforme o descrito no quadro abaixo:</p> <table border="0" data-bbox="893 1093 1508 1444"><thead><tr><th>NÚMERO DE SINDICALIZADOS(AS)</th><th>NÚMERO DE DELEGADOS(AS)</th></tr></thead><tbody><tr><td>De 20a50</td><td>01(um)</td></tr><tr><td>De 51 a?</td><td>02(dois)</td></tr><tr><td>03(três)</td><td></td></tr><tr><td>04(quatro)</td><td></td></tr><tr><td>05(cinco)</td><td></td></tr><tr><td>Os números de sindicalizados serão</td><td>06(seis)</td></tr><tr><td>Calculados mantendo a proporção</td><td>07(sete)</td></tr><tr><td>08(oito)</td><td></td></tr><tr><td>09(nove)</td><td></td></tr><tr><td>11(onze)</td><td></td></tr><tr><td>12 (doze)</td><td></td></tr><tr><td>13 (treze) até:</td><td></td></tr><tr><td>2950!</td><td>14 (quatorze)</td></tr><tr><td>de 2951a3000</td><td>15(quinze)</td></tr></tbody></table> <p>§2º. O número de delegados(as) de cada Seção Sindical será, um de sua Diretoria e eleito entre os seus pares, os outros serão de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma.</p> <p>§3º. Mesmo que a diretoria da sessão sindical não esteja em dia com suas obrigações estatutárias, as sindicalizadas e os sindicalizados em dia com suas obrigações estatutárias será garantido o direito de votar e ser votada e votado, conforme está escrito nesse estatuto, em todas as PLENAS.</p>	NÚMERO DE SINDICALIZADOS(AS)	NÚMERO DE DELEGADOS(AS)	De 20a50	01(um)	De 51 a?	02(dois)	03(três)		04(quatro)		05(cinco)		Os números de sindicalizados serão	06(seis)	Calculados mantendo a proporção	07(sete)	08(oito)		09(nove)		11(onze)		12 (doze)		13 (treze) até:		2950!	14 (quatorze)	de 2951a3000	15(quinze)
NÚMERO DE SINDICALIZADOS(AS)	NÚMERO DE DELEGADOS(AS)																														
De 20a50	01(um)																														
De 51 a?	02(dois)																														
03(três)																															
04(quatro)																															
05(cinco)																															
Os números de sindicalizados serão	06(seis)																														
Calculados mantendo a proporção	07(sete)																														
08(oito)																															
09(nove)																															
11(onze)																															
12 (doze)																															
13 (treze) até:																															
2950!	14 (quatorze)																														
de 2951a3000	15(quinze)																														

§ 4º. Poderão convocar a PLENA:
a) A Coordenação Geral, por deliberação da maioria dos seus integrantes;
b) A Direção Nacional, por deliberação da maioria simples dos seus integrantes;
c) O Conselho Fiscal, por deliberação da unanimidade dos seus integrantes;
d) Um terço(1/3) das Seções Sindicais em dia com suas obrigações estatutárias; e
e) Um quinto(1/5) dos sindicalizados(a) em dia com as suas obrigações estatutárias.

Justificativa:

TESE AO 33ºCONSINASEFE PARA ALTERAÇÕES NOS ESTATUTOS DO SINASEFE NO Art.16. A Plenária Nacional-PLENA...

AMPLIAR A PROPORCIONALIDADE QUALIFICADA E DEMOCRÁTICA NAS PLENAS DO SINASEFE

Apresentação:

Essa Tese, junto com outras de objetivos semelhantes, foram apresentadas no 31ºCONSINASEFE a dois anos atrás, e com o adiamento da publicação do respectivo caderno de teses, muitas delegações foram eleitas sem as conhecerem e os autores, antes delas irem a voto, não tiveram tempo suficiente, para unificar uma proposta de consenso. Mesmo assim, faltaram pouquíssimos votos para aprova-la, e está sendo rerepresentada à esse 33ºCONSINASEFE.

Argumentação:

As Plenárias Nacionais-PLENAS, vem demonstrado, o quanto são importantes suas decisões democráticas, dando rumos unificados para luta sindical, às seções sindicais/campus, onde estão organizados as e os sindicalizados do SINASEFE.

Porém é visível nas PLENAS, que um importante contingente de observadoras e observadores, com direito à voz mas não ao voto, que poderiam estar com plenos direitos de delegadas e delegados, aumentando assim o espaço à representatividade da diversidade das posições das seções sindicais, pois o Art.16, restringe a somente dois por Seção Sindical as e os delegados para as PLENAS, independentemente do número de filiadas e filiados da Seção Sindical, desconsiderando a proporcionalidade qualificada e democrática , que está garantida para as eleições das delegações aos CONSINASEFES.

Por isso a tese propõe alterações no Artigo 16, para que fique proporcionalmente menor, mas semelhante as eleições das delegações aos CONSINASEFES, e também observando e respeitando a proporcionalidade do contingente presente nas Assembleias Gerais das seções sindicais, onde propomos, quórum de três para eleger uma ou um delegado.

A respeito do contingente das delegações, representando as respectivas diretorias das seções sindicais, propomos que seja diretamente proporcional ao contingente de filiadas e filiados nas respectivas seções sindicais, mantendo uma ou um delegado para a seção sindical com o menor contingente, e ampliar para até três, na maior seção sindical.

E propomos, para as eleições das delegações eleitas em assembleias nas respectivas seções sindicais às PLENAS, uma menor proporção as eleições aos CONSINASEFES, de a acordo com o quadro abaixo, deixando aberto à propostas.

Tese 19 Inserção Art.16/§ 3º

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 16 [...]
§ 3º. A Direção Nacional garantirá o custeio para a participação dos membros titulares da Direção Nacional na PLENA.

Justificativa: Apenas regulamentar que a participação dos membros titulares na PLENA serão custeados pela DN.

Tese 20 Inserção Art. 16 e 17

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

DAS NORMAS GERAIS E DAS TESES

Artigo 16 - As normas gerais, o Regimento Interno, o temário e as demais orientações e determinações para a realização do CONSINASEFE serão elaboradas pela Comissão Organizadora, submetidos à aprovação prévia da PLENA – Plenária Nacional.

§ 1º - A Comissão Organizadora do CONSINASEFE será composta por representantes da Direção Nacional, na proporção das chapas que a integram e, no máximo 05(cinco) representantes da Seção Sindical que sediará o evento quando for caso.

§ 3º - O temário do CONSINASEFE deverá ser definido e apresentado até 120 (cento e vinte) dias antes de sua realização.

§4º - A data e o local do CONSINASEFE serão definidos pela PLENA.

§ 5º - A Comissão Organizadora do CONSINASEFE - divulgará a proposta de Regimento Interno 60 (sessenta) dias antes da Plenária de abertura e o número de delegados de cada Sindicato.

DAS TESES

Artigo 17 - As teses do CONSINASEFE terão abrangência nacional, podendo dispor sobre aspectos relevantes em nível local, estadual e internacional.

§ 1º - A regulamentação necessária à inscrição de tese deverá constar do Regimento Interno do CONSINASEFE.

§ 2º - A Direção Nacional deverá fazer circular nas Seções Sindicais as teses encaminhadas à Comissão Organizadora do CONSINASEFE, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes das Assembleia de escolha de delegados.

§ 3º - A Direção Nacional deverá fazer circular entre a Seções Sindicais, as resoluções do CONSINASEFE impreterivelmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do término do Congresso Nacional.

Justificativa:

Não existe no Estatuto e nem no Regimento Interno do SINASEFE uma regulamentação mínima das Normas Gerais e das Teses para o CONSINASEFE. É preciso positivar a nossa prática de forma transparente enquanto Sindicato Nacional. Não se pode ficar a reboque de interpretações sui generis da Comissão Organizadora do Congresso. Se a tese é a razão do CONSINASEFE, portanto, faz-se necessário, de forma pedagógica, que as seções sindicais, somente façam as assembleias, para escolha dos delegados para o CONSINASEFE, após a divulgação do cadernos de teses. Não é o que tem acontecido. Desse modo é imprescindível que a Direção Nacional deverá fazer circular nas Seções Sindicais as teses encaminhadas à Comissão Organizadora do CONSINASEFE, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes das Assembleia de escolha de delegados.

Tese 21 Alteração Art. 19; § 6º

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÉZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art 19 [...] § 6º. A Coordenação de Combate às Opressões será composta por LGBT's, ou negros(as), ou indígenas e deverá conter, pelo menos, uma mulher.	Art 19 [...] § 6º. A Coordenação de Combate às Opressões será composta por LGBTQIA+'s, ou negros(as), ou indígenas, ou Pessoas com Deficiência (PcD) e deverá conter, pelo menos, uma mulher.

Justificativa:

Nascido sob a sigla GLS, o movimento político e social de inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero mudou muito e passou a incluir pessoas não heterossexuais e não cis gênero. Assim, sua sigla cresceu e incorporou diversas letrinhas – todas elas igualmente importantes, porém desconhecidas, atualmente a expressão consta como LGBTQIA+; e no Estatuto a inclusão de um apóstrofo com a letra S seria para dar ideia de possibilidade de mais de uma pessoa, função sintática do plural. Outra correção, seria a inclusão de um dos segmentos mais oprimidos da sociedade, que são as pessoas com deficiência, com a sigla PcD definida por lei (lei nº 8.213/1991).

Tese 22 inserção Art. 19

Autores: Catia Cilene Farago (Santa Inês/Ba - SEÇÃO SINASEFE IFBAIANO);
Alice Gomes - Rio de Janeiro (SINDSCOPE - COLÉGIO PEDRO II);
Elizabeth Soares Dutra - Rio de Janeiro (SINDSCOPE - COLÉGIO PEDRO II);
Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato (IFCE).

E-mail do autor da tese: catiafarago@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 19 [...]

§ 7º A coordenação de políticas para as mulheres, juntamente com a participação de mulheres da base do Sinasefe (mínimo de 5 mulheres) ficarão responsáveis pela organização do Encontro de Mulheres do Sinasefe que deverão ocorrer anualmente, descolado de qualquer outro evento do Sinasefe, para tratar da formação política das mulheres abrangendo aspectos históricos, sociais, filosóficos, entre outros, que contribuam para a sua atuação sindical.

Justificativa:

A justificativa parte da necessidade de formação política das filiadas do Sinasefe em terem um momento específico para sua formação considerando sua máxima exploração pelo capital, pela sociedade marcadamente ainda, machista, sexista, patriarcal entre outros marcadores que dificultam e/ou mesmo impossibilitam a sua plena atuação sindical. As mulheres necessitam conhecer, compreender a trajetória histórica das conquistas e das redes/estruturas que a subordinaram, compreender e conhecer os processos de lutas em que se inserem e inseriram, como vem se dando ao longo dos anos a organização da mulheres, sua formação, e possibilidades de emancipação, compreender o que é o sindicato, o que é o trabalho das mulheres nessa instituição, enfim se debruçarem sobre a análise e formulação das políticas sindicais que atendam demandas específicas das mulheres que contribuam para sua efetiva atuação e participação sindical.

Tese 23 Inserção Art. 19 § 7º

Autor: Lucrécia Helena Iacovino - Sindscope/Rj

E-mail do autor da tese: lucrecia-helena@hotmail.com

Nova redação proposta:

Art. 19 [...]

§ 7º. A Coordenação prevista no Inciso I, deverá ser composta , no mínimo, de uma representação de cada segmento: Docente e Técnico Administrativo.

Justificativa:

A proposta busca assegurar a participação de seus representados na coordenação da Direção Nacional, que atualmente não estabelece a obrigatoriedade de contemplar o segmento docente e o administrativo. Objetiva-se ,dessa forma, além da representatividade dos segmentos citados, que haja uma atuação mais democrática e voltada aos interesses dos filiados que, frente aos ataques do atual governo, que propõe a fragmentação da categoria defendida por este Sindicato, necessita, portanto, se sentir representada na Coordenação Geral.

Tese 24 Inserção Art. 19

Autor: Mauro Marcos Farias da Conceição – Seção sindical ASSINESSIND

E-mail do autor da tese: mauro.abc13@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 19 [...]

X - "Coordenação de Inclusão e Acessibilidade"

A coordenação de Inclusão e Acessibilidade deverá ser composta por três (03) membros; pelo menos dois (02) coordenadores sejam pessoas com deficiência. Esta coordenação terá por propósito promover e assegurar debates e encaminhamentos referentes às políticas de inclusão e de acessibilidade. Procedimentos que deverão abranger os espaços e as atividades sindicais e, fundamentalmente, nos espaços sociais e educacionais.

Justificativa:

A necessidade de impulsionar o debate da acessibilidade e da inclusão, às pessoas com deficiência, vem se consolidando como aspecto determinante à participação social e política destes indivíduos. Na educação e nas atividades político-sindicais se observa a crescente presença, em nossos fóruns, de pessoas que demandam por atendimento diferenciado e especializado. Para além destes aspectos inclusivo e de acessibilidade há, ainda, crescimento nas reflexões atinentes aos direitos participativos das pessoas com deficiência. Objetiva-se, que esta coordenação, tenha por obstinação a efetiva representação sindical, social e política dos interesses inclusivos e de acessibilidades à este segmento da população brasileira que hoje, em nossa sociedade, representam a sua terça parte.

Tese 25 Inserção Art.20/§ 1º

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art.20. [...]

§ 1º. É prerrogativa dos membros titulares participarem das reuniões da Direção Nacional com direito a voz e voto. Os membros suplentes possuem tal direito quando no exercício da titularidade.

Justificativa:

O Estatuto e o Regimento Interno demonstram de forma cristalina que: somente os membros titulares incumbe a gestão da Direção Nacional, e por efeito, realizar reuniões e deliberações. Nesse sentido, todas as competências e prerrogativas destinados aos membros titulares da DN, somente poderá ser aplicado ao membro suplente no exercício da titularidade do cargo. Uma decisão em reunião da DN com voto de membros suplentes é nula estatutariamente. Em que pese politicamente, somado ao caráter pedagógico, a participação do suplente nas reuniões da DN tenha importância singular, mas os mesmos, nos termos do Estatuto não têm direito a voto.

Tese 26 Inserção Art. 23, Art. 24 e Art. 25

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – SEÇÃO CUIABÁ/MT)

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT – (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

"DA VACÂNCIA E DA SUBSTITUIÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL

Artigo 23 - Ocorrerá a vacância dos cargos da Direção Nacional nas seguintes hipóteses, competindo à DN declará-la:

- I - Abandono do mandato;
- II - Renúncia do mandato;
- III - Perda do Mandato nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- IV - Falecimento do titular;
- V - Desfiliação da Seção Sindical a que pertence o Coordenador(a) e do SINASEFE.

Artigo 24 – Os(as) Coordenadores(as), respeitada a proporcionalidade entre as chapas, serão substituídos nas seguintes situações:

- I - Substituição eventual, no caso de um(a) dos(as) Coordenadores(as) da sua chapa respectiva não poder comparecer a uma atividade específica da Direção Nacional;
- II - Substituição temporária, no caso de um(a) dos(as) Coordenadores(as) de sua chapa se afastar por período de tempo determinado, sendo o período de substituição igual ao tempo do afastamento;
- III - Substituição permanente nos casos definidos como vacância, na forma prevista no artigo 63, ou por solicitação formal do representante indicado da chapa.

Artigo 25 - As substituições respeitarão os seguintes critérios:

I – A comunicação da substituição eventual e a indicação do suplente integrante da chapa respectiva deverão ser encaminhadas por escrito à Direção Nacional pelo representante da chapa, com prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência à atividade e/ou evento, devendo obrigatoriamente constar a descrição da atividade e anuência do coordenador substituído;

II - No caso da substituição temporária, esta somente se efetivará após comunicação formal e por escrito do representante da chapa, discriminando o período de duração do pedido de afastamento do titular, devendo a mesma ser comunicada à PLENA;

III - No caso da substituição permanente, esta somente se efetivará após comunicação formal e por escrito do representante da chapa, devendo a mesma ser referendada pela PLENA.

§ 1º - A substituição temporária não implica em alteração da composição dos cargos da Coordenação Nacional.

§ 2º - No caso de uma substituição temporária exceder a 04 (quatro) meses deverá ser providenciada a alteração formal do membro da Coordenação, na qual ocorreu a substituição na composição da Direção Nacional, procedendo-se aos devidos registros em cartório da Ata da PLENA que referendou a alteração.

§ 3º - No caso de substituição permanente, é facultada à chapa respectiva, a recomposição de sua representação, dentre os(as) candidatos(as) inscritos, pela chapa, na lista de nomes ordenada, apresentada no congresso eleitoral que elegeu a Direção Nacional respectiva.

§ 4º - A substituição permanente implica na exclusão definitiva do(a) Diretor(a).

Justificativa: Atualmente as substituições e as vacância do cargo de membros da Direção Nacional é realizado através de acordo políticos, não formal, entre os coletivos. Sem ter o mínimo de uma regulamentação transparente e positivada para o sindicato como um todo. Os membros da Direção Nacional quando tomam posse no CONSINASEFE é lavrado uma ata específica de quem a compõe: com Nome, a Seção do filiado, PIS, CPF, RG, Endereço residencial, Telefone e e-mail. As possíveis substituições desses nomes, seja por vacância ou por substituição: temporária, eventual ou permanente tem que ter a observância do registro dessas mudanças, bem como o registro da ata em cartório. Não é o que vem ocorrendo na DN. Nesse sentido, o acréscimo desses três artigos no Capítulo que regulamenta a Direção Nacional, faz-se necessário.

Tese 27 Alteração do Artigo 24

Autor: Antonildo Santos Pereira - IFBAIANO
Jeanne Bitencourt – IFMT
Lucrécia Helena Iacovino - Colégio Pedro II

E-mail do autor da tese: antonildo_fisico@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 24. A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, possuindo regimento próprio.	Art. 24. A fundação da Seção Sindical deve ter, no mínimo, vinte e dois servidores(as) filiados(as), e continuará a ser constituída por, no mínimo, vinte e dois servidores(as) filiados(as).

Justificativa:

A inclusão e alteração do Artigo 24 do Estatuto do SINASEFE tem como finalidade uma melhor organização das seções sindicais e ampliação no seu número de servidores(as) filiados(as).

Tese 28 Alteração Art. 24

Autor: Antonildo Santos Pereira - IFBAIANO
Jeanne Bitencourt – IFMT
Lucrécia Helena Iacovino - Colégio Pedro II

E-mail do autor da tese: antonildo_fisico@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 24. A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, possuindo regimento próprio.	Art. 24. A fundação da Seção Sindical deve ter, no mínimo, vinte e dois servidores(as) filiados(as), e continuará a ser constituída por, no mínimo, vinte e dois servidores(as) filiados(as). §1°. A Seção Sindical deverá manter atualizado endereço, telefone, e-mail e outras formas de contato junto ao SINASEFE. §2°. As Seções Sindicais que não conseguirem seguir as orientações do estatuto do SINASEFE, deverão contactar a diretoria para solucionar possíveis problemas.

Justificativa:

A inclusão e alteração do Artigo 24 do Estatuto do SINASEFE tem como finalidade uma melhor organização das seções sindicais e ampliação no seu número de servidores(as) filiados(as).

Tese 29 Inserção Art. 24

Autor: Anibal Tannuri - Seção Jataí GO

E-mail do autor da tese: anibal.tannuri@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 24 - Novo parágrafo.

Agora escreva a redação que você propõe para a parte nova do estatuto que você propõe ao Estatuto: Depois de criada, a seção que possuir número inferior a 20 filiados estará impedida de indicar membros para cargos de gestão da Direção Nacional e conselhos da entidade.

Justificativa:

Para se criar uma seção existe uma lógica que exige a necessidade de existência de pelo menos 20 (vinte) filiados. Nesse sentido, não há razão para se manter a autonomia sindical de uma seção com um número inferior a esse. Nos institutos federais que não possuem seção existe a possibilidade de servidores se filiarem a outras seções, garantindo-lhes o direito de participação. Com essa iniciativa é inibida a possibilidade de existência de dirigente sem base.

Tese 30 Inserção Artigo 24

Autor: Marcos Dorval Schmitz IFSC

E-mail do autor da tese: dorvalifsc@gmail.com

Nova redação proposta:

Artigo 24 [...]

parágrafo único: a seção sindical criada em conformidade com esse artigo, que vier a ter menos de 20 sindicalizados deixará de ter direito a participação na condição de delegado nos fóruns do SINASEFE, permanecendo nessa condição até voltar a ter no mínimo 20 sindicalizado

Justificativa:

Nosso estatuto ora trata de direitos e deveres de sindicalizados, ora trata de direitos de seções, no entanto, em alguns fóruns não há nenhuma proporcionalidade entre o número de filiados na seção e sua representação, o que ao meu ver é um incentivo à fragmentação.

Tese 31 Alteração Art.31/§ Único

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – SEÇÃO CUIABÁ/MT)

JEANNE RODRIGUES BITTENCOURT– (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 31 [...] Parágrafo único: Somente poderão participar das instâncias deliberativas do SINASEFE as Seções que mantiverem os requisitos estabelecidos para sua criação e que comprovem o encaminhamento dos repasses estatutários junto à Direção Nacional.	Art.31 [...] Parágrafo Único: Somente poderão participar das instancias deliberativas do SINASEFE, as Seções que atenderem o que estabelece neste Estatuto quanto a normas para a sua criação, repasses estatutários a Direção Nacional, devendo estar legalmente instituída, ficando vedado recurso ao CONSINASEFE ou Plena.

Justificativa:

É preciso ser mais contundentes em relação aos credenciamentos de delegados, nesse sentido propomos vedar de forma taxativa os recursos, no início da cada PLENA ou CONSINASEFE, das Seções inadimplentes as obrigações estatutárias.

Tese 32 Inserção de um Art 32

Autores: Camila de Souza Marques Silva – Sinasefe Águas Lindas de Goiás
Felipe Oliveira Silva - ASSINES-RJ"

E-mail do autor da tese: camiladesmarques@gmail.com

Nova redação proposta:

Capítulo IV - Seções sindicais

Art 32. A cada reitoria das IFS será apontada uma seção matriz, a qual os membros de todos os campi que não possuam seção própria poderão se filiar de forma direta.

1. A seção matriz deverá criar subseções sindicais ou eleger delegados sindicais nos diferentes locais de trabalho;
2. Será disponibilizado às subseções e aos delegados um suporte financeiro apontado e regulamentado anualmente em Assembleia da seção.
3. A seção matriz cabe articular com as demais seções existentes que atuam no âmbito da mesma reitoria.
4. Para fins de participação na Plenária Nacional do Sinasefe, a seção matriz poderá indicar um delegado por local de trabalho que atue.

Justificativa:

Muito falamos sobre o fato de que a capilaridade da rede federal é um dos principais pontos fortes de atuação no Sinasefe. Entretanto, o nosso atual formato de sindicato restringe a nossa atuação.

Temos encontrado diversos problemas na atuação das seções sindicais. Há lugares que o sindicato nosso sindicato não chegou ainda como organização, outros que há seção, entretanto possui uma diretoria inativa e também vislumbramos àquelas que estão distantes dos grandes centros e pertencem a uma grande seção, mas não conseguem participar da mesma pela distância.

Por isso, estamos propondo um modelo que fortaleça as ações na base, com uma seção forte para atuar, mas com inserção por local de trabalho.

Tese 33 Alteração Art. 34. alínea a e inserção do § 3º. § 4º

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
JOSÉ LUIZ PAPA – (IFMG – Seção Ouro Preto)
RICARDO EUGÊNIO FERREIRA – (IFMG – Seção Ouro Preto)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
<p>Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal: a) Apreciar e emitir parecer acerca dos balancetes semestrais e do balanço anual das contas da DN e enviá-lo à PLENA para apreciação e deliberação;</p>	<p>Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal: I) Apreciar e emitir um relatório conclusivo, de caráter contábil, das contas da DN e enviá-lo à PLENA para apreciação e deliberação, contendo:</p> <p>a) Introdução; b) Análise às Demonstrações Contábeis que deverá observar as disposições das Normas brasileiras de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade; c) Parecer do Conselho Fiscal, sugerindo à PLENA: aprovação com ou sem ressalva ou pela reprovação das demonstrações contábeis acerca dos balancetes semestrais e/ou do balanço anual das contas da DN do período e/ou do exercício analisado.</p> <p>§ 3º. O relatório previsto no Inciso I deverá ser acompanhado dos balancetes e/ou do balanço anual do período analisado. § 4º. Quando o parecer sugerir a aprovação com ressalvas ou a reprovação, os motivos deverão ser explicitados nas Análise às Demonstrações Contábeis.</p>

Justificativa: "Uma Direção Nacional que recebe mais de cinco milhões de reais anual de contribuição sindical, tem que ser prudente com a transparência na apresentação das suas contas e o Conselho Fiscal elaborar um relatório que observa as disposições das Normas brasileiras de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade, que tenha, no mínimo, as Demonstrações Contábeis compostas por: BALANÇO PATRIMONIAL; DEMONSTRAÇÃO DO VALOR DO EXERCÍCIO; DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA;

DEMONSTRAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO E POSSÍVEIS APLICAÇÕES DE RECURSOS;

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL; e NOTAS EXPLICATIVAS. Esse trabalho pode ser elaborado por uma empresa de contabilidade contratada pela DN a pedido do Conselho Fiscal que analisará os dados a serem apresentados na PLENA. O Estatuto do Sindicato é cristalino quando estabelece que o Conselho Fiscal compete analisar e emitir parecer, mas, em que parâmetros deve compor este parecer? Nesse sentido faz-se necessário estabelecer as diretrizes desse relatório, bem como, a determinação que relatório deverá ser acompanhado dos balancetes e/ou do balanço anual do período analisado e, ainda, quando o parecer sugerir a aprovação com ressalvas ou a reprovação, os motivos deverão ser explicitados no item - Análise às Demonstrações Contábeis -. Ao meu ver o relatório conclusivo do CF, deve ser caráter contábil e não político."

Tese 34 Inserção CAPÍTULO VI

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ELIZABETH SOARES DUTRA – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – Seção Manaus)
CECÍLIA DE MENEZES SOBREIRA CUNHA - (IFTM - Seção Uberlândia).

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

"CAPÍTULO VI DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 35. O Conselho de Ética é constituído por cinco membros titulares e cinco suplentes, com mandato de dois (2) anos.

§ 1º. O cargo de Conselheiro de Ética é incompatível com o de dirigente de qualquer outra instância organizativa do SINASEFE.

§ 2º. CE goza de plena autonomia em relação aos dirigentes da Direção Nacional.

Art. 36. O Conselho de Ética será eleito no mesmo CONSINASEFE que eleger a Direção Nacional.

§ 1º. O(A) Presidente do CE será o(a) candidato(a) mais votado(a), em caso de empate na votação, o(a) mais idoso(a).

§ 2º. Aos membros do Conselho de Ética será permitido uma reeleição consecutiva.

Art. 37. Os trabalhos da CE devem ser desenvolvidos com celeridade e observância dos seguintes princípios:

I - proteção à honra e à imagem da pessoa investigada;

II - proteção à identidade do denunciante, que deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar; e

III - independência e imparcialidade dos seus membros na apuração dos fatos, com as garantias asseguradas neste Estatuto, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa;

Art. 38. Compete ao Conselho de Ética:

a) atuar como instância consultiva da PLENA e do CONSINASEFE em matéria de ética sindical;

b) instaurar e processar a(s) denuncia(s) admitida(s) pela PLENA ou CONSINASEFE, apresentando parecer conclusivo sobre o juízo de mérito, através de relatório fundamentado e submeter as Instâncias deliberativas competentes do SINASEFE, PLENA ou CONSINASEFE;

c) zelar pelo código de ética sindical e submeter a proposta de aperfeiçoamento à PLENA;

d) dirimir dúvidas a respeito de interpretação de suas normas, deliberando sobre casos omissos;

e) apurar, mediante denúncia, ou de ofício, condutas em desacordo com o Estatuto e as normas nele previstas, quando praticadas por membros da Direção Nacional a ele submetidas;

f) apresentar à PLENA a proposta de Regimento Interno do CE

g) manter a guarda e controle os processos e documentos em trâmite no CE;

h) explicitar os desvios éticos por meio de uma atuação positiva e pedagógica, buscando a prevalência da ética sindical no contexto prático do SINASEFE.

Parágrafo Único. As competências do Presidente do CE e do(a) Secretário(a) serão definidas no Regimento Interno do SINASEFE.

Justificativa: É imprescindível acrescentar esse capítulo VI no Título III do Estatuto do SINASEFE para regulamentar os trabalhos, o mandato, o número de membros titulares e suplentes, a autonomia em relação aos dirigentes da DN e as competências do Conselho de Ética.

Tese 35 Alteração Art. 35

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 35. O CONSINASEFE ordinário, não eleitoral, deverá eleger uma Comissão Eleitoral, composta por cinco (5) membros titulares e três (3) suplentes, para coordenar o processo eleitoral da DN e do CF, de acordo com o Código Eleitoral.	Art. 35. Uma PLENA, com ponto de pauta específico, deverá eleger uma Comissão Eleitoral, composta por cinco (5) membros titulares e três (3) suplentes, para coordenar o processo eleitoral da DN, do CF e do Conselho de Ética, de acordo com o Código Eleitoral.

Justificativa:

Com alteração do intervalo e da periodicidade do Consinasefe, faz-se necessário que a montagem da Comissão Eleitoral para escolha das instâncias do congresso eleitoral possa se dar numa Plena, com ponto de pauta específico; além da inclusão do Conselho de Ética no rol de instâncias elegíveis no Consinasefe eleitoral.

Tese 36 Alteração Art. 41

Autor: Diego Silva Leon - SINTEFPB/IFPB
José de Araujo Pereira - SINTEFPB - Campina Grande - PB
José Roberto Costa Nascimento -Seção Manaus
Lauri João Marconatto - Sinasefe Seção Rio do Sul - SC
Liria Lara Soares - Sinasefe/IFMG

E-mail do autor da tese: laurimarconatto@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
<p>"Art. 41. A composição da DN será proporcional ao número de votos que cada chapa obtiver no pleito.</p> <p>§ 1º. Os votos válidos, para efeito deste Estatuto, são o somatório dos votos atribuídos a todas as chapas concorrentes, excluindo-se os votos brancos e nulos.</p> <p>§ 2º. Quando houver mais de duas chapas concorrentes, verificando-se o empate, haverá segundo turno entre as duas chapas.</p> <p>§ 3º. Para efeito de proporcionalidade, serão computados somente os votos obtidos por todas as chapas, com aproximação de três casas decimais e não se computando os votos nulos e brancos.</p> <p>§ 4º. Os cargos serão distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos, nos seguintes termos:</p> <p>a) A parte inteira estará garantida às chapas mais votadas;</p> <p>b) Os cargos restantes serão distribuídos pelo critério do decimal maior, na ordem decrescente e enquanto houver cargos para serem preenchidos;</p> <p>c) Uma chapa que obtiver um número igual a cinquenta por cento (50%) mais um voto não poderá ficar com menos da metade mais um dos cargos da Direção Nacional; e</p> <p>d) Quando a diferença entre o número de cargos relativos a duas chapas mais próximas de empate for de apenas uma unidade inteira do número, e a chapa mais votada entre elas estiver ameaçada de perder sua maioria (empate no número de cargos) pelo critério do decimal maior, esta deverá ficar com o cargo em disputa, desde que a diferença entre as porcentagens das duas seja igual ou superior a 30% (trinta por cento).</p>	<p>"Art. 41. A composição da DN será proporcional ao número de votos que cada chapa obtiver no pleito.</p> <p>§ 1º. Os votos válidos, para efeito deste Estatuto, são o somatório dos votos atribuídos a todas as chapas concorrentes, excluindo-se os votos brancos e nulos.</p> <p>§ 2º. Para efeito de proporcionalidade, serão computados somente os votos válidos.</p> <p>§ 3º. Quando houver mais de duas chapas concorrentes, verificando-se o empate, entre chapas: a) Haverá consulta a plenária do CONSINASEFE, que por aclamação votará pelo desempate, sendo acrescentado mais um voto válido para a aclamada vencedora.</p> <p>b) Caso o novo resultado crie um novo empate com outra chapa, esta terá prioridade na ordem de escolha do cargo em relação a que teve majorado seu número de votos.</p> <p>§ 4º. A prioridade na escolha e no preenchimento dos cargos da Direção Nacional caberá proporcional e qualificadamente à chapa mais votada, em seguida a segunda chapa mais votada e assim sucessivamente.</p> <p>§ 5º. As chapas poderão preencher os cargos, conforme o parágrafo anterior deste artigo, com os nomes indicados pela chapa, independente da ordem de inscrição.</p> <p>§ 6º Na composição da Direção Nacional deve-se aplicar paridade de cinquenta por cento (50%) para cada gênero.</p> <p>§ 7º Em caso de número ímpar na composição da Direção Nacional deverá prevalecer o gênero feminino.</p> <p>§ 8º. Os cargos serão distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos, nos seguintes termos:</p> <p>a) A parte inteira estará garantida às chapas mais votadas;</p>

§ 5º. A prioridade na escolha e no preenchimento dos cargos da Direção Nacional caberá proporcional e qualificadamente à chapa mais votada, em seguida a segunda chapa mais votada e assim sucessivamente.

§ 6º. As chapas poderão preencher os cargos, conforme o parágrafo anterior deste artigo, com os nomes indicados pela chapa, independente da ordem de inscrição.

§ 7º. Na composição da Direção Nacional deve-se aplicar paridade de cinquenta por cento (50%) para cada gênero.

§ 8º. Em caso de número ímpar na composição da Direção Nacional deverá prevalecer o gênero feminino.

b) Uma chapa que obtiver um número igual a cinquenta por cento (50%) mais um voto não poderá ficar com menos da metade dos cargos da Direção Nacional; e

c) O número de cargos de cada chapa será determinado pela multiplicação do percentual de votos válidos obtidos pelo número dos 27 (vinte e sete) membros a Direção Nacional, sendo 21 (vinte e um) titulares e 06 (seis) suplentes, aplicando-se a seguinte fórmula:
$$NCC = \frac{PVOC \times NC}{NVv}$$

Sendo:

NCC = número de cargos a serem ocupados pela chapa;
PVOC = percentual de votos obtidos pela chapa ($PVOC = \frac{NVCx}{NVv}$)
NVCx = número de votos da chapa x;
NVv (nº de votos válidos) = Tv (total de votos) - Br (brancos) - N (nulos);
NC = número de cargos da DN (27).

d) A proporcionalidade qualificada (NCC) será apresentada com 3 (três) casas decimais;

e) A ordem do preenchimento dos cargos (OPC) obedecerá:

I - O percentual de votos obtidos pela chapa (PVOC) será dividido pelo somatório do número de cargos ocupados mais 01 (um), que equivale ao cargo almejado, para cada cargo a ser ocupado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$OPC = \frac{PVOC}{(NCO + 1)}$$

Sendo: PVOC = Percentual de votos obtidos pela chapa.

NCO = Número de cargos já ocupados
II - Na sequência, a chapa que obtiver o maior quociente no cálculo, terá prioridade na escolha de cargo e assim sucessivamente até completar os vinte e sete cargos da Direção Nacional

Justificativa:

Evitar dúvidas sobre o processo de escolha proporcional, e definir o processo de escolha dos suplentes como continuidade a escolha dos cargos titulares.

Tese 37 Alteração Art. 41

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÉZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 41 [...] § 7º. Na composição da Direção Nacional deve-se aplicar paridade de cinquenta por cento (50%) para cada gênero.	Art. 41 [...] § 7º. Na composição da Direção Nacional deve-se aplicar paridade de no mínimo cinquenta por cento (50%) para o gênero feminino.

Justificativa:

Evitar conflitos hermenêuticos, de interpretação, quanto ao caráter da paridade de gênero e a necessidade do aumento de participação das mulheres nos espaços de poder e decisórios do sindicato e da vida política. Frisa-se, que com essa alteração, 50% passa a ser o valor mínimo para o gênero feminino, podendo haver mais mulheres, sem nenhum prejuízo à DN e Comissões do sindicato.

Tese 38 alteração art. 41

Autores: Camila de Souza Marques Silva - ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO
Felipe Oliveira Silva - ASSINES-RJ

E-mail do autor da tese: camiladesmarques@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 41. A composição da DN será proporcional ao número de votos que cada chapa obtiver no pleito.	Art. 41. A composição da DN de dará por maioria simples, assumindo a direção e tendo responsabilidade pela composição de todos os cargos a chapa mais votada

Justificativa:

TESE: ELEIÇÃO MAJORITÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO DA ELEIÇÃO PROPORCIONAL PRA DIREÇÃO NACIONAL

Há tempo vemos que nosso sindicato é marcado pelas disputas internas e que se mostra inoperante e incapaz de se posicionar contra fortes ataques em tempo, como recentemente sobre a consulta do future-se, não tivemos uma posição sobre votar ou não até questões administrativas simples, como debilidade na hora de responder e-mail das seções.

As grandes divergências dentro de uma mesma Direção Nacional (DN) ocasionadas pela proporcionalidade se torna uma questão delicada dentro do nosso sindicato. Tal afirmativa se faz dada todos os desdobramentos que hoje vemos dentro da DN. Para isso elencaremos:

- Administração
- Estrutura
- Organização
- Política

Hoje o sindicato tem varias questões administrativas a serem resolvidas e vemos que essas questões ficam sem resposta na organização dos processos e tudo o que sindicato precisa pois as questões políticas atravessam as decisões administrativas e questões como:

- Organização dos documentos antigos.
- Organização do espaço do Sinasefe
- Estrutura da Sede
- Trabalhadores do Sindicato

A estrutura do sindicato hoje funciona a níveis arcaicos dentro um tempo que mudou e que pede nova organização e estrutura.

Então precisamos listar que a estrutura viciada do SINASEFE não só atende às demandas desse sindicato que tem uma administração que poderia operar melhor e as disputas internas dos coletivos hoje não fazem esse sindicato avançar. O aparelhamento partidário se sobrepõe às políticas sindicais e isso deixa a estrutura arcaica e não organizada.

Em contra partida temos uma sede, uma casa um terreno que poderiam servir a classe trabalhadora mas não servem pois o objetivo não avança pois o assédio aos funcionários as brigas dentro da estrutura da DN, fazem esse sindicato não avançar. Pois a proporcionalidade não deixa a estrutura que já elencamos evoluir. Ter novos processos, novas ações.

Organizar melhor as demandas e processos é uma forma de atuação que a proporcionalidade não deixa o Sinasefe crescer.

Se olharmos outros sindicatos vemos que a proporcionalidade é um tabu já vencido a tempos dentro da estrutura sindical que ainda assombra o SINASEFE. Que poderia avançar e ter um bom trabalho dentro do seu nicho de atuação que não consegue fazer, pelas brigas constantes, da falta de preparo operacional da atuação e escolhas que a proporcionalidade não faz avançar, pois a estrutura dividida e partida deixa o sinasefe em um lugar de atraso operacional para uma entidade com o tamanho do SINASEFE, e estrutura.

Há quem diga que o sindicato proporcional é mais justo ou democrático, porque garante a participação dos pequenos grupos.

O que temos visto na prática é que a disputa é tão fratricida que nada no sindicato anda. A imagem que vem a cabeça é de um barco afundando e mesmo com a grave situação do barco, cada um quer remar para um lado.

O que um plantão faz, é desfeito na semana seguinte, textos notas, posicionamentos políticos não saem em tempo hábil pelas divergências e demarcação de posições, as ofensas viram adoecimento, o que um grupo faz de positivo, o grupo que se opõe a ação diz que mérito seu.

Pior de tudo é grau de agressividade e ataque.

A disputa interna é a marca de um sindicato proporcional, os coletivos e as pastas funcionam como um feudo, cada uma por si. Por isso, esse modelo que já não servia em períodos anteriores é ainda menos adequado no período atual, em que confiança de não ser entregue a um governo fascista é fundamental, em que precisamos dar respostas rápidas aos diversos ataques que estamos sofrendo.

Segue exemplos de problemas inaceitáveis e de travas na direção nacional muito sérias pro contexto atual:

1. O adoecimento dos que participam da DN devido aos constantes ataques e posturas desrespeitosas comuns. Um exemplo para ilustrar, são os ataques da diretora Jeanne, reportados a diretora Magda. O detalhe é que Jeane é da mesma pasta que Magda. Ambas do jurídico. E afirmamos que esse é apenas um exemplo de ofensas, ataques e palavras de baixo calão que são recorrentes no grupo de WhatsApp e no e-mail da DN.

03/04/2019 – mensagens enviadas no grupo de Whatzapp: Direção Nacional 18-20

“Vejo aqui pessoas engolindo Ata falsificada, usando carro do sindicato para viagens pessoais, superfaturando cursos, destratando diretores, assediando diretores, extrapolando suas comoetencias estatutárias em benefício próprio, discursos politicamente corretos e inflamados para plateias e nos bastidores sao machistas,

misóginis, improbos. Me respeite Magda! Sua loucura ja passou do limite. Tem muitos aqui pedindo uma comissao de ética e vc é uma delas. Está me assediando como sempre fez.

[...]

Vá peicurar sua turma, sua doente, má

Nao apago e vamos a comussao de etica. Te ho muito a colaborar

[...]

Voce é o desequilibrio em pessoa

Me acusa e se esconde?!

[...]

Seja mulher e assuma

[...]

Fratuitamente?!!!

Nao tomou seu remedinho hj

Ne agrediu

E vamos para a comissao de ética

Faço questão

Sua denuncia está, desde o superfaturamento do curso, que deve se lembrar, prontinha!

[...]

Fique tranquila sua aloprada

E lave essa boca imunda ao se referir a mim

[...]

Vc bao tem moral nenhuma pra me atacar

Não

Va se tratar

Loucaaaaaaaaa

[...]

Te espero na comissao de ética

[...]

Vai entender que nem todos aqui são iguais vc

A base deve adorar saber do que acontece na Dn

[...]

Vá se tratar e depois venha me acusar de usar atestado medico pra me beneficiar, sua ralé

Melévola

Improba

[...]"

2. Em reunião para tratar com o CONIF da prisão da coordenadora geral do Sinasefe, o presidente do CONIF disse que aquela reunião não era representativa da nossa entidade, mesmo tendo vários diretores presentes na reunião porque horas antes da reunião o coletivo SPL soltou uma nota criticando a coordenadora e descredibilizando a reunião.

Não bastava no dia da prisão não ter ninguém do Sinasefe Nacional na porta da delegacia, tendo em vista que o diretor Isaías (coletivo 1º de maio) se recusou a ir a delegacia que já contava com a presença de dirigentes de diferentes sindicatos, o ataque do SPL com a desfaçatez de se intitular de nota de solidariedade foi um duro golpe e que calou todos os diretores presentes na reunião.

“NOTA SOBRE A REUNIÃO DO SINASEFE COM REITOR DO IFG/PRESIDENTE DO CONIF

A Chapa SPL/MEI é solidária à Companheira Camila Marques quanto ao triste episódio ocorrido com a mesma e com estudantes do Campus Águas Lindas/GO do Instituto Federal de Goiás.

Entendemos que o Diretor Geral daquele Campus cometeu vários erros, que inclusive precisam ser apurados pelas instâncias e pela Reitoria daquele Instituto Federal: permitiu que os policiais fossem até as salas de aula abordar estudantes; permitiu o acesso a estudantes menores sem comunicar a seus responsáveis legais; não acompanhou a estudantes e servidora detidos quando foram truculentamente levados pelos policiais à delegacia; entre outras questões. Somos totalmente contrários à transformação das escolas em assunto de polícia. Mesmo depois dos “massacres” recentes em escolas do país, não podemos sucumbir a interesses que permitam que as comunidades acadêmicas entrem em pânico e comecem a buscar inimigos e culpados a cada boato de “terrorismo” ou de articulação de crimes de ódio nas escolas. É sempre importante preservar o espaço democrático das nossas Escolas, permitindo o acompanhamento dos/as nossos/as estudantes pelos e pelas Servidoras que podem acompanhar esse processo, devidamente inteiradas/os e acompanha-das/os pelos Pais/Mães e do Conselho Escolar, quando se tratar de alguma acusação ou suspeita que mereça tal acompanhamento. Nunca a utilização “normal” da polícia para resolver possíveis problemas extraclasse. Também somos totalmente contrários à invasão da polícia em nossos espaços escolares e nos solidarizamos com a companheira Camila Marques, pois sabemos bem o que é a perseguição do Estado a militantes sindicais. Desde ações do MP contra militantes do Colégio Pedro II, a recente demissão da nossa Ex-Coordenadora Geral, Catia Farago, sendo preciso uma revisão por parte do Conselho Superior do IFBaiano, além de outras demissões de dirigentes e militantes sindicais no IFTO, IFBaiano, IFBA, bem como em todas as ações comprovadamente de perseguições do poder instituído. Enfim, vários companheiros/as do SINASEFE conhecem bem a mão pesada do Estado e dos seus asseclas e, portanto, somos contra toda e qualquer ação de truculência que leve ao constrangimento, à demissão e à prisão de companheiros/as por defenderem as suas posições, as posições coletivas ou o direito a outras e outros externarem as suas posições, sejam servidoras/es, estudantes, pais/mães ou terceirizadas/os. Fazemos este registro neste momento, em que irá ocorrer uma reunião de parte da Direção Nacional do SINASEFE com o Reitor do IFG e também Presidente do CONIF, no dia 23 de abril de 2019, em Brasília, sobre o ocorrido no Campus de Águas Lindas/GO, porque a nossa Chapa foi impelida a não participar da referida reunião. Após o diálogo nos meios de comunicação dos membros da Direção Nacional, o nome de uma companheira nossa foi preterido sob o argumento da desconfiança da Companheira Camila em relação à mesma, apoiada por uma boa parte dos demais dirigentes que se pronunciaram. Infelizmente ao preterirem de maneira discriminatória a uma das nossas companheiras não nos restou outra posição que não fosse a de não enviar à reunião qualquer um/a dos/das militantes que ocupam cargos na DN. Inclusive não fizemos um “cavalo de batalhas” devido o momento que vive a companheira Camila, mas também não podemos aceitar que isso sirva como desculpa para o constrangimento de uma outra dirigente do SINASEFE. Valendo registrar que a decisão da

Chapa passou por consulta às suas bases e não somente dos que militam na Direção Nacional.

Fomos a chapa mais votada no último Congresso Eleitoral e não aceitaremos que nos tirem no “grito” ou na “marra”, como ocorreu neste episódio, a nossa representação. Iremos exigir o respeito às decisões de Plenárias e Congressos, bem como ao nosso Estatuto, quanto à representação proporcional que o nosso Sindicato ainda mantém por decisão

das bases. Julgamos que tal posição foi um erro, pois interfere diretamente na proporcionalidade que estabelece a representação em nosso Sindicato Nacional e aumenta ainda mais o clima de desconfiança e piora nas relações já mais do que estremecidas, justamente em um momento que todos e todas deveriam estar unidos na busca de uma luta ainda maior que teremos adiante.

Finalizamos dizendo que continuamos solidários à Camila, mas entendemos que o sectarismo e o segregacionismo não devem ser postura de quem dirige um Sindicato Nacional, bem como de um Sindicato que diz defender a diversidade de posições e se propõe a construir a unidade respeitando as diferenças.

CHAPA SPL / MEI NA DN DO SINASEFE”

3. A cobrança e não participação na CEA e a vergonha internacional
A filiação do Sinasefe na Confederação de Educadores Americanos/CEA, foi nos últimos tempos questionadas e um dos argumentos apresentados é que a entidade é falha na prestação de contas, não é atuante e portanto, deveríamos nos desfiliar.

Pois bem, ao participar por conta própria (sem ajuda financeira do Sinasefe) no Congresso de Pedagogia em Havana, foi relatado pelo presidente da entidade que o Sinasefe não somente não estava em dias com o pagamento da entidade, mas que tinha ido ao último encontro, reivindicado uma cadeira na executiva (que deveria ter sido ocupada por outra entidade, mas os representantes do Sinasefe fizeram questão e alegaram o peso da entidade na articulação da educação brasileira). E não havia indicado o nome e também não assumiu nenhuma responsabilidade com a instituição.

Tese 39 Alteração Art. 41. § 7º

Autor: Alane karine Dantas Pereira – SINDISIFPE
Camila de Souza Marques Silva - Seção Águas Lindas
Carolina Pietczak - Seção Concórdia
Dominique Calixto Martins - Seção Rio do Sul
Débora Lima Siqueira - Seção Sergipe
Érica Cristina da Silva e Silva – ASSINES-RJ

E-mail do autor da tese: carolpietczak@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 41. § 7º. Na composição da Direção Nacional deve-se aplicar paridade de cinquenta por cento (50%) para cada gênero.	Art. 41. § 7º. Na composição da Direção Nacional deve-se aplicar a representação de no mínimo cinquenta por cento (50%) para o gênero feminino.
Art. 48. III. Implementar a paridade de gênero de cinquenta por cento (50%) na composição das direções sindicais e, em caso de número ímpar, prevalecerá o gênero feminino.	Art. 48. III. Implementar a representação de no mínimo cinquenta por cento (50%) do gênero feminino na composição das direções sindicais.

Justificativa:

A paridade de gênero estabelecida no 31º CONSINASEFE, a partir da tese 27, representou um avanço importante na garantia de representação da mulher junto às direções do SINASEFE, que historicamente desde sua criação tem sido compostas majoritariamente, quando não exclusivamente, por homens, como foi descrito cronologicamente e muito bem embasado teoricamente na tese aprovada no congresso anterior. No entanto, ao usar a expressão “para cada gênero” gerou uma situação muito controversa. Sabemos que as mulheres estão em constante luta para garantir seu espaços, em muito ambientes é necessário muito tensionamento para isso. Mas em algumas seções, embora poucas, diante da obrigatoriedade da paridade e das ações realizadas para aproximação das mulheres dos espaços sindicais nesse pouco tempo desde o último congresso até o presente momento, as mulheres hoje compõem maioria dos cargos nas direções dessas seções (ainda muito poucas proporcionalmente). Fixar a representação em 50% para cada gênero pode levar a absurda necessidade de retirar mulheres das representações de determinadas seções. Bem como abrir espaços para manobras machistas de descumprimento do estatuto. Prova disso foi o observado no 161ª PLENA, onde o exemplo raro de uma seção presente, em que as mulheres representam 75% da coordenação, foi usado como ferramenta para tentar adiar o cumprimento do estatuto no quesito paridade de gênero.

Visto que o objetivo da tese 27 era fortalecer a presença e participação de mulheres nos espaços de direção do SINASEFE, soa incoerente “punir” as seções que conseguiram efetivamente realizar ações que promoveram a aproximação feminina na direção do sindicato. Sendo que proporcionalmente a quantidade de mulheres comparada com a de homens ainda não alcançou a proporção ideal, sugerida na tese do congresso passado, e por vezes alcança apenas burocraticamente, sem que sejam dadas a essas mulheres, colocadas nas direções algumas vezes de forma apressada nas vésperas das eleições, real voz e poder de decisão dentro dos espaços sindicais.

Além da mudança no artigo, apontamos também a necessidade de uma meta temporal para cobrar que se cumpra a efetiva alteração apontada por nós: que seja no mínimo cinquenta por cento de mulheres na direção das seções. Sugere-se o prazo até a Plena seguinte ao congresso para que seja cumprido esse requisito por parte de todas as seções sindicais, e que isso seja cobrado e acompanhado por todos os membros da Direção Nacional, em respeito às mulheres deste sindicato. Observamos cotidianamente nas plenas tentativa de silenciamento/depreciação e uma grande violência contra as companheiras que tentam se posicionar. Como, por exemplo, o ocorrido com as companheiras que escreveram a tese de paridade, que tiveram sua tese sendo alterada na Plena 161, onde foi deliberado o que se está sendo proposto na presente tese. Porém, tal alteração deveria ser votado na instância do congresso estatutário. Mais uma vez, dentro do SINASEFE, o que a mulheres apontam como política é derrubado no fim de uma Plena exaustiva com poucas pessoas e em sua maioria homens. Essa prática de terceirizar as decisões que dizem respeito às mulheres tem sido constante, seja em relação à paridade, a questões de violência de gênero ou outras pautas que dizem respeito às atividades das companheiras militantes nos espaços de luta em geral. Nós, mulheres, vivemos a participação política como uma luta de resistência. Insistimos em ser sujeitos de nossas próprias vidas e não queremos entregar nosso destino na mão de representantes, em especial àqueles que por séculos e séculos se utilizaram dos benefícios do patriarcado para impor regras, limites e obter poder sobre os nossos corpos e nossas vidas.

Ora, se nos espaços em que representações mínimas para mulheres são estabelecidas como forma de correção de uma opressão história, de uma sociedade patriarcal, não é razoável estabelecermos teto para tal participação. Bem como, devemos considerar a contribuição que outras companheiras já deram dentro desse sindicato e, portanto, defendemos essa alteração do estatuto no 33º CONSINASEFE, sem retroceder e respeitando o avanço feito no congresso anterior.

Tese 40 Inserção Art. 46

Autor: Felipe Acácio Jacques (IFSC)

E-mail do autor da tese: felipe_acaciojacques@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
<p>Art. 46. São direitos do(a) sindicalizado(a), em dia com suas obrigações estatutárias e regimentais:</p> <p>a) Participar das atividades e das instâncias organizativas e deliberativas do SINASEFE;</p> <p>b) Votar e ser votado(a) para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado os casos de inelegibilidade previstos;</p> <p>c) Fiscalizar a administração do SINASEFE e da Seção Sindical a que estiver vinculado, denunciando, por escrito, qualquer irregularidade constatada;</p> <p>d) Recorrer às instâncias superiores, com amplo direito de defesa contra deliberações de quaisquer instâncias do SINASEFE; e</p> <p>e) Ser sempre informado sobre as atividades do Sindicato, inclusive sobre as contas, apresentadas sob a forma de balancetes e balanços.</p> <p>Parágrafo Único. A desfiliação não isenta o(a) sindicalizado(a) da quitação de eventuais débitos com o sindicato."</p>	<p>Art. 46. São direitos do(a) sindicalizado(a), em dia com suas obrigações estatutárias e regimentais:</p> <p>a) Participar das atividades e das instâncias organizativas e deliberativas do SINASEFE;</p> <p>b) Votar e ser votado(a) para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado os casos de inelegibilidade previstos, sendo garantido esses direitos, mesmo que a DSS da Seção Sindical a qual e vinculado, não esteja em dia com suas obrigações estatutárias.</p> <p>c) Convocar, junta ou junto com 1/5 de sindicalizadas e sindicalizados, o CONSINASEFE.</p> <p>d) Convocar, junta ou junto com 1/5 das sindicalizadas e sindicalizados da Seção Sindical, a Assembleia Geral da Seção Sindical.</p>

Justificativa:

Garantir o direito da e do sindicalizado, em dia com suas obrigações estatutárias, de votar, ser votada e votado, mesmo que a Seção Sindical a qual é vinculado, não esteja em dia com suas obrigações estatutárias.

Tese 41 Alteração Art. 47./Alínea "m"

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – Seção Manaus)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 47 [...] m) Representar, perante as instâncias internas competentes, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder no âmbito da entidade.	Art. 47 [...] m) Representar, perante as instâncias internas competentes, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder no âmbito da entidade e, qualquer tipo de atitude ou comportamento discriminatório, seja ele de caráter machista, sexista, racista, homofóbico, entre outros que desrespeitem a dignidade humana.

Justificativa:

O SINASEFE precisa repudiar de maneira exemplar qualquer fatos e ações de caráter machista e de comportamento discriminatório, de forma pedagógica, objetivando a formação de cidadãos conscientes e tolerantes.

Tese 42 Alteração Art. 48

**Autor:ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)**

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
<p>Art. 48. Constituem deveres das Seções Sindicais:</p> <p>I. Por extensão, e no que couber, os deveres previstos no artigo precedente;</p> <p>II. Comunicar e manter informadas as instâncias do SINASEFE sobre eventuais alterações nos Regimentos Internos, sobre resultado de eleições e o que mais for de importância para o conjunto do Sindicato Nacional.</p> <p>III. Implementar a paridade de gênero de cinquenta por cento (50%) na composição das direções sindicais e, em caso de número ímpar, prevalecerá o gênero feminino.</p> <p>Parágrafo Único. O cumprimento dos deveres previstos neste artigo constitui condição indispensável para que a Seção Sindical seja considerada em dia com suas obrigações e credenciada a participar do CONSINASEFE, da PLENA e de outras atividades do SINASEFE.</p>	<p>Art. 48. Constituem deveres das Seções Sindicais:</p> <p>I. Por extensão, e no que couber, os deveres previstos no artigo precedente;</p> <p>II. Comunicar e manter informadas as instâncias do SINASEFE sobre eventuais alterações nos Regimentos Internos, sobre resultado de eleições e o que mais for de importância para o conjunto do Sindicato Nacional.</p> <p>III. Implementar a paridade de gênero de no mínimo cinquenta por cento (50%) na composição das direções sindicais e, em caso de número ímpar, prevalecerá o gênero feminino.</p> <p>§ 1º. O cumprimento dos deveres previstos neste artigo constitui condição indispensável para que a Seção Sindical seja considerada em dia com suas obrigações e credenciada a participar do CONSINASEFE, da PLENA e de outras atividades do SINASEFE.</p>

§2º. Na regra do inciso III deste artigo, não haverá qualquer prejuízo e sanção caso o número de mulheres na representação exceda o patamar mínimo, ainda que o caso se encaixe na regra do número ímpar de membros da direção da seção sindical.

Justificativa: A mesma para alteração do art. 41, § 7º.

Tese 43 Inserção Art.48/Inciso III

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 48 [...]

III. Executar a paridade de gênero de até cinquenta por cento (50%) na composição da(s) chapa(s) na eleição da Direção das Seções Sindicais e, em caso de número ímpar, prevalecerá o gênero feminino.

Justificativa:

A paridade de gênero dentro do SINASEFE tem avançado nos últimos dois anos, desde 2017, quando tornou-se item impositivo no Estatuto do sindicato, no entanto, não representa a realidade nas direções da base, uma vez que o SINASEFE representa duas categorias distintas e a própria dificuldades da organização sindical em cada campi. Implementar a paridade de gênero tem que ser um processo e uma meta, mas não pode inviabilizar a organização de chapas no processo de eleição das bases do SINASEFE.

Tese 44 Alteração Art. 49/§ 2º/inciso b e c/§ 3º/inciso a, b e c

Autor: Flávio dos Santos Barbosa (Colégio Militar do Recife)
Marcelo Teixeira da Silva (Colégio Militar do Recife)
Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (Colégio Militar do Recife)
Aluísio Gomes Coelho (Colégio Militar do Recife)
André de Holanda Sarmento (Colégio Militar de Salvador – IFBA)
Leonardo Bronel Duarte (Colégio Militar de Campo Grande – IFMS)
Luiz Otávio Monteiro Barroso (IFPA-ETRB-CIABA)
Clarissa Maciel Cavalcante (IFPA-ETRB-CIABA)
Jefferson Lima (IFPA-ETRB-CIABA)
David Lobão (SINTEFPB)
Michel Torres (IFRJ)
William Boenavides (IFSUL)
Cleide da Silva (Urutaí)
Inez Sales (IFAM)
Maria das Graças (IFAM)
Cezar (IFES)
Karina Oliveira Brito (IFMT)
Marcos Aurélio (IFSMG)
João Rocha (Triângulo Mineiro)
Robberta Rocha Moura (IFCE-Cariri)
Williamis Vieira (IFAM)
Raimunda Alves (IFAM)
José Mendes (IFAM)
Janeth Fontes (IFAM)
Lara Viviane (IFAM)
Ilsa Leite (IFAM)
Aleida Bermeo (IFAM)

E-mail do autor da tese: flavioliipe@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
49 [...] § 2º. A suspensão será aplicada nas hipóteses de: [...] b) Cumulação de mais de uma conduta passível de advertência por escrito; ou c) Reincidência em qualquer das condutas passíveis de advertência por escrito, no período de 1 (um) ano. § 3º. A destituição de cargo eletivo será aplicada nas hipóteses de: a) Cumulação de mais de uma conduta passível de suspensão; ou b) Reincidência em qualquer das condutas passíveis de suspensão, no período de 1 (um) ano.	49 [...] "§ 2º. A suspensão será aplicada nas hipóteses de: [...] b) No caso de infração da alínea k do artigo 47, a suspensão será por um período de 1 (um) ano; c) Cumulação de mais de uma conduta passível de advertência por escrito; ou d) Reincidência em qualquer das condutas passíveis de advertência por escrito, no período de 1 (um) ano, exceto a alínea k do artigo 47 que, na sua reincidência, acarretará na destituição de cargo eletivo. § 3º. A destituição de cargo eletivo será aplicada nas hipóteses de: a) Cumulação de mais de uma conduta passível de suspensão; b) Reincidência em qualquer das condutas passíveis de suspensão, no período de 1 (um) ano; ou c) Reincidência da alínea k do artigo 47

Justificativa: Visando uma maior responsabilidade dos sindicalizados quando das investiduras de cargos eletivos na Direção Nacional do Sinasefe e nas Seções Sindicais, respeitando os preceitos da alínea f do artigo 47 (Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo), da alínea g do artigo 47 (Respeitar e praticar a ética sindical) e, sobretudo, a alínea i do artigo 47 (Zelar pelo patrimônio do SINASEFE), propomos as alterações no Estatuto do Sinasefe, por considerar como inadmissível que um sindicalizado em cargo eletivo, que se propõe a respeitar o artigo 47, venha acionar o sindicato na justiça burguesa e assim obter vantagens financeiras ou de qualquer outra natureza, levando-se em conta que esta vantagem será obtida das contribuições voluntárias de nossos filiados.

Tese 45 Alteração Art. 49/§ 4º

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – Seção Manaus)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 49 [...] § 4º. Para aplicar as sanções referidas no caput deste artigo, será constituída uma Comissão de Ética que analisará o caso, apresentando parecer para as instâncias deliberativas competentes do SINASEFE; a constituição dessa comissão será definida no Regimento Interno da entidade.	Art. 49 [...] § 4º. Para aplicar as sanções referidas no caput deste artigo, o Conselho de Ética, analisará o(s) caso(s), apresentando parecer conclusivo sobre o juízo de mérito, através de relatório fundamentado, para as Instâncias deliberativas competentes do SINASEFE, PLENA ou CONSINASFE."

Justificativa:

A apresentação do parecer conclusivo sobre o juízo de mérito da denúncia, através de relatório fundamentado, para submeter à apreciação das instâncias deliberativas deve traduzir que os trabalhos da CE tramitou com agilidade, resguardando a proteção da honra e da imagem do sindicalizado(a) investigado(a), da identidade do(a) denunciante e com independência e imparcialidade na apuração dos fatos. Um parecer conclusivo tem que ter uma estrutura mínima, de modo que os delegados(as) na Plena ou no CONSINASEFE tenham conhecimento do que se trata o processo e, se o CE garantiu ao sindicalizado denunciado o direito da ampla defesa e do contraditório. A estrutura mínima desse Parecer conclusivo deve ser regulamentado no Regimento Interno do SINASEFE.

Tese 46 Alteração Art 49; § 4º

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 49 [...] § 4º. Para aplicar as sanções referidas no caput deste artigo, será constituído anualmente no CONSINASEFE o Conselho de Ética, que analisará os casos, apresentando parecer para as Instâncias deliberativas competentes do SINASEFE, PLENA ou CONSINASEFE.	Art. 49 [...] § 4º. Para aplicar as sanções referidas no caput deste artigo, será constituído a cada dois anos no CONSINASEFE ELEITORAL o Conselho de Ética, que analisará os casos, apresentando parecer para as Instâncias deliberativas competentes do SINASEFE, PLENA ou CONSINASEFE. a) Os membros do Conselho de Ética eleito a cada dois anos em Consinasefe Eleitoral poderão ser reconduzidos somente uma única vez

Justificativa:

Aumento do mandato do Conselho de Ética para evitar descontinuidade da avaliação dos processos em curso pelo Conselho, visto que há diversas interrupções no decorrer das ações do Conselho e irregularidade na realização de Plenas e Congressos que julgam ações e pareceres do Conselho de Ética; e direito apenas a uma reeleição aos membros.

Tese 47 Alteração Art. 49/§ 5º

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – Seção Manaus)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 49 [...] § 5º. A penalidade de destituição do cargo eletivo será aplicada pelo CONSINASEFE; a competência para a aplicação das demais penalidades será definida pelo Regimento Interno da entidade.	Art. 49 [...] § 5º. O Conselho de Ética será regulamentado no Regimento Interno do SINASEFE e os Procedimentos de instrução, relatório e decisão no Regimento próprio do Conselho de Ética, aprovado em PLENA."

Justificativa:

A redação apenas remete as demais regulamentação do CE deverá ser previsto no Regimento Interno do SINASEFE e/ou no Regimento próprio do Conselho de Ética.

Tese 48 Inserção Artigo 49 § 7º

**Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – SEÇÃO MANAUS)**

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 49 [...]

§ 7º - O processo somente será instaurado no Conselho de Ética após o juízo de admissibilidade de denúncia fundamentada e autorizada pela PLENA ou CONSINASEFE. "

Justificativa:

A proposta é definir de forma cristalina no Estatuto do Sindicato que o processo no Conselho de Ética somente será instaurado com autorização da PLENA ou do CONSINASEFE.

Tese 49 Inserção Artigo 49 § 8º

**Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ELIZABETH SOARES DUTRA – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – Seção Manaus)
CECÍLIA DE MENEZES SOBREIRA CUNHA - (IFTM - SEÇÃO
UBERLÂNDIA).**

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.comAutor:

Nova redação proposta:

Art. 49 [...]

§ 8º. O Conselho de Ética terá o mandato de 2 (dois) anos e o seu Presidente o Conselheiro(a) mais votado na eleição.

Justificativa:

Estabelecer o mandato de dois anos do Conselho de Ética e o seu Presidente o Conselheiro(a) mais votado na eleição.

Tese 50 Inserção Artigo 49 § 8º

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com **Autor:**

Nova redação proposta:

Art. 49 [...]

§ 9º. A dosimetria da sanção de suspensão será computado e cumulativo de um mês por enquadramento de cada alínea de descumprimento dos deveres estabelecido no artigo 47.

Justificativa:

A proposta é de estabelecer a dosimetria da penalidade através de critérios transparentes.

Tese 51 Inserção art 56

Autor: Antonildo Santos Pereira - IFBAIANO
Carlos Magno Augusto Sampaio - IFBAIANO
Catia Cilene Farago - IFBAIANO
Ivo da Silva - IFMT
Jeanne Bitencourt - IFMT
José Luiz Papa - IFMG
Lucrécia Helena Iacovino - Colégio Pedro II
Silvio Sergio Rodrigues - IFPB

E-mail do autor da tese: antonildo_fisico@hotmail.com

Nova redação proposta:

Artigo 56. Os bens móveis e imóveis do SINASEFE devem ser fiscalizados e realizada a manutenção necessária.

§1º. O acompanhamento das condições e a manutenção dos bens móveis e imóveis deve ser feita anualmente pela Coordenação de Administração e Finanças, apresentando relatório a Direção Nacional.

§2º. A partir dos questionamentos do Conselho Fiscal ou de qualquer membro da base do SINASEFE, a Coordenação de Administração e Finanças promoverá de forma ágil o reparo ou manutenção.

§3º. Os gastos acima de cinco mil reais serão definidos pela Direção Nacional e homologado pela Plenária do SINASEFE.

§4º. Outros gastos que fiquem acima desse limite e que sejam efetivados de forma extraordinária, em caráter inadiável, poderão ser realizados pela Direção Nacional e justificados em Plenária do SINASEFE.

§5º. Todos os bens móveis e imóveis com valores significativos, devidamente apurados pelo Conselho Fiscal, deverão ter seguros, a fim de evitar prejuízos para o patrimônio do SINASEFE.

Justificativa:

Essa proposta de inclusão de um Artigo 56 no Título VI do Patrimônio e da Receita, tem como finalidade a preservação e manutenção do patrimônio, assim como assegurar que as direções futuras possam cuidar melhor dos bens imóveis e móveis do SINASEFE, que é um bem comum de todos(as) os(as) filiados(as). Justificamos ainda o fato de que não há previsão em nenhum documento normativo do SINASEFE de atribuição desta responsabilidade a qualquer pessoa.

Tese 52 Alteração ART. 60, PARÁGRAFO ÚNICO

Autor: Adão Antônio Pillar (Santa Maria)
Damasceno Cassiana Marques da Silva (Santa Maria)
Cláudia Letícia de Castro do Amaral (Santa Maria)

E-mail do autor da tese: decastro.doamaral@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
ART. 60 [...] Parágrafo Único. Remuneração, para efeito deste Estatuto, é o vencimento básico ou provento do(a) sindicalizado(a), acrescido de todas as vantagens pecuniárias estabelecidas em lei, de caráter permanente ou não, excetuando-se auxílio pré-escolar, auxílio alimentação, adicionais de insalubridade/periculosidade, adicional noturno, salário-família, vale-transporte, décimo terceiro salário e um terço (1/3) de férias.	ART. 60 [...] PARÁGRAFO ÚNICO Nova redação proposta: PÁRAGRAFO ÚNICO: Remuneração , para efeito deste estatuto, é o vencimento básico ou provento do(a) sindicalizado(a).

Justificativa:

Sabe-se que, historicamente, o desconto de 1% sobre a remuneração bruta dos servidores federais para filiação no SINASEFE justificou-se como uma necessidade para a construção do sindicato.

Porém, no atual contexto, pós o período de ampliação da rede, com o aumento grandioso do número de sindicalizados(as) ; entende-se que a alteração para a cobrança de “1% sobre a remuneração básica” seria suficiente para manutenção das atividades do SINASEFE, sem prejuízos para o andamento de suas atividades e, além disso, repercutiria na ampliação do número de filiados(as).

No âmbito de representação da seção sindical Sinasefe Santa Maria, o valor atual da mensalidade tem sido motivo de desfiliação de muitos servidores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, principalmente de professores. Além disso, ressalta-se a não filiação de técnicos administrativos na nossa entidade sindical, porque outras, possíveis de representá-los no âmbito de nossa seção (como a ASSUFMS), propõem um desconto menor na folha de pagamento; sendo, por exemplo, de 1% do básico ou ainda um valor fixo mensal próximo de cinquenta reais.

Entende-se que há necessidade urgente de revisão do valor da mensalidade investida por cada filiado(a) para que tenhamos mais adesões à militância neste momento em que precisamos de estar unidos(as).

Tese 53 Alteração Art. 61

Autores: Flávio dos Santos Barbosa (Colégio Militar do Recife)
Marcelo Teixeira da Silva (Colégio Militar do Recife)
Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (Colégio Militar do Recife)
Aluísio Gomes Coelho (Colégio Militar do Recife)
Marcelo de Oliveira Assunção (Colégio Militar do Rio de Janeiro)
Leonardo Bronel Duarte (Colégio Militar de Campo Grande – IFMS)
Luiz Otávio Monteiro Barroso (IFPA-ETRB-CIABA)
Clarissa Maciel Cavalcante (IFPA-ETRB-CIABA)
Jefferson Lima (IFPA-ETRB-CIABA)
David Lobão (SINTEFPB)
Michel Torres (IFRJ)
William Boenavides (IFSUL)
Cleide da Silva (Urutaí)
Inez Sales (IFAM)
Maria das Graças (IFAM)
Cezar (IFES)
Karina Oliveira Brito (IFMT)
Marcos Aurélio (IFSMG)
Robberta Rocha Moura (IFCE-Cariri)
Williamis Vieira (IFAM)
Raimunda Alves (IFAM)
José Mendes (IFAM)
Janeth Fontes (IFAM)
Lara Viviane (IFAM)
Ilsa Leite (IFAM)
Aleida Bermeo (IFAM)
Robberta Rocha Moura (IFCE-Cariri)
Williamis Vieira (IFAM)
Raimunda Alves (IFAM)
José Mendes (IFAM)
Janeth Fontes (IFAM)
Lara Viviane (IFAM)
Ilsa Leite (IFAM)
Aleida Bermeo (IFAM)

E-mail do autor da tese: flaviolipe@hotmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 61.A Seção Sindical, ao receber a mensalidade sindical, repassará, em conta própria, à DN, 17% (dezessete por cento) do montante arrecadado de julho de 2015 a dezembro de 2015 e de 15% (quinze por cento) a partir de janeiro de 2016.	Art. 61. A Seção Sindical, ao receber a mensalidade sindical, repassará, em conta própria, à DN, 15% (quinze por cento) do montante arrecadado até dezembro de 2019 e a partir de janeiro de 2020 repassará, em conta própria, à DN, 20% (vinte por cento).

Justificativa: 1) Considerando que o sindicato tem uma agenda que compõe vários encontros regionais e especiais dentro do SINASEFE, extremamente necessários a formação da nossa classe de trabalhadores, a redução do repasse das seções sindicais à conta da DN de 20% para 15%, inviabilizou ou reduziu alguns encontros do SINASEFE como: a) Encontros Regionais; b) Encontro do ESCIME (Encontro das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa; c) o Encontro de Formação Política; d) o Encontro de Mulheres do SINASEFE; e) o Encontro Nacional de Educação-ENE; f) o Encontro de Assuntos de Aposentadoria; g) o Encontro do Jurídico. Alguns desses encontros que foram realizados, fez-se com muita dificuldade financeira, deixando o caixa do SINASEFE, por vezes no “vermelho”, passando o débito para outros meses.

2) Considerando que é importante e preponderante a aproximação da Direção Nacional às bases através de visitas, seminários, palestras, etc. esta aproximação ficou muito comprometida, pois muitos foram os pedidos, porém com muita dificuldade conseguiu-se atender algumas, mas como a obrigação é de atender a todos, e, para isso, precisa-se de aporte financeiro para tal, a redução do repasse prejudicou essa ligação entre a Direção e a base.

Por essas considerações solicitamos a alteração no Título VI, DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA, no artigo 61 do ESTATUTO do SINASEFE.

Tese 54 Alteração Art. 61

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 61. A Seção Sindical, ao receber a mensalidade sindical, repassará, em conta própria, à DN, 17% (dezessete por cento) do montante arrecadado de julho de 2015 a dezembro de 2015 e de 15% (quinze por cento) a partir de janeiro de 2016. Parágrafo Único. O repasse para a DN deverá ocorrer em, no máximo, cinco (5) dias úteis após o depósito efetuado pela Instituição de Ensino na conta da Seção Sindical.	Art. 61. A Seção Sindical, ao receber a mensalidade sindical, repassará, em conta própria, à DN, 17,5% (dezessete por cento) do montante arrecadado a partir de Janeiro de 2020.

Justificativa:

A DN teve aumento no número de seus membros, também houve a criação de mais comissões e mais eventos por segmentos e pastas, bem como incremento no número de seções, sem falar no IPCA de mais de 11% acumulado desde 2016, isso fez com que os gastos aumentassem desproporcionalmente a receita arrecada da Nacional, por isso a necessidade de implementar esse aumento para a realização das lutas da DN e das atividades nacionais do sindicato e apoio mais efetivo às bases.

Tese 55 Supressão §1º do art. 62

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:

Art. 62 [...]

§ 1º. Do total dos recursos obtidos pela Seção Sindical, provenientes de ações judiciais, conforme estabelecido no caput deste artigo, serão repassados 20% (vinte por cento) para a DN, em conta própria

Justificativa:

Se aprovado o aumento do repasse das seções à Direção Nacional, não haverá necessidade de manutenção desse modelo de repartição dos ganhos com a DN provenientes de ações judiciais. Tal supressão, do § 1º do art. 62, fica condicionada a aprovação do aumento do repasse das Seções à DN para 17,5%.

Tese 56 Inserção Art. 62, novos: §§ 1º, 2º e 3º

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DÁLVARO BARBOSA (IFBA).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (IFC VIDEIRA – SC).
ELENIRA VILELA (IFSC).
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA).
ISAIAS DOS SANTOS (IFC-SINASEFE LITORAL-SC).
LUZIA MATOS MOTA (IFBA). MARLENE SOCORRO (IFBA).
MATHEUS DOS SANTOS SANTANA (IFBA).
ROSA MOTA (IFBA).
SILVIA ELAINE DE ALMEIDA (IFBA);
TERESA BAHIA (IFBA),
CAMILA FÉLIX (IFBA),
HELLEN RODRIGUES (IFBA)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 62, novos: §§ 1º, 2º e 3º

"§1º: Para substituição e/ou recomposição de membros da DN por outra pessoa da mesma chapa, dentro do seu número de cadeiras obtidas no Consinasefe Eleitoral, basta simples comunicação escrita à DN por um dos membros da chapa que componha a DN, e essa deverá proceder a homologação da troca;

§2º: O substituto deverá constar no rol de inscritos da chapa no Consinasefe Eleitoral, a ser verificado pela Secretaria da Direção Nacional; e obedecerá a proporcionalidade original e a paridade de gênero;

§3º: Após confirmação da substituição pela DN, faculta-se à chapa a apresentação formal do substituto em fórum do Sinasefe com consignação em ata, sem prejuízos à participação do substituto em atividades e reuniões da DN."

Justificativa: Hoje não há um rito estabelecido que reja esse procedimento tão comum no sindicato de substituição de membros da DN por outros da mesma chapa. Tem ficado ao sabor dos diversos plantões, em que cada um dá a sua interpretação, de acordo com a sua conveniência, e as vezes fazendo a chapa que tem necessidade de trocar um membro esperar semanas até a chegada de uma Plena ou Congresso, enquanto decisões são tomadas na DN com o desfalque de membros de determinada chapa. Para evitar tais incômodos, há a necessidade de criar-se um procedimento padrão, que valha para todas as chapas que compõem a DN e que desejem fazer algo bastante corriqueiro na vida do sindicato e imprevisível, por sinal, já que qualquer pessoa poderá ausentar-se por qualquer período de tempo, pelos mais variados motivos, sem necessariamente configurar vacância.

Coletivo 1º de MAIO

Tese 57 Alteração Art.62/§1º

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 62 [...] § 1º. Do total dos recursos obtidos pela Seção Sindical, provenientes de ações judiciais, conforme estabelecido no caput deste artigo, serão repassados 20% (vinte por cento) para a DN, em conta própria.	Art. 62 [...] § 1º. Do total dos recursos obtidos pela Seção Sindical, provenientes de ações judiciais, conforme estabelecido no caput deste artigo, serão repassados 15% (quinze por cento) para a DN, em conta própria.

Justificativa:

Manter de mesma forma o percentual de 15% (quinze por cento) de repasse das mensalidades e também de possível ação judicial.

Tese 58 Alteração Art. 65

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 65 Em caso de vacância de membros da Direção Nacional, os cargos serão preenchidos pelos suplentes, podendo ocorrer remanejamento dos cargos a fim de que se preserve a proporcionalidade original.	Art. 65. Em caso de vacância de membros da Direção Nacional, os cargos serão preenchidos pelos suplentes, prioritariamente, podendo ocorrer remanejamento dos cargos e nomes, a fim de que preserve a proporcionalidade original e dos sindicalizados(as) inscritos nas chapas registradas no CONSINASEFE ELEITORAL.

Justificativa:

A proposta é de garantir, de forma cristalina, que somente os suplentes e os inscritos nas chapas da eleição para DN possam ocupar os cargos da DN, em caso de vacância.

Tese 59 Inserção Art. 65 Parágrafo Único

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. 65 [...]

Parágrafo Único. O remanejamento e/ou substituição de nome na composição na Direção Nacional, pelas chapas, deverá ser por escrito em PLENA ou CONSINASEFE e a ata registrada.

Justificativa:

O acréscimo do parágrafo faz-se necessário, considerando que a ocupar um dos cargos da DN requer formalidade para o efetivo exercício do mandato, o que requer o devido registro cartorial dos membros da DN.

Tese 60 Alteração Art. 68

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 68. As atuais Seções Sindicais têm o prazo até o próximo CONSINASEFE ordinário para modificar seus Regimentos Internos, adequando-os ao presente estatuto.	Art. 68. As Seções Sindicais têm o prazo de até o próximo CONSINASEFE ordinário para adequar os seus Regimentos Internos ao presente Estatuto.

Justificativa:

Um artigo nas disposições gerais que deve permanecer e ser renovado a cada congresso estatuinte.

Tese 61 Supressão Art. 70

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:

Art. 70. A Direção Nacional deverá, num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, apresentar em PLENA, para deliberação, proposta de Regimento Interno do SINASEFE NACIONAL.

Justificativa:

A DN já cumpriu o a deliberação, portanto, essa disposição transitório pode ser suprimida.

Tese 62 Supressão Art. 73

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:

Art. 73. Para a condução do próximo processo eleitoral, a Comissão Eleitoral será composta em Plenária, por autorização, delegação e deliberação do XXXI CONSINASEFE.

Justificativa:

A DN já cumpriu o a deliberação, portanto, essa disposição transitório pode ser suprimida.

Tese 63 Alteração Art. 73

Autor: Diego Silva Leon - SINTEFPB/IFPB
José de Araujo Pereira - SINTEFPB - Campina Grande - PB
José Roberto Costa Nascimento -Seção Manaus
Lauri João Marconatto - Sinasefe Seção Rio do Sul - SC
Liria Lara Soares - Sinasefe/IFMG

E-mail do autor da tese: laurimarconatto@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 73. Para a condução do próximo processo eleitoral, a Comissão Eleitoral será composta em Plenária, por autorização, delegação e deliberação do XXXI CONSINASEFE.	Art. 73. Para a condução do processo eleitoral, a Comissão Eleitoral será composta em Plenária, por autorização, delegação e deliberação do CONSINASEFE estatuinte imediatamente anterior.

Justificativa:

evitar a necessidade de modificar o art 73 a cada Consinasefe

Tese 64 Supressão Art. 73

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:

Art. 73. Para a condução do próximo processo eleitoral, a Comissão Eleitoral será composta em Plenária, por autorização, delegação e deliberação do XXXI CONSINASEFE.

Justificativa:

Desatualizado, não há mais necessidade de permanecer no Estatuto, refere-se a ato já exaurido e completo, que foi referente ao 31º Consinasefe.

Tese 65 Supressão Art. 74

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Texto atual:

Art. 74. As Comissões de Ética constituídas até o presente Congresso concluirão seus respectivos trabalhos, mantendo as regras e procedimentos.

Justificativa:

Todas as Comissões de Ética já foram conclusas e extintas, logo, não há mais a necessidade dessa disposição transitória, que culminou com a criação e condensação das demandas no novo Conselho de Ética.

Tese 66 Alteração Art. 74

Autores: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)
ROSÂNGELA DA SILVA FREITAS – (PEDRO II SINDISCOOP)
ELIZABETH SOARES DUTRA – (PEDRO II SINDISCOOP)
ERLANI SILVA DE OLIVEIRA – (IFAM – Seção Manaus)
CECÍLIA DE MENEZES SOBREIRA CUNHA - (IFTM - Seção Uberlândia).

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Texto atual:	Nova redação proposta:
Art. 74 O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.	Art. 74. Prorrogar o mandato dos membros Titulares e Suplentes do Conselho de Ética eleita no 32º CONSINASEFE até o próximo CONSINASEFE eleitoral.

Justificativa:

Faz-se necessário para equiparar o mandato dos membros do Conselho de Ética Eleitos no 32º CONSINASEFE ao mesmo período do mandato da Direção Nacional, ou seja, dois anos.

Tese 67 Inserção da DIREÇÃO NACIONAL

Autor: IVO DA SILVA - (IFMT – Seção Cuiabá/MT)

E-mail do autor da tese: ivoalcides@gmail.com

Nova redação proposta:

"Art. Os membros da DIREÇÃO NACIONAL, assim como os da DIRETORIA das Seções Sindicais do SINASEFE, efetivos e suplentes, prioritariamente do gênero feminino, gozarão de estabilidade sindical, conforme o disposto no inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal.

Justificativa:

Com a Constituição de 1988, a garantia provisória no emprego do dirigente sindical foi elevada a nível de direito e garantia fundamental e social (Título II, Capítulo II), tornando-se um direito constitucionalmente assegurado (Art. 8º, VIII, CF):
"Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei".
Considerando que se discute a limitação do número de dirigentes e suplentes no que se refere à estabilidade provisória dos dirigentes sindicais. Considerando que a própria CLT, em seu artigo 522, caput, também previa uma limitação quantitativa: "Art. 522. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral". O Estado está, portanto, limitando o número de dirigentes e suplentes que os sindicatos podem ter. Tal limitação, imposta pela CLT, ainda em sua redação original e vigente até hoje, é fruto da forte interferência estatal, inerente ao corporativismo que inspirou a Constituição de 1937 e a própria CLT original. Isso levantou questionamentos sobre a não recepção do dispositivo celetista pela Constituição de 1988. Considerando que até o momento, o entendimento é: não importa quantos dirigentes sejam eleitos, apenas sete titulares e sete suplentes terão direito à garantia provisória no emprego em cada sindicato, desde que ocupem a diretoria, não incluindo os delegados sindicais nem os membros do conselho fiscal. Considerando que a Direção Nacional é composta de 21 (vinte e um) titulares e 06 (seis) suplentes. A minha proposta e que fica resguardado, para todos os efeitos da referida estabilidade, seja, prioritariamente do gênero feminino.

Tese 68 Inserção Da Coordenação de Administração e Finanças

Autor: JOSE DO NASCIMENTO JUNIOR - SINTEFPB

E-mail do autor da tese: juniorifcg@gmail.com

Nova redação proposta:

Da Coordenação de Administração e Finanças – CAF compete:

- 1) Zelar pelas finanças do Sindicato;
- 2) Ter sob seu comando e responsabilidades os setores de Tesouraria e Contabilidade do Sindicato;
- 3) Propor e coordenar a elaboração e a execução do Plano Orçamentário Anual, bem como suas alterações, a ser aprovado pela Coordenação Geral, submetido, ainda, ao Conselho Fiscal e à aprovação em Plena Nacional;
- 4) Elaborar relatórios e análises sobre a situação financeira do Sindicato e apresentá-los trimestralmente à Coordenação Geral;
- 5) Elaborar o Balanço Financeiro Anual que será submetido à aprovação da Direção Nacional, do Conselho Fiscal e da Plena Nacional;
- 6) Ter sob sua responsabilidade a guarda e a fiscalização dos documentos, contratos e convênios atinentes a sua pasta;
- 7) Adotar as providências necessárias a impedir a deterioração financeira do Sindicato;
- 8) Arrecadar e receber numerário e contribuições de qualquer natureza, inclusive doações e legados.

Parágrafo único - O Plano Orçamentário deverá conter, entre outros:

- a) Orientações gerais a serem seguidas pelo conjunto do Sistema Diretivo e pelos setores do Sindicato;
- b) A previsão de receitas e despesas para o período.

Justificativa: A Coordenação de Administração e Finanças – CAF, tem como objetivo realizar o planejamento, organização, auditoria, contabilidade e controle das finanças do sindicato.

Tese 69 Inserção Encontro Nacional de Mulheres

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. XX. O Encontro Nacional de Mulheres do SINASEFE realizar-se-á anualmente, em data definida por PLENA, e terá a duração mínima de dois (2) dias.

Parágrafo único: A Comissão de Organização do Encontro de Mulheres do SINASEFE será composta pelas mulheres da DN e por cinco (5) mulheres representantes da base eleitas na mesma PLENA que fixar a data do Encontro.

Justificativa:

O modelo atual de atrelamento do Encontro com Congressos do Sinasefe torna inviável a participação de parte significativa de mulheres da base devido a longa duração, entre 4 a 5 dias, sem contar com deslocamento, por isso, faz-se necessário que seja feito em data diferente a ser definida numa Plena com pauta específica, e com duração mínima de dois dias para desempenho das atividades e da programação definida. O evento deve ser tocado sobretudo pelas mulheres da DN com o apoio de 5 mulheres da base, eleitas em Plena, que também deverão compor a organização do evento.

Tese 70 Inserção Conselho de Ética

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Nova redação proposta:

Art. XX. O atual Conselho de Ética terá o mandato prorrogado até a realização do CONSINASEFE ELEITORAL em 2020, a partir daí todos os demais mandatos do Conselho de Ética seguirão o mesmo interstício para eleição da DN.

Justificativa

O mandato de caráter anual do Conselho de Ética torna inviável a execução dos seus trabalhos, devido aos prazos e os intervalos para realização dos fóruns que disciplinam e julgam seus passos, como Plenas e Congressos. Destarte, defende-se mandato de dois anos, com direito, somente, a uma reeleição dos membros.

Tese 71 Alteração CONSELHO DE ÉTICA

Autor: ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
INÉZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC)
GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA)
MATHEUS SANTANA (IFBA)
ELENIRA VILELA (IFSC)
MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
SILVIA ELAINE(IFBA)
CAMILA FÉLIX(IFBA)
TERESA BAHIA(IFBA)
HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA)
ERISWAGNER SOARES(IFBA)
CAMILA SOUSA(IFBA)
DÁLVARO BARBOSA(IFBA)
HELLEN RODRIGUES(IFBA)
EDILZA OLIVEIRA(IFBA)
ELIS LOPES (IFBA)
FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

E-mail do autor da tese: matheusifba92@gmail.com

Nova redação proposta:
CONSELHO DE ÉTICA – FUNCIONAMENTO
Sem artigos, apenas justificativa

Justificativa:

Urge que se tenha um novo modelo de funcionamento do Conselho de Ética, que garanta que toda e qualquer denúncia poderá ser apresentada por sindicalizado (a) em dias com suas obrigações sindicais de acordo com o Estatuto e Regimento Interno do SINASEFE.

Na nova proposta, a denúncia será encaminhada DIRETAMENTE ao Conselho de Ética, por meio físico e/ou virtual, devidamente identificada, facultando-o ao denunciante a apresentação em Plena ou Consinasefe. Sob critérios objetivos, de fato e de direito, com a devida fundamentação legal, baseada nos documentos fundantes do sindicato e no ordenamento pátrio, ouvidas as partes, o Conselho de Ética fará um JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE, um juízo inicial, quanto a validade da denúncia, de aceitação da denúncia, que culminará na decisão de PROSSEGUIMENTO/ACEITAÇÃO DA DENÚNCIA ou ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA em formato de relatório a ser apresentado numa Plena ou Congresso, para apreciação e posterior votação dos delegados, com o mínimo de embasamento

possível sobre os fatos, inclusive para divergir, para conduzir e nortear o voto dos delegados (as) presentes.

O juízo de admissibilidade consiste na atividade pela qual o Conselho de Ética analisará se foram preenchidos os requisitos mínimos exigidos para que a sua inércia seja rompida. Funciona como um mecanismo de filtragem em relação às demandas propostas sempre perante a Direção Nacional, a fim que somente aqueles que preencham os requisitos exigidos sejam admitidos e ultrapassem a barreira para que a análise do mérito seja realizada e produza-se relatório final com recomendação de condenação ou não; nos moldes da antiga Comissão de Apuração Prévia.

A admissibilidade deve ser analisada sob dois ângulos: requisitos para o exercício do direito de postular do sindicalizado e requisitos para que o Processo seja constituído e se desenvolva regular e validamente no âmbito do Conselho de Ética.

Contados 60 (sessenta) dias úteis após o recebimento da denúncia pelo Conselho de Ética, esse deverá apresentar relatório prévio da aceitação da denúncia numa Plena ou Congresso, caso seja impossível apresentar dentro deste prazo, este, de forma fundamentada, deverá solicitar a Plena ou Congresso a prorrogação por igual período, por apenas uma única vez.

Findado o juízo de admissibilidade da denúncia e elaboração de relatório inicial pelo Conselho de Ética com sua recomendação, poderá então ser apresentada em Plena ou Congresso, oportunidade onde os delegados votarão o Relatório expositivo do Conselho de Ética, e decidirá se acata ou não a orientação do Conselho de Ética, qual seja pela Rejeição e Arquivamento da Denúncia ou Prosseguimento/Aceitação desta para apuração mais detalhada dos fatos.

Caso os delegados votem pelo acolhimento da denúncia, o Conselho de Ética terá mais 60 dias para concluir o processo de apuração e produção de Relatório Final com as recomendações previstas. Prazo que também poderá ser prorrogado por uma única vez, desde que aprovado em Plena ou Congresso.

O objetivo dessa proposta é evitar a situação teratológica, perdulária e nociva que hoje se dá em Plenas e Congressos, quando delegados da base totalmente alheios as situações apresentadas, sem nenhuma exposição acurada dos fatos quanto aos requisitos e pressupostos de validade de qualquer denúncia, apenas baseado em relatos, escritos ou orais, carregados de comoção e verve política, são levados a votar, sem quase ou nenhuma certeza do que estão fazendo, apenas para se verem livres e votar para que a denúncia prossiga, e em muitas ocasiões a denúncia é aceita sem sequer ouvir a parte acusada, o que também representa riscos ao exercício da ampla defesa e do contraditório. Os delegados são expostos a situações vexatórias, brigas, ofensas, acusações, e cria-se um clima sem nenhuma racionalidade, onde os grupos políticos fazem questão de contaminar aquilo que deveria mais se aproximar do devido processo legal, garantia fundamental de todo cidadão brasileiro e marca do Estado de Direito.

Desta forma, pretende-se garantir o direito de todo filiado denunciar e apontar as irregularidades, contudo sujeito ao filtro da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação e das garantias fundamentais; filtro esse que será e deverá ser observado pelo Conselho de Ética, que elaborará um documento, um parecer com argumentação razoável para contribuir com a votação dos delegados presentes em Plenas e Congressos, que hoje são obrigados a presenciar verdadeiras batalhas de narrativas sobre fatos antes mesmo de serem apurados pelo Conselho de Ética, quanto a aceitação ou arquivamento da denúncia, sem necessariamente ater-se

ao mérito. Ressalte-se, a denúncia será encaminhada AUTOMATICAMENTE ao Conselho de Ética, que avaliará quanto a sua admissibilidade para devida apuração, ouvidos (as) todos (as) envolvidos (as).

Isso também facilitará o trâmite, já que nenhuma denúncia para ser analisada e apreciada pelo Conselho de Ética terá necessidade de aprovação em Plena ou Congresso, antes, será apresentada diretamente ao Conselho, este avaliará se a denúncia merece prosperar para uma apuração mais detalhada e apresentará relatório quanto a isso em Plena ou Congresso, e, seja qual for o fórum, decidirá, com a devida fundamentação jurídica, no princípio da persuasão racional, traço fundamental do Estado Democrático de Direito, decisões com o mínimo de fundamentação legal, os delegados decidirão se a denúncia será arquivada ou deverá ser processada pelo Conselho de Ética; frisa-se que a Plena ou Congresso poderá posicionar-se de forma contrária as recomendações interlocutórias de admissibilidade contidas no parecer do Conselho de Ética. O Congresso autorizará o atual Conselho de Ética apresentar proposta de Regimento com as alterações aduzidas nessa tese, para implementação do exposto aos casos que se seguirão após a aprovação do novo Regimento do Conselho de Ética em Plena, com as seguintes alterações.

**TESES DE
COMBATE ÀS
OPRESSÕES**

Tese 72: SINASEFEMINISTA: ROMPENDO O TETO DE VIDRO

Estelamaris Borges

Rúbia Sagaz

Ser mulher numa sociedade em que o modo de produção e reprodução da vida se pauta pela mercantilização de corpos, saberes, identidades, sexualidades, habilidades e inteligências é um imenso desafio. Com o aprofundamento da crise capitalista, nossos infortúnios cotidianos tornaram-se ainda maiores. O capitalismo, para nascer, desenvolver-se e, sobretudo, para garantir a acumulação privada do capital, demandou uma tirânica e impiedosa aliança com outras estruturas de opressão e exploração, sem poder ou querer desvincular-se delas. Até os dias atuais, para se manter, ele se retroalimenta do machismo, do racismo, da lgbtfobia e de outras formas de dominação e opressão. Neste cenário, as mulheres, a negritude, os povos originários e a população LGBT são tratados como seres humanos de segunda categoria, com menos ou nenhum direito e privilégio se comparados aos homens brancos, heteronormativos, cis-gêneros. Nos períodos de crise, esses grupos são ainda mais aviltados, perdendo, muitas vezes, para além de direitos, as próprias vidas.

Mas, se por um lado, as crises capitalistas nos colocam como alvos preferenciais, são elas também que nos forjam enquanto classe e gênero capazes de protagonizar um levante contra tamanhas arbitrariedades e injustiças. Somos nós, mulheres trabalhadoras, quem mais demandamos pelos serviços estatais –principalmente aqueles ligados à esfera reprodutiva¹ da vida, como creches, escolas, saúde pública, assistência social, etc.; somos nós que, em uma enorme quantidade de lares, chefiamos nossas famílias; somos nós aquelas que são culturalmente destinadas às atividades de cuidados com idosos e crianças, quando o Estado falta com seu dever de garantir políticas públicas direcionadas às pessoas de ambas as faixas etárias. Somos nós que sabemos o preço do feijão, do transporte público, do sabão, e, sobretudo, o preço da responsabilidade pela formação de pessoas, de afeto, pelos cuidados, e pela fabricação de mercadorias. Por tudo isso, somos nós a linha de frente da resistência anti-opressão e anticapitalista. E, um breve resgate histórico nos manifesta notoriamente esta afirmação.

¹ A noção de produção e reprodução da vida social aqui utilizada é devedora das 'teorias da reprodução social' que mostram como a produção de mercadorias e a produção da vida fazem parte de um processo integrado; as atividades que reproduzem as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e são a própria base do capitalismo - como fazer comida ou a cama, costurar e lavar as roupas, cuidar de crianças, idosos ou doentes que estão fora do mercado de trabalho e dar à luz novos trabalhadores e trabalhadoras-, são executadas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade. Dentre as autoras que desenvolvem essas teorias, podemos citar, Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner, Susan Ferguson, David McNally e Heleieth Saffioti.

As mulheres trabalhadoras estiveram na vanguarda das lutas na Revolução Francesa, Revolução Russa, Revolução Cubana; em todas elas, ascendendo a chama do processo revolucionário. Já no século XXI, em 2017, com o lema “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós!”, centenas de milhares foram às ruas numa Greve Internacional de Mulheres. Esse movimento acabou por impulsionar ainda mais um 8 de março classista e de luta. Em 2018, especificamente no Brasil, o maior ato feminista da história do país conduziu milhares de mulheres às ruas pelo #elenão, num marco de resistência contra o avanço da extrema direita, do conservadorismo e do fundamentalismo expressos no projeto político representado por Jair Bolsonaro. Por tudo isso e pelo nível de violência que sofremos dia após dia, nós mulheres seguiremos marchando e travando o necessário combate (das ações e das ideias) para que nossos direitos não sejam retirados, nossos corpos não sejam violentados, nossas vozes não sejam caladas e nossas vidas não sejam assassinadas. A conjuntura nos convoca a seguir em luta e, para isso, é fundamental que estejamos cientes de nossa tarefa e conscientes de nossa classe. Portanto, esta tese propõe que a Direção Nacional do SINASEFE, por intermédio da Pasta de Mulheres e em parceria com as seções regionais/locais, promova “Encontros Regionais de Formação Política Para Mulheres”. Os encontros devem acontecer nas 5 regiões do país, podendo ser um a cada 2 meses, nos anos ímpares, a começar por 2021. Isto para que o ano de formação feminista classista não concorra com os congressos eleitorais. Os temas a serem tratados circulariam as pautas referentes às lutas da classe trabalhadora, que impactam especialmente na vida das mulheres; como: história da luta das mulheres; feminismos; epistemologias e métodos feministas, debates de gênero, raça e classe; gênero, sexualidade, identidade e aborto; mulheres na política; luta das mulheres e luta de classes; mulheres e sindicatos, mulheres e emancipação. Nos anos pares - anos de congresso eleitoral - propomos, ainda, que se promova um “Encontro Nacional do Gênero pela Classe” - que deve ser colado ao congresso eleitoral - onde toda formação política feminista classista, já absorvida pelas mulheres nos encontros regionais de formação e no encontro anual de mulheres, possa ser então socializada com mais mulheres e, também, com os homens trabalhadores, que constroem conosco a luta sindical. O SINASEFE deve incentivar a participação das companheiras e, sobretudo, dos companheiros no encontro anual. Isto se deve ao fato desta tese estar situada no campo socialista do feminismo marxista e, portanto, compreendemos que mulheres trabalhadoras devem avançar, mas não sozinhas. A premissa de que a luta das mulheres é tão importante quanto a luta de classes é o nosso princípio: uma não deve invalidar ou apequenar a outra. Quanto maior a resistência de classe, maior deve ser nossa consciência de gênero e o oposto também; quanto maior nossa formação feminista, maior deve ser nossa certeza de que a classe trabalhadora é composta por mulheres, homens como

por toda a diversidade de gênero, resistindo juntas e juntos aos ataques do capital - tanto no que tange às opressões de gênero e raça/etnia, quanto a exploração de classe - mais chances teremos de avançar. Nossas duas propostas não invalidam de nenhuma forma o Encontro de Mulheres que o SINASEFE já promove, mas, pretendem se juntar a esta iniciativa e às outras que já tenham por propósito ampliar o debate de gênero em um espaço tão hegemônico por práticas sexistas e misóginas. Compreendemos que, quanto mais o SINASEFE fomentar a formação de mulheres sindicalistas, mais poderemos nos inserir na luta sindical com afoiteza e destemor; ao mesmo tempo que poderemos, ainda, escancarando a dominação patriarcal reproduzida nos espaços onde ela deveria ser atacada por todas e todos nós, construir relações de equidade entre os sexos e gêneros de forma que nossos companheiros também se juntem a nós nessa frente de luta por uma sociedade emancipada das opressões. Pelas mulheres de nossa classe, e, especialmente, por nossa classe, rompamos nosso teto de vidro! Assim avançaremos mais.

Assinam esta tese:

Artemis Martins- IFCE

Clarissa Cavalcante- IFPA

Estelamaris Borges- IFMG

Inez Sales Aguiar- IFAM

Leila de Almeida Castilho- IFRS

Lissandra Luvizão Lazzarotto- Seção Bento Gonçalves

Maysa Eichner da Silva Bazana- IFC Litoral

Márcia Soraya Teani - IFSP Campus Jacareí

Roberta Rocha Moura- IFCE

Rosângela Castro- IFBA

Rúbia Sagaz-IFCLitoral

Selma Regina Olla Paes de Almeida - IFSP Campus Campinas

Sheyla Gorayeb Silva - IFSP Campus Caraguatatuba

Stephanie Di Chiara Salgado- IFRJ

Tânia Regina Barbosa de Sousa- IFS Sergipe

Tese 73: Combater as opressões para unir a classe na luta contra o capitalismo

O aprofundamento da crise econômica mundial acirra a polarização na sociedade. A política dos sucessivos governos para salvar os capitalistas da crise é atacar os direitos dos trabalhadores. As conseqüências dessa política e os efeitos da crise têm levado ao rebaixamento das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora e submete um setor da classe, especialmente as mulheres, negras e negros, imigrantes e LGBTs, a uma condição de barbárie social com o aumento da miséria, desemprego e violência.

Bolsonaro se elegeu apoiado em um discurso de ódio contra mulheres, negros, LGBTs e imigrantes. Chamou quilombola de vagabundo e incapaz até de reproduzir! A Ministra Damares ataca as LGBTs, a “ideologia de gênero”, defende uma única forma de família e a submissão da mulher. Reproduzem o que há de mais atrasado em relação aos preconceitos e discriminações criados pelas ideologias de opressão. Para garantir os privilégios da burguesia, intensifica ainda mais a perseguição aos setores oprimidos da classe trabalhadora e institui políticas que restringem o acesso aos direitos democráticos mínimos.

Este discurso de ódio está a serviço do seu projeto de semi-escravidão e recolonização do país. A opressão é utilizada como um mecanismo para superexplorar os trabalhadores, dividir a classe e subjugar as mulheres, negros, LGBT e imigrantes, relegando-os a informalidade, o subemprego, ao desemprego crônico e excluídos dos direitos básicos de saúde, educação, moradia, terra e assistência social. Os quilombolas e indígenas estão sendo expulsos de suas terras. O governo deu carta branca para um verdadeiro ataque as reservas, permitindo o garimpo e favorecendo o agronegócio, bem como o uso da violência e assassinato dos latifundiários contra as comunidades.

4. A reprodução da opressão é utilizada para desmoralizar a vanguarda das lutas no último período e para dividir a classe, colocando homens contra as mulheres, brancos contra negros e negras, brasileiros contra imigrantes. Há um ascenso de luta das mulheres em todo o mundo, bem como do conjunto dos setores oprimidos, como parte de uma luta geral da classe trabalhadora contra o pacote de ataques e austeridade. Em todas as manifestações no país, desde 2010, com as revoltas dos operários da construção civil nas grandes obras, categoria majoritariamente negra; passando pelas mobilizações de rua em 2013 contra o governo do PT, quando a maioria dos manifestantes eram mulheres e LGBTs; as greves e paralisações de diversas categorias e o ato do #EleNão, primeira manifestação de massas contra Bolsonaro; os setores oprimidos foram protagonistas na luta de classes do país.

Não é privilégio de Bolsonaro a utilização dessas ideologias, visto que o capitalismo como um sistema de opressão e exploração, sempre se beneficiou da condição de desigualdade dos setores oprimidos para lucrar, e a política dos governantes representantes da burguesia mantiveram as desigualdades. As mulheres, negros e LGBTs nunca tiveram os mesmos direitos sociais mesmo nos governos do PT. Foram os primeiros a serem demitidos, a perderem suas casas, a viverem na marginalidade, a sofrerem com a falta de acesso a educação e saúde pública.

Com o avanço da ultradireita em vários países do mundo até os direitos democráticos, conquistados com muita luta, estão ameaçados. Nos EUA, por exemplo, o aborto legal foi garantido às mulheres em 1973 e, desde então, sofre ataques dos setores conservadores, mas agora começa a sofrer retrocessos na legislação em vários estados, ficando proibida a interrupção de uma gestação mesmo quando fruto de incesto ou estupro. Na Rússia, houve um retrocesso na legislação em relação a punição em caso de violência doméstica e a total criminalização da homoafetividade.

Essa reação da ultradireita frente as conquistas arrancadas pelos setores oprimidos nos últimos anos, só reforça a necessidade de derrotar esses governos e seus projetos conservadores nas ruas, como foi o caso da greve de mulheres da Polônia para barrar a restrição aos casos legais de aborto no país e a luta que derrotou o “PL da cura gay” proposta pelo deputado Feliciano. Também se viu no país do sonho americano, a explosão de várias manifestações da população negra, a partir do movimento “Black lives matter” (vidas negras importam) frente aos crescentes casos de assassinato de pessoas negras por parte da polícia. Contudo, em países com governos “ditos mais progressivos” como na Suíça as mulheres fizeram greve por salário igual para trabalho igual e contra a violência machista; e mais recentemente no México houveram manifestações contra o aumento da violência e o desmantelamento das políticas para mulheres por parte do governo Obrador.

No Brasil a história dos setores oprimidos é de muita violência e privações. Somos o país em todo o mundo no qual mais se assassina LGBT's. As pessoas trans sequer tem acesso ao mercado de trabalho. O fardo de ter sido o último país a abolir a escravidão de negros e negras pesa sob nossas costas até hoje, passando pelas políticas higienistas, de embranquecimento da população, ao mito da democracia racial e harmonia da miscigenação. Há um genocídio da juventude negra da periferia pela PM e milicianos, como retrata o recente e triste assassinato de 6 jovens da periferia do Rio de Janeiro em 5 dias baleados em operações policiais, sem ter cometido qualquer crime. As mulheres trabalhadoras são assassinadas de várias formas seja pela violência doméstica, pelos estupros bárbaros ou pela negligencia e perversidade do Estado. No caso das mulheres negras o feminicídio é ainda maior que entre as brancas e cresceu de forma drástica, 54% nos últimos 10 anos. Os imigrantes venezuelanos, bolivianos e haitianos são obrigados a aceitar condições de trabalho terríveis, desumanas, para receber muitas vezes menos que um salário mínimo, sem qualquer direito assegurado.

Fato é que mesmo com muita resistência e conquistas democráticas dos setores oprimidos por todo o mundo, as desigualdades de gênero, racial, de nacionalidade, e de orientação sexual estão longe de acabar. A prática homoafetiva ainda é vista como crime em 70 países, sendo 33 deles no continente africano. Em 6 desses países as pessoas LGBTs são condenadas a pena de morte. O aborto é uma prática legalizada apenas em 63 países. Apesar do estado ser supostamente laico, há intolerância religiosa e ataque direto a terreiros de matrizes africanas. Os imigrantes são considerados trabalhadores de segunda categoria, empregados sem direito algum e jogados na marginalidade. Hoje vivemos a maior crise migratória desde a segunda guerra mundial.

Isso só demonstra que no capitalismo as reivindicações dos setores oprimidos não se realizarão de maneira plena, completa e permanente. É necessário destruir o capitalismo que se retroalimenta e reproduz as opressões para explorar mais a classe trabalhadora de conjunto e aumentar seus lucros rebaixando as condições de vida dos setores oprimidos.

Neste sentido, para acabar com a opressão não basta eleger governantes mulheres, negros e LGBTs, ou apostar na construção de organizações que unam todas as mulheres, todos negros e negras, todas as LGBTs independente de sua classe social, pois apesar de todos os oprimidos sofrerem juntos e a saída para a superação da opressão se dá com a ruptura com o sistema capitalista.

Muitos dos movimentos de combate à opressão, assim como as entidades sindicais, capitularam ao governo de conciliação de classe do PT e se tornaram entrave para as lutas, como a Marcha Mundial de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, a Secretaria de mulheres da CUT que se calaram frente aos acordões que o PT fez com a

bancada conservadora; ou o MNU que se calou frente ao estatuto da (des)igualdade racial. No mesmo sentido é a postura do PT/PCdoB, que por apoiar a ditadura de Maduro, se omitem na questão dos refugiados venezuelanos, que fugiram da situação de miséria e fome em seu país, e lutam por cidadania brasileira e condições iguais.

Nesse sentido podemos:

1. Chega de Bolsonaro e Mourão! Abaixo as políticas de Bolsonaro/Mourão e seus ministros que pioram ainda mais as condições de vida das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQs e imigrantes da classe trabalhadora.

2. É necessário que as organizações de classe, sindicatos e movimentos populares estejam cerrando fileiras em defesa das mulheres, negras e negros, quilombolas indígenas, LGBTQs e imigrantes. Temos que forjar toda a unidade de ação possível contra os ataques da ultradireita e pelos direitos democráticos. Mas para de fato avançar é imprescindível lutar com independência de classe. Os aliados dos setores oprimidos são os trabalhadores.

3. Por isso, sem comprometer toda unidade para lutar, apostamos na organização com independência de classe desses setores, combatendo as direções de conciliação de classe como MMM, UBM, MNU, bem como os setores burgueses liberais que defendem a libertação individual, como as ONGs no movimento LGBTQ, e as teorias pós-modernas, que ao não defenderem uma perspectiva estratégica e coletiva, mantêm os setores oprimido refém do capitalismo.

4. Nossa luta deve ter como horizonte a superação deste sistema de exploração e opressão. O capitalismo tem avançado sobre nossos direitos mais básicos. Este sistema não nos garante sequer o direito a vida! Cada conquista arrancada com luta é uma vitória, pois é um passo na organização dos setores oprimidos. Contudo, cada avanço é parcial, incompleto e provisório. Só com uma revolução dos de baixo, com a classe operária a frente, que derrube as bases deste sistema, pode nos garantir a igualdade plena.

5. Não pode ser livre quem oprime outro. A classe trabalhadora não poderá derrotar o projeto de Bolsonaro e do imperialismo, nem tampouco se libertar da exploração, se não levar as bandeiras contra as opressões para unir toda a classe trabalhadora: mulheres, negras e negros, LGBTQs e trabalhadores de todas as nacionalidades.

6. Por isso, a classe não pode silenciar diante do feminicídio, do genocídio da população negra, dos assassinatos de LGBTQs, da desigualdade de direitos dos imigrantes, da expulsão dos indígenas e quilombolas de suas terras, etc. Homens e mulheres da classe trabalhadora devem lutar juntos por igualdade salarial, brancos, negros e indígenas da classe trabalhadora devem lutar contra o racismo, trabalhadores brasileiros e estrangeiros devem lutar pelo acesso aos serviços públicos e direito ao emprego, pois nenhum ser humano é ilegal.

7. É necessário combater o machismo, racismo, LGBTQfobia e xenofobia dentro da classe e das organizações sindicais e populares, para unir a classe trabalhadora.

Assinam: Albano Teixeira – SINDSCOPE

Beth Dau – SINDSCOPE

Mariana Jardineiro – SINDSCOPE

**Tese 74: 23.9% – o número da inacessibilidade - Um chamado ao 33º
CONSINASEFE à criação da Coordenação de Acessibilidade e Inclusão**

Mauro Marcos Farias da Conceição – Seção sindical ASSINESSIND

A frase que serve de título a este documento informa a dimensão humana atingida, no Brasil, por qualquer gênero de deficiência. O percentual não revela, tão somente, um dado numérico quantificador, mas, sobretudo, a dolorosa constatação quanto à proporção que atinge a inacessibilidade e a exclusão às pessoas com deficiência. Esta pesquisa encontra-se no documento relativo ao “**Censo 2010 do IBGE**”. Estudo que se configura na mais determinante razão à assunção, pela sociedade e pelas instituições do estado, à efetivação de políticas sociais que assegurem dignidade aos indivíduos com deficiência. Contrapondo-se a esta realidade, há por observar, ausência de ações que suplantem a inércia e o desapeço, da sociedade e do Estado, aplicado às necessidades existenciais destas pessoas.

Constatam-se, desta forma, aspectos irrefutáveis de uma ‘cruel’ realidade: a significativa distância entre o ser, em sua essência e expressão humana, e as designações assistências e políticas que a sociedade e o estado deveriam fomentar a, quase, ¼ da população brasileira. Portanto, **23.9%** designa o universo humano de pessoas com deficiência no Brasil; podendo-se aferir, ainda, ser este dado o cômputo insensível e dolente da inacessibilidade no Brasil.

A sub-representação desta parcela populacional, ou mesmo, a marginalização assistencial, importa nas iniquidades e agressões sistemáticas que se cometem perene e diariamente às pessoas com deficiência. Urge, portanto, no emprego de procedimentos políticos, atribuir a devida dimensão institucional que esta expressão numérica clama e exige.

Afirma este documento, quanto às perspectivas conceituais da deficiência, aspectos que devem ser considerados em sua observação:

O conceito de deficiência vem se modificando para acompanhar as inovações na área da saúde e a forma com que a sociedade se relaciona com a parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência. Dessa forma, a abordagem da deficiência evoluiu do modelo médico – que considerava somente a patologia física e o sintoma associado que dava origem a uma incapacidade – para um sistema como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization – WHO) em 2001, que entende a incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação.

Prosseguindo nas análises desenvolvidas no artigo, observa-se o quão determinante é tornar-se consequente, nas ações, às pregações cerimoniosas apresentadas em determinados espaços sociais. Para este propósito toma-se, como exemplificador, a reflexão que Paulo Freire desenvolveu no jornal “Folha de São Paulo”. Esta expressão fora efetivada, em 11 de maio de 1997, no encarte “Cotidiano”. Afirma

Freire que

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros. (grifo meu)

Diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos, nas palavras de Paulo Freire, compreende-se como exaurir as possibilidades e edificar as conseqüências; empoderando, à nossa realidade socioeducativa, as questões referentes à inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência. Deve-se, em nossos fóruns sindicais e políticos, e em particular no Sinasefe, qualificar e valorar a abordagem atribuída ao tema. Há que se efetivar a representatividade das questões atinentes à inclusão e à acessibilidade. Para tal desígnio, propõem-se estabelecer e dotar, neste **33º CONSINASEFE**, um ambiente de representação social, sindical, política e assistencial voltadas à questão da deficiência.

Há que se democratizar a ação sindical e os espaços de mobilidade social às pessoas com deficiência física: aos cegos, aos surdos e aos indivíduos com deficiência motora e intelectual. A democracia, e as conquistas obtidas ao conjunto da sociedade, não atingem, em sua plena efetividade, indivíduos que se encontram socialmente desassistidos. Como falar de democracia e de liberdade, aos que não tem assegurado, pelo estado e pela sociedade, o pleno direito de ir e vir; como ‘esquecer-se’ de que há um público que demanda uma comunicação, oral ou escrita, diferenciada? Impede-se, com estes percalços estigmatizantes, que esta parcela da população tenha assegurado sua condição existencial e, não obstante, práticas e procedimentos que os habilitem à realização plena de sua vida social e política.

O **CONSINASEFE** precisa fazer a sua parte, buscando corrigir, em nossa ambiência sindical, este equívoco. Estabelecendo a representação sindical que os indivíduos necessitam tê-la por direito e por obrigação, resgatando os aspectos que irmanam os trabalhadores: a solidariedade operária.

A ‘acessibilidade e a inclusão’ necessitam ser observados como assuntos que demandam ocupar espaços com maior relevância no **Sinasefe**. O **33º CONSINASEFE** deve se tornar um marco histórico-sindical na designação de um espaço ao debate e implemento de políticas e ações voltadas às pessoas com deficiência. Postula-se, por este motivo, uma modalidade de representação que vá além dos aspectos discursivos. Há por designar abordagens e paradigmas que efetivem a significância e ‘empoderamento’ dos aspectos e demandas atinentes às pessoas com deficiência.

Por esta razão, afirma-se à imperiosa necessidade, neste congresso, à criação de uma ‘**Coordenação de Acessibilidade e Inclusão**’ na configuração orgânica e política do **Sinasefe**. **45.600.000 (23.9%)** é uma dimensão que deve estimular o enaltecimento das temáticas alusivas às deficiências no Brasil. Segundo a pesquisa, em 2010 eram,

aproximadamente, ¼ (hum quarto) da população brasileira com alguma deficiência.

Conquistar e obter, neste **33º CONSINASEFE**, a expressão e representação político-sindical constitui-se determinante às demandas de **acessibilidade** e **inclusão**. As questões de inacessibilidade e de exclusão que se lastreia por parcela significativa da sociedade faz-se presente, também, em nossos ambientes sindicais. Temas que permeiam o universo da deficiência necessitam ter, para seu encaminhamento e resolução, espaço próprio de estudos e debates, de localização política reconhecida e valorada; que sejam pautadas nos diversos fóruns sindicais e sociais, não por dar visibilidade, mas, sobretudo, pela perene existência de situações que solicitam intervenção, presença e elucidação. Não faltariam motivações políticas, sociais e sindicais ao atendimento, neste congresso, a se engendrar a coordenadoria com atribuições de promover o debate e a luta pela inclusão e acessibilidade.

Para além deste dado numérico, há que se destacar a insuficiência e a incapacidade renitente, das ambiências oficiais, em apresentar soluções às questões dissertadas. Cabe lembrar-nos que o sistema público de saúde vem sendo deteriorado, nestes últimos anos. Há por observar, ainda, a expansão de doenças que crescem em razão das “tesouradas” ou cortes em verbas orçamentárias. O governo Michel Temer fora decisivo e delituoso na realização deste procedimento. Desta forma, deteriora-se o quadro de prevenção e atendimento público. Não se justifica, portanto, que esta parcela – crescente – da população e, conseqüentemente, de trabalhadores e estudantes da ambiência escolar, não encontre assegurado espaço à realização de políticas que suplantem a negligência e o desdém político e social com que convivem.

Reafirma-se, portanto, que a criação deste espaço de representação sindical, a ‘Coordenação de Acessibilidade e Inclusão’, qualificará o debate e as políticas imprescindíveis à efetividade das questões relacionadas à acessibilidade e à inclusão.

Não bastam debates e usos sistemáticos de colocações quanto às políticas inclusivas e acessíveis; necessita-se estabelecer um novo marco representativo. Designar um ambiente em que as demandas sejam apresentadas, discutidas e, principalmente, aplicadas. Que se construam por todo ano civil e letivo políticas e ações afirmativas, que esta tarefa seja assumida por esta representação e, fundamentalmente, aplicada em todo seara sindical do **Sinasefe**.

Faz-se necessário agir e responder, consonante à regularidade de ocorrência, aos episódios que afrontam a dignidade humana e a capacidade participativa das pessoas com deficiência; aqueles que inadvertidamente praticamos em nossos ambientes sindicais. Não raro encontramos atividades a espaços inacessíveis a pessoas com deficiência motora; ausência de intérpretes de libras ou, ainda, ao obstaculizar a ação intérprete; participação reduzida e/ou comprometida por serem inacessíveis às pessoas com deficiência visual ou intelectual: áudio-descrições, pisos táteis, material escrito em Braille, etc. Poder-se-ia, também, referenciar-se à inacessibilidade que atingem os idosos participantes de nossos eventos.

Não há como pôr-se indiferente aos acontecimentos e aos noticiários – amplos e frequentes – de inacessibilidade e de negação à inclusão às pessoas com deficiência. A proposta de conceber-se um espaço voltado às questões da acessibilidade e inclusão, objetiva reafirmar e reforçar as reivindicações e as luta, cotidiana, dos trabalhadores,

estudantes e a sociedade civil por esta pauta. Desta forma, estabelece-se, com este espaço sindical, um canal de comunicação que venha suprir a necessidade, hoje lacunar, de representação efetiva das demandas referentes às deficiências. Busca-se atuar, com debates, atividades e produções de materiais, nas esferas corporativas, nas relações de trabalho e educativas dos sistemas escolares. Precisamos contrapor e confrontar-nos na ambiência profissional, sindical, social/civil à desumanidade e negligência que injuriam a condição humana, aos direitos e às garantias à cidadania plena. Há, portanto, que superar o desinteresse letárgico que atingem nosso pensar e, conseqüentemente, as ações que devemos realizar. Aliado ao debate, ao entendimento e ao apoio há, assim, por se empoderar as questões e temas que importam à deficiência.

Isto posto é imperioso afastar a resignação e a leniência social, política e sindical, aos episódios que ganham o noticiário dia após dia. Destaque para a notícia veiculada no site **G1**: ***“Cadeirante se arrasta na rua para subir em ônibus em SP: ‘Humilhação’”***. No título e no conteúdo da matéria não pairam dúvidas quanto às preocupações e importância que ainda se destina, nos atuais quadros sociais, às pessoas com deficiência;

O estudante relata que no dia que precisou se arrastar para subir no veículo, se sentou ao chão da calçada, perante o ônibus, e subiu se arrastando de degrau em degrau, até chegar na cadeira de rodas, com a ajuda de passageiros... o procedimento foi o mesmo na hora de descer, sem nenhuma ajuda do motorista... "Utilizo o transporte diariamente. É revoltante. Estou nessa luta há 20 anos e isso acontece muito. Já até peguei ônibus com goteira e infiltração descendo nas minhas costas".

Em outro artigo, ainda no mesmo site, observa-se defesa à importância, na educação das pessoas com deficiência, das escolas especiais. O **‘Grupo de Defesa dos Direitos à Educação Especial para Deficientes Visuais’**, afirmam em matéria com o título ***“Ex-alunos e pais de crianças cegas denunciam redução de vagas em escola dedicada a deficientes visuais de BH”***;

Em um manifesto enviado pelo Grupo de Defesa dos Direitos à Educação Especial para Deficientes Visuais, a entidade disse que “privados de uma atenção direcionada, competente e especializada estes alunos terminam o ciclo da educação básica sem compreenderem os sistemas numérico e de leitura; estão analfabetos, sem saber ler ou escrever e muitas vezes socialmente inábeis pelo isolamento e bullyings a que são expostos nas escolas tradicionais”.

Mas esta forma de conduzir as questões, que demandam abordagens diferenciadas e representem inserção e respeito às diferenças, não se resumem aos exemplos apresentados. Na deficiência auditiva e visual os aspectos sociais e culturais constituem-se obstáculos a serem superados à inclusão e acessibilidade da população surda e com deficiência visual. Uma sociedade e uma cultura que se realiza, principalmente, na comunicabilidade oral, escrita, visual e expressiva, há, por assim dizer, resistências e certa indolência em estabelecer modalidades alternativas à sua aplicabilidade. Esta observação deve-se ao fato de que mesmo modalidades inclusivas e acessíveis, ainda que não requeiram gastos significativos de recursos, mas mudança de

procedimentos, confrontam-se com resistências e inaptidões à realização e alcance dos propósitos supracitados.

Em uma pesquisa, realizadas pela agência de trabalho **Catho**, busca-se informar as dificuldades e o que pensam trabalhadores e empregadores quanto às pessoas com deficiência e a necessidades adaptativas que demandam;

Obstáculos em série

Duas pesquisas do site de emprego Catho demonstram os entraves impostos às pessoas com deficiência. Um dos levantamentos entrevistou 1.091 pessoas com deficiência, além de 117 executivos e 1.240 recrutadores para chegar aos resultados abaixo. O outro levou em consideração respostas de 3.322 pessoas; entre elas 63,6% com deficiência física; 19,8% com deficiência auditiva; 15,1% com deficiência visual; 1,1% com deficiência mental; 1% cada com deficiência intelectual e múltipla; e 0,5% com transtorno de espectro autista.

A VISÃO DOS PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA

Necessidades de acessibilidade no ambiente de trabalho

- 14%** - Acessibilidade arquitetônica (rampa de acesso, banheiros acessíveis, entre outros)
- 6%** - Acessibilidade comunicacional (recursos que facilitem a comunicação)
- 4%** - Acessibilidade tecnológica (lupas de aumento, impressora braille, entre outros)
- 78%** - Disseram não necessitar de acessibilidade

Dificuldades que impossibilitam o comparecimento em entrevistas de emprego

- 63%** - Calçadas inapropriadas (buracos, degraus etc.)
- 36%** - Falta de infraestrutura acessível (rampas, faróis inteligentes etc.) nas ruas
- 36%** - Transporte ineficiente e não adaptado
- 8%** - Necessidades de um acompanhante
- 22%** - Outros

Motivos que já fizeram pessoas com deficiência deixarem o emprego

- 37%** - Desafios de acessibilidade nos espaços públicos
- 56%** - Falta de transporte eficiente e adaptado
- 43%** - Más condições das calçadas
- 34%** - Falta de infraestrutura acessível
- 9%** - Necessidade de um acompanhante

A VISÃO DOS EMPREGADORES

Principais dificuldades no recrutamento e seleção de pessoas com deficiência

- 19%** - Baixa qualificação dos profissionais com deficiência
- 15%** - Falta de acessibilidade na empresa
- 14%** - Resistência dos gestores e falta de banco confiável de currículos
- 11%** - Dificuldade em estabelecer vagas exclusivas para pessoas com deficiência
- 7%** - Baixa atratividade em função da qualidade ruim das vagas oferecidas apenas para pessoas com deficiência
- 6%** - Dificuldade em lidar com pessoas com deficiência e pouco apoio da liderança
- 5%** - Os profissionais com deficiência falam muito nas entrevistas
- 3%** - Falta de verba para contratar uma consultoria

https://imgsapp2.correiobraziliense.com.br/app/noticia_127983242361/2018/09/23/707735/20180923181632670783u.jpg

A reflexão que desenvolvemos neste trabalho, observa e analisa a deficiência, consonante as informações prestadas pelo censo do IBGE de 2010. Esta pesquisa refere-se à quantificação, localização e formação social e escolar da população com alguma deficiência. Estabelece-se, desde o título do trabalho, menção aos números indicados como mecanismo a aludir relevância ao tema e à efetivação de política sindical. As pesquisas e investigações deste estudo apontou uma realidade social que apura, de forma inquestionável, a dimensão e a densidade da deficiência assim como a constatação da inexistência, ou da tênue capacidade, de respostas da sociedade e do Estado nacional. Em si, a quantificação numérica é um desafio a lógica desidiosa e desleixada à deficiência: 45.606.048 brasileiros declararam ser pessoa com algum tipo de deficiência; a visual, a auditiva, a motora ou a mental/intelectual.

A realidade numérica da inacessibilidade demanda questionamentos e reflexões e, sobretudo, procedimentos e ações que objetivem a extinção deste quadro socialmente excludente. Mantem-se uma significativa parcela humana que socialmente são atingidas por um sistema supressor dos direitos e garantias individuais. As referências a esta assertiva atingem indivíduos com algum tipo de deficiência. Portanto, faz-se alusão, fundamentalmente, à capacidade – ou à incapacidade – em dar-se possibilidade ao uso e gozo social (no exercício profissional, escolar, institucional, recreativa, corporativo e outros) às pessoas com alguma deficiência. Há uma ausência de conduta dos entes sociais, público e privado, em procedimentos que impeçam estorvos e/ou obstáculos ao pleno acesso de todos.

Estas ‘barreiras’ não são casualidades de uma sociedade classificadora – ajustada na quantidade, nas condições e à ‘qualidade’ produtiva – mas, fundamentalmente, de um sistema econômico e político pautado em detectar os mais aptos – conforme seus critérios ordenadores – à reprodução do capital. A inclusão social não se configura como meta desta lógica econômica. A inserção produtiva capaz de multiplicar valores monetários, e de aportar recursos econômicos e rentabilidades configura-se a base deste raciocínio pragmático. O fundamento à acessibilidade deve aparar-se na universalidade da humanidade e não na racionalidade sistêmica de uma abordagem econômica. Em preservar-se este último estaremos, não obstante, dotando e consolidando o estado de pretéritas ideias de segregação social.

Tanto a falta de adaptação arquitetônica (que envolve rampa de acesso, banheiros acessíveis, vagas de estacionamento reservadas) quanto a comunicacional (como intérprete de libras, recursos que facilitem a comunicação) e a tecnológica (por exemplo, softwares leitores de tela, lupas de aumento, impressora braille) podem barrar admissões ou dificultar as atividades e desmotivá-lo. Mesmo 27 anos depois da aprovação da lei que estabelece cotas para a contratação de pessoas com deficiência nas grandes empresas, o mercado de trabalho ainda se mostra resistente a incluir esse público. “Quando a companhia contrata e tem uma visão apenas de atingir a cota, ela já começa em desvantagem, pois o profissional entra no ambiente desestimulado pela falta de plano de carreira”, afirma Ricardo.

Ao compararem-se os dados apresentados no censo, quanto à assistência e acessibilidade promovidas pelo Estado, poder-se-á compreender o propósito dos questionamentos apresentados no texto. Detecta-se um nítido contraponto entre o reconhecimento, por um órgão oficial, à existência de um fato, e os procedimentos do estado em razão desta realidade. Reforça-se uma contradição entre os números da população com deficiência e os procedimentos que assegurem e possibilitem o desenvolvimento da existência e realização cidadã destes indivíduos. Perspectiva que reforçaria uma representação assistida segmentada, e não universal, dos representados frente ao estado civil. Uma ausência que reforça o sentimento excludente: do estado, ao não agir à aplicação de medidas e procedimentos inclusivos; da população com deficiência ao não se observar representada por um estado que se omite diante de suas obrigações de inclusão e acessibilidade.

Portanto, em razão das ‘minguadas’ ações públicas de inclusão e acessibilidade,

pode-se afirmar que 23,9% dos brasileiros viviam e permanecem sendo ignorados pelo Estado. Limitados à realização de uma cidadania plena, tornam-se, atingidos por toda uma gama de preconceitos, de estigmas, de desamparo e de uma deliberada inanição do Estado. Ente este, que deveria, sobretudo, promover ações que, efetiva e ininterrupta, deslegitimem a marginalização e apoderem os atos de acessibilidade. O censo do IBGE, de 2010, constitui-se um documento autoexplicativo. Em si, o censo e os dados, pesquisados e apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deveriam fomentar posturas e procedimentos, da sociedade civil e do Estado. Objetivando empreender condutas que atinjam este segmento social e que superem o quadro indicado nesta apreciação oficial.

Há que se buscar instituir intervenções perenes e, principalmente, disseminadas por toda a ambiência social e todas as esferas públicas e privadas do estado. Objetiva-se, sobretudo, transformar o desamparo em políticas efetivas de acessibilidade e inclusão. Contudo, a realidade que se observa, reforça um sentimento de desatino e de abandono, das esferas societárias, às questões e às necessidades que envolvem as pessoas com deficiência. Por que vem se configurando como aspecto insensível às premências que são postas face às peculiaridades e características de determinadas deficiências. A perversidade da inanição encontra-se ao compelir, a estes indivíduos, as obrigações sem a contrapartida dos direitos plenamente assegurados. Peculiaridade que não se coaduna à plenitude de uma vida cidadã.

Os aspectos conceituais apresentados, e as reflexões desenvolvidas, impõem-nos a necessária determinação e empenho em dispor-nos do **33º CONSINASEFE** à criação da **‘Coordenação de Acessibilidade e Inclusão’**. Propõe-se que este espaço destine-se à execução de políticas sindicais e sociais no âmbito do nosso sindicato. Estabelecendo, não obstante, uma reciprocidade dialógica e dialética com os acontecimentos e debates, alusivos às deficiências, desenvolvidos nas ambiências sociais e públicas externas à nossa representação. Constituindo-se, pela natureza das propostas e políticas de inclusão e acessibilidade implementadas pela ‘pasta’, pautas que posicionem as questões e aspectos da deficiência no cenário sindical e político do SINASEFE.

Concluindo este artigo, lançam-se **alguns** outros aspectos, inclusos no tema desenvolvido, e que auxiliariam uma melhor percepção da abrangência deste debate. Informações adicionais – médicas, sociais, políticas e sindicais – que possam dar-nos melhor compreensão do **“nanismo”** faz-se necessário. A ausência de análises e estudos desta questão impede sua abordagem enquanto uma deficiência, haja vista, não haver congruência em configurá-lo neste campo. Contudo, é um aspecto da existência humana a requisitar entendimento e percepção mais apurada do **“nanismo”**, envolvendo-o, ou não, como parte das questões associadas à inclusão e à acessibilidade.

Informações necessárias ao melhor conhecimento dos aspectos relevantes à política de **“Inclusão e Acessibilidade”**;

- **21 de setembro ‘Dia Nacional da Pessoa com Deficiência’**
- **‘Constrangimento Positivo’** –
<https://www.youtube.com/watch?v=BvJa8bz3X7k>
- **Turismo adaptado – “Arquitetura e Acessibilidade nos cinemas: Um jogo entre o espaço disponível e as normas”** –
<https://turismoadaptado.com.br/arquitetura-e-acessibilidade-nos-cinemas-um-jogo-entre-o-espaco-disponivel-e-as-normas/>

- ‘inacessibilidade cultural –
https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=A7Rqnre7Gcl
- Jornal do Brasil – 19/08/2019 – “Cinemas têm até janeiro para garantir acessibilidade a cegos e surdos” –
<https://www.jb.com.br/cadernob/cinema/2019/08/1014075-cinemas-tem-ate-janeiro-para-garantir-acessibilidade-a-cegos-e-surdos.html>
- Reportagem cultural: acessibilidade nos meios artísticos –
https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=P9I3GR1ujzE
- Jornal do Comércio: “No Caminho da inclusão: acessibilidade amplia acesso ao cinema” –
https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cultura/2018/10/652513-no-caminho-da-inclusao-acessibilidade-amplia-acesso-ao-cinema.html
- 45.606.048 de brasileiros sem acessibilidade

Vídeos relativos ao assunto desenvolvido

- https://www.youtube.com/watch?v=WDukg_0Zwhs
- <https://www.youtube.com/watch?v=7pHaFWgAX7A>
- https://www.youtube.com/watch?v=Tq40rOhMm_A
- <https://www.youtube.com/watch?v=mfwUQUbJax4>
- <https://www.youtube.com/watch?v=JmnfyeFuXKU>
- <https://www.youtube.com/watch?v=oXmmWLVn6wA>
- <https://www.youtube.com/watch?v=jCnWVhqZiX8>
- https://www.youtube.com/watch?v=qnHuC_oiD4s
- <http://g1.globo.com/pr/parana/videos/t/todos-os-videos/v/cadeirantes-sofrem-com-falta-de-acessibilidade-em-calcadas-de-curitiba/6561236/>
- <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/08/11/alteracao-na-lei-maria-da-penha-amplia-protecao-de-mulheres-com-deficiencia.ghtml>
- <http://g1.globo.com/videos/v/g1/5465872/>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Vmn9ZpQ9ymc>
- <https://www.youtube.com/watch?v=RG4BzfqVd7s>

Tese 75: O SINASEFE CONTRA AS OPRESSÕES: POR UM SINDICATO QUE ARTICULE A LUTA DAS MULHERES À LUTA DE CLASSES

Unidade Classista – Fração Nacional no SINASEFE

Introdução

O Brasil vive a conjuntura mais difícil e complexa, desde o final da ditadura, num processo em que se mesclam, de um lado, uma ofensiva global do grande capital internacional contra os direitos e garantias dos/as trabalhadores/as e, internamente, uma crise econômica e social que ganha contornos dramáticos, com mais de 26 milhões de trabalhadores/as desempregados/as ou com empregos precários ou ainda desalentados/as. A situação torna-se mais grave, em função da emergência de um governo de extrema-direita, que vem realizando uma guerra aberta contra a classe trabalhadora, a juventude, os aposentados/as, um ataque permanente às liberdades democráticas, à educação pública e gratuita, ao meio ambiente, a indígenas e quilombolas, à cultura e ao povo pobre das favelas e periferias.

Estamos diante de um governo representante dos bancos, das grandes empresas industriais e de serviços, do agronegócio e do imperialismo e que atua descaradamente para aprofundar, a ferro e fogo, a pauta neoliberal e a entrega do patrimônio público ao setor privado. Um governo que conta com o apoio desses setores e da grande burguesia em geral, para promover a retirada de direitos da classe trabalhadora – sintetizada na reforma da previdência, na flexibilização e fragilização das relações de trabalho para ampliar o processo de acumulação do capital.

Diante desse cenário de ataques, uma das formas pelas quais se apresenta o aprofundamento da crise é a ampliação dos discursos de ódio e sua conseqüente violência contra a população negra, LGBTQ e mulheres. Direitos básicos, parcamente conquistados, vem sendo constantemente atacados por este governo, de diferentes maneiras. Concordamos com Saffioti (2013, p.58/59) quando esta relaciona a estrutura de classe com as opressões:

[...] A condição de homem livre do trabalhador nas sociedades competitivas, requisito essencial para a realização histórica do modo de produção capitalista, não se efetiva, imediatamente, para todos os membros da sociedade. [...] Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a em características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classe)
[...]

Nesse sentido, reafirmamos que o capitalismo apropria-se dessa estrutura e reproduz as ideologias de opressão, quando se torna necessário, para justificar sua própria crise. No Brasil, isso ganha aspectos aprofundados, dado à sua particularidade histórica e, principalmente, quando postos em movimento pelo atual governo. Some-se a isso a defesa tímida e superficial das pessoas com deficiência, o massacre dos povos indígenas em prol do agronegócio e o descaso quanto à questão de imigrantes e da população de rua. Portanto, é preciso compreender a conjuntura atual não só sob a ótica da crise do capitalismo, mas entendendo que a crítica e a luta anticapitalista não podem ser dissociadas da luta contra as opressões.

Frente a esta dura realidade, o sindicato não pode se abster de lutar contra todo e

qualquer tipo de opressão, tanto interna quanto externamente. Portanto, considerando que o plano de lutas precisa englobar um plano de combate às opressões, apresentamos uma contribuição para o necessário debate sobre a luta da mulher¹. Mais especificamente articulando luta de classes, sindicalismo e a participação da mulher. Por outro lado, compreendemos também que é preciso estabelecer/fortalecer um plano de lutas, para além do sindicato, que implique na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos/as os/as trabalhadores/as. Defender a educação para a classe trabalhadora, assim como assegurar os direitos da categoria, tem um papel fundamental na resistência aos ataques, como também pode se tornar um meio para derrotar o governo Bolsonaro e tudo o que representa. Sabemos que há um limite da educação no capitalismo, visto que como afirma Mészáros (2008),

Quanto mais 'avançada' a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades - também na forma de 'privatização' promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado - para perpetuação da sociedade da mercadoria.

Mais uma vez é preciso atrelar a luta pela educação à luta de classes, para que possamos pensar não somente outra educação, mas outra sociedade. Assim, desenvolveremos nossa tese com base nesses dois eixos: combate às opressões e educação.

O Sinasefe E A Luta Contra As Opressões

É um fato que a luta das mulheres, ao longo da história, tem conquistado importantes vitórias. Temos ocupado espaços, levantado vozes, adquirido direitos e demonstrado uma habilidade em nos organizar para a luta coletiva. No entanto, não apenas ainda temos um longo caminho a percorrer, em busca de uma igualdade substantiva, ou ainda mais, da própria emancipação humana; como também todos esses direitos e espaços se encontram sob franco ataque, por parte do governo atual. Além disto, conforme se amplia a crise do capital, mais as mulheres sofrem com o aprofundamento da violência e da precarização do trabalho. Portanto, ao contrário do que se preconiza, entender e lutar contra o machismo, o racismo e a LGBTQfobia é uma demanda urgente e fundamental para intervir de maneira contundente na luta de classes.

Do mesmo modo, é indiscutível o avanço, mesmo que lento, do debate acerca das opressões por dentro do sindicato. O resultado da luta, principalmente de companheiras, tem sido implementado com relativo sucesso. Dentre eles, citamos a conquista da paridade de gênero nas seções sindicais, a realização de um Encontro Nacional de Mulheres, cartilha de combate às opressões, além de realização de diversos outros projetos. No entanto, percebe-se um limite ainda a ser superado: atuam ainda dentro do campo da legalidade, dentro de uma igualdade jurídica que não só precisa ainda firmar-se com maior rigor, mas principalmente, precisa ser incorporado a uma prática no interior da militância sindical.

Nesse sentido, precisamos avançar num debate que resulte numa prática sindical mais consciente, mais combativa e mais crítica, diante das diversas opressões que ainda são reproduzidas no interior do próprio movimento sindical, como o machismo, o racismo e a LGBTQfobia. Tais práticas nos levarão não apenas a compreender que a classe trabalhadora possui sexo (gênero) e raça (etnia), mas também a redirecionar nossas posturas. Somente assim poderemos avançar muito mais no sentido de um movimento sindical classista. É preciso estar consciente de que um sindicato ou qualquer movimento social (de organização da classe trabalhadora), que se denomine classista, não pode estar descolado da luta contra as opressões (claramente reproduzidas no contexto da sociedade

¹Entendemos o quanto é fundamental tratar de todas as opressões e que elas precisam estar sempre articuladas, mas aqui nos fixaremos mais atentamente à questão da mulher no meio sindical.

capitalista, como forma de rebaixar salários e condições de vida e trabalho). E mais, cabe à totalidade de todas e todos encampar essa luta. Ela não pode estar restrita apenas às categorias oprimidas, ao contrário, é preciso reconhecer que, na luta de classes, a mulher da classe trabalhadora é a mais explorada, a mais precarizada, a mais pobre e desassistida. Nisso, reconhecidamente, as mulheres negras são ainda as mais afetadas por essa estrutura que se soma à equação da relação gênero e racismo.

Rosa Luxemburgo, em 1914, apontou, de maneira precisa, que a mulher proletária é a protagonista da classe trabalhadora, conforme ela: *“é a igualdade de direitos políticos das mulheres o primeiro mote que ela levanta, ao se prestar a recrutar novas seguidoras em prol das reivindicações de toda classe trabalhadora”* (2011, p.493). Conclui ela que, portanto, a oposição não deve se dar entre o homem e a mulher, mas fundamentalmente, na oposição entre capital e trabalho. É dever do sindicato que se preconiza classista, incorporar a luta para além do estabelecimento de leis (que são muitas vezes expressão dos interesses da classe dominante), mas como ação fundamental para organização da classe. Parece-nos que assim como destacava Kollontai ainda em 1913, na Rússia, essa realidade ainda se faz presente *“porque a classe trabalhadora não entendeu de imediato que a mulher trabalhadora é o membro mais destituído de direitos, o mais desafortunado da classe”* (p.161).

Para que possamos continuar avançando nas conquistas, é preciso levar em consideração tal articulação. Reconhecer que a luta contra as opressões não é secundária, pois são elas mesmas estruturantes das relações de exploração. Não nos basta o discurso de que a prioridade nesse momento de crise deve ser uma “unidade de classe”, visto que o capital se apropria das diferenças para aprofundar a exploração. Negar a existência dessa realidade é cooptar e reproduzir as relações de opressão e por isso, contribuir com o sistema na manutenção das diversas formas de exploração de mulheres, negras e negros, e população LGBTQ.

Além desse reconhecimento, fortalecer não só o debate, mas propondo ações efetivas que visem modificar a prática das e dos militantes no interior dos sindicatos deve ser uma tarefa coletiva contínua. Concordamos com Ana Paula de Souza (2016) quando afirma:

[...]Melhorar as condições de vida e trabalho requer a incorporação de toda classe trabalhadora, numa luta ampla que envolva as demais organizações, onde os trabalhadores e trabalhadoras se inserem. O que implica a construção e o fortalecimento dos sindicatos classistas que priorizem na luta cotidiana as demandas das mulheres e busquem a reduzir a discriminação entre sexos nos marcos das relações de trabalho e na representação sindical (p.10).

Para a autora, é preciso assim não apenas estimular a presença das mulheres nas direções sindicais, mas principalmente, dar visibilidade e inseri-las nos espaços de decisões. O que precisa ser questionado é que, apesar de tantos avanços, por que ainda percebemos que há uma reprodução do machismo dentro dos sindicatos que vai desde o assédio, até a resistência em reconhecer a importância de se pautar e combater cada prática machista que perpassa o movimento sindical. Tais práticas, não só terminam por excluir as mulheres desses espaços de construção de uma luta coletiva, mas também, reforçam o sistema capitalista patriarcal, contribuindo para sua manutenção e fortalecimento.

É nesse exato sentido que entendemos que três frentes devem ser fortalecidas, para que se avance na consolidação de uma prática mais efetiva:

1. A articulação entre a defesa da classe trabalhadora e a consideração de que as opressões são uma forma de aprofundamento da exploração capitalista;
2. Entender que a prática sindical ao se manifestar como machista, racista e homofóbica não apenas rompe com seu caráter de organização classista, mas reproduz todo o sistema de exploração;
3. Querer um mundo efetivamente humano, igualitário, livre de alienações e exploração, perpassa fundamentalmente numa transformação da prática que resulte numa

consciência mais elevada acerca das relações humanas, e que nos remeta a patamares mais desenvolvidos de humanidade.

Dentro da prática sindical no Sinasefe, e suas seções, ainda observamos que, embora as mulheres tenham avançado, ainda há uma inesgotável luta para atingirmos uma substantiva igualdade, visto que os trabalhos de base não parecem acompanhar as resoluções de encontros e congressos, nem também compreender as causas e implicações objetivas da exclusão das mulheres nos diversos segmentos dos movimentos sindical e social. Embora sejamos maioria em alguns setores como Educação e Saúde, não conseguimos nos firmar nos espaços políticos, de participação coletiva, principalmente em cargos de Direção e tomada de decisões. Já é reconhecida, no debate geral, que a origem dessa realidade se encontra na divisão sócio-sexual do trabalho, mas para além dele, esbarramos também num movimento predominantemente masculino, que secundariza esse debate e ainda estabelece e reproduz as relações de poder, com base na desigualdade de gênero. Bertolin e Kammada (2012) apontam, inicialmente, que a participação das mulheres nos espaços sindicais, como congressos de centrais sindicais, apresenta a problemática relação público/privado: 61,1% das mulheres presentes eram solteiras, separadas ou viúvas; já em relação aos homens, 73% dos participantes eram casados. Para elas, é bastante evidente que a relação de mulheres excluídas dos espaços públicos implica numa *“cultura marcada pela ausência do homem no espaço privado”* (p.56).

Ainda Bertolin e Kammada (2012, p.51)² vão nos apresentar o que seriam os quatro obstáculos para a participação da mulher no movimento sindical. O primeiro é a jornada dupla; o segundo, a desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres; terceiro, o senso comum prevalecente de que homens, e não mulheres, são os principais atores políticos (que corrobora com uma visão tradicional de poder); e por fim, ser mãe e dona de casa impede a participação efetiva da mulher na esfera pública. Ousariamos acrescentar mais um obstáculo, como desdobramento de todos os outros: a consequente reprodução da ideologia patriarcal através dos homens (e por algumas mulheres), mesmo ditos progressistas, que insistem em naturalizar papéis sociais impostos, assediando, silenciando, instrumentalizando sejam os discursos sejam os corpos das mulheres que participam do movimento sindical. Quando isso não ocorre, há um outro desdobramento, que é a secundarização do papel da mulher na tomada de decisões e, conseqüentemente, de suas pautas. Cabe ao Sinasefe traçar um plano de lutas que estimule cada sessão a pensar suas práticas.

Referências Bibliográficas:

- BERTOLIN, Patrícia T. M; KAMADA, Fabiana L. **Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos.** In.: Caderno Espaço Feminino. Volume 25 - Numero 1 - Janeiro/Junho 2012. Universidade Federal de Uberlândia.
- KOLLONTAI, Aleksandra. **O Dia da Mulher** (1913). In.: SCHNEIDER, Graziela (org.). A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A proletária** (1914). In: LOUREIRO, Isabel (org.) Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. Vol I (1899 - 1914). São Paulo: UNESP, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão popular, 2013.
- SOUZA, Ana Paula. **As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do ANDES-SN.** Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016

² Nesse caso, as autoras estão tomando como base Elizabeth Souza Lobo que elaborou um estudo na década de 1980 acerca da classe trabalhadora e o fato dessa ser heterogênea, considerando a binariedade homem X mulher

O 33º Congresso do SINASEFE RESOLVE:

- Articular a luta contra as opressões à luta de classes;
- Reforçar em suas frentes de luta, já que o sindicato, como instância de organização dos/as trabalhadores/as, tem a tarefa primordial de ampliar a consciência da classe, a importância da pauta de combate às opressões em suas bases;
- Promover solidariedade internacionalista entre a classe trabalhadora e os problemas de opressão e exploração sofridas por outros povos;
- Reforçar, divulgar amplamente e fazer cumprir as resoluções 8, 10, 39, 44 e 59 do 32º Consinasefe;
- Propor formação política não apenas para a base, mas principalmente para os coordenadores e as coordenadoras acerca da reprodução das opressões no movimento sindical;
- Desenvolver planos e estratégias que viabilizem (garantam) de maneira efetiva a participação das mulheres no sindicato, como a proposição de creches em todos os espaços promovidos pelas seções sindicais;
- Fortalecer o Encontro Nacional de Mulheres, e ampliar o estímulo para que as sessões promovam Encontros Estaduais.
- Capacitar pessoas envolvidas em julgar casos de machismo, racismo e LGBTfobia.
- Acolher todas as denúncias de machismo, racismo e LGBTfobia, sem prévio juízo, e encaminhando para as instâncias responsáveis.
- Combater o assédio sexual em todas as esferas.
- Contra o machismo e LGBTQfobia: Pela aprovação do Projeto de Lei 291/2015 que pune injúrias praticadas por questões de gênero e de orientação sexual.
- Contra o racismo e contra o genocídio da população negra.
- Pela realização de encontros e fóruns para discussão do combate às opressões, assédio moral e sexual no trabalho.

Assinam essa tese:

Adriana Henning – IFFar, Amália Leites – IFRS, Andréa Moraes – IFAL, Antônio Rafael Neto – IFS, Bernardo Pereira – IFSP, Cristiane Moreira – IFRJ, Daniela Zanotti – IFRJ, Diógenes Sgarbi IFSP, Edlúcia Costa - IF Sertão/PE, Elielson Sales – INES, Elton Santiago – IFGO, Evandro Both – IFFar, Fabrício Avelino - IF Sudeste/MG, Fernando Viana – IFMT, Frederico Bazana - IFC, Gabriel Beltrão – IFAL, Gabriel Marques – IFF, Jeferson Gonzalez -IFSP, João Cichaczewski – IFC, Kader Assad – IFMS, Leandro Viana – IFMT, Leonardo Dias -IFS, Marta Jane da Silva – IFG, Moises Leal Morais – IFB, Rian Rodrigues -IFF, Rodrigo Lima – IFSC, Rosa Micchi -IFSP, Sandro Justo – CPII, Suelen Fruneaux – IFC, Vitor da Rosa – IFSC, Walmir Barbosa – IFG, Zilas Nogueira -IFAL

**TESES DE
PLANO
DE LUTAS**

Tese 76: Tempo de Resistência e Luta

1. A situação mundial continua em crise, especialmente na sua face econômica e financeira. O conflito interimperialista que tem de um lado os EUA e de outro a China, em aliança com a Rússia, em grande parte é fruto do período mais recente da crise e gera um clima de instabilidade e incerteza política, retroalimentando a crise econômica. Como agravante, a tendência de um Brexit sem acordo, a sinalização de recessão na Alemanha e diversos outros conflitos nacionais e regionais acedem a luz de alerta na Europa e no mundo.
2. Desde 2009, logo depois do pico da crise que ocorreu em 2008, a mídia e outros apologistas do capitalismo em sua fase imperialista, sob a égide do neoliberalismo, vêm anunciando que a crise é de curto prazo, que já estaria acabando e sendo resolvida. Mas os fatos têm insistentemente mostrado que a crise que estamos vivendo é uma crise estrutural do capitalismo, que se manifesta não somente no âmbito econômico e financeiro e se desenvolve desde o início da década de 1970.
3. Por outro lado, o pico que a crise manifestou em 2008 também não se resolveu. De lá pra cá, foram poucos os momentos em que houve algum alívio para os centros tradicionais do imperialismo mundial. O crescimento médio mundial tem sido baixo e só não tem sido pior porque a China tem mantido índices de crescimento anual do PIB que, mesmo caindo progressivamente em relação aos anos anteriores a 2008, ainda estão cerca do dobro da média mundial e, mais recentemente, ganha força o crescimento do PIB da Índia.
4. Agora, estamos novamente vivendo dias de fortes temores em todos os ambientes do capital, com uma ameaça, que já aparece como tendência real, de uma recessão em países como a Alemanha e os EUA. O índice de todas as bolsas dos EUA tem caído recentemente e a queda dos juros oficiais naquele país é sinal de que o governo está sentindo o risco da recessão (o que é compartilhado por uma parte significativa dos economistas estadunidenses) e a necessidade de estimular uma economia em momento de fraqueza.
5. A principal tendência da conjuntura no Brasil é um quadro geral de forte instabilidade política. O que está em desenvolvimento é um novo perfil da hegemonia burguesa no país, de formato mais autoritário e com maior peso político das Forças Armadas, hoje tutelando os três poderes (executivo, judiciário e legislativo).
6. O governo Bolsonaro segue aprofundando os ataques aos direitos sociais e a conjuntura segue polarizada e instável. A aprovação da reforma da Previdência em segundo turno na Câmara dos Deputados e a iminente aprovação no Senado são passos importantes na aplicação das reformas neoliberais. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso em 1998, passando por Lula, Dilma e Temer, a burguesia tenta aprovar essa que é uma das peças fundamentais do receituário estabelecido pelo chamado “consenso de Washington”.
7. A ampla maioria conseguida pelo governo na aprovação da reforma da Previdência é um sinal de que o Congresso, a despeito de rugas eventuais, segue a mesma cartilha do Palácio do Planalto de transferir para o povo e a classe trabalhadora os ônus da crise econômica. As gigantescas mobilizações de rua de maio e a greve geral de 14 de junho foram muito importantes, mas insuficientes para barrar a reforma. A verdade é que não conseguimos envolver

a classe trabalhadora nessa luta. A maioria do povo brasileiro não compreendeu a gravidade das medidas propostas e não se dispôs a enfrentar o governo. A massa de trabalhadores e trabalhadoras precarizados(as), na informalidade, no subemprego ou amargando o desemprego ainda não está disposta a partir para a ação contra Bolsonaro. Alguns percebem a gravidade da situação, mas não acreditam numa possibilidade de vitória, logo ficam em um estado de hibernação política. Precisamos entender essa realidade e suas possíveis dinâmicas além de, é claro, tirar as devidas lições desse fenômeno.

8. Apesar de a burguesia estar bastante unificada em torno da reforma da Previdência e do ajuste fiscal, não parece ter o mesmo grau de unidade em outras pautas do governo. Tanto é assim que Bolsonaro já teve que recompor diversas vezes seu Ministério, readequando suas competências, na tentativa de aprovar pautas como a flexibilização do porte e da posse de armas, da legislação de trânsito, do corte de verbas na educação, da destruição da legislação ambiental, do fim da reforma psiquiátrica, do ensino domiciliar e de outros temas semelhantes.
9. O escândalo do vazamento das conversas de Moro com Dallagnol e demais procuradores da Lava Jato (a “vaza jato”) apimenta ainda mais o cenário de crise. Sérgio Moro, considerado por muitos como a segunda pessoa mais importante no governo, teve sua credibilidade arranhada de forma irreversível e pode ser fritado como foram Bebianno, Vélez Rodrigues, Santos Cruz e mais uma dezena de cargos de segundo escalão.
10. Além desse e outros escândalos há outro elemento determinante no agravamento da crise do governo: não há sinais sólidos de superação da estagnação econômica e do desemprego. Já são mais de 13,2 milhões de desempregados e mais de 28,4 milhões de população subutilizada (desempregados, mão de obra subocupada e pessoas que não buscam mais emprego). Se considerarmos também a informalidade e pessoas que trabalham por conta própria, teremos mais 35,3 milhões de pessoas, contra 33 milhões trabalhando com carteira assinada (IBGE – 2018). Se somarmos a população subutilizada e a que vive na informalidade, teremos perto de 63,7 milhões de pessoas. Esse número significa a somatória da população da Espanha, de Portugal e da Suíça. Um verdadeiro exército de desempregados e precarizados pelas substantivas modificações no mundo do trabalho. Esse caldo de cultura definitivamente não ajuda na construção de uma estabilidade desse novo pacto social.
11. Os setores que mais se mobilizaram nesse período foram os ligados à educação. Os ataques de Bolsonaro e dos ministros da educação, os cortes de verbas e as inúmeras polêmicas com as linhas de ensino e pesquisa acordaram a juventude e os trabalhadores em educação (professores e técnicos). Boa parte da massa que foi às ruas nessas manifestações é das Universidades e Institutos Federais. Isso é bom e ruim ao mesmo tempo. Bom porque sem a juventude não derrubaremos as políticas destrutivas de Bolsonaro, mas ruim porque não logramos êxito em mobilizar os demais segmentos da classe, salvo raras exceções. Esses milhões de trabalhadores do setor privado, dos precarizados e da informalidade ainda não cerraram fileiras ao nosso lado. Sem eles não iremos muito longe.

12. Bolsonaro segue em queda de popularidade. Perde para quase todos os presidentes anteriores. Segundo a pesquisa de setembro do Datafolha, a reprovação do governo Bolsonaro subiu de 33% em julho para 38% em setembro; a aprovação caiu de 33% para apenas 29%; a avaliação como regular ficou estável, passando de 31% em julho para 30%. Nos oito primeiros meses de governo, ele tem a maior rejeição comparado com seus antecessores Dilma, Lula e FHC. Além de indicar uma substantiva perda de apoio popular, acende o sinal vermelho da grande burguesia, que começa a ver que sua fanfarronice pode ameaçar os verdadeiros interesses do grande capital. Um risco a mais para o capitão. As vitoriosas manifestações de rua desde o “Ele não”, passando pelo 8 de março, pelas manifestações contra o corte de verbas na educação, que colocaram mais de dois milhões de ativistas nas ruas, e a greve geral, com todas as suas dificuldades, são, evidentemente, pontos determinantes de fragilização do governo. Mas precisamos ressaltar que ele provavelmente tem um “pisso” nessa queda de popularidade. Algo em torno de consideráveis 25 a 30% da população seguem e provavelmente seguirão apoiando essa política ultrarreacionária. A direita e setores da ultradireita saíram definitivamente do armário.
13. Afigura-se como inevitável, apesar do seu peso simbólico, a caracterização como “derrota” da situação atual das lutas da classe trabalhadora diante do golpe da aprovação da reforma da Previdência na Câmara, com ampla maioria, e da iminência de sua aprovação também no Senado sem alterações relevantes. Ainda que tenham sido gigantescas as manifestações de rua em 15 e 30 de maio, com mais de dois milhões de pessoas nas ruas em cerca de 80 cidades Brasil afora, com protagonismo da juventude e boa cobertura da mídia aos atos, e mesmo com a realização ainda que parcial de uma greve geral de 14 de junho, não foi possível barrar essa que é a mãe de todas as reformas. Seus prejuízos de longo alcance aos trabalhadores e seu alto potencial de transferência de recursos ao mercado financeiro a colocaram no topo da lista das prioridades do capital. Ao reconhecer a derrota, devemos nos agarrar ao seu único benefício, que é proporcionar lições.
14. Em primeiro lugar, não mobilizamos efetivamente a classe trabalhadora contra a reforma da Previdência. É fato que a própria convocação de uma greve geral contra um governo de extrema direita e em seus primeiros seis meses é uma vitória em si, mas a paralisação foi parcial e desigual no país. Mobilizou bastante onde foi possível parar os transportes, mas quebrou em grandes cidades como Rio e São Paulo, com poucas e heroicas categorias paradas, e praticamente não existiu no interior do país. As grandes manifestações de maio tiveram a predominância evidente da juventude, em luta para derrotar outro golpe deste governo, contra o qual ainda não se obteve vitória também: os cortes no orçamento de custeio das Universidades e Institutos Federais, que seguem sendo aprofundados. A chamada “tsunami da educação” se unificou com a convocação das entidades dos trabalhadores e as palavras de ordem contra a previdência também estavam nas ruas, mas sem ser o centro das lutas nem mesmo quando a convocatória inicial partiu das organizações dos trabalhadores.
15. As grandes manifestações geraram abalo considerável na imagem do governo e abriram uma janela na conjuntura favorável ao avanço das lutas de resistência, mas não o suficiente para levantar o conjunto da classe trabalhadora diante da

ameaça brutal aos direitos previdenciários. Essa janela no momento não permanece aberta. Precisamos relacionar o atual estágio da organização dos trabalhadores, as táticas empregadas e a conjuntura imediata para entender como chegamos até aqui e como superar o imobilismo, já que o desgaste do governo Bolsonaro pode abrir nova conjuntura de avanço da resistência.

16. Reconhecemos como acertada a tática de unidade de ação das centrais sindicais e das organizações do movimento estudantil, com o protagonismo da juventude, cuja força de indignação provocou avanço de consciência quanto à ameaça que representa o governo Bolsonaro. A queda acelerada de seus índices de aprovação é reflexo também dessa mobilização. O que não foi acertada é flagrante vacilação das grandes centrais e sua demora para definir e mobilizar para os dias nacionais de luta. Complexas negociações no Fórum das Centrais envolviam conveniências partidárias e reuniões à parte com lideranças do congresso favoráveis à reforma. Parte da energia foi concentrada nas lutas institucionais dentro do congresso e poucos recursos de mobilização foram efetivamente carreados para a construção na base das mobilizações que pudessem levar a efetivas paralisações e mobilização dos trabalhadores contra a reforma.
17. Por outro lado, temos um governo de extrema direita no seu primeiro ano, momento em que os governos geralmente ainda desfrutam da paciência dos eleitores com relação a resultados e contam com apoio considerável dentro da própria classe trabalhadora. Costuma ser esse o momento escolhido por governos para aprovar as medidas mais duras – foi assim como a reforma da Previdência aprovada no primeiro ano do governo Lula, que atingia principalmente os servidores públicos futuros e aposentados. O alto índice de desemprego também é fator importante para a desmobilização dos trabalhadores do setor privado, que temem a repressão em seu local de trabalho.
18. Portanto, estamos em um cenário bem diferente da greve geral de abril de 2017, quando foi barrada a proposta do governo Temer – com popularidade que não chegava a dois dígitos – de reforma da Previdência. A forte propaganda oficial de que a reforma era necessária para cobrir o déficit público, alavancar o desenvolvimento e superar a crise, ainda que eivada de distorções de números e baseada em falsa promessa (já que a reforma é política contracionista, que reduz o poder de consumo da população), acabou absorvida por parte da classe (pesquisas detectaram aumento do apoio à reforma). Mesmo algumas lideranças do movimento passaram a defender que alguma reforma da Previdência era aceitável, considerando que até mesmo o candidato petista admitia isso durante a campanha. Esse atraso na consciência de classe diante do mais duro ataque do capital teve como consequência a desmobilização das lutas.
19. Ademais, o relatório da reforma, ao retirar da pauta imediata a capitalização e a desconstitucionalização (que podem voltar pelas brechas abertas), desistir das mudanças mais drásticas no BPC e na aposentadoria rural e ao criar regras de transição para os servidores públicos angariou algum apoio ou ao menos conformidade de importantes setores do movimento organizado, que viram essas alterações como vitória parcial possível nesta conjuntura. São os mesmos setores dirigidos por partidos e correntes que pintavam cenários catastrofistas de paralisia e derrota histórica da classe trabalhadora, a qual ficaria submergida

- e sem capacidade de lutar ao menos até as próximas eleições presidenciais – se houvesse eleição. Diante da perspectiva que antecipavam, pegam quaisquer migalhas para apregoar a vitória possível nesta conjuntura em que a extrema direita está no poder para acelerar a retirada de direitos.
20. Alguns desses setores estavam em Brasília negociando emendas, autorizados pelo possível apoio de governadores de oposição à reforma, desde que ela incluísse os estados. Não é preciso muito esforço para nomear esses setores como os dirigidos por PT e PCdoB, que estão à frente de grandes centrais como CUT e CTB. Foi nessa toada que vimos passar a votação em primeiro turno e segundo turnos na Câmara sem que tivesse sido convocada qualquer manifestação de massa para ocupar as ruas de Brasília, ou mesmo novo dia de luta, assim como não estão acontecendo agora, às vésperas da votação no Senado, novas mobilizações de massa. Impossível deixar de responsabilizar essas direções, que passaram 13 anos apassivando o movimento dos trabalhadores nos governos de conciliação de classes do PT, em especial nas reformas da Previdência de Lula (2003) e de Dilma (O FUNPRESP, sistema de capitalização já em curso para servidores públicos que ingressaram após 2013). Como o uso do cachimbo entorta a boca, fica difícil romper o círculo de burocratização, eleitoralismo e apassivamento que ainda corrói as entidades dirigidas por esses setores, com os quais estamos em tática necessária de frente única nas lutas.
 21. Entretanto, não se trata apenas de um problema de direção, embora esse esteja bem caracterizado. O Capital, mesmo com desentendimento político entre suas frações, está unificado no objetivo de aprofundar as reformas que buscam recuperar minimamente sua taxa de lucros, em queda pela crise econômica internacional que nos atinge em cheio, gerando depressão de demanda e queda na arrecadação, agravada pela ausência de políticas públicas compensatórias. O golpe do impeachment no desastroso governo de Dilma Rousseff foi desferido exatamente com esse objetivo. Desde então, foi aberta uma nova conjuntura da ofensiva burguesa e neoliberal de aceleração da retirada dos direitos, já que Dilma tinha perdido apoio parlamentar para aprovar as reformas que vinha anunciando.
 22. Os operadores do neoliberalismo, instalados no governo Temer e detentores do controle da Economia no governo Bolsonaro, têm sido bastante eficazes em plantar suas chantagens para aprovar reformas que devastam os direitos dos trabalhadores e da juventude. Mesmo com todo o desgaste do governo Temer, foi aprovada a reforma do Ensino Médio e a EC 95, a “PEC da Morte”, que congela os gastos sociais do governo federal no nível do ano anterior, corrigido somente pela inflação oficial e pressionado pela queda na arrecadação. Não foi sem luta: além da greve geral em abril de 2017, tivemos em maio desse mesmo ano o Ocupa Brasília, que colocou 200 mil ativistas na Esplanada dos Ministérios e motivou brutal repressão, inclusive com a convocação de uma GLO (Garantia da Lei da Ordem). Naquele momento, por maior que fosse a base governista no congresso, a maioria da população rejeitava a reforma da Previdência – uma vitória atribuída não só ao enorme desgaste do governo Temer, como também à luta dos trabalhadores, à comunicação das entidades de classe e ao trabalho de base. Pesquisas na época confirmaram a rejeição popular da reforma, apesar dos milhões gastos na propaganda oficial.

23. Infelizmente a organização dos trabalhadores não foi suficiente para derrotar os demais ataques do governo Temer, como a reforma trabalhista, que passou batida sob a propaganda enganosa de que descomplicaria as regras de contratação, gerando mais empregos. Não fomos capazes de desmascarar a falácia desse discurso e hoje estamos comprovando que realmente essa reforma serviu apenas para aumentar a exploração do trabalho e recompor os lucros da burguesia, em nada influenciando na taxa de desemprego, que continuou em alta, um reflexo da crise e efeito do receituário contracionista neoliberal na economia.
24. O fato é que o conjunto dessas derrotas do movimento sindical num período curto de tempo, a sequência de golpe e derrota eleitoral, juntamente ao desânimo que muitos compreensivelmente sentem diante do festival de grosserias, ameaças e mesmo ofensas criminosas desferidas cotidianamente pelo governo Bolsonaro criaram um perigoso caldo de cultura imobilista que vai se agravando a cada anúncio de novas medidas de retirada de direitos. O ataque constante ao movimento sindical (iniciado com a MP 873, que impedia o desconto em folha das contribuições sindicais de filiados, que acabou caducando, em acordo com Rodrigo Maia), a ameaça de desconstrução das carreiras dos servidores públicos, de redução de salários com redução de jornada, a falta de perspectiva de qualquer reajuste, as constantes ameaças de novos ataques aos sindicatos, a precarização dos empregos que restam diante do brutal desemprego, a minirreforma trabalhista disfarçada em pomposo nome (MP da “liberdade econômica”) e os violentos ataques à educação pública – como os cortes no custeio, bolsas de pesquisa e o privatizante programa Future-se – são alguns elementos da conjuntura que confluem em grande medida para essa desmobilização. O excesso de ataques e derrotas no pequeno espaço de tempo resulta em anestesia por excesso de dor (um processo físico que pode ser aplicado metaforicamente ao tecido social). Há muitas pessoas “adoecidas de Brasil”, como já diagnosticou a jornalista Eliane Blum em artigo recente no jornal El País; essas pessoas não vão às ruas protestar, mesmo estando descontentes com o governo Bolsonaro. É o que chamamos de desalento político, uma das causas inegáveis da desmobilização dos movimentos de resistência.
25. Entretanto, construir a luta é um imperativo categórico. As janelas na conjuntura não se abrem se nos acomodarmos na derrota. As mobilizações convocadas pelo Fórum das Centrais (a participação no “grito dos excluídos” no feriado de 7 de setembro parecem tímidas diante da consolidação da aprovação da reforma da Previdência e do anúncio de novos ataques. A educação federal convoca para greve de 48 horas dias 2 e 3 de setembro, mas o alcance dessa mobilização é limitado, já que as entidades estaduais e a CNTE não aderiram. A organização dos trabalhadores que temos hoje se mostra insuficiente para a mobilização necessária, mesmo em tempos de desalento. De forma alguma podemos ficar sem reagir e deixar que prevaleçam certas posições partidárias implantadas no movimento, que dão quatro anos de desgaste para o governo Bolsonaro, que ficaria sangrando em praça pública até as próximas eleições presidenciais. Até lá pode não haver mais direitos dos trabalhadores a defender. Devemos reagir a esse projeto de terra arrasada, mesmo em tempos de desalento político de uma parte significativa da classe. A responsabilidade dos dirigentes das organizações dos trabalhadores é imensa e a História há de cobrar esse preço.

26. A forma de buscar superar o desalento político e a desmobilização das lutas de resistência é a construção de alternativa para a classe trabalhadora. Apegada aos erros e lideranças do passado e bastante fragmentada, a esquerda dirigente dos movimentos não tem sido eficaz nessa construção. Sem projeto alternativo, as organizações de esquerda se fragmentam mais ainda, mesmo nesta dura conjuntura, que requer de nós mais esforço para superar a supervalorização de divergências internas. Não é hora de enfraquecer com rupturas e desmobilização as organizações dos trabalhadores que resistiram à cooptação da conciliação de classes; ao contrário, é momento de apontar para a construção da unidade dos combativos para se apresente um caminho alternativo aos erros dos que se apassivaram. Neste momento, atuamos para abrir condições de unificação entre a CSP-Conlutas e a Intersindical Central e outras organizações que não se encontram em nenhuma central; o Fórum Sindical, Popular e da Juventude, impulsionado principalmente pelo ANDES, pode ser um espaço dessa construção entre as pequenas entidades combativas da classe, contribuindo para superar a fragmentação e abrir novas perspectivas de organização.
27. Atuar em frente única nas lutas diante da dura conjuntura de enfrentamento do governo de extrema direita não impede que construamos paralelamente essa alternativa para os trabalhadores, sem a burocratização e o engessamento apassivador das centrais majoritárias no movimento. Por isso, seguimos defendendo a convocação de um Congresso da Classe Trabalhadora como um processo de superação de nossa fragmentação e construção de um dos pilares da alternativa para os trabalhadores, diante da organização insuficiente que temos hoje. Somente o apego ao aparato dirigente tão pequeno pode justificar a resistência de alguns setores a essa unidade mínima, necessária nesta conjuntura de tantos ataques aos direitos e à própria organização dos trabalhadores, e que sinalizaria de modo auspicioso para uma construção futura muito maior e necessária para dirigir as lutas da classe sem os vícios e capitulações do passado recente. É preciso que os dirigentes das organizações dos trabalhadores se coloquem à altura dos desafios e da espinhosa conjuntura que enfrentamos, que requer de nós coragem para construir uma alternativa para nossa classe.

PLANO DE LUTAS

1. Contra os cortes na Educação, contra o privatizante projeto Future-se, em defesa da Educação Pública!
2. Fora Abraham Weintraub! Basta de ataques às Universidades Públicas e aos Institutos Federais! Em defesa das IFES!
3. Pelo respeito ao processo democrático nas IFES! Pela posse dos eleitos nos Institutos Federais e do primeiro da lista nas eleições para Reitor nas IFES!
4. Contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores!
5. Unificar os trabalhadores nas lutas contra as privatizações que entregam o patrimônio do povo!
6. Em defesa das liberdades democráticas!
7. Contra os ataques ao movimento sindical e popular! Contra as demissões de dirigentes, em defesa da liberação para exercício de atividade sindical!

8. Pela reorganização da classe trabalhadora! Por um Congresso da Classe trabalhadora que unifique os setores combativos do movimento sindical e popular!
 9. Em defesa das terras dos indígenas e quilombolas, contra os ataques ao meio ambiente!
 10. **Basta de Bolsonaro! Ocupar as ruas para defender os direitos do povo, as liberdades democráticas e a soberania nacional.**
-

Assinam esta tese:

Magda Medeiros Furtado – Direção Nacional e base do Sindscope

Ronaldo Naziazeno – Coordenação Geral do Sinasefe IFBA

Jean Douglas Zeferino Rodrigues – Coordenação Estadual do Sinasefe São Paulo

Fabiano Brito – base do Sinasefe IFBA

Rogério Silva – base do Sinasefe IFBA

Yang Chung – base da seção Catu do IFBaiano

Luís Antônio Papa – base da seção IFBA

Cezar Miranda – base da seção IFBA

Resistência e Luta – Corrente Sindical e Popular

Brasília, 27 de setembro de 2019

Tese 77: A INCRÍVEL HISTÓRIA DE UM POVO QUE LUTAVA PELA REDUÇÃO DE 20 CENTAVOS NA PASSAGEM DE ÔNIBUS E ACABOU FICANDO COM A GASOLINA A 5 REAIS, O GÁS DE COZINHA A 80 REAIS, O DÓLAR A 4,5 REAIS...

O título e o conteúdo dessa tese não visam uma crítica ao movimento do passe livre e demais movimentos de esquerda que saíram às ruas em 2013, ou um apoio aos governos do PT. Mas nada como um período como aquele para podermos de fato começar um balanço mais sério sobre os avanços e retrocessos que tivemos na última década, a partir dos governos do PT, e os caminhos que o movimento escolheu para si e, conseqüentemente, para o país.

Precisamos avaliar e fazer o balanço necessário do que ocorreu desde que o PT assumiu o governo Central e qual foi o papel dos movimentos sociais e de trabalhadora, vinculados ou não às entidades do movimento naquele período, bem como uma análise do momento que vivemos no pós-golpe de 2016.

Em 2013, o PT já estava à frente do país faziam 10 anos, quando muitos acertos, mas também muitos erros foram cometidos e serviram para a análise e posicionamento dos movimentos organizados. Sabemos todxs que o principal dos erros dos governos do PT foi procurar arrefecer os ânimos dos movimentos e desmobilizar suas lutas e a autonomia a partir do comprometimento das suas direções e lideranças sob a orientação política do Partido/Governo. Sabemos o que a falta de autonomia e as relações entre governos e direções/lideranças trazem como resultado histórico.

Entretanto, se por um lado havia uma disputa dentro do movimento patrocinada pelo governo, por outro havia possibilidades da construção autônoma, como foi o caso do SINASEFE, e das negociações efetivas com aqueles governos. Querendo ou não foi sempre muito difícil para os governos do PT se esquivarem de negociações, e durante seus governos tivemos melhores condições de negociações do que em todos os governos do período “democrático” (governos Collor, Itamar e FHC).

Depois de uma década de governos do PT, ao final do primeiro mandato de Dilma, muitos dos problemas se acirraram, a crise econômica que demorou em torno de 4 anos para produzir seus primeiros efeitos no Brasil, acabou criando alguns obstáculos para a continuidade do diálogo e das negociações, servindo como base para todo tipo de erros táticos e estratégicos por parte da Presidenta.

A ampla movimentação de rua de 2013 começa a partir de um erro “infantil” por parte de Dilma, ao autorizar um aumento nacional no valor das passagens de ônibus. Já havia muitas críticas aos erros que a Presidenta cometia, com esta movimentação se tornando inevitável a partir do novo erro. Aquele movimento começa à esquerda cobrando necessariamente um outro comportamento por parte de um governo de Frente Popular, que fazia do seu discurso em defesa de direitos básicos da sociedade sua plataforma principal: aumento real do salário mínimo, redução do valor da cesta básica, manutenção de preços mais baixos de passagens, subsídios de combustível, entre outras questões.

A partir da situação econômica mundial, bem diferente da existente nos dois governos de Lula, aquela crise econômica, que já atingia as “canelas” do povo brasileiro, serviu como base inflamável para que as mobilizações ocorressem, e de maneira

intensa. Havia muita insatisfação e o governo precisava mudar sua rota e retomar a lógica dos governos anteriores de Lula, mas isso não ocorreu.

Entretanto, após as primeiras manifestações, a esquerda se perdeu pelo meio do caminho. Os partidos de esquerda e progressistas, bem como as entidades sindicais e os demais movimentos organizados, perderam a ponta daquele movimento. O que inicialmente tinha pautas justas, como era o caso do passe livre e outras pautas que estavam represadas junto ao governo Dilma, foram se transformando em atos e ações sem qualquer controle ou direção, muitas vezes caminhando para um viés fascista.

As justas manifestações que começaram pela esquerda logo tomaram o rumo da direita, capitaneados pelos movimentos corporativos mais danosos da nossa sociedade. Quem não viu os ataques que ocorriam naquelas manifestações às bandeiras, aos sindicatos, aos partidos de esquerda? Beiramos o fascismo durante aquele ano. Se alguns comemoraram as grandes manifestações, outros entendiam que não estávamos pautando o governo ou fazendo com que recuasse nas políticas erradas do último período. Na verdade, todo aquele processo serviu para dar surgimento e organização a uma série de representações reacionárias, bem como acenar para o conjunto mais atrasado da nossa sociedade de que era possível escorraçar o PT do governo Central, seja através das eleições, ou até mesmo da sua destituição. Serviu como um alerta à direita, derrotada nas últimas quatro eleições, de que era possível retomar o governo central do país.

Durante o período posterior àquelas manifestações não vimos uma reação à esquerda de Dilma ou do próprio PT, afinal estávamos às vésperas das eleições e o que vimos foi a disputa eleitoral ser colocada como prioridade, na tentativa de se garantir os votos da população que mais havia se beneficiado durante os governos petistas, de Lula principalmente.

Em alguns momentos pós 2013, foram muitas as ações equivocadas do lado progressista da nossa sociedade. Talvez por conta de uma acomodação que a disputa nas eleições e no próprio pós-eleições, não havia muita saída para os desdobramentos naquele ano. Ou seja, tínhamos um combalido governo Dilma, mas que ainda se sustentava nos resultados anteriores de Lula e dos dois primeiros anos do seu próprio mandato.

Ao final de 2014, ocorre a quarta vitória do PT nas urnas, mas agora em uma atmosfera bem mais complicada do que após as três eleições anteriores.

Dilma inicia um mandato e novamente troca os pés pelas mãos, fazendo um aceno ao mercado, colocando Levi para comandar a economia. Ou seja, mal acabou de sair do olho do furacão de 2013, já se coloca ela própria em uma nova jornada de enfrentamentos com os derrotados do PSDB, com a corja reacionária/direitista que saiu dos esgotos em 2013, além do movimento organizado de trabalhadorxs, que jamais poderia aceitar um estelionato eleitoral quanto à política econômica do país. Afinal, mesmo após as manifestações de 2013, os trabalhadorxs votaram em Dilma contra a retomada do PSDB.

Entretanto, Dilma não podia mudar as coisas com ou sem Levi. Em 2015, o país passava por momentos difíceis e todxs nós sabíamos. Ocorria uma movimentação por

parte do judiciário, capitaneado pelo STF, além da organização atabalhoada do movimento sindical naquele ano. Pela primeira vez fizemos uma greve nacional por reajuste, mesmo depois do Governo Dilma ter oferecido um reajuste de 21%, em quatro parcelas. O que vimos foram correntes dentro do SINASEFE construindo uma greve, independentemente de as negociações terem se iniciado antes da sua deflagração.

O que vimos foi a nossa Greve servindo como elemento de pressão para uma luta que não era apenas nossa. Existia a pressão do STF na busca por um aumento de 75% para o judiciário, já que o governo Dilma estava sob péssimas condições políticas e a lógica era tentar tirar algo de um governo “enfraquecido” pelas manifestações de 2013 e pelo resultado eleitoral apertado. O SINASEFE fez uma greve e ao final da mesma conseguiu a façanha de dar para 50% da sua base (os TAEs) um acordo menor do que o reajuste oferecido pelo governo antes daquela movimentação grevista ser iniciada.

Obviamente, quando o governo Dilma foi colocado contra a parede, tendo que dar uma resposta ao nosso movimento e a de outros Sindicatos, além da movimentação institucional que o STF e a cúpula do judiciário faziam, ao invés de negociações endureceu a sua posição e acabou respondendo de maneira taxativa às reivindicações. Afinal, dar os reajustes pretendidos, principalmente ao judiciário poderia implodir o novo governo que se iniciava. O judiciário levou a proposta para o Congresso e o governo Dilma acabou vetando o que fora aprovado.

Com a crise econômica, com a redução de recursos para investimentos, bem como o aumento de uma série de índices que corroboravam com o discurso de que o país estava em crise, bem como da movimentação iniciada pela direita reacionária após as eleições para a destituição de Dilma do governo, via golpe institucional, várias ações e mobilizações mais à direita começaram a surgir. E o que se viu foi muita gente da esquerda dando apoio àquelas manifestações “espontâneas”.

Durante 2015 até o primeiro semestre de 2016 tivemos debates com o que de pior poderia ser dito dentro dos fóruns do movimento sindical. Vimos amplos setores do nosso Sindicato Nacional, da CSP Conlutas e de outras entidades do movimento se perfilando aos reacionários e/ou setores da direita brasileira. A necessidade do discurso da autonomia e da independência frente ao PT ignorou que aqueles eram ataques diretos à democracia brasileira construída a duras penas nas últimas 3 décadas.

No Congresso Eleitoral do SINASEFE, por exemplo, em março de 2016, tivemos que conviver com uma faixa “Fora Todos”, enquanto mais da metade daquele Congresso pedia para que pudéssemos ir às ruas na passeata contra o golpe na esplanada dos ministérios, que defendia a combalida democracia brasileira. As lideranças de vários coletivos, com o apoio de delegadxs de algumas bases, decidiram ficar e ignorar a movimentação contra o golpe, que já teria se iniciado no país. Não deixando de lado o fato de que aquela era a tônica de vários sindicatos, partidos e centrais que teimavam em continuar com a mesma postura de que não havia um golpe em curso. Enfim, preferiram ficar ao lado da corja de Eduardo Cunha no Congresso, ao lado do STF, da Lava Jato e dos setores mais reacionários da nossa sociedade, capitaneados pela FIESP, pelos militares e pela mídia burguesa.

Foram várias as plenárias em 2016 em que tivemos embates sobre o golpe e sobre o erro que a direção da nossa entidade cometia ao se omitir naquele momento. Em uma delas o SPL, grupo do qual fazemos parte, foi impedido pela articulação majoritária da DN de compor a mesa de conjuntura, por não concordarem com a palavra de ordem que já vínhamos apresentando de “Não vai ter golpe!”. Mesmo com aquela tentativa de nos excluirmos do debate, a base presente àquela PLENA derrotou a maioria da DN, deliberando a posição do SINASEFE de que havia golpe e que precisávamos denunciá-lo através do nosso Sindicato Nacional e dos seus materiais e documentos.

Porém, o acordo dos coletivos que compunham o bloco majoritário naquela DN, ignorou aquela deliberação de PLENA, mantendo sua posição sectária, não publicando qualquer material denunciando o golpe ou chamando a luta pela democracia brasileira naquele momento. Até mesmo um boletim elaborado pela nossa então Coordenadora Geral e o restante do plantão foi retirado da página da entidade por conta de deliberações de DN, ignorando, como já dissemos, a deliberação da instância superior, a Plenária Nacional da categoria. A tônica continuava para alguns com o “Fora Todos”, para outros de que Dilma e Temer eram a mesma coisa, bem como aquela posição da omissão como se o Sindicato Nacional não tivesse que mobilizar suas bases contra aquele golpe.

A crítica e a forma como parte significativa da esquerda se comportava, classificando e apontando os governos do PT como uma continuidade do que ocorria no Brasil antes de 2003, foi mais que um erro, foi a ponte para o golpe e para o retorno de muitos atrasos que defendiam aqueles setores políticos, apoiadores das candidaturas derrotadas nas quatro eleições para Presidente. Valendo ressaltar que estes grupos haviam perdido seu espaço exatamente pela política aplicada e desenvolvida pelo PT desde a primeira eleição de Lula.

O que foi ignorado e deixado de lado quando classificaram como iguais os governos do PT e os anteriores a estes? O aumento de mais de 300% no valor do salário mínimo; a criação de dezenas de Universidades Federais e de mais de 500 Instituições Federais de Ensino Profissional e Tecnológico; aumento significativo na remuneração dos Servidorxs – não quer dizer que concordamos com aquela política salarial, mas ocorreu um acréscimo significativo nas remunerações; criação de programas eficazes de combate à fome, com a retirada de mais de 30 milhões da linha da miséria; entre as dezenas de benefícios e ações efetivas que melhoraram, SIM, a vida do “povão” brasileiro.

Obviamente havia muitas críticas a serem feitas: a Reforma da Previdência, com a criação do FUNPRESP; a manutenção da política de superávit primário para pagamento dos juros da dívida pública; o veto à Auditoria da Dívida; a falta de uma política salarial permanente para servidorxs, inclusive com a desestruturação das carreiras, como a de docentes; entre várias outras questões que ocorreram e com as quais não concordamos e sempre denunciemos.

A esquerda permitiu que a direita mais reacionária do nosso país pudesse acusar o PT de tê-lo piorado, quando na verdade os erros do PT foram a conciliação com essa direita para poder estender questões básicas para a população que mais precisava. Um erro que custou muito caro ao próprio PT. Mas daí usarmos a mesma régua para os

reacionários e para muitos dos nossos antigos camaradas de movimento, isso foi muito sectário e irresponsável do ponto de vista do balanço e de uma análise séria sustentada na realidade.

OS NOVOS CAMINHOS ESTÃO NA DIREÇÃO CERTA?

Nós do SPL entendemos que não. Se a militância e as direções do movimento não reconhecerem os erros cometidos desde 2013, certamente teremos maiores dificuldades para traçarmos uma trajetória contra o que ficou institucionalizado no último período: o ódio, a falta de solidariedade e o estabelecimento de guetos, que não permitirão unificar a classe na luta. O resultado do caminho tomado é a apatia e a desesperança. Muitos imaginavam que aconteceria o contrário após o golpe, com a denúncia de todo o ocorrido e a luta intensa contra os desmandos do governo reacionário de extrema direita. Mas não foi isso que ocorreu.

Temos visto muita confusão na esquerda e no lado progressista das batalhas, que patinam e não conseguem uma sequência de ações que possam unificar o movimento e a classe contra tudo aquilo que derrotamos nos últimos 30 anos.

Mesmo a greve geral de 2017, um baita de um movimento, e as várias manifestações de rua que ocorreram e que vêm ocorrendo desde então, deram conta de unificar as ações e os esforços das lutas sindicais, estudantis e sociais. Hoje nos encontramos em um momento desorganizado da luta, onde todos sabemos e conhecemos as fragilidades do governo Bolsonaro, mas não conseguimos preparar ações que mobilizem organizadamente o conjunto da classe. Como já aconteceu antes, durante os governos do PT e antes mesmo dos governos petistas.

Essa resposta “desorganizada” acabou nos levando a um enfrentamento pelo viés programático, onde parece que estamos rumo à mudança de poder, através de mobilizações intensas de uma parte da classe. Entretanto, avaliamos que não estamos em um momento de ascenso das lutas, mas sim de enfrentamento contra a barbárie institucionalizada por Bolsonaro e outros “autoritários de plantão”.

Tem sido assim com as reduções orçamentárias, contra a Reforma da Previdência, contra as mortes dos negros e pobres nas comunidades do Rio de Janeiro, nos ataques contra a Amazônia, entre outras inimagináveis situações estabelecidas a partir do governo reacionário de Bolsonaro. O que ocorre de fato é uma mobilização muitas vezes espontânea, onde a indignação toma conta da massa, mas não tem gerado efetivamente mudanças na correlação de forças para as mudanças que pretendemos retomar.

É preciso avaliar se o que temos feito ou participado tem ajudado a aproximar nossas bases das instâncias e das lutas que precisamos fazer hoje e que precisaremos muito mais no futuro. É preciso nos perguntarmos o que faremos enquanto categoria quando os docentes ficarem três anos sem qualquer acréscimo salarial, assim como já ocorre com os TAEs. Muito importante refletirmos como nossa base se comportará quando os ataques em relação à demissão por avaliação ou outros instrumentos de coerção do estado começarem a ser implementados, conforme já anunciaram o governo e o parlamento. Enfim, é preciso nos perguntarmos o que faremos quando precisarmos da boa e velha organização sindical que os “revolucionários de facebook” acusam como

ultrapassadas e burocratizadas, mas que foram as formas de organização e luta que nos trouxeram dos anos de chumbo até hoje.

Entendemos que será preciso reconstruir as bases sólidas do nosso Sindicato para a retomada das nossas pautas históricas e das referências que sempre tivemos para a nossa categoria. Estamos no conjunto daquelas que sempre afirmaram que a mudança em relação ao PT viria pela direita. O Bolsonaro é fruto dos erros acumulados na parte progressista da nossa sociedade. Não ocorreram as mudanças pela esquerda que alguns “militontos” do SINASEFE e de outros Sindicatos avaliavam que ocorreriam. Nós entendemos que será preciso muito mais do que palavras de ordem ou passeatas raiosas, precisaremos muito de novas greves e de comandos de greve e de bases preparadas para longos enfrentamentos, lutando pela nossa sobrevivência enquanto servidores públicos e com salários que possam manter a dignidade das nossas famílias.

Não poderemos nos esconder por muito tempo atrás do discurso revolucionário, sem qualquer sustentação na base que subsidia tudo em nosso Sindicato e nos demais. Ou recuperamos o espaço sindical para as bases e retiramos da nossa lógica a obrigatoriedade de seguirmos outros caminhos e não os deliberados pelas nossas Assembleias e, conseqüentemente, pelas Instâncias e Fóruns Nacionais, ou estaremos fadados a chorar os ataques que muitos governos prometeram, mas não conseguiram, devido à nossa luta e organização “burocratizada” de antes. O governo Bolsonaro é um franco atirador e a sua arma está apontada para a nossa sorte.

Não estamos classificando como mais importante as nossas questões corporativas do que as pautas indenitárias ou do enfrentamento programático da classe contra o governo. Entendemos como muito importante continuarmos pedagogicamente contribuindo para os avanços da nossa base, nas nossas escolas e junto a quem pudermos influenciar. Achamos fundamental continuarmos a nossa jornada pedagógica contra o machismo, contra o racismo, misoginia e LGBTFobia, mas também entendemos como urgente mantermos a lógica e os princípios que fizeram com que os trabalhadorxs criassem suas entidades sindicais, buscando a luta por melhorias salariais e por manter ou conquistar direitos relacionados à qualidade de vida, à manutenção e à permanência no trabalho, bem como a igualdade de condições entre quem está no quadro ativo e no quadro de aposentadxs.

Também não queremos com a nossa tese fazer um discurso antipartidário, mas não podemos nos omitir quando erros cometidos, como no passado, sejam considerados agora como mera disputa da política da entidade pelos militantes do SINASEFE filiadxs a partidos e correntes de esquerda, quando na verdade são a mesma disputa pela hegemonia de quando o PT dominava os espaços do movimento.

Enfim, na busca de contribuirmos com a análise, balanço e proposições que possam nos levar a algum lugar, apresentamos agora algumas propostas que poderão ajudar a reconstruirmos as bases do SINASEFE e quem sabe a unidade dos Servidores Públicos Federais, hoje tão necessária e tão distante de acontecer:

- **Retomada da CNESF – Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais**, com a realização de Plenárias Nacionais com delegações eleitas pelas Assembleias de Base.

Somos contrários que o FONASEFE continue sendo o definidor da política no conjunto de Servidorxs Públicos, pois aquele fórum é constituído por direções que têm evitado ouvir e atender aos interesses da base. Chega de vanguardismo, mais espaço e todo ouvidos à base;

- **Retomada dos dois Encontros Regionais**, sendo um a cada semestre, com a pauta sendo definida nas instâncias nacionais do SINASEFE, para que possamos retomar a construção de um projeto nacional do nosso Sindicato, a partir da base e não somente da vanguarda na DN e nas Plenárias Nacionais. Ainda, é fundamental que construamos uma pauta efetiva da nossa base e que possamos o mais breve possível construir um enfrentamento direto com o nosso patrão para podermos recuperar tudo aquilo que já foi retirado nos últimos três anos e no que já vem sendo anunciado para ser implementado logo adiante;
- **Construção de um Projeto de Formação**, voltado para formação sindical e para a luta de classes e não para programas ou correntes de pensamento que têm buscado tutelar as direções, instâncias e pautas do movimento. Mais respeito a todxs que financiam, que constroem e que compõem a base do nosso Sindicato Nacional;
- **Retomada dos debates pela unidade e/ou unificação dos setores da base da educação federal**, onde buscaríamos, minimamente, a retomada dos nossos debates sobre carreira, política salarial, o modelo de educação que pretendemos para as nossas IFEs, entre outras questões acumuladas nos últimos 30 anos de SINASEFE e das demais entidades do setor da educação federal e dos Serviços Públicos.

Não temos a certeza do acerto do nosso balanço do último período, bem como da nossa análise da melhor saída para a nossa organização, mas temos em nossos debates procurado como referência a construção do nosso Sindicato Nacional, em seus mais de 30 anos de história. Temos a certeza de que se errarmos estaremos minimamente ao lado da base e não de opiniões e interesses externos de quem acha que possui a fórmula certa e o caminho a seguir, mas que não foi construído com a nossa participação enquanto base e militância do Sindicato Nacional.

Assinam a presente tese:

William do Nascimento Carvalho (Colégio Pedro II)

Carlos Magno Augusto Sampaio (IFBaiano)

Raimundo Nascimento Dória (Colégio Pedro II)

Atonildo Santos Pereira (IF Baiano)

Lucrécia Helena Iacovino (Colégio Pedro II)

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

Jeanne Bitencourt (IF Mato Grosso)

Catia Cilene Farago (IF Baiano)

Marcelo Assunção (Colégio Militar/RJ)

Herlon Bezerra (IF Sertão/PE)

Elizabeth Soares Dutra (Colégio Pedro II)

Everardo Borges Cantarino (Colégio Pedro II)
Eliete Ana Silva Barbosa (Colégio Pedro II)
Erik Jucharck da Silva (IF Sertão/PE)
Silvio de Jesus Rotter (IF Roraima)
Evaldo Gonçalves Sivla (IF GO – Jataí)
Valdir Moura (IF Rondônia – Colorado do Oeste)

Tese 78: Barrar o Future-se! Em defesa da Educação, em defesa dos serviços públicos!

Bolsonaro tem intensificado os ataques aos serviços públicos, promovidos desde os anos 90 pelos governos de plantão, impulsionados pelos planos neoliberais de estado mínimo. FHC, Lula, Dilma e Temer fizeram privatizações, terceirizações, criaram as Organizações Sociais (OSs) e legislações que engessaram o Estado, como a lei da Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional 95 (EC 95), implementando um teto, como forma de impedir maiores investimentos nos serviços públicos. Essas políticas garantem o saque de quase metade do orçamento da União para os banqueiros, desviando os recursos dos serviços públicos e para o pagamento de juros e amortizações de uma falsa dívida pública.

As políticas neoliberais também buscam transformar os serviços públicos em negócios rentáveis, subvertendo a lógica de que são direitos e devem ser garantidos pelo Estado, transferindo para a iniciativa privada sua prestação, reduzindo salários, diminuindo o número de trabalhadores, entre outros ataques.

As políticas ultraliberais de Bolsonaro pretendem intensificar ainda mais o desmonte dos serviços públicos, através de ampla reforma administrativa, impondo medidas como enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos; redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo; redução de jornada com redução de salário; instituição de um carreirão horizontal e transversal, extinguindo a referência das lotações; congelamento salarial e redução dos benefícios do funcionalismo; aumento da alíquota sobre o PSS; possibilidade de redução do valor atual da aposentadoria com a cobrança da contribuição previdenciária; redução do salário inicial do funcionalismo e intervalo maior para atingir progressões; fim da estabilidade; ampliação da contratação temporária, terceirização e autorização para a União criar fundações privadas, contratar organizações sociais e serviço social autônomo; contrato de gestão ou mesmo convênio, para prestar serviços ao Estado nas diversas áreas do serviço público.

Assim, o sucateamento dos serviços públicos avança exponencialmente. Diante deste cenário, a luta em defesa dos serviços públicos exigirá esforço redobrado e também irá requerer maior participação dos trabalhadores e fortalecimento das entidades. Por este motivo, o Governo se adianta na tentativa de desorganizar os trabalhadores, promovendo a descentralização, mediante a transferência de atribuições e responsabilidades para estados e municípios; tenta criar programas de automação e digitalização de serviços de maneira a terceirizar as atividades públicas, além de querer regulamentar, de modo restritivo, o direito de greve do servidor público e outros ataques às organizações sindicais;

Para a educação, o projeto do Governo Bolsonaro é a destruição da rede de educação superior, composta pelas Universidades e Institutos Federais. Neste sentido, o MEC apresentou um projeto chamado FUTURE-SE, cujo propósito altera o conceito de educação para instituições com fins financeiros, que visam a captação de recursos como prioridade. Para executar tal projeto, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) perderiam sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão para entregá-la às OS. Esse projeto de educação foi apresentado como forma quase

impositiva, já que o Governo promoveu cortes que já atingem R\$ 6,1 bilhões neste ano, o que levará as IFES a pararem as suas atividades já no segundo semestre. Como existe resistência na comunidade acadêmica aos projetos de Bolsonaro e seu ministro, a política do Governo tem sido de desrespeitar as consultas que indicam os Reitores e dar posse a Reitores que garantam a aplicação de suas medidas, ou até mesmo de nomear agentes de sua confiança para atuar e intervir nas IFES.

Políticas semelhantes são aplicadas nos diversos órgãos do Executivo, como o esvaziamento da Funai; o enfraquecimento do Incra, do Ibama e do ICMBio; o fim dos Ministérios do Trabalho, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Esportes. Como os ataques visam também a desorganização dos trabalhadores, o mais fatiado foi o Ministério do Trabalho. As atividades desenvolvidas pelo extinto ministério foram pulverizadas em diferentes órgãos. No Ministério da Economia criaram a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e, logo abaixo no organograma, a Secretaria do Trabalho. Parte dele também foi para os “superministérios” da Justiça, de Sérgio Moro e para a Cidadania.

Outro foco do Governo Bolsonaro tem sido a destruição do meio ambiente para promoção do agronegócio, mineradoras e madeireiras. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente deixou de servir ao seu propósito e o ministro Ricardo Salles vem colecionando ações que demonstram total desprezo com a proteção ao meio ambiente, prometendo até revisar todas as multas lavradas pelos fiscais do Ibama.

Bolsonaro também defende a exploração mineral em terras indígenas, principalmente na área da reserva Yanomami onde, segundo ele, há “bilhões ou trilhões de dólares” debaixo da terra. Isso representa o fim das reservas, desmatamento, expulsão das comunidades, mortes, extinção de espécies da fauna e flora.

Para dar cabo a esses diversos ataques, Bolsonaro criou o “superministério” da Justiça, num contexto em que a reforma trabalhista, a lei das terceirizações e a recém aprovada MP 881 retiram direitos dos trabalhadores e a Justiça do Trabalho se apresenta como mais frágil para defesa dos trabalhadores. Por isso, a luta pela democratização do judiciário e do Ministério Público da União, tanto das relações internas quanto das relações com a sociedade, onde verificamos o descrédito cada vez maior na atuação de seus membros e cúpulas. Isto impõe um cenário de mais dificuldades para valorização dos servidores.

É preciso debater o papel da Justiça, como parte do aparelho de estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades e na repressão das lutas sociais. É preciso democratizar o acesso e enfrentar os privilégios mantidos em seu interior, com aplicação de política salarial voltada apenas aos juizes e procuradores, que consome parcelas cada vez maiores do orçamento, em detrimento dos servidores.

Essa diferença, existente entre um grupo minoritário que detém poderes absolutos, foi inclusive utilizada pelo Governo e pela mídia como justificativa para avançar com a Reforma da Previdência. Sob o eco de atacar os “privilegiados”, a reforma da previdência manteve os privilégios destes intactos, desferiu grandes golpes ao conjunto dos trabalhadores e foi dura também no funcionalismo.

A aprovação da Reforma da Previdência representa o desmonte da seguridade social brasileira e um duro ataque ao conjunto dos trabalhadores. Os servidores públicos sofrerão com medidas como: vedação de incorporação de vantagens; modalidades de aposentadorias (por incapacidade, compulsória e voluntária); limites máximos e mínimos dos proventos; vedações de acumulação de aposentadorias e de pensões; tipos e formas de contribuições previdenciárias; a permissão para que o regime de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) possa ser gerido por entidades abertas (bancos e seguradoras) etc. O texto permite, ainda, a extinção de regime próprio de previdência social (RPPS) e a transferência para Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como instituírem alíquota progressiva da contribuição previdenciária para ativos, aposentados e pensionistas; ampliar a incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, cobrar dos aposentados e pensionistas contribuição extraordinária por até 20 anos, entre outros ataques ao regime de previdência social.

As diversas regras de redução do cálculo das aposentadorias, bem como o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima atinge tanto os trabalhadores da iniciativa privada como os trabalhadores do funcionalismo. Querem aumentar a miséria do povo para beneficiar os verdadeiros privilegiados, 1% da população, especialmente os banqueiros. É um duro ataque aos direitos de milhões de trabalhadores.

Os ataques seguem também para a saúde, que deveria ser promovida pelo Governo federal. Parte significativa dessa prestação é composta pelos Hospitais Universitários (HUs), que foram entregues às OS através da EBSEH. Agora, o projeto do governo é de piorar ainda mais a saúde pública e retirar leitos dos SUS para o atendimento a convênios privados nas redes públicas.

Os HUs, por concentrarem pesquisadores, ainda cumprem um papel de atendimento de doenças complexas para o povo pobre. Essa associação tende a tornar os HUs cada vez mais dependentes financeiramente dos empresários da saúde e, portanto, mais inacessíveis para tratar condições como cânceres, partos de risco, transplantes, transtornos psiquiátricos graves, doenças raras e vários outros atendimentos de ponta;

A condução do Ministério da Saúde por Luiz Henrique Mandetta também tem sido muito problemática. A suspensão dos contratos com vários laboratórios para produzir 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS é uma tragédia que já prejudica cerca de 30 milhões de pacientes pelo país e vai aumentar a quantidade de mortes por câncer, rejeição de transplantes, diabetes e hipertensão;

Seguindo a política de extermínio da população negra e LGBT de Bolsonaro, Mandetta também atacou o Programa Brasileiro de Aids, um dos mais importantes do mundo, ao acabar com o departamento específico e agrupá-lo numa coordenação conjunta com doenças cujo enfrentamento é completamente diferente, como hanseníase e tuberculose, exatamente em um momento que a incidência de novos casos de HIV volta a crescer entre jovens e adolescentes, entre outros ataques.

Contra todos estes ataques devemos unificar a luta dos servidores públicos federais com a luta do conjunto dos trabalhadores, construindo uma Greve Geral para derrotar Bolsonaro e Mourão e sua política neoliberal e autoritária.

Em defesa da Educação pública, gratuita, laica e de qualidade; não ao Future-se

Eleições livres, democráticas e paritárias dos reitores, diretores e demais dirigentes dos serviços públicos, pelos trabalhadores e usuários! Não aos interventores!

Por uma greve geral da educação federal contra os cortes da educação, contra o Future-se, em defesa da educação pública gratuita e de qualidade!

Construir uma Greve Geral para derrotar Bolsonaro e Mourão!

Assinam:

Albano Teixeira – SINDSCOPE

Beth Dau – SINDSCOPE

Jean Magno – seção Maracanã

Luis Sérgio - SINDSCOPE

Marcelo - CMPE

Mariana Jardineiro – SINDSCOPE

Tese 79: Unidade na luta com independência de classe para derrotar o projeto de Bolsonaro

Há mais de uma década, o Brasil atravessa uma crise econômica sem precedentes. A classe trabalhadora sofre com o aumento da miséria, do desemprego e da desigualdade social. Os brasileiros que estão fora do mercado formal de trabalho já somam mais de 70 milhões. As condições de vida nas periferias são insuportáveis, os serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência são cada vez mais inacessíveis e precarizados. Fruto desse caos social a violência torna-se cada vez mais generalizada. Os setores oprimidos são os mais afetados como demonstram as taxas crescentes de feminicídios, especialmente das mulheres negras, os assassinatos das LGBTs e o genocídio da juventude negra nas periferias.

Essa barbárie social que vivemos é fruto de um sistema capitalista decadente, onde as riquezas naturais do nosso país, a produção material, intelectual e os avanços tecnológicos não estão a serviço de melhorar a vida da maioria do povo, mas sim para enriquecer grandes empresários, banqueiros e latifundiários. O avanço do desmatamento da Amazônia e o crime da Vale em Brumadinho são exemplos de que no capitalismo o lucro está acima da vida e do meio ambiente.

Desde 2013, os efeitos dessa crise fizeram explodir gigantescas manifestações de rua e fortes greves nas categorias. Essas lutas abriram uma nova correlação de forças e foi o estopim para o impeachment de Dilma. A polarização social seguiu se aprofundando, cresceu a insatisfação dos trabalhadores, abriu-se espaços de disputa política à direita e à esquerda dos partidos tradicionais no movimento de massas.

Em 2017, a maior greve geral da nossa história recente, em 28 de abril, e o Ocupa Brasília, colocaram o governo Temer nas cordas. Paralisado, o governo não conseguiu aprovar a Reforma da Previdência. Mas a não continuidade da luta, não termos avançado para uma greve geral de 48h, a traição daqueles que apostaram na saída via eleições em 2018, permitiram a aprovação da Reforma Trabalhista.

Bolsonaro chegou à presidência pelo voto. Foi eleito com o voto antipetista, fruto do desgaste de 13 anos de governos de conciliação de classes. A política dos governos – seja da “chamada esquerda” ou da direita – PT, Temer e Bolsonaro, é atacar direitos sociais e trabalhistas para salvar os grandes empresários e banqueiros, travando uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores e o povo pobre. Mas os governos que aplicam essa política, no Brasil e no mundo, sejam de “direita” ou de “esquerda” se desmoralizam, perdem popularidade, são rejeitados nas ruas e nas eleições.

O PT deu lucro exorbitantes aos banqueiros, fez a reforma da previdência, introduziu a parceria público privada, deu voz a bancada evangélica defensora da famigerada “ideologia de gênero”. As “fake news” de Bolsonaro não teriam conquistado espaço na massa dos trabalhadores se não houvesse uma revolta contra a crise econômica que recaía em suas costas, a alta do custo de vida, a deterioração dos serviços públicos e o desemprego. O PT e o conjunto das “esquerdas” que ao invés de apresentar uma alternativa que rompesse com a lógica do lucro do capital, se uniram contra a ameaça do “golpe” e deixaram as massas sem alternativa, são responsáveis pela eleição de Bolsonaro.

Bolsonaro é um governo de direita que aplica ataques estruturais, com apoio da burguesia internacional e desse Congresso Nacional corrupto, como mostra a grande margem de votação a favor da Reforma da Previdência.

Já no primeiro mês de governo, Bolsonaro declarou guerra aos povos originários e quilombolas. Deu carta branca aos latifundiários para invadirem territórios já demarcados, coagirem e assassinarem ativistas da luta por território e pela reforma agrária. A política ambiental de Bolsonaro é a desregulamentação total das leis que protegem nossas riquezas naturais, liberando o desmatamento das nossas florestas, o garimpo e exploração das riquezas naturais na Amazônia pelos ruralistas, madeireiras e grandes mineradoras. No campo também representou um retrocesso, paralisando a Reforma Agrária e liberando mais de 290 agrotóxicos em favor do agronegócio.

Em poucos meses, os efeitos sob o meio ambiente são devastadores: houve um aumento de mais de 40% nos alertas de desmatamento e as queimadas aumentaram em 83% no mês de agosto na comparação com 2018. Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles ainda tentam esconder essa avalanche de destruição ambiental, contestam os dados das pesquisas técnicas e censuram os órgãos de fiscalização. Realizaram um verdadeiro desmonte do IBAMA, interviram na ICMBio, colocando um coronel da PM de São Paulo como novo presidente do órgão, perseguiram e demitiram o presidente do Inpe, Ricardo Galvão.

As visitas internacionais e relações político-econômicas firmadas com a Israel, Japão e EUA, bem como o recente acordo EU-Mercosul, evidenciam que este governo é um capacho do imperialismo e quer entregar ainda mais o Brasil para os países ricos, como no acordo da Base de Alcântara no Maranhão com os EUA, o pacote de privatização das estatais (Petrobrás, Correios, Banco do Brasil, CEF, empresas de energia, etc) e o pagamento da dívida pública aos banqueiros.

As reformas econômicas do governo e Paulo Guedes retrocedem em conquistas históricas como a seguridade social e o direito a aposentadoria. A educação pública e gratuita é profundamente atacada com sucessivos cortes de verbas e com o Programa Future-se, que abre caminho para a privatização das universidades, perda da autonomia e precarização do trabalho dos profissionais da educação.

Com o falso discurso de “reduzir direitos para gerar mais empregos”, o governo quer submeter os trabalhadores a um regime de semi-escravidão e de total liberalidade para os patrões. A Reforma Trabalhista, a lei das terceirizações, a carteira verde e amarela, a MP 881 e a redução das NRs de Saúde e Segurança do Trabalho precarizam as condições de trabalho, impõem salários baixíssimos e jornadas extensivas. Na realidade, quanto mais direitos são retirados, mais a informalidade e o desemprego crescem.

Em que pese a chegada a presidência da chapa Bolsonaro-Mourão seja uma vitória eleitoral da burguesia, nossa classe seguiu lutando e comprova que não deu um cheque em branco para Bolsonaro.

A resistência protagonizada pela classe trabalhadora da cidade e do campo, que tem lutando incansavelmente contra os ataques dos governos anteriores, demonstra que não será fácil implementar este projeto de superexploração e recolonização do país.

Por isso, Bolsonaro emprega métodos de repressão e acentua os traços mais autoritários do regime capitalista a serviço de impor este projeto. Atenta contra o direito de livre organização e manifestação, aprova medidas para restringir as poucas liberdades democráticas que conquistamos, anuncia uma reforma sindical com duros ataques as entidades, criminaliza os movimentos sociais e tem incentivado uma escalada de violência e assassinatos dos lutadores! Dissemina ódio com um discurso machista, racista, LGBTfóbico e xenófobo para dividir a classe e dissemina um ataque ideológico ao marxismo nas escolas, que se choca com a ciência, a cultura e a liberdade de imprensa.

Mas apesar da dureza dos ataques, o governo está mergulhado em crises internas permanentes, é investigado por corrupção, nepotismo e ligação com as milícias. A “nova política” tem sido desmascarada aos olhos de parte dos que o elegeram, ainda que o governo mantenha um setor social como sua base fiel.

A aprovação da Reforma da Previdência no Congresso o fortaleceu e o cacifou perante toda a burguesia, mas a classe trabalhadora não está derrotada. Indignados com as péssimas condições de vida, com o fim da aposentadoria, por emprego e educação, os trabalhadores construíram dias de luta nacionais, como o 8 de março protagonizado pelas mulheres, o 14 de março por Justiça para Marielle e Anderson, as manifestações contra o golpe militar corridas em 31 de março, o 22 de março – dia nacional de paralisação e protestos, desembocando no 1º de maio unitário, o 15M e 30M que incendiaram a juventude e os trabalhadores da educação contra os cortes e a Reforma da Previdência e a greve geral de 14 de junho.

Depois de muita luta, a PEC 06/19 só foi aprovada com a liberação de mais de 4 bilhões em emendas para comprar o voto dos deputados e intensa propaganda do governo na mídia. A cúpula das centrais colocou a mobilização a serviço da negociação dentro do Congresso de uma reforma “menos pior”. Essa estratégia foi uma traição, pois a proposta resultante desse Acordão, que envolveu este Congresso Nacional de corruptos, Rodrigo Maia, os partidos da direita até os governadores do PT, PCdoB, PSB e Solidariedade, manteve a essência da reforma, que ataca a aposentadoria dos mais pobres.

A CSP-Conlutas cumpriu um papel determinante neste processo. Esteve na linha de frente na construção da unidade com as centrais através do calendário comum de lutas, e das ações conjuntas na base das categorias, construindo e trilhando a possibilidade da convocação da greve geral de 14 de junho e dos dias de luta. Assim como não vacilou na denúncia do acordão e do imobilismo das centrais, e manteve acessa a luta no dia 12 de julho em Brasília e nos dias 6 e 13 de agosto.

Neste sentido, propomos:

1. Basta de Bolsonaro-Mourão! Derrotar seu projeto de ditadura, recolonização do país e superexploração!

2. Seguir a batalha pela frente única para lutar como uma necessidade da classe trabalhadora. Unir as centrais sindicais na superestrutura, e desde os locais de trabalho e de estudo, nos bairros da periferia e rurais, unificar a lutas dos sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, movimentos sociais, organizações de juventude e dos setores oprimidos.

3. A unidade para derrotar a direita deve ser forjada com independência de classe. Precisamos derrotar Bolsonaro nas ruas, apostando na ação direta e construção um calendário de luta que mobilize nossa classe com objetivo de construir uma nova greve geral, ao passo que também aponte uma saída anticapitalista e por fora dessa democracia dos ricos.

4. É necessário apresentar um programa que responda às necessidades imediatas e históricas dos trabalhadores da cidade e do campo, a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, emprego, salário, aposentadoria, moradia digna, terra para trabalhar, direito ao território, igualdade as mulheres, negros, LGBTs e imigrantes, fim das queimadas, desmatamento e garimpo na Amazônia. Contra a repressão e censura, defesa intransigente do direito de organização, manifestação e greve. Repudiar qualquer declaração de apoio a tortura e repressão aos lutadores. Ditadura nunca mais!

5. Neste sentido, a luta contra os ataques do governo deve estar combinada com um projeto dos trabalhadores para superar a crise econômica e social. Para que os capitalistas paguem pela crise é necessário: a suspensão imediata do pagamento da dívida pública, a diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários, a estatização das empresas que foram privatizadas, a proibição da remessa de lucros ao exterior, a estatização do sistema financeiro, o fim da corrupção, a revogação das reformas e da EC 95, proteção do meio ambiente e das nossas florestas, nacionalização das terras e expropriação do agronegócio.

6. Esse programa não será possível sem derrotar Bolsonaro-Mourão, por isso, a Frente Única é imprescindível nessa conjuntura. Porém, tampouco nossas necessidades serão atendidas por um governo em aliança com a burguesia e que não rompa com o imperialismo. Não podemos reeditar o projeto de conciliação de classes do PT e suas variantes defendidas pelas frentes eleitorais FBP e FPSM. É um erro apostar na estratégia de eleição de um governo do “mal menor” em 2022. As lutas da nossa classe devem ser guiadas para a superação deste sistema de exploração e opressão.

7. É hora de avançar na construção da CSPConlutas e disputar a reorganização da classe trabalhadora, forjando nas lutas uma alternativa de direção de caráter sindical e popular, com independência de classe, democracia operária e internacionalista.

8. Neste sentido, devemos ter como horizonte a construção de um governo operário, sem corruptos e sem patrões, controlado por conselhos populares, onde a riqueza do

país seja controlada por quem a produz e esteja a serviço da construção de uma sociedade socialista.

Assinam:

Albano Teixeira – SINDSCOPE

Beth Dau – SINDSCOPE

Clério – seção IFES

Jean Magno – seção Maracanã

Luciana – seção Colatina

Luiz Sérgio – SINDSCOPE

Marcelo – CMPE

Marcos Dorval – seção IFSC

Miguel – seção Santa Tereza – ES

Moisés – seção Santa Tereza – ES

Raimundo – IFSE

Tese 80: Racionalização do PCCTAE

Autor: David Gatenha Neto (Instituto Federal do Amazonas)

A Falta da Racionalização do PCCTAE acarreta um grande prejuízo aos TAEs que se encontram enquadrados de forma errada no PCCTAE e esta questão tem que ser resolvida urgentemente.

Já se passaram 15 anos que esta correção deveria ter ocorrido e até a presente data, nada de concreto foi feito para concretizar a Racionalização do PCCTAE.

A Luta por esta questão continua e não pode ser esquecida, pois atualmente nos Institutos Federais e demais Instituições Federais de Ensino, estão trabalhando muitos TAEs que ingressaram na Carreira do PCCTAE e sequer sabem que o Cargo que ocupa está enquadrado de forma errada neste Plano de Carreira.

O SINASEFE deve trabalhar com ardor e vigor esta questão, para tirar os TAEs que se encontram enquadrados de forma errada no PCCTAE e num constante processo de desvalorização profissional.

Além disso, contribui também para aumentar esse processo de desvalorização profissional, o fato de os TAEs estarem há 3 anos sem reajustes em seus salários.

Queremos ação imediata para mudar esta situação!

Manaus, 3 de outubro de 2019

Tese 81: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E RETROCESSO SOCIAL DOS PROFESSORES FEDERAIS APOSENTADOS

*AUTORES: PROFESSORES DO GRUPO DE APOSENTADOS DO SINASEFE-SM -
Eduardo Marafiga, Nelson Marafiga e Nara de Fátima Quadros Silveira e Milton
Ferrari*

TEXTO DE APOIO

Nos últimos 7 (sete) anos temos acompanhado demandas administrativas e judiciais envolvendo perdas salariais dos docentes aposentados das IFES, fruto de uma perversa política salarial implementada pelas políticas governamentais.

Lembremos que temos preceitos de ordem constitucional que salvaguardam o direito adquirido, a equivalência salarial entre ativos e aposentados, bem como a irredutibilidade de vencimentos, proventos e pensões dos Servidores Públicos de forma geral.

Neste sentido, o direito adquirido tem proteção no art. 5º., inciso XXXVI da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; Na mesma carta constitucional, temos a garantia de equivalência salarial entre ativos e aposentados, incluindo pensionistas, senão vejamos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

(...)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: ([HYPERLINK](#))

"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm"Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005). (grifamos)

(...)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

O texto constitucional é claro em assegurar a revisão dos proventos da aposentadoria na mesma proporção adotada para a remuneração dos servidores em atividade, sendo, pois, indissociável da categoria a que pertence originariamente.

As diferentes Políticas desenvolvidas e Leis estabelecidas, efetivamente violaram direitos adquiridos e comprometeram a Dignidade dessa Classe Trabalhadora, que na ativa foram elementos relevantes para o desenvolvimento da Educação no Brasil. Sendo assim urge discutir os direitos comprometidos desses profissionais oriundas de políticas exploratórias, tais como:

-A Emenda Constitucional 41 de dezembro de 2003 que estabeleceu:

Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Vide ADIN nº 3105)

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I - cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Assim sendo a EC 41 estabeleceu, a todos os **aposentados** e pensionistas do serviço público, que a partir da aposentaria deixavam de contribuir com a previdência,

passam a uma **contribuição** de 11% sobre a parcela da remuneração que exceder ao teto estabelecido pelo Regime Geral da **Previdência** Social (RGPS) o que fez incidir também para todos os professores aposentados. Os professores aposentados, que em consequência de uma profissão desgastante, pois exige atuar em diferentes modalidades de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis; fatores determinantes no desgaste físico e emocional no final de sua carreira, tem sua aposentadoria marcada por aumento excessivo nos gastos com doenças físicas e neurológicas e qualidade de velhice comprometida.

- A Lei nº 11.344/2006 cujo Retrocesso Social dos Professores Federais Aposentados tem sua continuidade pois a *primeira* reestruturação da atual carreira do Magistério Federal, alterou a sua estrutura física, o que prejudicou significativamente os professores já aposentados.

Os aposentados que tinham seus direitos garantidos, Paridade e Integralidade, associados à posição que se encontravam na estrutura física da carreira, tiveram seus direitos violados no momento de seu enquadramento. A posição inferior ocupada em relação ao topo da carreira, diferente da obtido quando na data de aposentadoria, foram fatores determinantes para comprometimento desses direitos e de sua dignidade.

O impacto negativo dessa reestruturação foi determinante na desvalorização salarial e retrocesso Social para os profissionais de Educação Aposentados que depois de uma carreira já efetivamente sacrificada almeja uma aposentadoria digna.

PROPOSTA

Diante de todas as **PERDAS SOFRIDAS PELOS PROFESSORES APOSENTADOS**, o grupo de pesquisa da Seção Sindical do SINASEFE- SM, constatou a violação do Princípio Constitucional do Retrocesso Social **PELA REDUÇÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS NA DATA DE SUA APOSENTADORIA**. Sendo assim solicitamos que o **33º CONSINASEFE delibere:**

- 1.** Reenquadramento dos professores aposentados na posição que se encontrava na estrutura física da Carreira quando da Data de Aposentadoria;
- 2.** Lutar pela aprovação Imediata da PEC/ 555 que retira do aposentado a obrigação de contribuir com o fator previdenciário;
- 3.** Criar um Fórum Permanente para combater as perdas salariais dos docentes aposentados das IFES e combater todas estas irregularidades constatadas.

Tese 82: Teses e Propostas de Resoluções para o 33º CONSINASEFE

Corrente Proletária na Educação/POR

Tese sobre a situação Internacional:

O mundo vive ainda os efeitos da última crise de superprodução capitalista, que teve seu estopim em 2008, nos EUA, e se espalhou pelas bolsas de valores e mercados de câmbio ao redor do mundo. O método paliativo assumido pelos países, de que os seus Estados nacionais assumissem as dívidas dos bancos e injetassem dinheiro diretamente na economia, a partir do uso das reservas cambiais e diminuição dos juros, apenas empurrou o problema mais para frente. Não havendo uma reação positiva da economia no longo prazo, as medidas paliativas se esgotaram, e o capital financeiro, por meio de suas entidades internacionais (FMI, Banco Mundial, agências de risco), tem adotado diretrizes para que os governos de cada país realizem medidas de ajuste fiscal e cortes de direitos históricos. São exemplos dessas medidas, as investidas contra a Previdência (Brasil, Nicarágua, Rússia, Argentina, etc.), assim como reformas trabalhistas, a exemplo do Brasil e da França.

Tais diretrizes, que também incluem cortes de gastos nos serviços públicos, e privatizações de ramos estratégicos da economia, tem como objetivo preservar a taxa de lucro das multinacionais e o parasitismo do capital financeiro, mediante o pagamento das dívidas públicas. Para tal objetivo, o capital financeiro, com auxílio do imperialismo norte-americano, tem fomentado a ascensão de governos abertamente pró-imperialistas e privatizantes na América Latina.

Na Argentina, o governo Macri, servil do FMI, tem adotado uma violenta política de ajuste fiscal para pagar a dívida externa, mas que, nem de longe, alcançou a retomada da economia, o que tem potenciado a crise política nesse país. Nas prévias da eleição presidencial, o candidato apoiado pelo kirchnerismo teve enorme vantagem sobre Mauricio Macri, colocando no cenário político a possibilidade do retorno do nacional-reformismo kirchnerista ao poder. A reação do mercado financeiro foi de uma forte queda na Bolsa de Valores argentina, e de alta do dólar, o que mostra a preferência do capital financeiro por um governo que aplique de forma mais violenta as diretrizes do FMI.

Na Venezuela, acompanhamos, no início do ano, uma ofensiva da fração direita burguesa, capitaneada por Juan Guaidó, numa tentativa de tomada do poder por meio de um golpe. Juan Guaidó busca se sustentar a partir de sua atuação como fantoche de Trump, ou seja, do imperialismo norte-americano. A descarada e hipócrita campanha humanitária dos EUA e seus aliados, que buscava, por meio de ajuda humanitária, criar canais de inserção dentro do território venezuelano, também se mostrou fracassada. O fundamental da crise política venezuelana é que tem expressado a diretriz imperialista de impor um governo títere, de forma a se assenhorar da produção e reservas de petróleo venezuelanas, hoje nas mãos do governo nacional reformista de Maduro, o qual já vendeu parte delas à China e Rússia. Diante da ofensiva intervencionista dos EUA sobre a Venezuela, cabe levantar a autodeterminação nacional, o que implica a defesa do governo Maduro, sem apoiar sua política, e apontando sempre que essa autodeterminação só será de fato efetivada pelas massas armadas, tendo à frente o proletariado. Nenhuma fração da burguesia nacional, de nenhum país semicolonial, será capaz de fazer frente ao intervencionismo imperialista.

Na Bolívia, o governo nacional-reformista de Evo Morales tem o diferencial de se deslocar fortemente para posições pró-imperialistas, e de proteção aos interesses dos latifundiários e das multinacionais. Sua atitude reacionária diante dos movimentos, como a investida contra territórios indígenas, a divisão e controle governamental dos sindicatos, e a repressão aos movimentos estudantil e do funcionalismo público, tem satisfeito em boa medida aos interesses do imperialismo naquele país. É sintomática e vergonhosa a presença de Evo Morales na cerimônia de posse do reacionário

Bolsonaro, quando vários outros países não estiveram presentes. O deslocamento de Morales para posições à direita reflete as pressões da crise econômica mundial, e avanço de tendências fascizantes, que substituem os governos reformistas pelos de direita, ou direitiza os reformistas que restam. Ergue-se no horizonte a contradição entre revolução e contrarrevolução. Se as massas não tomam o poder, pagarão caro diante da ofensiva reacionária burguesa em toda parte.

No Brasil, vimos o governo burguês nacional-reformista do PT ser removido pelo Congresso Nacional, por meio do impeachment (golpe de Estado, de caráter institucional), dando origem à ditadura civil de Temer. Em seguida, vimos o principal candidato reformista ser arbitrariamente preso, condenado sem provas, o que resultou em sua não participação na eleição de 2018, favorecendo as candidaturas da direita burguesa. Por fim, presenciamos também a eleição do ultrarreacionário Jair Bolsonaro (PSL), com o aval das principais organizações empresariais, e do mercado financeiro internacional. Estiveram por trás de todo esse processo, as pressões econômicas do capital financeiro, e o deslocamento da burguesia nacional para a direita. O governo ultraliberal de Bolsonaro entrega abertamente a economia nacional para as mãos das multinacionais, por meio de privatizações, entrega a Base de Alcântara aos Estados Unidos, franqueia a Amazônia aos saqueadores, desmonta as demarcações de terras indígenas, favorece os grileiros, arma os latifundiários, ataca a educação pública, impõe novas mudanças na lei trabalhista, fortalece o poder dos militares, e prepara a divisão nos sindicatos.

Temos ainda o agravante de Bolsonaro agir como um fantoche de Trump, servindo ao imperialismo norte-americano em nível internacional. Com isso, o governo Bolsonaro ameaça enfileirar completamente o país por trás da guerra comercial e do belicismo, impulsionados pelo governo Trump, assim como auxiliar os Estados Unidos em seus interesses intervencionistas na América Latina.

A investida do capital financeiro sobre as conquistas históricas dos explorados têm avançado, mas as massas insatisfeitas têm expressado a sua revolta como podem, apesar das suas direções sindicais não estarem à altura das necessidades da luta. São exemplos, as greves gerais na Argentina contra as medidas de ajuste fiscal do Macri; a derrota da Reforma da Previdência, na Nicarágua; a greve dos metalúrgicos, no México, por aumento salarial; a luta dos povos indígenas da Bolívia, em defesa dos seus territórios, assim como as greves gerais no Brasil em 2017 e 2019, contra as reformas Trabalhista e da Previdência, e as ocupações de escolas e universidades contra a PEC do Teto.

A ofensiva do capital financeiro e do imperialismo não será derrotada por meio do retorno do nacional-reformismo ao poder, uma vez que esses governos (PT, kirchnerismo, masismo, chavismo, etc.) se adaptaram às necessidades do imperialismo, de saque à economia das semicolônias. O principal instrumento para o parasitismo do capital financeiro é a enorme dívida pública, cujos juros consomem metade da arrecadação nacional. É preciso retomar a luta pelo não pagamento da dívida pública, combatendo o parasitismo financeiro, que arruína as economias nacionais.

É preciso organizar a luta anti-imperialista e anticapitalista, partindo das lutas contra os ataques aos direitos e serviços públicos, empregos e salários. No nosso país, precisamos por em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção e os métodos de luta da classe operária, para enfrentar os ataques e o entreguismo do governo Bolsonaro, e defender, intransigentemente, a autodeterminação das nações diante do intervencionismo direto e indireto das potências imperialistas.

Tese sobre a situação nacional:

A conjuntura nacional tem sido marcada pela ascensão ao poder de um governo ultraliberal, militarista e obscurantista de Bolsonaro, de tendências bonapartistas

(ditatoriais), e traços fascistas, que tem realizado ataques em ritmo acelerado aos direitos sociais, e entregado a economia nacional de bandeja ao imperialismo.

A onda de privatizações de estatais de ramos estratégicos da economia tem sido continuação da política da ditadura civil de Temer. A maior parte será apropriada pelo capital estrangeiro monopolista, que ampliará ainda mais seus tentáculos sobre a economia nacional, acabando com o pouco que ainda resta de soberania. É sintomática a entrega da Base de Alcântara aos EUA, que servirá como uma base estratégica para a política intervencionista de Trump na América Latina.

A crise em torno da destruição da Amazônia trouxe à tona a política do governo Bolsonaro, de favorecimento, encorajamento e permissão de armamento dos latifundiários e agronegócio, em detrimento das demarcações indígenas e da preservação da Amazônia. Entregar a Amazônia aos latifundiários e agronegócio significa permitir o esgotamento dos recursos naturais em favor dos interesses privados de expansão dos pastos e da fronteira agrícola, para plantação de soja para exportação. O método de plantio extensivo, com pouco uso de tecnologia, possui baixo custo, porém, alto índice de devastação ambiental. A luta pela preservação dos recursos naturais está ligada à luta contra o latifúndio, em apoio a luta dos camponeses pelo direito à terra e em defesa das demarcações indígenas, do direito destes à sua autodeterminação, o que levará ao choque contra a política do governo Bolsonaro. A destruição da Amazônia realça a necessidade de retomar o caminho da greve geral, desta vez por tempo indeterminado, levantando o conjunto das reivindicações mais sentidas pelos explorados. A destruição da natureza é própria do capitalismo em decomposição, e ela só terá fim com a revolução proletária. A greve geral e derrubada das medidas do governo Bolsonaro será um passo nesse sentido.

O governo Bolsonaro tem aprofundado os ataques aos direitos históricos dos explorados. A proposta de Reforma da Previdência é um duro ataque às condições de vida das massas, por meio da redução do valor dos benefícios de aposentadoria e pensão, assim como a imposição do aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, que poderá inviabilizar a concessão dos benefícios para uma parte significativa dos explorados. A MP do “Pente Fino” no INSS retirou a competência dos sindicatos rurais para declarar que trabalhador rural tem direito à aposentadoria, o que dificultará para muitos comprovarem seu tempo de serviço. A MP da Liberdade Econômica, complemento da Reforma Trabalhista, enfraqueceu a fiscalização trabalhista, e acabou com a obrigatoriedade do controle da jornada de trabalho, instituindo o chamado “ponto por exceção”, ou seja, a empresa só será obrigada a registrar o tempo trabalhado apenas nos dias em que ultrapassar o tempo normal da jornada, o que abre brecha para arbitrariedades dos patrões sobre os trabalhadores.

O governo tenta justificar os ataques contra os direitos históricos dos trabalhadores, sob o argumento de que gerará mais empregos. Na prática, retirará obstáculos para que os capitalistas possam explorar ainda mais, sob o lema de “menos direitos, mais empregos”. Na verdade, os ataques às condições de vida reduzirão o poder de compra dos assalariados, ampliando as tendências recessivas e, conseqüentemente, o desemprego.

O governo Bolsonaro declarou guerra à educação pública, em particular às universidades e institutos federais. Desde o primeiro semestre, tem anunciado cortes, que já somam mais de R\$ 7 bilhões, o que ameaça a existência das já precárias escolas, assim como o funcionamento das IFES. Já estão ocorrendo demissões em massa de terceirizados, paralisação de obras, cortes de bolsas, materiais, etc. Com complemento ao corte de gastos, o governo anunciou o Projeto Future-se, que nada mais é do que isentar o Estado de financiar a educação pública superior, e deixar as universidades à mercê da administração e do financiamento privado, que na maioria das regiões sequer existe.

Para implementar sua política de desmonte das universidades públicas, o governo Bolsonaro tem imposto a nomeação de interventores para governar as IFES, o que tem provocado a revolta de professores, funcionários e estudantes, em especial destes. É o caso do CEFET/RJ, que se mobilizou para impedir que o interventor sentasse na cadeira de diretor-geral, e também na UFC, onde os estudantes realizaram o ato massivo, e chegaram a fechar o campus, para impedir tamanha arbitrariedade, mostrando como se deve combater a política autoritária do governo.

Somando a isso, está em discussão no Planalto uma Reforma Administrativa no executivo federal, que incluiria a redução do salário inicial da carreira, a ampliação dos números de níveis, dificultando que o servidor chegue ao salário final, a extinção e fusão de carreiras e, por fim, a realização de concursos públicos para regime CLT e temporários. Isso significaria, na prática, destruir a carreira dos TAEs, rebaixando profundamente suas condições salariais e de trabalho, além de serem substituídos por celetistas e temporários.

Diante de tantos ataques, assim como declarações prepotentes, que evidenciam seu caráter obscurantista e seus traços fascistas, Bolsonaro tem perdido popularidade. Amplos setores que votaram em Bolsonaro começam a se desiludir diante da política ultrarreacionária do governo, e isso é um elemento favorável para a luta. As massas já deram várias demonstrações de disposição de luta, como nos massivos atos dos 15 e 30 de maio, assim como na greve geral de 14 de junho. O obstáculo está nas direções sindicais, em especial as centrais sindicais, que não estão à altura das necessidades das massas insatisfeitas, de lutarem contra o governo, e desviam o movimento para as vias institucionais, eleitorais e parlamentares. O método da pressão parlamentar, ou seja, a ideia de correr atrás dos deputados para convencê-los a votar contra as reformas, ao mesmo tempo em que pisa no freio da greve geral e abandona a luta nas ruas, tem se mostrado o principal fator de derrotas do movimento.

É preciso potenciar a luta nas ruas para derrotar o programa antinacional e antipopular do governo. Nesse sentido, é preciso retomar os métodos da greve geral. Os massivos atos do dia 13 de agosto demonstraram, mais uma vez, a insatisfação das massas. O que falta é transformar esse fator quantitativo em organização. É preciso que o movimento não se restrinja a um ou outro dia de manifestação, mas que seja permanente. Para isso, é preciso organizar a luta desde os locais de trabalho, estudo e moradia, combinando as reivindicações gerais contra a política do governo, com as reivindicações específicas e mais sentidas, que incluem a defesa dos empregos diante das demissões, das condições de moradia, estudo, reposição de perdas e aumento salarial, etc. É necessário impulsionar a unidade dos setores em luta a partir de pautas de reivindicações unitárias, e da constituição dos comitês de luta. Tendo claro que o meio para conquistar as reivindicações é o método da ação direta.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA:

O primeiro semestre de 2019 foi marcado por uma onda de insatisfação nas massas em virtude dos ataques de Bolsonaro à educação e a ofensiva contra a Previdência Social. A possibilidade de interrupção das atividades das IFES, em virtude dos cortes de orçamento, atingindo amplamente as bolsas de pesquisa. Cortes que causaram danos diretos, como: o corte de energia da UFMT, racionamento no uso do ar condicionado na UFPE; manutenção dos campi de IFs, com corte da verba direcionada à limpeza, segurança, limpeza, energia elétrica, que inviabilizam, desde atividades administrativas, às de ensino, pesquisa e extensão. Isso colocou os estudantes e os trabalhadores da educação em pé de guerra contra o governo. Além disso, a violenta ofensiva contra os direitos previdenciários, que alcançava desde os camponeses até os operários fabris, dos jovens desempregados aos idosos em condição de miséria, criava condições concretas para a generalização da luta contra as medidas do governo.

Por mais de uma vez, as massas demonstraram disposição de luta, como vimos nos massivos atos dos dias 15 e 30 de maio, e na greve geral de 14 de junho. Surgiram comitês unificados de luta, com o objetivo de organizar as massas contra a ofensiva do governo. Estava colocada a paralisação da produção pelos métodos da greve geral.

O obstáculo para o movimento esteve em que as direções sindicais, em particular as das grandes centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, etc.), não estavam à altura das tarefas do momento, e inclusive trabalhavam para travar as tendências de luta. A via de tentar convencer os deputados a votar contra a PEC da Previdência, por meio de abaixo-assinado e visitas nos gabinetes, ao mesmo tempo em que abandonavam a greve geral, foi o fator determinante para frustrar a disposição de luta das bases.

A greve geral de 14 de junho teve um caráter parcial. Não foi tão grande quanto a greve geral de 2017. Isso se deveu ao boicote das centrais sindicais que, momentos antes, pisaram no freio da greve geral. Sindicatos importantes, como o dos rodoviários e metroviários de SP, cancelaram a paralisação diante das ameaças de multa. Não houve um esforço de organizar as massas em torno de piquetes massivos e combativos para interrupção das principais avenidas. A classe operária não foi chamada a paralisar as fábricas e ir para as ruas.

Não bastando o freio à greve geral do dia 14, as centrais cuidaram de jogar um balde de água fria no movimento. Ao invés de chamarem uma nova greve geral, mais forte, mais radicalizada e mais longa, se possível por tempo indeterminado, a substituíram pelas visitas às galerias da Câmara e aos aeroportos, além de uma campanha de abaixo-assinado, que pedia para que os deputados votassem contra a PEC, como se isso fosse acontecer pela simples entrega de uma lista de assinaturas, por maior que ela fosse.

Fez falta a constituição de uma frente única de luta, enraizada nas bases. A frente burocrática entre as Centrais, que concentrava as decisões numa cúpula de dirigentes distanciados das bases, não foi capaz de dar expressão organizativa às tendências de luta que ascendiam nas massas. Pelo contrário, a cúpula das centrais, submetida à pressão da institucionalidade burguesa, submeteu o movimento às negociações parlamentares, em torno de emendas à PEC, ao invés de lutar nas ruas para derrubá-la integralmente.

A aprovação da Reforma da Previdência na Câmara, em 10 de julho, num clima de passividade total, não é culpa das bases, mas sim de suas direções. Sofremos agora um refluxo momentâneo, decorrente da política traidora das centrais sindicais. Mas, a disposição de luta das massas não está esgotada. Diante dos novos ataques às IFES, como o caso do projeto Future-se, e a nomeação de interventores, as massas, principalmente os estudantes e trabalhadores em educação, deram mais uma demonstração de disposição de luta, nos massivos atos do dia 13 de agosto. Está colocada uma nova etapa de luta.

A luta da educação poderá servir como ponto de apoio para restabelecer a luta geral contra a ofensiva do governo Bolsonaro, e retomar o caminho para a construção da greve geral por tempo indeterminado. Para isso, é preciso rechaçar qualquer método que venha a subordinar o movimento às negociações parlamentares. O método deve ser o da ação direta, da luta nas ruas, e da mobilização permanente das bases nos locais de trabalho, estudo e moradia.

Por fim, é preciso combinar as pautas gerais contra os cortes na educação, contra o Future-se, contra a nomeação dos interventores, etc., com as reivindicações específicas e imediatas, como a reposição das perdas salariais, aumento salarial, contra a demissão dos terceirizados, etc. É nesse processo de mobilização permanente que serão forjadas novas direções, revolucionárias, que estejam à altura das necessidades do movimento, de fazer frente diante dos ataques em ritmo acelerado do governo Bolsonaro.

Desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária – governo operário e camponês, por meio da revolução socialista, para a solução das tarefas democráticas do país semicolonial e para a superação da pobreza e elevação cultural das massas.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE O PROJETO FUTURE-SE:

O Projeto Future-se vem como um complemento dos cortes de gastos na educação, que já somam mais de R\$ 7 bilhões. Somente no IFPE, representou o corte de 39,86% do orçamento deste ano. Só nas universidades, os cortes são de R\$ 3,2 bilhões. Sob o falacioso argumento de fortalecer a “autonomia financeira” das IFES, é na verdade uma tentativa do governo Bolsonaro de isentar o Estado de financiar a universidade pública, e deixar as universidades à mercê do financiamento privado.

Nas condições de desenvolvimento capitalista desigual entre as regiões, onde a maioria dos estados do país, principalmente na região norte e nordeste, permanece no mais profundo atraso econômico, nem há capital privado suficiente para financiar a universidade pública. Toda a expansão das universidades públicas, nos últimos anos, ocorreu a partir do fomento estatal. Sendo assim, o corte do financiamento público e a falsa alternativa do financiamento privado significarão o encolhimento das IFES ou mesmo o desaparecimento de algumas universidades, um verdadeiro desmonte do ensino superior público. As áreas de humanas serão as primeiras a serem duramente afetadas. Além disso, o corte do financiamento público resultará em mais demissões de terceirizados, cortes de bolsas, enxugamento de grades curriculares, diminuição das vagas para ingresso dos estudantes, assim como redução do número de servidores (com a não abertura de novos concursos, como já anunciado pelo governo).

O financiamento privado coloca outro problema. Nas poucas áreas que ainda receberão investimentos, não serão os estudantes, professores e técnicos que decidirão sobre o que pesquisar. Quem irá decidir o que vai ser pesquisado, desenvolvido ou mesmo ensinado, serão as empresas privadas e o mercado financeiro, os proprietários do capital investido. Trata-se de um verdadeiro ataque a já limitada liberdade de cátedra e de pesquisa. Além disso, o conhecimento e as tecnologias geradas se tornarão patentes e segredos comerciais de empresas. O conhecimento científico é parte dos meios de produção, para que se desenvolva é preciso que seja socializado, o que não é possível no capitalismo, regime de apropriação privada. Assim, o Future-se visa aprofundar a privatização da ciência.

O Future-se potencializará a competição entre alunos, professores e mesmo entre departamentos. Segundo as palavras do próprio secretário de ensino superior, “*O professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil*”. Com o Future-se, o professor poderá se tornar um empreendedor, e comercializar os frutos de sua pesquisa. Para criar sua própria empresa, o projeto permitirá que o professor possa gozar de uma licença para interesse particular. No fim das contas, os professores serão encorajados a produzir conhecimento, não em função das decisões internas à universidade, mas sim nos seus interesses particulares de futuro empreendedor. O Future-se acabará fortalecendo uma já existente casta minoritária privatista de professores no interior da universidade. Além disso, o Future-se institui as “Sociedades de Propósito Específico”, que serão associações entre departamentos, que competirão por verbas no interior da universidade.

O Projeto chega a instituir o Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador, como forma de inserir a diretriz ideológica do empreendedorismo, como falsa solução para o problema do desemprego, como se cada estudante agora fosse o responsável pelo seu futuro, como empreendedores. A realidade é que a maioria das pequenas empresas entra em falência, e a maioria dos estudantes permanecerá no desemprego.

O Future-se instituirá a Organização Social, entidade privada “sem fins lucrativos”, que ficará encarregada de definir as diretrizes do ensino, pesquisa e extensão, assim

como da política de pessoal, e da gestão patrimonial da universidade. Poderá receber verba pública, apesar de ser entidade privada, e inclusive se apropriará de bens patrimoniais da própria universidade. Contratará empregados em regime de CLT, sem concurso público. Criará um regime diferenciado de trabalho, que concorrerá com os Regimes Jurídicos Únicos (RJUs), dos servidores públicos. À semelhança do que ocorre nos HUs, com a EBSEH, a existência de dois regimes de trabalho e duas gestões em um mesmo lugar favorece a divisão entre os trabalhares, inclusive diferença salarial para mesmo cargo. A OS é um ataque direto às condições de trabalho e à carreira dos servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais. Além disso, será criado um Comitê Gestor do programa, que disciplinará os gastos com pessoal, exercerá controle sobre a condução do programa e realizará avaliação de desempenho institucional, assim como poderá interferir na gestão das IFES. O Comitê Gestor poderá ser um canal direto para a intromissão do capital financeiro e do governo Bolsonaro sobre as universidades.

Em boa parte, as reitorias já implementam as diretrizes gerais do Future-se, no que diz respeito ao eixo do “empreendedorismo”. Não é à toa que alguns dirigentes chegam a dizer que há coisas boas no projeto. As reitorias já realizam em grande parte as parcerias público-privadas que o Future-se quer tornar uma regra geral. Exemplos de mecanismos privatistas no interior das universidades são:

Incubadoras de empresas: mediante um processo seletivo, são gestadas empresas no interior da universidade a partir de ideias de produtos e serviços, a serem posteriormente consolidados no mercado;

Empresas Juniores: estudantes prestam serviços para empresas, a um custo baixo, uma vez que não recebem remuneração, e o valor arrecadado é revertido para sua formação profissional. Apenas alguns estudantes do curso fazem parte, e a prática se limita geralmente à realização de consultorias em problemas imediatistas do mercado de trabalho, e é uma forma de isentar a universidade de financiar a formação integral de todos os estudantes.

Parques tecnológicos: corresponde a um território ao redor da universidade, onde empresas que se instalarem poderão receber isenções fiscais da prefeitura, e poderão usufruir gratuitamente dos espaços e laboratórios da universidade, assim como da mão-de-obra especializada de professores com dedicação exclusiva, e mão-de-obra barata de estudantes bolsistas, que recebem uma miséria por mês, com o fim de desenvolver tecnologias e produtos, que serão propriedade privada das empresas instaladas.

As reitorias não serão capazes de levar às últimas consequências a luta contra o projeto Future-se. O maior receio dos dirigentes universitários é que a OS venha a substituir as fundações de apoio na realização das parcerias público-privadas e na contratação direta de empregados celetistas. As reitorias não se opõem ao Future-se em sua essência privatista, mas apenas na intensidade e na forma como essa privatização ocorrerá nas universidades. A ANDIFES não está disposta a derrubar o Future-se, mas a negociar pontos específicos no parlamento. Seu método é o de tentar convencer os parlamentares a votarem algumas modificações no projeto original. Quando as reitorias chamam assembleias universitárias, são de caráter consultivo, ou seja, suas decisões são submetidas aos conselhos superiores. A luta consequente contra o Future-se e a constituição de assembleias universitárias deliberativas, democráticas e verdadeiramente soberanas só poderá ocorrer a partir da iniciativa política dos estudantes e trabalhadores. A derrubada do Future-se não se dará correndo atrás de deputados e senadores, mas por meio da luta nas ruas.

A raiz da decomposição da educação se encontra na separação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, em cuja base estão as relações capitalistas de exploração do trabalho. É fundamental compreender que, nos marcos do capitalismo, não é possível resolver a tarefa democrática de acesso universal em todos os níveis, a permanência e a conclusão dos estudos. É necessário defender o sistema estatal único,

vinculado à produção social. O que implica a expropriação, sem indenização, do sistema privado e a sua estatização, sob o controle de quem estuda e trabalha. Essa transformação é parte da tarefa de garantir a todos a escola pública voltada ao desenvolvimento das forças produtivas e da elevação cultural das massas. A bandeira “Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola” sintetiza a luta contra o desemprego, o subemprego, a discriminação no acesso à escola e o fim da evasão escolar – assim a luta contra o Future-se e a defesa da educação romperão os muros da universidade.

Diante disso, o 33º CONSINASEFE resolve:

- Rejeitar integralmente o Projeto Future-se, e lutar pela sua derrubada;
- Pela constituição de assembleias universitárias verdadeiramente soberanas, deliberativas e com voto universal, para rejeitar o “Future-se” e organizar a luta;
- Não sujeitar o movimento aos métodos de tentar convencer os parlamentares; organizar a luta desde os locais de trabalho e nas ruas, pela derrubada integral do Projeto.

PLANO DE LUTAS

1. O governo Bolsonaro teve êxito em aprovar a reforma da Previdência. Mas, despertou uma aversão generalizada dos explorados. Certamente, ainda conta com apoio de uma camada da classe média. A crise econômica e social se encarregará de ampliar ainda mais o descontentamento da classe operária e dos demais oprimidos. As traições e derrotas sofridas pelo movimento das massas não sufocaram as tendências instintivas de luta do proletariado. A bandeira “Fora Bolsonaro” é eleitoral. O Congresso do SINASEFE deve se posicionar pela bandeira “Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro”. O conteúdo é claro e pressupõe a luta contra o governo pró-imperialista e fascistizante no terreno da ação direta. Materializa a bandeira de “Não ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos!” “Não ao alinhamento com qualquer potência imperialista!”
2. Responder ao parasitismo financeiro, que suga o sangue do país, por meio do pagamento dos juros e amortizações, realizado por meio de ataques e cortes aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários: pelo não pagamento da dívida pública, e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro.
3. Responder aos ataques do governo em unidade com outras categorias. Contra a aplicação da lei de terceirização, que enfraquece a luta dos servidores públicos. Fim da terceirização, exigindo que todos os terceirizados sejam efetivados, e “volta da contratação direta”. Contra a aplicação da reforma trabalhista e aumento da exploração. Contra a reforma da Previdência, um ataque ao direito de se aposentar de todas as categorias, uma luta que fortalece a unidade contra os ataques da burguesia e seu governo. Contra o desemprego e às demissões em massa, aprovar as bandeiras: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”; “Ocupar as fábricas diante das demissões em massa”. Realizar uma campanha pela “redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários” e implantação da “escala móvel das horas de trabalho”. Constituir os comitês de defesa dos empregos, unindo empregados e desempregados. Fazer um chamado às centrais, aos sindicatos e movimentos populares: “Por uma luta unitária em defesa dos empregos”; diante de 30 milhões de desempregados e subempregados: “Redução da jornada sem redução salarial”.
5. Responder ao rebaixamento salarial. Pelo fim dos acordos de redução salarial. Pela reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora.

6. Responder às privatizações e à desnacionalização, com a bandeira de “Reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção. Em particular, responder à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Está colocada a defesa da economia nacional, sob as bandeiras de “Nenhum acordo com o imperialismo que leve à desindustrialização e à desnacionalização!”
7. Responder aos ataques contra a educação pública. Fim do sistema privado de educação! Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas! “Total liberdade de ensino, expressão e manifestação!” “Não à militarização das escolas!” “Não ao obscurantismo religioso e anticientífico”.
9. Responder à precarização das condições sociais de existência da maioria oprimida. Defesa de um sistema único de saúde, público, sob o controle operário. Que os governos regularizem as ocupações de terras. Que o poder público se responsabilize pela construção de moradias aos sem-teto. Fim dos despejos. Expropriação, sem indenização, de todas as áreas e prédios, que servem à especulação imobiliária.
10. Nos IFs, lutar pela derrubada de todas as leis que dividem o professorado. Defender a estabilidade aos professores contratados, por meio da efetivação de todos que estão trabalhando. Nenhum professor desempregado ou subempregado. Defesa da escala móvel das horas de trabalho. Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. Levantar a bandeira da escala móvel de reajuste.
11. Responder ao agravamento das condições dos camponeses. Pela retomada do movimento de ocupação de terras. Revogação das medidas de Temer contra a reforma agrária. Combater a ofensiva de Bolsonaro contra camponeses e indígenas. Nenhuma revogação das demarcações de terras. Que as nacionalidades indígenas determinem seu próprio território. Pelo direito real à autodeterminação das nacionalidades indígenas. Expropriação e nacionalização dos latifúndios.
12. Responder à violência capitalista contra os oprimidos do campo. Constituição de um tribunal popular para apurar os assassinatos de camponeses e indígenas. Direito ao armamento coletivo e à autodefesa dos camponeses e indígenas. Pela formação dos comitês camponeses e indígenas. Fim das milícias dos latifundiários.
13. Responder à ausência do direito de greve. Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das perseguições e prisões àqueles que lutam e organizem os movimentos. Total liberdade de organização sindical. Por sindicatos classistas, baseados na democracia operária.
14. Unidade da classe operária, camponeses e indígenas em defesa da Amazônia, contra qualquer influência do imperialismo. Cabe apenas ao povo brasileiro decidir que caminho tomar para a preservação da natureza. Somente a classe operária tem como tomar em suas mãos a real solução à penetração destrutiva do capitalismo na Amazônia. É a única classe que encarna o programa de transformação do capitalismo em socialismo. Unida aos camponeses, aos indígenas e à classe média arruinada, pode combater os interesses do imperialismo e da burguesia nacional servil.
15. Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira de independência nacional, lutando com total independência de classe, a partir das reivindicações próprias das massas, seus métodos de luta de classes, e sob a estratégia de poder próprio das massas, que é o governo operário e camponês, o qual será erguido por meio da revolução proletária (fim da propriedade privada dos meios de produção, sua expropriação e coletivização, destruição do Estado burguês, construção do poder próprio das massas, assentado em suas organizações independentes, e sob a democracia operária).

Combate às Opressões

Toda opressão é manifestação da opressão de classe, enraizada na propriedade privada dos meios de produção. A defesa dos que sofrem opressão se dá defendendo suas condições de vida, o que se choca frontalmente com os interesses capitalistas, que, em sua fase imperialista, de decomposição, só oferece à maioria maior exploração, miséria e violência. O parlamento serve para gerir os negócios da burguesia, não os da maioria explorada (que a própria burguesia oprime). As tendências fascizantes, que se manifestam com a agudização da opressão sobre as mulheres, homossexuais, negros, indígenas e imigrantes só podem ser respondidas com total independência de classe, sob a política da classe operária, com o método de ação direta, com greve, piquetes, ocupações.

No Brasil, os séculos de escravidão e abolição que atenderam aos interesses econômicos de exploração da mão-de-obra assalariada, deixaram as marcas na vida da maioria negra: miséria, superexploração do trabalho, violência (principalmente por parte do Estado burguês, com os assassinatos por parte da polícia), encarceramento (maioria negra), discriminação na contratação, no emprego e no salário. Na falta de emprego, a juventude negra é arrastada para o narcotráfico, onde têm sua vida condenada, ou, diante dos baixos salários, são obrigados a abandonar a escola para trabalhar e ajudar no orçamento da família. Os negros são a maioria no Brasil, são os que padecem com as mazelas do desemprego; com a aplicação da reforma trabalhista; são a maioria dos terceirizados (com salários rebaixados) e que serão condenados a trabalhar até a morte, com a aprovação da reforma da Previdência. É necessário partir das reivindicações mais sentidas, convocando assembleias em seus locais de trabalho, estudo e moradia, defendendo suas condições de vida.

As mulheres foram as que mais com sofreram com as demissões, desde as consequências da crise capitalista, eclodida em 2008. Numa sociedade que coloca o peso da responsabilidade da criação dos filhos, individualmente, nas mãos das mulheres, no corte de gastos das empresas, são as primeiras a serem demitidas. Sofrem a dupla jornada de trabalho (emprego e casa); a falta de creches; o desemprego dos parceiros; a violência doméstica; a falta de atendimento médico. Essas mazelas são gritantes entre as mulheres da classe operária, camponesas e classe média empobrecida. A defesa das condições materiais das mulheres se choca com a opressão capitalista, que privatiza os direitos elementares (saúde, educação e transporte); aumenta a opressão no trabalho (com demissão, aumento da jornada de trabalho, destruição das leis trabalhistas, que fragilizam o direito à licença maternidade).

Os homossexuais, que não pertencem à classe média abastada, sofrem com o aumento da miséria e desemprego, sendo muitas vezes jogados à prostituição. Sob um governo ultraconservador e obscurantista, a violência já sofrida é alimentada. É preciso dizer NÃO à interferência do Estado nas questões sexuais, que devem ser algo particular de cada indivíduo! Defender o emprego a todos e salário, que atenda todas as necessidades básicas.

As bandeiras reformistas que afirmam defender os oprimidos alimentam as ilusões de fim das opressões, ou, sua amenização, no sistema capitalista. Mas, diante da crise econômica, a cada dia se manifestam de forma mais aguda as diversas formas de opressão. A exemplo das bandeiras de amenização do racismo, que visam à reparação histórica da escravidão, a exemplo das cotas em locais de trabalho e universidade, que não foram e não serão capazes de extinguir o racismo. Antes da crise econômica, sob o governo de Lula/PT, entre 2003 e 2010, atendeu a uma restrita minoria, mas, diante da falta de emprego, destruição da universidade pública e de um governo militarista, antinacional e antipopular, reivindicar a amenização do racismo é alimentar a ilusão da possibilidade de extinção do racismo sob o sistema capitalista, e condenar à maioria dos negros a permanecerem na mais profunda miséria.

ASSIM, O 33º CONSINASEFE DEFENDE:

Responder à discriminação e violência contra a mulher, homossexual, negro e indígena. Unir em um só movimento as respostas contra as opressões. “Fim da discriminação na contratação, no emprego e no salário”; “Proteção à maternidade!”, “Fim da dupla jornada!” “Igualdade de direitos civis ao homossexual”! Emancipação da mulher da escravidão do lar! “Erradicação do racismo”! Abaixo ao projeto de Lei Anticrime de Moro, que legaliza os assassinatos de pobres e miseráveis pelo Estado e sua polícia. O fim das opressões virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes. Toda opressão é de classe! Na luta contra a discriminação e a violência, é necessário distinguir a concepção proletária das opressões da concepção burguesa e pequeno-burguesa, e avançar na luta contra a propriedade privada e suas formas de opressão, por meio da revolução socialista, que emancipe a humanidade da barbárie do capitalismo em decomposição – Pelo fim da opressão do homem pelo homem!

Assinam esta tese:

Verônica Maria do Nascimento - IFPE
José Osvaldo Xavier de Souza Filho - IFSP

Tese 83: TESE DE CONJUNTURA NACIONAL

Considerando que:

1)No Brasil, o aprofundamento da crise internacional do capital, o avanço da direita em várias partes do mundo, o papel político da mídia hegemônica, o legado do projeto de conciliação de classe e a crise das esquerdas permitiram a vitória nas urnas do projeto de extrema-direita encabeçado pelo presidente Jair Bolsonaro, o qual tem aprofundado, de forma qualitativa, os ataques e a liquidação dos direitos da classe trabalhadora. Essas afrontas são expressas pelo conjunto de regressões em curso no campo político, econômico, social, cultural e ideológico, por medidas provisórias, decretos, projetos de leis e Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que retiram direitos e destroem as políticas sociais.

2)A eleição do governo federal de extrema-direita foi antecedida pelos limites da conciliação de classes em um cenário de crise econômica, pela instrumentalização do judiciário e seus dispositivos (como a Operação Lava Jato) pela burguesia e seus representantes com a finalidade de empossar Temer e, assim, acelerar as políticas de austeridade que operam para fazer a classe trabalhadora pagar pela crise criada pelos padrões.

3)Ataques contra direitos sociais, descrédito das instituições da democracia burguesa, erros da esquerda e uma campanha com base em *Fake News*, em um cenário de profunda crise econômica, facilitaram a vitória da extrema-direita, tornada atrativa por se apresentar como uma alternativa radical em situação de deterioração social, pela postura de aparente oposição ao governo, pelo discurso que reforça processos dominantes na formação sócio histórica brasileira (nacionalismo, LGBTTT fobia, moral cristã conservadora, machismo, racismo, etc.), por um anticomunismo militante paranoico e pelo uso de figuras e de líderes carismáticos e/ou religiosos.

4)Apesar das promessas de “mudar tudo o que está aí”, o cenário econômico do Brasil não melhorou após a posse do presidente Jair Bolsonaro. Em primeiro lugar, não reduziu a instabilidade da situação política. A disputa entre as diferentes frações que o apoiaram durante o processo eleitoral demonstra que, apesar da unidade programática em torno de políticas privatizantes, subservientes ao imperialismo e de austeridade, há contradições inerentes ao governo Bolsonaro. Em segundo lugar, o início do governo foi marcado por escândalos e indícios explícitos de corrupção. A proximidade do clã Bolsonaro com milícias e o laranjal de lavagem de dinheiro em que está mergulhado o PSL e seus aliados mostram que o atual governo representa o que há de pior na política brasileira.

5)Nesse sentido, o presidente Jair Bolsonaro transferiu, por exemplo, para o Ministério da Agricultura a responsabilidade pela política de Reforma Agrária e de titulação de terras indígenas e quilombolas, nomeando uma representante do agronegócio como ministra, um membro da União Democrática Ruralista (UDR) para a importante secretaria da pasta e militarizando a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a nomeação de militar reformado para a presidência da autarquia e de diversas superintendências. Essa configuração tem como objetivo aprofundar a contrarreforma agrária e impossibilitar a demarcação de novas terras indígenas e quilombolas. Aumentou a liberação do uso de agrotóxicos (neste ano foram

quase duas centenas). Muitas dessas substâncias estão associadas ao desenvolvimento do câncer e ligadas a processos bilionários nos EUA. Criou o Ministério da Economia (incorporando as pastas do trabalho, Previdência, planejamento e orçamento enfraquecendo esses eixos) nomeando como ministro Paulo Guedes, representante do capital financeiro, que, com a agenda ultraliberal, tem implementado políticas de austeridade, propondo a privatização de empresas públicas e uma “nova Previdência Social” para o Brasil, com a apresentação ao Congresso Nacional da PEC nº 06/2019.

6)A proposta de contrarreforma da Previdência, apresentada pelo governo federal como forma de combate aos privilégios, representa o fim da Previdência Social Pública, pois acaba com o princípio da solidariedade e institui a capitalização. Também promove a desconstitucionalização da Previdência e modifica as regras da assistência social retirando direitos do(a)s trabalhadores(a)s mais pauperizado(a)s.

7)Ainda procurou enfraquecer a atuação dos sindicatos, com a edição da MP nº 873/19, ferindo a autonomia e a liberdade sindical, alterou a forma de arrecadação da mensalidade sindical proibindo os descontos por consignação em folha e exigindo a autorização expressa e individual do(a) professor(a) para o desconto por boleto bancário.

8)Sérgio Moro, Ministro da Justiça e da Segurança Pública, propôs um pacote “anticrime” ao Congresso Nacional, composto por vários projetos de lei, que, dentre outros aspectos, aprofunda a criminalização dos movimentos sociais. A medida propõe ainda a ampliação das excludentes de ilicitude do Código Penal, concedendo uma licença à(o)s policiais para matarem, aumentando o genocídio do(a)s trabalhadore(a)s negro(a)s mais pauperizado(a)s, já em curso no país: a execução sumária de um músico com mais de 87 tiros pelo exército, a chacina de jovens negros promovida pela polícia militar na favela Falet e o assassinato de Clautenis, de 32 anos, pela polícia de Aracajú. As propostas de Moro, somadas à flexibilização do porte de armas (Decreto nº 9.685/19), além de agravarem esse cenário, impactarão ainda na vida das mulheres, aumentando os números de feminicídios.

9)As políticas ultraliberais do governo federal são articuladas com políticas ultraconservadoras marcadas pelo machismo, racismo, LGBTTfobia e capacitismo defendidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de Damares. O revanchismo contra mulheres e populações LGBTT que emanam, especialmente, desse Ministério, abrem espaço para ataques políticos e violentos contra mulheres e populações LGBTT, resultado direto do fundamentalismo cristão no interior do governo Bolsonaro. São políticas que atacam os direitos específicos de populações LGBTT, mulheres, pessoas com deficiências, negros e negras, povos originários, quilombolas dentre outros. Esses assédios estão estreitamente associados com o aumento gigantesco no número de feminicídios, nos ataques contra os povos indígenas, no aumento no número de mortes por conflitos no campo etc.

10)Nessa conjuntura nacional desfavorável, os governos estaduais também incrementaram seus ataques. Em diversos estados (GO, MG, RN, RS) servidores(a)s público(a)s não receberam seus salários ou estão recebendo em parcelas ao longo do ano. Na Bahia, Rui Costa (PT) implementou uma Reforma da Previdência tão draconiana quanto a do presidente Jair Bolsonaro e está respondendo ao movimento grevista das universidades estaduais da Bahia com corte de salário e sem qualquer

diálogo. O governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC) e partidos coligados, como o PSL, vêm ameaçando o processo de democratização das universidades estaduais com o ataque às políticas de cotas raciais, e defendendo o genocídio da população negra e moradora de favelas.

11)O cenário econômico do Brasil não melhorou. O crescimento do PIB tem se mantido em números pífios: 0,98% em 2017, 1,1% em 2018 e previsão, pelo Banco Central, de 1,6% para 2019, enquanto economistas preveem um cenário de depressão. Da mesma forma, a balança comercial ainda apresenta valores positivos, mas a tendência de redução permanece: entre 2016 e 2017, o saldo da balança comercial foi de US\$ 67,5 bilhões; entre 2017 e 2018 foi de US\$ 56 bilhões; e o saldo do primeiro trimestre de 2019 foi 11,1% menor do que o existente no mesmo período de 2018, ficando na casa de US\$ 10,8 bilhões.

12)Pesquisa realizada e divulgada pelo IBGE mostra que o desemprego, nos primeiros três meses, aumentou em 12,7%. São mais de 13,4 milhões desempregado(a)s, destes 5,2 milhões procuram emprego há mais de um ano.

13)Em seis meses, o presidente Jair Bolsonaro já apresenta uma perda de aproximadamente 39% de popularidade explicado pelo fato de o governo de extrema-direita atacar frontalmente a nossa existência.

14)A classe trabalhadora não tem assistido passivamente aos ataques. Desde 2018, vimos a luta das mulheres ter um papel cada vez mais importante na nossa conjuntura. Desde o combate à descriminalização do aborto, com especial protagonismo da mobilização na Argentina, que se tornou referência na América Latina, inspirando diretamente os movimentos de mulheres no Brasil.

15)Depois dos grandes atos pelo #Elenão em 2018, as movimentações de rua das mulheres no dia 8 de março de 2019 foram as mais importantes ações de oposição ao nome de Bolsonaro. As lutas do 8M foram o primeiro grande repúdio ao governo federal e sua contrarreforma da Previdência que ataca, especialmente, as mulheres trabalhadoras em sua maioria negras, contribuindo para a construção da unidade na luta.

16)Em 19 de fevereiro de 2019, ocorreu na sede da APEOESP, em São Paulo, o lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas com representantes de mais de cinquenta diferentes movimentos populares, sindicatos, entidades estudantis e centrais sindicais combativas por um campo para enfrentar a extrema-direita e não repetir a política de conciliação de classes. Em 20 de fevereiro, a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora convocada por oito centrais sindicais também foi uma iniciativa importante. Apesar dos limites da pauta aprovada, a atividade indicou um dia nacional de lutas contra a Reforma da Previdência e foi o primeiro passo para a construção de um calendário unificado que culminou no dia 14 de junho como a Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência.

17)Desde então houve um calendário intenso de lutas em níveis local, regional e nacional. O dia 14 de março foi marcado por atividades pedindo justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes e contra a criminalização dos movimentos sociais. Nos dias 22 de março, 24 de abril e 1º de maio também foram construídos atos unitários contra a contrarreforma da Previdência nas principais capitais do país. Esses atos, apesar de expressivos, não foram de massas como a conjuntura exigia. Os efeitos do

apassivamento da classe promovidos pelos governos de conciliação de classe, somados aos receios com as medidas repressivas e regressivas do governo de extrema-direita fizeram com que, ao longo dos primeiros meses do ano, apesar de todos os ataques, não houvesse a reação necessária pela classe trabalhadora, mesmo com todos os esforços das entidades da esquerda classista que já apontavam a necessidade da construção de uma grande greve geral para derrotar a contrarreforma da Previdência.

18) Diferente dos dias de luta anteriores, o 15 e 30M foram dias de greve da educação com grandes atos e atividades nas praças em todas as capitais do país e em diversas cidades, manchete da grande mídia corporativa. Os anúncios de contingenciamento dos recursos das IFES e a qualificação das universidades como espaços de “balbúrdia”, foram uma fagulha, aumentando a indignação e ampliando a adesão à greve e à massificação dos atos pelo(a)s docentes, técnico(a)s administrativo(a)s, estudantes, responsáveis de estudantes e trabalhadores(a)s em geral. A realização da Greve Geral no 14 de junho não era um fato dado. Algumas das grandes centrais sindicais manifestavam disposição em negociar com o governo federal a contrarreforma da Previdência.

19) O nível de organização dessas lutas precisa avançar. Devemos continuar os esforços de construção de unidade de ação nas diversas lutas da classe trabalhadora, reafirmando posição contrária ao projeto neoliberal e à política de conciliação de classes. Apesar da insatisfação popular com os efeitos do projeto do capital no cotidiano, essa percepção não se expressa em organização coletiva de enfrentamento à ordem, por isso é necessário potencializar as insatisfações e buscar mobilizar os que se encontram desmobilizados.

20) Ao lado do(a)s trabalhadores(a)s, o meio ambiente, a Amazônia e os povos da floresta têm sido alvos prediletos dos ataques do governo Bolsonaro. Já em janeiro, o Serviço Florestal Brasileiro passou ao comando do Ministério da Agricultura. O governo reduziu a aplicação de multas – operações de fiscalização caíram 70% na Amazônia – além de demitir servidores(a)s: o presidente do INPE e 21 do(a)s 27 superintendentes do Ibama foram exonerados(a)s. Como se não bastasse, Ricardo Salles, o ministro do meio ambiente *lambe-botas* do agronegócio, investiu contra o Fundo da Amazônia sugerindo que as verbas deveriam passar a indenizar produtores(a)s rurais, isso depois do neofascista Bolsonaro bloquear C\$ 244 milhões destinados ao programa de fiscalização e combate a incêndios florestais. O resultado é catastrófico: 23,6 mil Km quadrados de mata foram queimados em julho, segundo o INPE, e terras indígenas foram invadidas. Por tudo isso, as mobilizações tanto no Brasil como em outros países em defesa da Amazônia e da verdadeira soberania nacional são muito importantes e devem ser parte da luta da nossa classe.

21) As revelações do *site Intercept* demonstraram o que muitos suspeitavam: a Lava Jato não era uma operação exatamente para combater a corrupção que existia e continua existindo no Brasil. Transformou-se em uma operação seletiva, de cunho político e com o objetivo de disputa de poder além de benefício pessoal para alguns de seus membros. O pacote anticrime de Sérgio Moro visa aumentar e legalizar o genocídio contra a população oprimida das periferias, além de criminalizar os movimentos sociais e prender suas lideranças. A reação da Lava Jato perante as denúncias e também de Bolsonaro ameaçando retaliar o jornalista Glen Greenwald e seu companheiro David Miranda, Deputado Federal do PSOL, indica até onde pretendem ir nos ataques a

elementares direitos democráticos. Por isso a defesa das liberdades democráticas assim como daquelas e daquelas que de alguma forma estão sendo atacado(a)s é tarefa de toda a classe trabalhadora.

O 33º Congresso do SINASEFE RESOLVE:

- 1- Intensificar a luta pela revogação da EC nº95 que intensifica a retirada de direitos da classe trabalhadora;
- 2- Envidar esforços na construção de espaços coletivos de unidade de ação, junto com outras organizações, movimentos sociais, populares de juventude, sindicatos, centrais e frentes, para resistir aos retrocessos impostos pelo atual governo;
- 3- Construir, junto com as demais centrais sindicais, movimentos sociais e de juventudes, uma nova greve geral.

Assinam essa tese:

- 1) Afonso Celso Thomaz – IFRJ
- 2) Antônio Copque – IFBA
- 3) Artemis Martins – IFCE
- 4) Áureo Mendonça - IFMA
- 5) Cezar Barros– IFES
- 6) Clarissa – IFPA
- 7) Cleide Silva – IFGoiano
- 8) Danilo Caruso – IFRJ
- 9) Danner Terra – IFRS
- 10) David Lobão – IFPB
- 11) Eduardo Ramos – IFSMG
- 12) Fabiano Godinho – IFRJ
- 13) Fernando Moraes Oliveira – IFRJ
- 14) Flavio Barbosa – CMR
- 15) Francisco Chagas – IFPB
- 16) Francisco Queiroga – IFPB
- 17) Ausente
- 18) Gabriel Adolfo Garcia – IFFarroupilha
- 19) Gilvan Azevedo - IFMA
- 20) Grangeiro Sobrinho – IFPB
- 21) Guaraci – IFPA
- 22) Gustavo Reis San Martins – IFFAR
- 23) Ines Sales Aguiar – IFAM
- 24) Jerferson Lima _ IFPA
- 25) João Campinho - IFSP
- 26) João Rocha – IFTMG
- 27) José Araújo – IFPB
- 28) Júlio César Oliveira – IFRS
- 29) Karina Brito – IFMT
- 30) Leonardo – IFPB
- 31) Lissandra Lazzarotto – IFRS
- 32) Maíra Martins – IFSP
- 33) Marcia Teani -IFSP

- 34) Marcio Maltaroli – IFSULDEMINAS
- 35) Marco Aurélio – IFSULDEMINAS
- 36) Marcos Hernandez - IFFAR
- 37) Maria das Graças – IFAM
- 38) Maurício Lopes Lima – IFRS
- 39) Michel Torres – IFRJ
- 40) Odemir Vieira – IFSC
- 41) Pedro Ribeiro – IFMA
- 42) Roberta Moura – IFCE
- 43) Rogério Amorim - IFNMG
- 44) Rosangela Castro – IFBA
- 45) Rozana Rodrigues Lemos - IFCE
- 46) Rubia Sagaz – IF Catarinense
- 47) Rui Barbosa - IFMA
- 48) Sady – IFPA
- 49) Saulo Campos – IFBA
- 50) Stephanie Di Chiara – IFRJ
- 51) Tânia Sousa – IFS
- 52) William Benevides – IFSUL

Tese 84: FUTURE-SE E OS OUTROS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CAPITAL

Unidade Classista – Fração Nacional no SINASEFE

Na área da educação, certamente o FUTURE-SE representa o maior dos ataques. Através deste programa, as Organizações Sociais poderão gerir recursos financeiros das instituições, contratar diretamente técnicos e até docentes, para projetos de ensino, pesquisa e extensão. Cabe ressaltar que o arcabouço jurídico das OSs não é novo: havia sido implantado no governo de FHC, porém não estava sendo plenamente utilizado.

A lógica aqui é construir o apoio da opinião pública e de setores das próprias instituições de ensino, aproximando-se cada vez mais do perfil de uma organização social pública não-estatal de prestação de serviços de educação e pesquisa e culminando em um processo de privatização. Porém, mesmo setores que são favoráveis a algum nível de empresariamento nas IES reconhecem que a autonomia e financiamento público são fundamentais para que a política de pesquisa científica e tecnológica tenha sucesso.

Consideramos o FUTURE-SE como um passo decisivo do projeto de ajuste da universidade e da rede federal de ensino à lógica do capital. Juntamente com os cortes históricos no orçamento da educação, percebemos que se trata de uma ação orquestrada para destruir a educação pública e entregá-la para o setor privado. O método de adesão voluntária de cada instituição visa promover um intenso processo de desgaste entre os segmentos, sindicatos e colegiados e, portanto, o combate a estas ações deve ser uma das principais bandeiras de luta do sindicato, através de fóruns, encontros e atividades locais, buscando realizar o debate com toda a comunidade acadêmica.

Outro ataque grave à autonomia das instituições consiste na interferência nos processos eleitorais internos: o governo tem eventualmente escolhido dentro da lista tríplice quem não foi o primeiro indicado pela consulta acadêmica, como na UFFS. Já na UNIRIO, o reitor empossado foi indicado pelo restrito colégio eleitoral, sem sequer ter participado da consulta interna. De maneira semelhante, no CEFET-Rio, o MEC designou diretamente um diretor-geral, que sequer fazia parte do quadro de servidores, e no IFBA a reitora eleita em dezembro de 2018 até agora não conseguiu ser empossada. Mesmo nos casos em que são respeitados todos os processos institucionais, há um claro déficit democrático no processo da consulta, indicação e nomeação de reitores realizada de forma heterônoma pelo governo.

No que diz respeito à Reforma Administrativa do Estado, tramita no Senado um projeto de lei que atinge todas as esferas dos entes federativos. O PLS 116/2017 regulamenta a demissão de servidores/as públicos/as utilizando como critério a insuficiência de desempenho do/a trabalhador/a. A proposta visa acabar com a estabilidade e jogar no lixo cláusulas constitucionais, apontando que o/a funcionário/a público/a só terá sua estabilidade adquirida, após três anos de serviços prestados, porém, sendo avaliado/a de forma periódica. Prevê ainda a demissão por “mau desempenho” que, caso aprovada, será incluída na Emenda Constitucional 19.

A cruzada contra o “marxismo cultural”, alardeada pelos setores mais reacionários e protofascistas do governo Bolsonaro é pseudorreligiosa, antimoderna e anti-iluminista. Ao buscar extirpar todas as perspectivas críticas em uma luta contra a cultura, a arte e a filosofia, despreza o conhecimento acadêmico, artístico e filosófico. Alguns exemplos são a denúncia do que chamam de “ideologia de gênero” e de “farsa do aquecimento global”.

Finalmente, um dos principais inimigos da educação e da livre manifestação das ideias, o Projeto Escola sem Partido, parece estar enfrentando suas próprias dificuldades no atual governo. Seu fundador havia anunciado o fim de suas atividades para o dia 01 de agosto, por falta de apoio do governo. Porém, como esperado, não foi

totalmente descartado por aquele que ajudou a eleger, e após o apelo, recebeu o auxílio necessário. Assim, apesar de aparentemente não ser mais uma das prioridades do governo, devemos estar atentos a estas movimentações.

Não são poucos os desafios que se colocam para a classe trabalhadora atualmente. Considerando esta complexa e violenta conjuntura, cabe ao SINASEFE o seguinte:

O 33º Congresso do SINASEFE RESOLVE:

- Trabalhar para formar uma grande frente de defesa aos ataques que o governo Bolsonaro tem perpetrado: é necessária a defesa do caráter público das Instituições Federais de Ensino; da autonomia; do tripé ensino, pesquisa e extensão; da pesquisa em ciência e tecnologia; da arte e da cultura.
- Ao longo do ano de 2019, o campo da educação conseguiu estabelecer amplos atos unitários, como os atos dos dias 15 e 29 de Maio, 12 de Julho e 13 de Agosto. Mesmo que encaremos eventuais divergências táticas no cotidiano destas ações, a atual conjuntura torna necessário envidarmos esforços por uma unidade que contemple as diversidades. É preciso estabelecer o diálogo com outros sindicatos, movimentos estudantis e sociais, cientistas, artistas, e acadêmicos/as na defesa da educação através da participação de Fóruns Unificados de Luta. Fortalecer o FONASEFE e lutar pela constituição de um Fórum Nacional dos Servidores Públicos, congregando entidades do serviço público federal, estadual e municipal.
- Realizar o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) como um instrumento fundamental no processo de retomada dos esforços de unificação dos trabalhadores e dos movimentos populares numa perspectiva estratégica de superação do capitalismo.
- As complexas contradições dessas construções não podem ser ignoradas, devendo ser compreendidas e tratadas corretamente para que não nos desviemos dos objetivos reais destas lutas. Neste sentido, entendemos que é somente a unidade de ação com todos os setores interessados na derrota desse governo e na reconstrução do Brasil, por meio de uma plataforma de lutas anticapitalista e anti-imperialista, que poderá contribuir para a construção do Poder Popular, no rumo do Socialismo.
- Contra o FUTURE-SE e qualquer tentativa de privatizar a educação pública, seja a curto ou longo prazo.
- Contra os cortes na Educação, Ciência e Tecnologia;
- Pela revogação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, que precarizam a educação básica e restringem o acesso dos estudantes oriundos da classe trabalhadora ao conhecimento e a uma formação integral;
- Pela manutenção e defesa dos programas de assistência estudantil e das bolsas de pesquisa e extensão;
- Campanha Salarial pela recomposição dos salários dos/as servidores/as públicos/as federais;
- Regulamentação da jornada de trabalho dos servidores TAEs dos IFs para o máximo de 30 horas semanais, sem redução salarial;
- Em defesa da caráter público da Previdência, do regime de solidariedade em contraposição ao regime de capitalização. NÃO À FUNPRESP!
- Contra o decreto 9991/19 que, contrariando a lei 8112/90, visa regulamentar as licenças e afastamentos para a pós-graduação atingindo diretamente a liberdade de organização interna das IFES e sua autonomia.

Assinam essa tese:

Adriana Henning – IFFar, Amália Leites – IFRS, Andréa Moraes – IFAL, Antônio Rafael Neto – IFS, Bernardo Pereira – IFSP, Cristiane Moreira – IFRJ, Daniela Zanotti – IFRJ, Diógenes Sgarbi IFSP, Edlúcia Costa - IF Sertão/PE, Elielson Sales – INES, Elton Santiago – IFGO, Evandro Both – IFFar, Fabrício Avelino - IF Sudeste/MG, Fernando Viana – IFMT, Frederico Bazana - IFC, Gabriel Beltrão – IFAL, Gabriel Marques – IFF, Jeferson Gonzalez -IFSP, João Cichaczewski – IFC, Kader Assad – IFMS, Leandro

Viana – IFMT, Leonardo Dias -IFS, Marta Jane da Silva – IFG, Moises Leal Morais – IFB, Rian Rodrigues -IFF, Rodrigo Lima – IFSC, Rosa Micchi -IFSP, Sandro Justo – CPII, Suelen Fruneaux – IFC, Vitor da Rosa – IFSC, Walmir Barbosa – IFG, Zilas Nogueira -IFAL.

**TESES DE
FORMULAÇÕES
POLÍTICAS**

Tese 85: Abaixo o denunciismo: Conselho de ética não é lugar de disputa

Rúbia Sagaz
Clarissa Cavalcante

É salutar que exista divergência de ideias no espaço sindical. Apesar de sermos sujeitos coletivos, cada um de nós carrega suas subjetividades, particularidades e a capacidade de analisar a conjuntura. Porém nossas disputas devem se dar no campo das ideias e de como melhor forjar e organizar nossa categoria para enfrentar todos os ataques impostos pelo governo.

Lamentavelmente temos vivenciado situações preocupantes em nossas plenárias, momentos de ataques pessoais e tentativas de destruição da reputação de companheiras e companheiros de luta.

Em nossa avaliação o conselho de ética tem sido, de maneira recorrente, um espaço de acirramento dos conflitos entre os coletivos que compõem o Sinasefe. Por este motivo nossa tese propõe que as denúncias não sejam mais submetidas à plenária como prerrogativa para investigação pelo conselho de ética. Propomos que as denúncias sejam encaminhadas de maneira sigilosa ao conselho que, obrigatoriamente deverá analisar o caso, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório. Entendemos o aceite ou não da apuração de uma denúncia não deve ser orientado pelo clamor de uma plateia faminta de justiça e de vingança. É fundamental que o conselho de ética, garantindo o sigilo da denúncia, investigue e determine a sanção de acordo com o estatuto, para somente depois de findado o processo de averiguação, seja apresentado o parecer em uma plena. De forma organizada e sistematizada, com tempo para que a devida contextualização seja feita, a plenária votará o referido parecer.

Tendo ainda a finalidade de melhorar os processos de denúncia no âmbito do Sinasefe, considerando que só as mulheres podem compreender e ser capaz de medir a opressão sofrida por outra mulher, nossa tese propõe também que os casos de machismo sejam acompanhados por uma comissão de mulheres eleita no próximo congresso eleitoral, tendo a mesma vigência da direção nacional eleita.

Na certeza de que todos que constroem essa entidade somos contrários à incitação ao punitivismo e ao “linchamento” público antes mesmo de apurar os fatos, além de presarmos por um sindicato propositivo que aponte os caminhos da luta mas que não ignore suas feridas internas, entendemos que essa tese serve para avançarmos no debate qualitativo sobre o papel do sindicato na defesa dos nossos direitos, sem deixar de dar os devidos encaminhamentos às questões que são caras a toda sociedade e fazem parte da nossa luta cotidiana por uma sociedade menos opressora, em todas as suas diversas formas de expressão.

Tese 86: Fortalecer a CSP-Conlutas

A CSP-Conlutas completa 16 anos de luta ao lado das trabalhadoras, dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos. Mais do que nunca é necessário fortalecer esse instrumento junto à base do SINASEFE. A CSP-Conlutas possui hoje um total de 515 entidades filiadas contabilizando em suas fileiras sindicatos, minorias de direção, oposições sindicais, movimentos rurais, , movimentos urbanos, entidade estudantil e movimentos contra as opressões (Movimento Mulheres em Luta, Movimento Negro Quilombo Raça e Classe e Secretaria LGBT).

Bolsonaro faz sua Reforma da Previdência, retirando direitos dos trabalhadores. Mas não foi o primeiro. Tanto o governo FHC quanto o governo do PT, representado por Lula e Dilma, realizaram mudanças no sistema previdenciário, que dificultam o acesso à aposentadoria por parte dos trabalhadores. Um exemplo disso é o FUNPRESP, implementado em 2014 por Dilma Rousseff.

A CSP-Conlutas, que nasceu em 2003, ano da Reforma da Previdência de Lula, tem sido vanguarda na luta contra esse desmonte da previdência pública. Fortalecer a nossa Central é também contribuir efetivamente para derrotar esse brutal ataque, que junto com a Reforma Trabalhista, visa atender às exigências do capital financeiro para desviar recursos de áreas sociais para o pagamento de juros da dívida pública, com o sacrifício do trabalhador.

Enquanto a CUT defendia a Reforma de 2003, que acabava com a integralidade da aposentadoria dos servidores públicos e definia que os aposentados receberiam somente o teto do INSS (2.400 reais na época) e incluía a idade mínima como requisito para o acesso ao benefício, milhares de militantes deixavam suas fileiras para construir um novo instrumento de luta, que na época se chamava Coordenação Nacional de Luta – Conlutas.

A Coordenação, que posteriormente passou a chamar-se CSP-Conlutas, tem sido uma ferramenta em defesa da classe trabalhadora pautada na independência dos governos e patrões. Diferente de algumas Centrais como a CUT, a CTB, a Força Sindical e a UGT, que, durante os governos do PT negociaram abertamente a Reforma da Previdência, e agora negociam a Reforma da Previdência de Bolsonaro, a CSP-Conlutas chamou a unidade para lutar, descartou a saída eleitoral, buscou construir uma alternativa de classe, uma terceira via, nem PT nem direita, apostando na luta direta e na organização dos trabalhadores.

O protagonismo da CSP-Conlutas em 2017 foi fundamental para a construção de um calendário vitorioso de atividades e manifestações contra os governos e seus ataques. O 8 de março, dia em que foi realizada uma greve internacional de mulheres, impulsionou outros dias de luta da classe, como os dias 15 e 31 de março, o dia 24 de maio em Brasília e os dois dias de Greve Geral, o primeiro realizado no dia 28 de Abril e o segundo no dia 30 de Junho. É importante ressaltar que o dia 28 foi reconhecido como o dia da maior Greve Geral da história do Brasil. A partir dessa vitória, a CSP-Conlutas defendeu que uma nova Greve Geral de 48 horas fosse construída, porém não houve acordo com as demais centrais, que além da imposição de apenas um dia de greve numa sexta-feira, desmontaram o processo de mobilização, traíndo mais uma vez o movimento e a classe.

Mais uma vez, em 2018, traíram a classe ao não convocar a greve geral durante a greve dos caminhoneiros que poderia ter derrubado Temer. Recusando a construção da terceira via, nem direita nem PT, pela ação direta dos trabalhadores e construção de uma greve geral, os que apostaram no processo eleitoral, traíndo a luta dos trabalhadores, assistiram perplexos a eleição de Bolsonaro, fruto do voto de massa antipetista.

Em 2019, enfrentamos um governo de ultradireita, ultraliberal, autoritário e composto por uma forte presença de militares. Porém esse Governo de Bolsonaro e Mourão não parou as lutas contra as medidas que nos atacam, como a Reforma da Previdência, os cortes na Educação, as privatizações das estatais e a devastação da Amazônia. O ano iniciou com a força e protagonismo das mulheres 08/03; Justiça para Marielle e Anderson 14/03; dia Nacional de Mobilização, Paralisação e Protestos 22/03; e 1º de Maio. O setor da educação esteve presente em todas essas lutas e nos dias 15 e 30 de maio realizou a greve nacional da Educação contra os cortes, levando milhões às ruas, unindo estudantes e trabalhadores, agregando também a bandeira contra a Reforma da Previdência. Essas lutas fortaleceram a construção do 14 de junho, a greve geral. A CSP-Conlutas foi protagonista na construção da greve geral.

Essa dinâmica da conjuntura demonstra que o discurso de que não há disposição de lutas na classe trabalhadora não tem base na realidade. Sentimos o peso da piora das condições de vida, do alto impacto do desemprego e da reforma trabalhista, bem como todas as medidas que nos atacam. A própria situação da Amazônia, o desmatamento, a situação dos indígenas e quilombolas e o impacto ambiental e climático gerados pelas ações do Governo também geraram grandes mobilizações. Neste sentido, a CSP-Conlutas apostou na força dos trabalhadores e trabalhadoras, atuando na construção da resistência e do enfrentamento. É preciso a unidade para lutar contra todos os ataques e, com independência de classe, podemos derrotar Bolsonaro, Mourão, o Congresso e suas reformas.

Na atual conjuntura, nossa luta central é contra o governo Bolsonaro e o imperialismo, do qual ele é um capacho. Apostamos na ação direta da classe trabalhadora e na batalha pela Frente Única para lutar, pois a unidade é necessária para o enfrentamento aos governos e capitalistas. O desafio imediato é a construção da Greve Geral contra a reforma da previdência, contra os cortes na educação, pela defesa do emprego e contra os ataques desse governo.

A CSP-Conlutas é uma Central Sindical e Popular que se apresenta como alternativa na construção das lutas da classe trabalhadora, unificando trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos sindicais aos movimentos sociais e populares. Defendemos a unificação das lutas com total independência de classe, contra o projeto de conciliação de classes, as velhas cúpulas burocráticas e as diversas alternativas políticas da burguesia. Nessa batalha, enfrentaremos toda exploração e opressão que o capitalismo impõe à classe trabalhadora. Seguiremos juntos às lutas dos povos indígenas e quilombolas, nas mobilizações pelo direito à terra de nossos camponeses pobres e na batalha urbana pelo direito à moradia. Intensificaremos nossa presença nos levantes da

mulher trabalhadora contra toda forma de opressão, machismo e o feminicídio. Ao lado dos negros e negras que estão na linha de frente contra o racismo e genocídio urbano; e na persistência ousada das LGBTs que se erguem em defesa de igualdade e contra a LGBTfobia. Alimentaremos nossas mobilizações contra as mazelas do capitalismo, contagiados na energia transformadora de nossa juventude. Manteremos erguida a bandeira em defesa do amplo e irrestrito direito de manifestação, organização e greve, bem como seguiremos combatendo a criminalização das lutas e dos lutadores sociais. Reafirmamos que nossa luta contra os ataques da ultradireita não se confunde com defender os propósitos eleitoreiros ou projetos de conciliação de classes como os do PT, PCdoB ou seus aliados de ocasião. Nos pautamos, prioritariamente, pela necessidade de destruir a sociedade capitalista na perspectiva da construção do socialismo.

Os que defendem a desfiliação do SINASEFE da CSPConlutas, não defendem a filiação do SINASEFE à outra Central. Porque não existe outra Central que seja combativa como a CSP, que mantenha a independência de todos os governos, que não receba financiamento para além da contribuição dos trabalhadores. É necessário unificar a luta dos trabalhadores. É necessária uma Central que cumpra esse papel. É o papel que vem cumprindo a CSPConlutas desde a sua fundação.

Para fortalecer a CSP-Conlutas na base do Sinasefe, é importante enraizar ainda mais nossa central na base das seções sindicais, buscando construir a filiação direta nas seções onde essa discussão já estiver avançada e promovendo debates com vistas à filiação em todas as demais seções do nosso sindicato nacional, ou defendendo a manutenção da filiação no caso dos sindicatos ou seções já filiadas. Assim, estaremos fortalecendo financeiramente as regionais da CSP-Conlutas em cada estado, potencializando as lutas em cada canto deste país.

Pois esse é o papel de uma Central de luta que é contra o imposto sindical e por isso se sustenta pela arrecadação das suas entidades filiadas para fazer a luta e a solidariedade das trabalhadoras e trabalhadores.

A hora é de somar e não dividir.

Fortalecer a CSP-Conlutas Já!

Manter a Filiação do SINASEFE à CSP-Conlutas!

Fazer uma campanha pela filiação das seções do Sinasefe à CSP-Conlutas

Assinam:

Albano Teixeira – SINDSCOPE

Beth Dau - SINDSCOPE

Clério – seção IFES

Luiz Sergio – SINDSCOPE

Marcos Dorval – seção IFSC

Miguel – seção Santa Tereza – ES

Moisés – seção Santa Tereza – ES

Tese 87: Desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas: Garantir a autonomia para preservar o próprio Sindicato e a sua Base

1- A História do SINASEFE na CSP-Conlutas

O SINASEFE foi uma das primeiras entidades sindicais que ajudaram a construir a antiga Coordenação Nacional de Lutas-Conlutas, que posteriormente viria a se transformar na Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas. Desde o princípio, o que levou o SINASEFE a apostar na Conlutas foi o desejo de construir uma ferramenta que pudesse aglutinar trabalhadorxs para o necessário enfrentamento à política do governo de Frente Popular que já se delineava como de conciliação com a classe burguesa e, portanto, articulava uma política de “flexibilização” e retirada de direitos trabalhistas, conquistados em lutas históricas da classe trabalhadora. Afinal, o governo Lula, recém-eleito, encaminhou como primeiro ataque, após dois meses de sua posse, uma Reforma da Previdência que atingiu diretamente a nossa categoria.

Entre as muitas reformas em pauta naquele cenário estavam a sindical e a trabalhista, cujas propostas vinham sendo discutidas em mesas tripartites – governo, patrões e Centrais Sindicais, entre as quais se destacava a CUT. Ficava claro para grande parte das categorias que a cooptação de antigxs companheirxs de lutas e de entidades antes combativas era uma ameaça e, por isso, se impunha como tarefa principal construir novas ferramentas de luta. Surgiu dessa necessidade um discurso de unidade dos sindicatos, movimento estudantil e movimentos sociais que teve grande repercussão naquela ocasião.

A possibilidade de construir um novo polo aglutinador de trabalhadorxs de luta em substituição aos aparatos do PT (CUT) e do PCdoB (UNE) foi o que moveu a ida de um número significativo de militantes ao Encontro Nacional Sindical, em Goiás, no ano de 2004. Passamos todo o primeiro mandato do governo Lula construindo uma entidade que pudesse fazer o enfrentamento às reformas e trazer a tão necessária unidade à Classe Trabalhadora.

A essa altura, a base do SINASEFE, que já havia deliberado pela desfiliação da CUT por entender que esta não atendia mais aos interesses da categoria, percebia ter um papel fundamental na organização de novas frentes de luta. Dessa forma, participamos ativamente da criação da CSP-Conlutas. O Sindicato Nacional envidou todos os esforços para que a Conlutas pudesse se organizar como alternativa de luta, contribuindo material e pessoalmente para essa tarefa. Infelizmente, no entanto, o que vimos logo em sequência foi a transformação da CSP-Conlutas em “mais do mesmo”: ficava cada dia mais claro que ela também seria o aparato de alguém.

Muitos dos dirigentes que se apresentavam como lideranças no processo de criação da nova entidade, assim como as suas formas de organização e deliberação e os fundamentos que estavam por trás da sua criação – mas que não foram apresentados de forma clara às categorias que aderiam à Central – eram exatamente os mesmos que levaram a CUT a se transformar numa ferramenta umbilicalmente ligada ao PT. Por algum tempo, outras correntes, por vezes chamadas de radicais,

pensaram que pudessem participar da condução política da Central, mas logo perceberam que não tinham condições de fazê-lo. Diante da tentativa frustrada de construir um bloco para manter a entidade fiel aos ideais de antiburocratismo sindical, em contraposição a um núcleo partidário que dela se apossava, avançava o processo de burocratização da Central.

Infelizmente, o amplo chamado às bases da categoria para a construção da CSP foi praticamente ignorado. Nesses mais de 14 anos vimos uma filiação muito tímida das seções sindicais do SINASEFE. Efetivamente, o alinhamento do SINASEFE à Central não se integrou ao cotidiano político nos locais de trabalho, onde está a base muitas vezes chamada pelos “revolucionários” de atrasada e despolitizada. Esse descolamento entre base e Central tem se traduzido em um processo de questionamento quanto à filiação do SINASEFE à CSP-Conlutas. No Congresso do SINASEFE, realizado há cerca de dois anos em Salvador, 147 delegadxs votaram pela desfiliação à CSP, o que equivale a aproximadamente 40% dos votantes¹.

Ou seja, após a deterioração da política e dos partidos, tanto da direita quanto da Frente Popular que esteve conduzindo os governos do PT, a CSP-Conlutas não conseguiu aglutinar lutadores e se robustecer a ponto de se transformar naquilo que se propôs a ser: uma ferramenta alternativa de trabalhadorxs dispostxs a enfrentar os governos e os patrões. Ao invés disso, ela se tornou o instrumento político de um grupo sectário que entende a si mesmo como vanguarda da mudança, da revolução e da classe trabalhadora, esquecendo-se do lema da primeira AIT, que dizia que “a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores”.

O mesmo distanciamento base/Central (e suas consequências) se verifica no contexto do nosso Sindicato Nacional. A CSP-Conlutas não só foi derrotada na última eleição do SINASEFE – das cinco chapas inscritas, apenas duas reivindicavam a Central, com o somatório de votos das chapas contrárias à CSP sendo maior que o somatório das demais -, como vem sendo questionada nas mais diversas instâncias de nosso Sindicato. Durante vários momentos da nossa luta, Plenárias, Congressos e até mesmo Assembleias de Base questionaram por vezes a atuação da Central, tendo como resposta dos seus defensores o alerta de que “não podemos atacar a CSP-Conlutas, sob pena de estarmos ao lado dos governistas e dos patrões

Portanto, um dos elementos fundamentais para a apresentação desta tese de desfiliação à Conlutas pelo SINASEFE: o caráter burocrático dessa Central. É preciso que se entenda que a burocratização de uma entidade classista se opera de diversas formas que emperram as estratégias combativas de luta.

2- A burocracia e suas manifestações no meio sindical

¹ O resultado final da votação foi o seguinte: 144 votos pela desfiliação, 217 votos pela manutenção da filiação e 21 abstenções. Uma clara divisão no Congresso quanto à permanência ou não na CSP-CONLUTAS.

A burocracia pode ser identificada pela presença de três evidências básicas que se reforçam mutuamente: concentração de poder, monopólio das tomadas de decisão por uma determinada pessoa ou grupo e a conseqüente alienação do conjunto de interessados, aqueles que, de fato, deveriam resolver os problemas.

Entendemos que as práticas “burocratizantes” podem partir tanto de indivíduos quanto de “lideranças ocultas”, partidárias ou não, no intuito de substituir, por diversos meios, as deliberações da maioria por um programa ou postulado específico típicos de uma preferência político-ideológica. E que a complacência com tal prática em nosso sindicato nos levará sempre para o campo da distorção democrática no qual uma minoria comandará a maioria.

No contexto do sindicalismo moderno é muito comum encontrar sindicatos regionais filiados a outros nacionais e estes, por seu turno, a centrais que reúnam vários sindicatos nacionais de diferentes categorias. A opção por filiação a centrais é legítima e, em muitos casos, necessária. Há vantagens evidentes nesse tipo de vinculação, principalmente em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Todavia, assim como os sindicatos, ou talvez ainda mais que esses, as centrais sindicais correm o risco da burocratização, do isolamento em relação aos sindicatos a elas filiados. Algumas degeneram sem deixar dúvidas, praticando o mais despuadorado governismo, entendendo ser seu papel o de acomodar suas bases filiadas à conveniência de quem, por uma circunstância, se encontra no Executivo nacional. Fazendo nascer uma “burocracia chapa branca” que, mais que no campo da conciliação, vai se localizar na esfera da efetiva subordinação. Uma situação que leva a categoria à sua mais completa descaracterização.

Outra forma de burocratização pode vir de centrais que, diferentemente daquelas que chamamos “chapas brancas”, efetivamente realizam o vivo combate ao governismo, mas, a despeito disso, procuram submeter os seus sindicatos filiados a um ritmo ou determinação para os quais não estão dispostos ou inclinados. Agem como se as bases, por uma pretensa “imaturidade”, “inapetência para a luta política”, ou ainda por não terem a “devida consciência” sobre os seus próprios problemas, precisassem ser convencidas pela Central da materialidade e urgências das suas necessidades.

Ainda que sem a mesma intenção das centrais “chapas brancas”, ainda que defendendo um programa de “protocolo revolucionário”, os que estão à frente desse tipo de Central não deixam de colaborar para a alienação das bases, ainda que não pretendam “traí-las”. Alienam na medida em que tutelam, conduzem e, muitas vezes, manipulam a realidade em favor de uma “pauta oculta” e geralmente definida mais claramente em alguma agremiação partidária completamente indiferente à realidade das bases sindicais. Esse é o caso da CSP-Conlutas, que, embora se auto intitule “combativa e classista”, presta um desserviço à organização da classe ao tentar unificar as vontades da mesma pelo objetivo político-ideológico, pela orientação que, não raro, coloca em segundo plano as necessidades da base em favor das preferências político-partidárias, dissimuladas nas ações de

seus “quadros” atuantes nas entidades locais. Quadros que desempenham o papel de “sentinelas da consciência da classe”, seus mais “devotados” aferidores.

Ao cair prisioneira dessa concepção, uma Central estará perdida para colaborar com a emancipação real e definitiva da classe da qual se diz representante. No máximo, as categorias sob seu tacão servirão de elemento retórico ou matéria de estatística para validar os seus projetos gestados, quase sempre, em pequenos grupos políticos. Uma perspectiva que rouba por completo o protagonismo do conjunto da classe em favor de uma de suas partes.

Outro sintoma da burocratização é a tendência a privilegiar a pauta GERAL em detrimento das específicas, que resulta em pautas que se articulam pouco ou nada com aquelas demandas que fogem à percepção da Central, mas que se encontram profundamente enraizadas na base da classe. Nesse caso é possível verificar duas orientações que se sucedem ou intercalam; ora a Central faz um chamado radical e vanguardista, para logo em seguida desfazê-lo sob as mais diversas alegações; ou, diversamente, passa de uma atitude “prudente” à mais calorosa convocação para uma ruptura radical com a passividade. Uma prática que, além de confundir a base, é fruto da observância dos desígnios pré-estabelecidos por uma minoria dentro da Central.

3- Três episódios que ilustram o processo de burocratização da CSP-Conlutas

Temos mais a dizer sobre a CSP-Conlutas do que o que já foi exposto até aqui. Existem evidências concretas da sua deriva burocrática e do seu afastamento dos reais interesses da classe trabalhadora. Nos últimos anos, temos assistido a um conjunto de fatos que não apenas reforçam as suspeitas de seu atrelamento a interesses particulares, como, ainda, de sua ação estreita e pouco democrática. Entendemos que determinados episódios podem tornar ainda mais elucidativos os argumentos expostos até aqui:

3.1- Apoio da CSP-Conlutas à quebra da proporcionalidade na Direção Nacional e, conseqüentemente, da vontade da base expressa em Congresso Eleitoral

O Congresso Eleitoral do SINASEFE (2014) teve como resultado uma proporção de mais de 50% de votos para uma das chapas do pleito. A chapa indicou seus nomes para a composição proporcionalmente qualificada da Direção Nacional do SINASEFE, definindo, em conjunto com as outras chapas, a nova composição daquela Direção.²

Após 10 meses de mandato, em meio a uma crise no interior do coletivo que constituiu a chapa vencedora daquele Congresso Eleitoral, dois dirigentes resolveram se retirar do coletivo, mas se recusaram a entregar seus cargos.

² Vale lembrar que a votação nos Congressos Eleitorais do SINASEFE é feita nas chapas, organizadas coletivamente, e não em indivíduos.

Após seis meses de polêmica a respeito do direito ou não desses diretores manterem seus cargos, mesmo já não fazendo mais parte do coletivo que organizou a chapa da qual participaram, ocorreu uma reunião da Direção Nacional onde os demais coletivos, além dos dois dirigentes mencionados que se recusavam a entregar seus cargos, a CSP-Conlutas intrometeu-se na polêmica como “mediadora” do conflito, estabelecendo como resultado final dessa mediação encaminhar uma votação naquela Direção Nacional, ignorando, portanto, os resultados do Congresso Eleitoral anterior. Ou seja, a CSP-Conlutas, sabe-se lá por qual interesse, articulou um “acordo” que acabou por manter em seus cargos dirigentes que não faziam mais parte politicamente da composição que os elegeram.

O mais interessante nisso tudo é que o coletivo que passava pela crise foi o mesmo que, anteriormente, foi o responsável pela filiação do SINASEFE à CSP-Conlutas. Ocorre que, no momento da intervenção da CSP-Conlutas no SINASEFE, esse coletivo já apresentava questionamentos às ações e métodos desta Central junto ao SINASEFE.

Depois de “resolvida” a questão mediante a manutenção dos mandatos dos dirigentes que já não faziam mais parte do coletivo que os elegeram, os membros da Direção Nacional, que também compunham a chapa vencedora, mas que continuavam a defender a CSP-Conlutas, entregaram seus cargos dizendo que o cargo pertencia ao coletivo e não a eles e elas. Enfim, o discurso mudou de acordo com o que se pretendia. Literalmente “leiloaram” cargos que não os pertenciam e depois se afastaram do coletivo que já não tinha mais a maioria de cargos conquistados no Congresso Eleitoral.

Hoje é fácil identificar as reais razões para aquela ação dos militantes e dirigentes da CSP-Conlutas: a Central construiu um coletivo próprio no SINASEFE através de alguns partidos políticos que, dessa forma, criaram sua própria ferramenta no interior do nosso Sindicato Nacional.

3.2- Contribuição financeira para a Central diferenciada entre as bases que a compõem

Um dos aspectos fundamentais de qualquer entidade classista é o seu financiamento. Quando se trata das contribuições feitas pelos trabalhadores e trabalhadoras, o que se estabelece enquanto compromisso é que cada um contribuirá proporcionalmente de acordo com o seu salário. Além disso, historicamente a contribuição ocorre a partir de um percentual fixo das entidades de base aos Sindicatos Nacionais, Confederações e/ou Centrais. Esta deveria ser a lógica da CSP. Ao menos é o que está em seus estatutos. No entanto, a prática nem sempre se manteve próxima desse princípio basilar.

Em Plenárias Nacionais houve amplo debate acerca do aumento da contribuição do SINASEFE à CSP-Conlutas, já que foi “observado” pela Central que algumas Seções não estavam contribuindo com os 5% estatutários.

Quanto a isso, poderia ser apenas a correção de algo que vinha sendo praticado de maneira equivocada. Trata-se, no entanto, da comprovação clara de tratamento diferenciado que a CSP-Conlutas fazia na ocasião entre as Seções do SINASEFE, a própria Direção Nacional.

3.3- Apoio da CSP-Conlutas/RJ a uma das Chapas na última eleição do SINDSCOPE

Na antepenúltima eleição para a direção do SINDSCOPE, uma das chapas que concorria ao pleito recebeu apoio da seção da CSP-Conlutas no Rio de Janeiro para a sua campanha.

Essa afirmação não é produto da ilação dos autores da presente tese, mas foi feita durante o debate público entre as chapas pelo representante da chapa *Alternativa de Luta*, que, na ocasião, confirmou que sua chapa havia recebido ajuda material da CSP-Conlutas/RJ para confeccionar o material distribuído na campanha.

Ora, como pode uma Central apoiar financeiramente ou politicamente uma das chapas na disputa para direção de um sindicato filiado a ela? Na verdade, a Central escolheu a quem apoiar, em função do posicionamento da chapa em relação a ela própria. Curiosamente, a mesma Central não é tão seletiva no momento de escolher aqueles que devem contribuir financeiramente todo mês para a sua manutenção. Ou seja, todos contribuimos para a CSP-Conlutas, mas apenas alguns são agraciados com seu apoio para as eleições nos sindicatos a ela filiados.

Essa, para nós, é a demonstração mais clara de tudo aquilo que questionamos nesta tese quanto às práticas e métodos utilizados pela CSP-Conlutas, contrariando definitivamente a relação de respeito e de representação da base que deveriam orientar uma Central.

Observação importante: Outros exemplos de burocratização e desrespeito às relações com as bases no interior da CSP-Conlutas poderiam ser apresentados, no entanto, por sermos de uma base desfilada da Central, nos mantivemos bem afastados das questões intestinais que lá ocorrem. Mas é importante ressaltar que os informes em Plenárias e Congressos do nosso Sindicato Nacional dão conta de todo o burocratismo e toda corrosão sofrida no último período no interior da CSP. Para nós, o Fora Todos, o não reconhecimento do golpe de 2016, entre outros posicionamentos, servem apenas para ratificar o que defendemos e apresentamos na tese de desfiliação do SINDSCOPE no Rio de Janeiro.

4- Princípios para uma articulação nacional para além da CSP Conlutas

Não acreditamos que esse é o momento de debater uma eventual filiação a outra Central Sindical. Entendemos, no entanto, que é importante lançarmos as bases para um debate sobre a articulação do SINASEFE com outras entidades populares e sindicais do Brasil. Esse debate, em nossa avaliação, deve partir da construção de um método.

Entendemos que as centrais devem obedecer à lógica da representação local. Que devem surgir a partir de um amplo debate na base, debate esse que precisa levar em consideração as reais necessidades da mesma e que tenha em conta mecanismos de delegação criados por local de

trabalho e dentro dos sindicatos locais. Uma Central Sindical nacional deve ser a medida mesmo das demandas previamente definidas no “chão da fábrica/escola”, no cotidiano do trabalho.

Para tanto, é preciso respeitar a lógica dos debates nas bases sobre a sua criação, constituição e organização, sobre como e quando devem ser instituídos e convocados os fóruns para algumas das mais importantes deliberações a esse respeito. Torna-se necessário criar compromisso, na melhor tradição e etimologia dessa palavra, ou seja, “comprometer”, “prometer junto”, em associação.

Assim pensando, é pouco provável que uma Central seja democrática e capaz de representar com fidelidade os seus filiados se na sua trajetória e atuação existem pontos obscuros, congressos e fóruns mitigados nas suas representações e que poucos de seus filiados saibam reproduzir com alguma precisão as funções e o programa da Central. Num caso como esse, há fortes evidências da mais completa burocratização, tanto mais perceptível quanto maior for o alheamento da base em relação à existência da Central.

De certa forma, os elementos até aqui arrolados dizem respeito também ao reconhecimento da própria Central sindical pelos trabalhadoras que a integram. A falta de interesse sobre como ela funciona e mesmo o descaso com a sua manutenção são evidências de uma enorme distância, um fosso cavado por uma crescente indiferença que invariavelmente dá à Central existência apenas nominal, uma chancela apenas, algo que figura melancolicamente em documentos e propagandas dos sindicatos a ela filiados.

5- Conclusão

Por tudo o que foi exposto até aqui, concluímos nossa tese afirmando que defendemos, em nome da preservação da autonomia do SINASEFE e de suas Seções Sindicais e do seu enraizamento nas bases espalhadas pelos mais de 500 *campi* que compõem a Rede Federal de Instituições de Ensino Básico, Profissional e Tecnológico, a desfiliação imediata de nossa entidade à Central Sindical e Popular - Conlutas.

A presente tese que ora apresentamos, utiliza em torno de 95% do texto da tese apresentada para a desfiliação do SINDSCOPE, em conjunto com outros autorxs: Alexandre Samis, Arthur Caser, Katia Motta, Raimundo Nascimento Dória e William Carvalho. Registramos que a menção aos autorxs, deve-se ao fato do respeito ao direito de autoria do trabalho apresentado no Congresso do SINDSCOPE, no Rio de Janeiro.

Entretanto, após consulta, somente dois desses autorxs resolveram apresentar a tese ao Congresso do SINASEFE, com algumas adaptações temporais/conjunturais, necessárias por se tratar de dois momentos e entidades sindicais distintas.

Proponentes:

Raimundo Nascimento Doria (Aposentado - Base do SINDSCOPE)

William do Nascimento Carvalho (Campus São Cristóvão II – Base do SINDSCOPE)

Tese 88: PROSSEGUIR A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRATICAMENTE CONQUISTADOS, DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO E REVERTER A TRAGÉDIA: O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO A CSP-Conlutas

APRESENTAÇÃO: O objetivo desta tese, é demonstrar o quanto é maléfico o rumo que a CSP-Conlutas vem tentando a tempos dar ao SINASEFE. Mas nosso Sindicato tem respondido com práticas corretas, definidas em seus foros democráticos, nos CONSINASEFES, PLENAS, Direção Nacional, e foros das Seções Sindicais.

Rumo esse da CSP-Conlutas, que está na contra mão da luta pela unidade da classe trabalhadora, organizada em seus sindicatos, com movimentos estudantis, movimentos populares e partidos políticos, que defendem o que defendemos, como mostra documentos em notas, matérias de jornais, e declarações que fundamentam citações nessa Tese, onde está exposto com clareza que a CSP-Conlutas, já em meados de 2015, defendia o Golpe de 2016 “impeachment da presidente Dilma”, e a prisão de Lula, mesmo sem provas. Tudo isso documentado em notas da própria CSP-Conlutas.

E um dos resultados dessa política é, das mais de 90 seções sindicais do SINASEFE, das pouquíssimas que eram filiadas à CSP-Conlutas, dando para contar nos dedos de uma única mão, a Seção Barbacena e o SINDSCOPE que havia suspenso o pagamento das mensalidades à CSP-Conlutas, desfilaram-se. Raríssimas seções sindical ainda estão pagando suas mensalidades.

Reinscrevemos, com pequenos ajustes, a Tese 50 do 31ºCONSINASEFE “RESGATAR A UNIDADE PARA CONQUISTAR AS REVINDICAÇÕES: O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO À CSP-Conlutas!”, para somar nos argumentos.

Essa Tese, apresentada no 31ºCONSINASEFE a mais de dois anos atrás, mesmo sem o tempo necessário para fazer o debate nas seções sindicais, mais de 40% das e dos delegados, votaram pela desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas.

TESE - PROSSEGUIR A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRATICAMENTE CONQUITADOS

,DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO E REVERTER A TRAGÉDIA.

O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO À CSP-Conlutas.



Essa faixa acima, e a que estava na Praça da Sé em São Paulo, no dia 20 de fevereiro de 2019, na Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora-das centrais sindicais, “TIREM AS MÃOS DA NOSSA PREVIDENCIA, NENHUMA CONCESSÃO E NENHUMA NEGOCIAÇÃO. GREVE GERAL”, estavam presentes em Brasília no dia 12 de julho de 2019, participando do Ato Nacional em Defesa da Educação, Emprego e Aposentadoria, por ocasião do Congresso Nacional da UNE. E elas percorreram toda a Esplanada dos Ministérios até a Praça dos Três Poderes, e estavam na 140ª PLENA, nos dias 13, e 14 seguintes.

Conforme mencionado na apresentação, segue notas, matérias de jornais, e declarações que fundamentam esta Tese:

- **Nota do SINASEFE NACIONAL sobre o julgamento do Habeas Corpus de Lula no STF, de 05 abril de 2018**

O SINASEFE NACIONAL, por meio dessa Nota, vem se pronunciar sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em negar Habeas Corpus para o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Não pode ser indiferente a um sindicato vinculado à Educação e à defesa dos Direitos Humanos que a corte mais alta do judiciário desconsidere de maneira cínica e covarde todas as evidências de perseguição, manipulação de provas e uso dos aparelhos de segurança do Estado Brasileiro para tirar da disputa eleitoral um dos seus mais fortes candidatos.

Último parágrafo:

O resultado do julgamento de Lula só vem a mostrar a qualquer um de nós, que não podemos depositar crédito algum no que diz a Constituição e, em última instância, a vontade política dos magistrados e os interesses que mesquinamente representam vão prevalecer sobre o "Estado de Direito" e a Constituição.

Ao dizer isto, o SINASEFE NACIONAL não toma posição alguma em favor de qualquer candidatura, apenas nos reservamos ao direito de apontar que, nesse momento de graves ataques contra a educação e os direitos sociais, neste momento em que o bloco midiático golpista encontra apoio e ressonância nas mais altas cortes, a parcialidade e a conveniência do judiciário está posta, a república está morta. Repudiamos a possibilidade da prisão de Lula, não por defendê-lo incondicionalmente, mas por ser uma prisão política e porque teimamos em ser justos, e sabemos muito bem que esse é apenas mais um passo adiante do golpe que começou em 17 de abril de 2016, e que pode ainda ser muito pior.

Nós que defendemos o Estado de Direito, não temos a quem pedir que intervenha em nosso favor. Mais uma vez como sempre, somos nós mesmos a nossa melhor alternativa. Seguiremos chamando a unidade de toda a classe trabalhadora como única saída para essa crise.

Greve Geral já para derrotar Temer e os golpistas!

Fascistas, não passarão!

Direção Nacional do SINASEFE

- **NOTA DA CSP-CONLUTAS SOBRE A DECISÃO DO STF AO PEDIDO DE HABEAS CORPUS DE LULA, 05/04/2018 (TREXOS)**

A CSP-Conlutas sempre defendeu a prisão de todos os corruptos e corruptores, bem como a expropriação de todos os seus bens e a devolução do que foi roubado dos cofres públicos. Esta foi a decisão do nosso 3º Congresso.

Nesta quarta-feira, em uma longa sessão, o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou o pedido de habeas corpus para o ex-presidente Lula, que pedia para recorrer em liberdade de sua condenação a 12 anos e um mês de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A decisão torna iminente a sua prisão.

A CSP-Conlutas não participará de atos contra a prisão de Lula, reafirmando sua posição de que a justiça deve ser feita para todos. Que sejam presos todos os corruptos e corruptores, que seus bens sejam expropriados e o dinheiro devolvido aos cofres públicos.

Secretaria Nacional Executiva da CSP-Conlutas
5 de abril de 2018

- **Nota do Bloco Somos Todos CSP-Conlutas sobre a decisão do STF ao pedido de habeas corpus de Lula, publicado em:06/04/2018**

Não temos nenhuma confiança no Supremo Tribunal Federal ou na imparcialidade da justiça burguesa!

São milhares de jovens presos, na sua maioria, pobres e negros, que sequer tem o direito a julgamento.

Tudo isso se agrava com a decisão do STF ao negar o habeas corpus do ex-presidente Lula, pois essa decisão reafirma, com ampla divulgação pela mídia, que a prisão em segunda instância deve ocorrer sem levar em consideração a presunção de inocência.

Essa é uma conquista democrática, prevista na constituição, na qual nos apoiamos para denunciar os abusos autoritários que prendem e matam jovens negros e pobres da periferia todos os dias.

Além do mais, comprova a seletividade da justiça burguesa ao tratar de forma diferente a maioria dos corruptos soltos, a começar pelo atual presidente Michel Temer.

A CSP Conlutas sempre defendeu a prisão de todos os corruptos e corruptores, bem como a expropriação de todos os seus bens e a devolução do que foi roubado aos cofres públicos. Mas isso não significa apoiar nenhuma condenação sem provas.

Esses elementos nos levam a dizer que a decisão de ontem reforça a arbitrariedade da ditadura de toga. Acreditamos que a melhor forma de enfrentar essa realidade é aprofundar a mobilização da classe trabalhadora contra os ataques aos direitos sociais e democráticos.

- **Resolução, aprovada na 154 PLENÁRIA NACIONAL do SINASEFE, em 9 e 10 de junho de 2018.**

Em defesa das e dos servidores, do serviço público e da democracia.

Neste momento histórico o SINASEFE assume o desafio de enfrentar a luta em defesa das dos servidores públicos federais, por serviços públicos universais e de qualidade para toda a população, por democracia e soberania nacional sobre nossas riquezas minerais, em particular o petróleo.

Vamos construir a mobilização unitária de nossa categoria, lutando pelas reivindicações específicas e gerais que, todas elas, se chocam com a Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos públicos sociais por 20 anos, como há muito queria o capital financeiro nacional e internacional. Para impor essa brutalidade contra o povo brasileiro - que jamais seria aprovada nas urnas - organizaram o golpe jurídico-parlamentar-midiático desfechado em 2016. Com a aprovação da EC 95/2016 abriu-se as portas para o desmantelamento do serviço público e para o arrocho salarial das e dos servidores, com o claro intuito de transferir os recursos para pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Aprovaram a absurda reforma trabalhista que praticamente decretou a morte da CLT, além de potencializar dramaticamente a precarização do trabalho. E para evitar a revogação dessas medidas, o golpe promoveu um verdadeiro esquartejamento da democracia e do estado democrático de direito com a arbitrária prisão do ex-presidente Lula, que foi alvo de uma operação (Lava Jato) que tem motivação econômica (destruição da economia nacional) e política para inviabilizar sua candidatura à Presidência da República - inclusive com pressão de generais em momentos decisivos - deflagrando um estado de exceção. E se destapou a fúria de uma reação obscurantista dando asas a todo tipo de preconceito, discriminação e intolerância política e social. O governo golpista de Temer está levando o país ao caos. O movimento dos caminhoneiros - heterogêneo em sua composição - buscava uma reivindicação justa e revelou ao país todo o conteúdo da política entreguista de Pedro Parente, finalmente derrubado da Petrobrás como reivindicava a paralisação de advertência dos petroleiros a qual foi duramente atacada pelo TST, com a decretação da ilegalidade e multas milionárias, um verdadeiro atentado ao direito de greve.

Nosso lugar é na resistência, ajudando a construir a unidade para derrotar o golpe, condição para preservar os serviços públicos, as estatais, os direitos dos servidores. Independentemente da avaliação de mérito sobre as opções de voto em 7 de outubro, não se admite que o direito de Lula a se candidatar seja cerceado. Por isso, nossa luta salarial estará estreitamente associada à defesa de

- **Lula Livre, construindo a única saída possível para o golpe neste momento, os Comitês Populares em Defesa da Democracia e da Liberdade de Lula.**

Pela abertura imediata de negociações sobre todas as pautas entregues ao governo!

Revogação da Emenda Constitucional 95! Contra o Estado de Exceção! Lula livre!

Pelo direito de Lula ser candidato: Eleição sem Lula é fraude!

157ª PLENA aprova ingresso do sindicato no Comitê Lula Livre Publicado por Mário

Júnior - Qua, 20 fev. 2019 13:38

A 157ª Plenária Nacional do SINASEFE, realizada no último final de semana (15 a 17/02), aprovou o ingresso do sindicato no Comitê Lula Livre - o qual busca o direito do ex-presidente Lula a um julgamento justo e as anulações das condenações arbitrárias e políticas aplicadas por Sérgio Moro (em 2017), pelo TRF-4 (em 2018) e por Carolina Lebbos (em 2019).

A entrada do SINASEFE no Comitê Lula Livre se dá no marco de denunciar as perseguições aos movimentos sociais e as prisões políticas de militantes da esquerda brasileira que vêm aumentando desde 2016, pós-golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff.

Este ato reflete, ainda, as bandeiras do SINASEFE de solidariedade classista e de defesa intransigente das liberdades democráticas - que foram conquistadas com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras ao longo da nossa história.

- **Resolução** aprovada pelos delegados e delegadas presentes na 157ª PLENA:

O SINASEFE, reunido em sua 157ª Plenária Nacional, delibera por denunciar nos organismos nacionais e internacionais todas as perseguições políticas, feminicídios, ataques LGBTfóbicos, ataques aos movimentos sociais e toda truculência que este atual governo vem impondo à população.

Denunciamos também, com veemência, as militarizações das escolas, bem como as perseguições políticas aos companheiros e às companheiras da nossa base.

*Num importante passo e fortalecimento destas denúncias, **deliberamos por nossa participação no Comitê Lula Livre**, pois temos a certeza de que a prisão do ex-presidente Lula se trata de uma prisão política, a qual deve ser denunciada e combatida por toda a classe trabalhadora.*

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2019

- **Fraude da Lava Jato continua**

25 de setembro de 2019

PODER JUDICIÁRIO NÃO SE INCOMODA COM MANIPULAÇÕES E PREPARA NOVO JULGAMENTO DE LULA

Como se nada de errado tivesse ocorrido nos processos viciados contra Lula, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) prepara seu julgamento em segunda instância no caso referente ao sítio de Atibaia. No mundo paralelo do podre Poder Judiciário, não importa que as matérias da Vaza Jato, publicadas pelo The Intercept Brasil e outros órgãos de imprensa, tenham exposto ilegalidades cometidas pelo ex-juiz Sergio Moro e os procuradores para condenar Lula sem provas.

O desembargador João Pedro Gebran Neto, do TRF4, concluiu no dia 11 o seu relatório sobre o processo e o enviou ao revisor da Lava Jato na corte, Leandro Paulsen, a quem cabe marcar a data do julgamento. Em atos pelo país, manifestantes gritam que “o Brasil já sabe, Lava Jato é fraude”. Mas o objetivo político de manter Lula preso passa por cima de todas as evidências de manipulação.

Cada vez que surgem mais fatos sobre a Lava Jato, seus integrantes buscam o contra-ataque. No dia 9, a força-tarefa da operação em São Paulo denunciou Lula e um de seus irmãos, José Ferreira da Silva, o Frei Chico, por “corrupção passiva continuada”. Frei Chico teria recebido R\$ 1,1 milhão da Odebrecht entre 2003 e 2015, sem prestar serviços. Lula foi denunciado porque, para a acusação, o repasse foi feito em troca de vantagens à empresa durante o seu governo.

Uma semana depois, a Justiça Federal rejeitou a ação. Em sua decisão, o juiz Ali Mazloum afirma: “A denúncia é inepta. Não seria preciso ter aguçado senso de justiça, bastando de um pouco de bom senso para perceber que a acusação está lastreada em interpretações e um amontoado de suposições”. Desmascarada, a Lava Jato já não tem a mesma força de antes para impor suas teses forjadas.

- **Moro e o golpe**

O vazamento das conversas entre Moro e os procuradores indica que o papel da Lava Jato foi decisivo também para a execução do golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Reportagem da “Folha de S. Paulo”, em conjunto com o Intercept (8/9), mostrou que Moro, ao tornar

pública (de forma ilegal) uma conversa telefônica entre Dilma e Lula, em março de 2016, divulgou apenas o trecho que favorecia a sua tese.

Para Moro, Lula estaria se tornando ministro de Dilma somente para obter foro especial e escapar da investigação da Lava Jato em Curitiba. Mas outras gravações, não divulgadas na época, comprovam que o ex-presidente disse a vários interlocutores estar relutante em aceitar o cargo.

O trecho tornado público, em que Dilma avisa a Lula de que mandou o termo de posse para que fosse utilizado “em caso de necessidade” foi divulgado pela Globo News no mesmo dia.

A repercussão foi enorme, com comentaristas reforçando a ideia de que a nomeação era uma forma de se livrar da Justiça. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou a posse de Lula dois dias depois.

Ao saber da transmissão da conversa pela TV, o coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol postou num grupo de procuradores: “Ótimo dia rs”. As conversas vazadas indicam que alguns procuradores questionaram a legalidade da divulgação do diálogo. Dallagnol reconheceu, no grupo, que “no mundo jurídico” a questão seria relevante. E completou: “Mas a questão jurídica é filigrana dentro do contexto maior que é político”. Reconhecia, assim, que a Lava Jato é uma operação política, não jurídica.

O episódio foi decisivo para o golpe. De forma indireta, é o que acha até mesmo um dos golpistas, Michel Temer. Em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, no dia 16, Temer se referiu ao impeachment de Dilma como “golpe” e avaliou que, se Lula fosse ministro, seu prestígio no Congresso teria evitado a queda da ex-presidente.

No dia 21, será realizada em São Paulo a Plenária Nacional Lula Livre, com a participação de representantes de partidos, entidades sindicais, populares e comitês. O objetivo, segundo a convocação, é realizar um balanço das atividades da campanha e elaborar propostas para o próximo momento. A luta pela anulação dos julgamentos, sentimento que cresce no povo (ver abaixo), estará no centro do debate.

Cláudio Soares

-
- **Para Jean Wyllys, Falar de impeachment da Dilma é golpismo** Publicado por Folha Política 31/10/2014

O deputado federal reeleito Jean Wyllys (PSOL/RJ), que no segundo turno manifestou apoio à candidata Dilma, teme que o clima atual seja oportuno para colocar em risco a governabilidade da presidente.

Para o deputado, sentimento antipetista e a articulação de políticos como Eduardo Cunha, "que faz ameaças veladas" para assumir a Câmara, ameaçam a governabilidade da presidente.

- **Redação Pragmatismo Editor(a) POLÍTICA 27/JUL/2015**

PSTU apoia impeachment de Dilma Rousseff

PSTU defende o impeachment de Dilma Rousseff. Zé Maria, presidente nacional da legenda, afirmou que a classe trabalhadora deve lutar para derrubar o atual governo. Partido ainda não anunciou se irá participar dos atos convocados para o próximo 16 de agosto

Setores da extrema direita brasileira, defensores da derrubada da presidenta Dilma Rousseff (por impeachment ou por meio de um golpe militar) ganharam um novo e inusitado aliado: o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU.

Em entrevista divulgada pelo próprio partido, José Maria de Almeida, conhecido como Zé Maria, presidente nacional da legenda, afirma que primeiramente deve-se romper com o governo Dilma para depois defender os trabalhadores e lutar contra a direita: “ou nós estamos contra o governo, dispostos a ajudar nossa classe a lutar para derrubá-lo, para parar de vez os seus ataques ou nós vamos estar no campo desse governo com o argumento de que nós estamos lutando contra o golpe de direita”.

A posição foi criticada por meio de nota de outro partido de extrema esquerda sem representação parlamentar, o Partido da Causa Operária (PCO): “a ideia de que os trabalhadores

vão derrubar o governo não apenas é ridícula, mas é, efetivamente, um encobrimento da operação golpista com um discurso esquerdista”.

O PSTU não divulgou se irá participar dos atos pela derrubada da presidente convocados para o próximo dia 16 de agosto nem se irão apoiar os pedidos de impeachment desengavetados por Eduardo Cunha que devem ser levados a plenário na volta do recesso parlamentar em Brasília.

- **Nota da CSP-Conlutas de 07 de dezembro de 2015(trechos)**
Impeachment: Nem Dilma (PT), nem Temer e Cunha (PMDB), nem Aécio (PSDB) são alternativas,

Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita! Vamos acabar o ano de 2015 em meio a uma das maiores crises políticas já vividas no Brasil. A perspectiva de votação no Conselho de Ética da Câmara da abertura de processo que pode levar à cassação de Eduardo Cunha (PMDB) e o acolhimento do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) não deixam de ser uma expressão do mar de lama em que se encontra o país.

Para o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Sebastião Carlos, o Cacau, a Central não apoia nenhum bloco. “Defender o mandato da Dilma contra um possível golpe é um erro. Significa se colocar contra a vontade popular, da maioria dos trabalhadores que já rompeu com esse governo. Se alinhar com Cunha também é um erro. O caminho para promover as mudanças que os trabalhadores precisam em nosso país é através da mobilização, da nossa luta. Por isso temos insistido na unidade da classe e dos setores da esquerda comprometidos com os trabalhadores”, reforça Cacau, que defende que somente o impeachment não basta. “Que saiam Dilma, Cunha e todo o Congresso corrupto. Devemos exigir novas eleições gerais no país para todos os cargos. Todos os denunciados nos escândalos tem de estar impedidos de concorrer. Que o povo possa trocar todo mundo, se quiser”, ressalta o dirigente.

Já para Joaquina de Oliveira, também membro da SEN, o impeachment não acabará com as mazelas que afligem a vida dos trabalhadores na atual crise. “O Congresso Nacional é um antro de corruptos e não tem nenhuma autoridade moral. Tanto Dilma quanto Temer (PMDB), que poderá assumir no seu lugar, quanto Aécio e Cunha, tem aprovado medidas contra os trabalhadores. Mas é um fato novo importante”, defende.

Já desde o Congresso nossa Central se definiu por: “Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!”

Fonte: CSP-Conlutas

CONJUNTURA: Derrotar o Governo Bolsonaro e Reverter a Tragédia

O povo, sem emprego, salários em queda, e cada vez com menos serviços públicos, arde na infernal situação aberta no Brasil em 2016 e que se acelera vertiginosamente com a instalação do governo Bolsonaro, produto do golpe (Eleição sem Lula é fraude - SINASEFE 10 de junho de 2018)

A gangue conduzida ao Planalto, pela “refinada” burguesia tupiniquim sob os auspícios do capital financeiro, nervosa com a perda de apoio de Jair Bolsonaro, se mexe para se preservar e avança cada vez mais na via de um bonapartismo acima de tudo e de todos.

Segundo matéria publicada no Estadão (16/9), guiados pelo desqualificado guru desde a Virgínia nos EUA, a gangue mexe-se para criar um cadastro da militância bolsonarista, para defender Jair Bolsonaro, um passo para organizar milícias dispostas a quebrar, literalmente, a resistência a um governo cada vez mais descreditado.

Resistência expressa, por exemplo, na recente greve dos trabalhadores dos Correios, na constituição de uma frente de defesa da soberania contra as privatizações ou nos Institutos Federais, nas universidades contra o desmonte das instituições federais de ensino, o Future-se, rejeitada na 161ªPLENA.

Resistência que se expressa também na fracassada ofensiva para varrer os partidos políticos que representam a classe trabalhadoras e sindicatos combativos do mapa, mas insistem em continuarem vivos, não sem problemas, como atesta a recente entrevista do governador da Bahia à Veja, Rui Costa. Ali ele se apresenta como alternativa para 2022 dizendo, inclusive, que a luta por Lula Livre não deve condicionar alianças!

Cresce a rejeição ao governo, por isso setores da burguesia, cúmplices de sua fraudulenta eleição, começam a cantar como sereias. Pressões para frentes amplas onde cabe tudo, menos os direitos do povo e a defesa da democracia, digna deste nome.

Sobe a pressão para comprometer sindicatos, partidos políticos de esquerda, movimentos populares e estudantis, e colocar a luta do povo no cabresto, como o recém lançado Fórum pela Democracia, Direitos Já. Sobre o qual vale registrar a opinião de Lula: **“Não dá para construir frente ampla para defender direitos com quem tirou direitos, com quem fez o impeachment. Eu acho que o PT não tinha que participar mesmo. Eu pedi para Gleisi ir para fazer uma afronta. Perguntar: de que direitos estamos falando? Com Serra que entregou a Petrobras para a Chevron, que quer quebrar a lei da partilha, que é o autor da EC 95?”** (Entrevista à revista Fórum).

Lula tem razão! Não podemos nos enredar em articulações com partidos e setores que representam os mesmos interesses econômicos e políticos que levaram Jair Bolsonaro à presidência. E isto vale para tudo! Vale aqui e agora na defesa da soberania, direitos e democracia, cuja motor é a luta pelo fim do governo Bolsonaro e por Lula Livre. Vale também para as alianças, para enfrentarmos o inimigo comum, a mesma que o SINASEFE vem praticando desde o Golpe de 2016.

PROSSEGUIR A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRATICAMENTE CONQUITADOS, DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO E REVERTER A TRAGÉDIA.

O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO À CSP-Conlutas.

Felipe Acácio Jacques

Tese 89: RESGATAR A UNIDADE PARA CONQUISTAR AS REIVINDICAÇÕES: O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO À CSP-CONLUTAS

Apresentação:

Essa é a Tese 50, apresentada no 31º CONSINASEFE a dois anos atrás, e mesmo sem o tempo necessário para fazer o debate nas seções sindicais, mais de 40% das e dos delegados, votaram pela desfiliação do SINASEFE da CSP-Conlutas.

De lá para cá, a Seção Sindical Barbacena e o SINDSCOPE, que já haviam suspenso o pagamento das mensalidades, desfiliam-se da CSP-Conlutas. E das mais de 90 Seções Sindicais do SINASEFE, as notícias são que, das bem poucas filiadas, raras são as que estão pagando as mensalidade à CSP-Conlutas.

Foram feitas atualizações, pequenas correções e a inscrição no 33º CONSINASEFE, para ajudar a resgatar o rico debate registrado em vídeo durante o 31º CONSINASEFE, e pedindo licença as e aos outros autores da Tese, ela foi reinscrita.

Introdução atualizada:

Coincidindo com o 30º CONSINASEFE, realizava-se em todo o Brasil, 18 de março de 2016, atos: “Contra o ajuste fiscal, em defesa da democracia, dos direitos e contra o impeachment da Presidente Dilma”, organizados pela Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, do qual participaram quase a metade dos delegados, que convidados para irem ao ato, levantaram-se com a palavra de ordem: “Não vai ter golpe vai ter luta”. Enquanto isso, militantes da Conlutas com a faixa: ‘Fora Dilma, Lula, o PT e fora todos’, mostravam-se, apoiadores do golpe e atacavam o ato na Esplanada dos Ministérios.

Passado um ano, 15 de março de 2017, um milhão de brasileiras e brasileiros levantaram-se contra os golpistas em todo o país, incluindo nós do SINASEFE, com o “Fora Temer golpista” e Greve Geral, ou param com as reformas ou paramos o Brasil.

Caímos, mas em pé, bem diferente do que aconteceu, no golpe de 31 março de 1964, quando o Comitê Central do PCB (Partido Comunista Brasileiro), hoje PPS (Partido Popular Socialista), deu esta ordem aos seus militantes: “*Salvem-se quem poder*”. E hoje (naquela época) o deputado relator da reforma da previdência e ministros do governo Temer, são do PPS, partido golpista como o PSTU, também autointitulado socialista, que comanda a CSP-Conlutas, pois com parlamentares no Congresso nacional, votariam a favor do golpe. Não confundir o PPS com o atual PCB, pois suas e seus militantes, no SINASEFE, praticam conosco, o resgate da unidade, dentro e fora do SINASEFE, na defesa dos direitos, democraticamente conquistado.

Mas a CSP-Conlutas faz ainda pior, no seio das organizações de trabalhadores, de estudantes e de movimentos populares, trazendo divisões, confusões, tentando desmobilizar a luta de resistência ao golpe. Como fizeram na Greve Geral de 28 de abril, em São Paulo, gritando no carro de som do ato unificado: Lula na cadeia, cortem a cabeça dele, lembrando o “Conde guilhotine”. Mas a Greve Geral convocada, inclusive pela CSP-Conlutas, no panfleto, foi contra as reformas da previdência e trabalhistas. Foi com esse lema, Lula na cadeia, que o MBL dos coxinhas, convocou o fracassado 26 de março de 2017, que mal apareceu na imprensa.

Levamos duas décadas para reorganizar o movimento sindical, culminando com a fundação da CUT em 28 de agosto de 1983, contra as “leis” da ditadura militar. E o SINASEFE, oriundo da FENASEFE, fundado em 11 de dezembro de 1988, logo após o direito a sindicalização, conquistado na Constituinte, meia boca, de 1988.

Voltamos do 30º CONSINASEFE, às seções sindicais, sem unidade e desarmados para enfrentarmos os desafios, sendo que o primeiro deles era somar forças contra esse golpe que iria tirar direitos. Pois nem conseguimos aprovar um plano de lutas, naquele Congresso.

Mas nas Plenárias após, revertermos o quadro. E a 148ª Plena de 19 de fevereiro de 2017, foi convocada com o cartaz: Primeiramente Fora Temer golpista. Em seguida, a Direção Nacional, envia uma carta aberta às centrais sindicais solicitando: Façamos a Greve Geral em meados de abril. E finaliza: Enfim, o SINASEFE manifesta-se às Centrais que, em datas unitárias, estaremos nas ruas lutando por nossos direitos e contem conosco para derrotar os ataques à classe trabalhadora”. Brasília, 26 de março de 2017, Direção Nacional do SINASEFE.

No dia seguinte, a CUT chama as centrais, que reunidas, decidiram convocar um processo de mobilização nacional, rumo à Greve geral. E convocaram a classe trabalhadora, a parar o Brasil, contra as reforma da previdência e trabalhista. Um dia que já está na história da luta da classe trabalhadora e da juventude, demonstrando o potencial da força que temos, para garantir seus direitos.

Todos esses fatos que vem acontecendo, desde a primeira apresentação desta tese há anos atrás e outros que estão descritos abaixo, confirmam claramente:

O SINASEFE não necessita estar filiado à Conlutas. Desfiliação já. E continuarmos reconstruindo a unidade com os Servidores Federais e com a classe trabalhadora.

Sabemos que uma entidade sindical, desde o sindicato de base até as centrais sindicais, existe para defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras que representa, sem exceção. Sindicato não é partido político, que se organiza "à parte" com base em um programa definido, sendo aceito por seus aderentes. O único "programa" do sindicato é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, definidos por ela própria. Assim, no sindicato cabem todos e todas, sem distinção de sexo, convicção filosófica, religião, filiação partidária e todos os tipos da raça humana. É assim que se constitui a unidade elementar da classe trabalhadora, todos e todas juntos pelas reivindicações, como emprego, salário, condições de trabalho, aposentadoria entre outras.

Contudo, não é essa a prática que temos vivenciado com militantes da Conlutas, dentro e fora do SINASEFE. Com todo o democrático respeito às opções partidárias de suas e seus militantes, o que vemos é que colocam como pré-condição para a luta comum, a concordância ou aceitação de suas próprias concepções. Suas ações prejudicaram campanhas salariais, pois taxavam de "governistas" e "pelegos" quem não concordava com posições que defendiam. Com na campanha salarial dos servidores de 2015, em quanto o objetivo único do Foro de Entidades Sindicais de Servidores Federais, era unificar os servidores para negociar com o governo e conquistar as reivindicações, o da CSP-Conlutas era derrotar o governo, ou seja fora Dilma.

Mas antes, num seminário de Servidores federais, em novembro de 2014, num seminário organizado pelo Fórum dos Federais, voltaram a ser feitas sistematicamente essas intervenções, inclusive contra representantes de outras centrais que estavam na mesa como convidadas para contribuir com o debate e ajudar nos encaminhamentos. Sendo que em janeiro de 2015, em nova reunião ampliada do Fórum dos Federais, repetiram-se esses ataques contra quem defendia, que a campanha salarial unificada deveria ser dirigida pelas entidades sindicais e controladas pela categoria nas bases.

De modo geral, com essa política partidária de derrotar governos, a Conlutas, não raras vezes, acaba apoiando as mesmas bandeiras da direita organizada, como foi o caso, por exemplo, da luta contra a realização da Copa, em 2014 “não vai ter copa, vai ter luta”. E o apoio à Ação Penal 470, um julgamento político sem provas. O fora Dilma, Lula, e todos, no início de 2016, deixando de lado, com sua pratica, a defesa dos interesses da classe trabalhadora como um todo.

No dia 18 de setembro de 2015 o PSTU e a Conlutas chamaram um ato em São Paulo, contra Dilma, Lula e o PT, e na Plenária Nacional do SINASEFE, que antecedeu a esse ato, onde aprovamos por pressão dos Delegados de base, principalmente os que estavam em greve, que o SINASEFE iria apresentar uma contra proposta idêntica à da CONDSEF ao governo, para tentar

quebrar o impasse nas negociações , militantes da CSP-Conlutas, inclusive delegados que nem em greve estavam, no apagar das luzes dessa Plenária, aprovaram com um voto de diferença e inúmeras abstenções, a transferência da Plenária para 20 e 21 de setembro para São Paulo, aproveitando-se da mobilização da Campanha Salarial Unificada , num momento crucial da greve, onde o centro das negociações era em Brasília.

Este ato, convocado pelo PSTU e a Conlutas, foi repudiado em assembleia de greve da Sessão-IFSC, que não aprovou a participação nesse ato, pois a greve era para forçar o governo negociar e foi alcançado, mas não para derrubá-lo e que aconteceu através de um golpe.

Aprovado no 29º CONSINASEFE em João Pessoa em março de 2015, o 30º CONSINASEFE, foi definido para ser realizado em novembro do mesmo ano, foi transferido para março de 2016, por decisão da maioria da Direção Nacional, com os votos dos militantes da Conlutas, com 6 votos contra. Decisão, que passou por cima de um CONSINASEFE, atacando os estatutos, que define as eleições da Direção Nacional, no último trimestre, de dois em dois anos. E o CONSINASEFE é soberano, estando acima das Plenárias e da Direção Nacional. Além de convocarem uma Plenária, numa data que impossibilitou os trâmites legais para realizar as eleições em 2015, negando inclusive, uma solicitação do Comando de Greve, que propunha realizá-la numa data anterior.

Em 16 dezembro de 2015, a CUT com outras centrais sindicais e a Frente Brasil Popular, decidiram chamar: Mobilização Nacional, contra o Impeachment de Dilma, o Ajuste Fiscal e Fora Cunha. Inúmeros atos aconteceram nas capitais e em mais de 70 cidades do Brasil. Participaram milhares e milhares de pessoas, estudantes, servidores públicos e trabalhadores de diversas categorias profissionais. A Seção-IFSC, participou do ato em frente a FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), com faixas, “Fora Temer Golpista, nenhum direito a menos”. Enquanto os manifestantes gritavam “*Fora Temer golpista*”, militantes da Conlutas e da ANEL (Assembleia Nacional de Estudantes Livres), distribuíam panfletos do PSTU, escrito: “*Fora Dilma, Lula o PT e todos*”. E naquele momento a presidente Dilma estava afastada pelo Congresso Nacional, o mesmo que tirou os nossos direitos, presidido na época, por Eduardo Cunha, que como disse Renan Calheiros na TV, “*Ele comanda dentro da cadeia seus parceiros que estão dentro do congresso e dentro do governo Temer*”. Eduardinho Beira-mar seria um bom apelido, para o golpista.

Nas eleições de delegados para 2º congresso da Conlutas, junho de 2015, mesmo o SINASEFE, filiado à Conlutas a uma década, pagando mensalidades em dia e bancando viagens e estadias de representantes da Conlutas no SINASEFE, mesmo não sendo eles filiados, das aproximadas 90 sessões sindicais, apenas 2 sessões estavam aptas a eleger delegados. Assim mesmo, 12 representante da direção nacional foram participar, sendo que o prazo de inscrição já havia vencido. Mas boa parte deles, externaram que iriam participar para combater a política divisionista do PSTU que comanda a CSP-Conlutas, pois nos isola dos demais servidores federais e do conjunto da classe trabalhadora. E em setembro de 2017, o SINDISCOPE, representante das e dos servidores do Colégio Pedro II, a maior Seção Sindical do SINASEFE, em Congresso desfilou-se da CSP-Conlutas.

RESGATAR A UNIDADE PARA CONQUISTAR AS REIVINDICAÇÕES:

O SINASEFE NÃO NECESSITA ESTAR FILIADO A CSP-Conlutas, DESFILIAÇÃO JÁ!

Felipe Acácio Jacques.

Tese 90: QUE SINDICATO QUEREMOS?

Tese de conjuntura para o CONSINASEFE 2019.
Texto original de Clayton Emanuel Rodrigues com
adaptação de Jeanne R. Bittencourt.

Ao se propor uma análise da conjuntura atual, é imprescindível voltarmos a um passado, não tão distante para somente assim avaliar o presente, tais como: a ascensão de Bolsonaro no Brasil, apoiado pelo fundamentalismo religioso, a exclusão das minorias e o crescimento da violência incentivada pelo Estado. Os Estados latino americanos não lograram destruir todos os indígenas, não lograram poder sobre toda a extensão dos territórios dominados e sequer lograram a dominação sobre todos os povos originários que continuam fazendo a guerra anti ocupação colonial e defendendo suas terras.

Bolsonaro é resultado por um lado de pactos medíocres entre os setores democráticos e religiosos (evangelismo), dos Estados Americanos e suas exigências , e de setores do país que se subordinam aos militares e ao capital e por outro, da associação entre o fracasso das alianças produzidos pelos governos de esquerda, que preferiu a exclusão da população organizada nas garantias de legitimidade-governabilidade (exigência militar-civil e dos detentores do capital) e, por outro, do atrelamento das organizações populares aos governos e partidos de esquerda, institucionalizando e incorporando tais organizações seja através das políticas públicas, seja através da cooptação de suas lideranças para cargos no governo e nos partidos.

O ponto de partida para compreender as mudanças decorridas nos últimos anos, não só no Brasil, mas em todo o mundo, se dá com a entrada do neoliberalismo, meados dos anos setenta e início de oitenta. Nesse período teremos uma grande crise econômica mundial protagonizada pela alta do petróleo. Na verdade a crise do petróleo é apenas um marco onde podemos localizar o surgimento de conceitos como globalização, mais expressamente, e neoliberalismo, que preconizaram o fim da era keynesiana (Keynesianismo é uma **teoria econômica que se opõe ao Liberalismo**, pois defende a intervenção do Estado no controle da economia nacional, com o intuito de fazer o país atingir o pleno emprego, do estado providência, do bem estar social).

Representam esse período neoliberal, Margareth Thacher, que governará a Inglaterra de 1979 a 1990 e Ronald Reagan, que derrota Jimmy Carter em 1980. Tanto Thacher quanto Reagan combatem o Estado do bem estar social e pregam o neoliberalismo, ou seja, a retirada do Estado da vida social, o fim do sistema público de assistência ou seu redimensionamento para o mercado. É desse mesmo período, no Brasil, a concepção das políticas do Estado como gasto público que culmina com a lei de responsabilidade fiscal, em 2001, que aplica à contabilidade pública os parâmetros da contabilidade privada, ou seja, a soma zero entre despesa e receita. É preciso também conectar a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética em 1990 a esses conjuntos de acontecimentos. O prenúncio das políticas agressivas dos

EUA e Inglaterra, em seguida apoiada pela comunidade europeia pela posse do petróleo também começa ali, em 1990, com a Invasão do Kuwait pelo Iraque que teve como resposta a operação tempestade no deserto, liderada pelos EUA e Comunidade Europeia, esta última, com Tratado de Maastricht em 1993, passa a se chamar união europeia.

A crise leva o neoliberalismo crescente a preconizar, a partir de um conjunto de novas tecnologias, um projeto de extensão do comércio internacional visando o fim das fronteiras alfandegárias, depois, o enfraquecimento do próprio Estado Nacional soberano. O projeto neoliberal globalizante visa tornar o comércio mundial mais lucrativo, diminuindo ou até extinguindo as taxas sobre importações, abrindo os territórios dos países subdesenvolvidos à exploração das transnacionais, sob égide de leis internacionais que reorganizaria as relações bilaterais e mundiais de comércio entre os países. Em outras palavras, é a quebra da capacidade produtiva e industrial própria dos países periféricos em prol dos países ricos e centrais. Partimos para a realidade que mais temíamos, os postos de trabalhos rapidamente desaparecerão.

2 O NEOLIBERALISMO, COLONIALISMO E O SEU REFLEXO NOS PAÍSES LATINO AMERICANOS

O neocolonialismo muda as relações de subordinações parcialmente quebradas com as independências e reorganiza o setor produtivo tendo como centro da produção os países ricos para expansão do consumo. Ao mesmo tempo, os países latino-americanos são guinados à condição de fornecedores de matéria prima natural, ferro, ouro, manganês, pedras preciosas, urânio e também fornecimento de produtos agrários, ou seja, a política econômica torna os países periféricos das Américas latinas mais uma vez colônias do imperialismo capitalista com a função de fornecedores de mão de obra barata, produtos agrários e extrativistas, com clara dependência ao mercado internacional. Concomitantemente a ONU passa a ter o papel de gestor dos conflitos entre a globalização e os projetos independentista dos países africanos e latinos.

Porém, a UE não apenas sente a crise de representatividade da democracia burguesa como se depara com o crescimento do nacionalismo de grupos diferentes submetidos a uma bandeira pelos acordos do pós guerra e também pelos países que surgem a partir da dissolução da União Soviética. Não apenas os bascos e catalães, mas eslovacos e tchecos, montenegrinos e kosovares, eszergovinos e Ciprianos surgem como problemas locais. Ao mesmo tempo, a incorporação pela UÉ de países semiperiféricos europeus como Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha cujas políticas econômicas e social de bem estar social já estavam em crise, ao aplicarem o receituário econômico do banco central europeu (chamada de Tróia) agrava a situação de pobreza, impulsiona revoltas e mobilizações tanto em países como Grécia, Irlanda e Portugal, como em grupos independentistas que pregam a separação, por exemplo, o País Basco ou catalão na Espanha. Esses movimentos crescem ao mesmo tempo em que cresce o desemprego na UE. As consequências das guerras pelo petróleo formam uma imensa massa de refugiados, que desde a década de 80 vai crescendo até proporções desesperadoras, como as que presenciamos hoje em 2019.

Então, temos aí o cenário para o surgimento de uma direita ultranacionalista. O desemprego

foi associado a presença de estrangeiros, seja os da própria união europeia que tem suas fronteiras abertas aos países pertencentes, que deu no Brexit na Inglaterra, e tem permitido o crescimento da ultra direita inglesa italiana francesa alemã, seja porque a pobreza é associada à imigração e ao desemprego dos nacionais, seja em razão da baixa geral dos salários e ou das mudanças na previdência social em países cujo número de pessoas maior de 60 anos é muito grande, isso traz o caos social que implica no discurso, por exemplo, da "Alemanha para os alemães". Racismo, xenofobismo, desemprego, imigração racial e religiosa formam as condições para o surgimento de propostas de ultradireita na Europa e nos EUA. Essas são, grosso modo, as razões de essa ultradireita ser antiglobalização e ao mesmo tempo anticientífica. Anti científica em razão de a globalização estar associada às novas tecnologias de produção e comunicação.

Apesar de ser a ultradireita o segmento político que melhor soube utilizar as novas ferramentas de comunicação para interferir na estabilização política de governos e em eleições. Trump e Bolsonaro não são os únicos exemplos.

Em tempo, é bom lembrar que a promessa de extinguir a miséria e a pobreza que o capitalismo fez não se efetivou, ao contrário. Thomás Piketty, que não é nenhum anarquista ou marxista, em seu livro O Capital no século XXI, demonstra que vivemos hoje em condições semelhantes e por vezes piores à de 200 anos atrás. Fernando Bessa, em seu livro Sociologia do desenvolvimento, em razão desses dados mostrados por Piketty, faz uma crítica à política de desenvolvimento, à ideia de desenvolvimento que nos levou a índices de pobreza e desigualdades mundiais alarmantes, seja interna aos países, seja em comparação de um país com outro.

Os Estados latino americanos não lograram destruir todos os indígenas, não lograram poder sobre toda a extensão dos territórios dominados e sequer lograram a dominação sobre todos os povos originários que continuam fazendo a guerra anti ocupação colonial e defendendo suas terras, É certo que as vitórias das esquerdas da ordem do capital, ao contrário de produzir mudanças estruturais anti exploração econômica e ao invés de lutar contra o capital, seja o capitalismo central, seja o capitalismo colonial, optou pela teoria desenvolvimentista, privilegiou o consumo e manteve intactas as formas básicas da exploração capitalista. A governabilidade , nesse sentido, foi marcada pela submissão aos pontos cruciais de manutenção da economia capitalista ou seja, manteve a propriedade privada dos meios de produção e paralisou a reforma agrária no campo, não produziu a reforma fundiária nas cidades e manteve e até privilegiou a concentração de propriedades nas zonas valorizadas das cidades, financiando casas populares distante das zonas centrais e sem infraestrutura, tornando a reforma do Estado , da previdência social e das leis trabalhistas interesses fundamentais para a incorporação dos países em desenvolvimento na arena internacional dos negócios geridos pelas empresas transnacionais e seus países representativos.

Como resultado de um capitalismo colonial e predatório, escravista e policial, as repúblicas novas latino americanas nascem com grande concentração de riqueza e expansão da miséria por todos territórios. A negação capitalista dos povos originários implicou a depredação irracional das riquezas minerais e à exploração agrária para inserção no mercado internacional como exportadores de matéria prima e alimentos. A concentração de terras, a industrialização subordinada a um número pequeno de indústrias monopolistas e concentradas em poucas regiões metropolitanas manteve estruturalmente miserável a maioria da população e também sub empregada, com pequeno acesso à educação formal. Essa é a realidade de praticamente todos os países sul-americanos, em especial, o Brasil.

O CRESCIMENTO DO CONSERVADORISMO E DO FASCISMO NO BRASIL

As políticas de alianças com os setores atrasados e conservadores que detém a maioria da riqueza nacional de capital e de terras, Impediu ao longo da nossa história, que houvesse ruptura com o modelo capitalista colonial deixado pelo império e que foi seguido e aprofundado pela república.

Mesmo as tímidas tentativas de distribuir dois por cento da riqueza concentrada produziu golpes seja na república velha, seja na nova república ou na contemporaneidade: Júlio Prestes, Getúlio Vargas, Goes Monteiro, Mena Barreto, Jânio e Jango, Collor, Dilma Rouseff. Todos eles fizeram acordos ou Representavam os interesses de grupos(da direita à esquerda) que indicavam ou um redimensionamento liberal republicano do Estado ou uma progressiva inclusão nas políticas públicas dos setores mais pobres da população, ainda que na república velha a relação com as oligarquias agrárias fosse mais visceral. Como viam as mudanças somente a partir da concessão aos núcleos enriquecidos, também tiveram sua governabilidade definida pelos interesses da burguesia financeira, agrária e industrial.

Ainda que Legitimada pelas urnas, a esquerda institucional ou esquerda da ordem aplica na maior parte das vezes as políticas e planos econômicos que beneficiam o capital e fazem pequenas reformas que confortam os setores explorados. O projeto reformista que tem por estratégia um longo governo que não emplaca, senão com a concordância da burguesia que detém o poder real e a capacidade militar do uso da força. Nesse sentido, o uso da força legítima não está somente no Estado (Weber), ou está no Estado enquanto o Estado servir aos interesses da grande burguesia que controla os setores militares, enquanto destacamentos supra constitucionais e supra estado. Os militares são os verdadeiros detentores da força e garantidores da existência do Estado e a democracia deve subordinação a seus interesses corporativos que estão, por outro lado, ligados aos interesses do capital nacional e internacional.

De certo, não é a primeira vez que os militares apostam em candidatos militares para o poder constitucional: Deodoro, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca, Góis Monteiro, Eurico Dutra, Lotte foram os outros. Fazem-no sempre que pretendem assegurar seus interesses sem o

uso da força bruta, passou-se despercebido também, que o movimento da burguesia era desmoralizar os quadros da esquerda que dirigiam o Estado com o discurso de corrupção, que tem início no mensalão. Para salvar Lula e o governo que viam em perigo, o PT e sua base de apoio no Congresso, optaram em blindá-lo e entregar seus quadros estratégicos para o sacrifício. Assim são presos José Dirceu e José Genuíno. Não se tratava apenas das pessoas, mas do conteúdo político simbólico que elas representavam como perigo para a burguesia e, ao mesmo tempo, a burguesia percebeu, a partir dali, ser esse o caminho para reverter a tendência à esquerda do eleitorado brasileiro. Seguiu-se a lava jato com seu conteúdo hipócrita punitivo que escondia sórdidos interesses em retirar os ganhos das classes trabalhadoras, seguindo a lógica do julgamento, condenação antecipada através do achincalhamento moral midiático e nas redes sociais da esquerda da ordem, culminando com a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro.

A classe média, ressentida e estimulada pelo discurso moral realizado, em parte, pelos próprios partidos que se dizem de esquerda, acredita que o PT agiu em detrimento das classes trabalhadoras, como base de suas políticas e de sua sustentação, sem o perigo das greves e da resistência operária, trai o PT e se desloca para o setor de onde nunca saiu completamente, o escravismo colonial, o preconceito de classe, o machismo patriarcal, a família tradicional, a religiosidade mais conservadora e tacanha e a violência social.

Nesse sentido, há o crescimento do evangelismo conservador, de tradição calvinista, porém com um toque brasileiro, radicalizando a destinação e o perdão divino associados ao mérito, entendido como a capacidade de adquirir a riqueza de bens materiais. Há o desenvolvimento de um senso comum sobre a meritocracia que, já existindo, ganhou status de política liberal conservadora capitalista.

O projeto político evangélico foi beneficiado pelas alianças que buscou: de um lado, a base dos governos Lula e Dilma, de outro, lançava seus tentáculos entre os partidos políticos e capital estrangeiro.

Se associarmos o peso da mídia de massa e da internet a esse conjunto de acontecimentos, já que não houve, ao contrário, a reforma das concessões de rádio e tvs que continua, no governo dito de esquerda, sendo moeda de troca e fiança do governo junto aos setores conservadores, temos aí as condições para o ato parlamentar que derrubou a Dilma Roussef, para a prisão de Lula e outros, e finalmente eleição de um projeto político que não é apenas ignóbil, representa em nível mundial o mais estúpido governo fascista existente e que mantém um base de apoio em torno dos trinta por cento dos eleitores. Sendo assim, a população descontente não vê saída. Por um lado, os governos de esquerda frustram suas expectativas de mudança, ou seja, mudanças substanciais e imediatas e de médio prazo, pelo contrário, a esquerda da ordem preferiu políticas de longo prazo que não atingissem diretamente os capitalista, políticas cujo resultado dependeria da continuidade por outros governos reformistas

que viessem, mas para isso deveria ter outro fiador: o povo pobre e os trabalhadores organizados ou não.

Como resultado dessas alianças, evitou-se combater a desigualdade na raiz porque suas alianças incorporavam setores enraizados não apenas nesse mesmo capital, mas nos oligopólios, nos antigos coronéis e latifundiários, no agronegócio e no capital financeiro. Desse modo, ao invés de retirar do capital o poder de produzir miséria, preferiu tentar transformar as classes subalternas em consumidores endividados. Acreditou por fim que os aliados haviam se tornado aliados estratégicos quando eram apenas táticas oportunista.

OS CONSERVADORISMOS NOSSOS DE CADA DIA EM DIREÇÃO AO FASCISMO INSTITUCIONAL

Os novos governos, desde Collor, que se apresentavam como novos modelos de gestão sob a pressão dos movimentos sociais e políticos que culminaram com a Constituição de 1988, ao se tornarem institucionalizados produziram o fenômeno da judicialização da luta social e do comportamento dos indivíduos seja no serviço público, seja na vida e empresa privadas. Na ditadura militar não era uma possibilidade entrar na justiça para garantia de direitos, por motivos óbvios. As lutas sociais davam-se pelo conflito entre capital e trabalho na vida econômica e, no serviço público, entre interesses dos trabalhadores e os interesses do Estado, que por fim representavam os interesses das classes dominantes. Essa facilidade de identificação do inimigo e de restrição das reclamações ao campo da luta social, logo se dissolve depois da constituição de 88 e dos novos governos. Uma avalanche de ações jurídicas transformaram os motivos de sindicalização e modificaram o perfil dos sindicalizados.

Isso implicou uma virada para a direita dentro das organizações dos trabalhadores. Quanto mais havia motivos para a ação jurídica, menos motivos havia para o enfrentamento direto com o patrão e com o capital. A via da mediação jurídica implicava moderação política dos trabalhadores e de suas direções. Ao mesmo tempo, a organização dos trabalhadores da base, em comissões ou comitês de fábrica foram transferidas e transformadas em cargos na hierarquia sindical. Diante desse quadro esmiuçado sobre o avanço do capitalismo sobre a classe trabalhadora, lançamos o desafio:

QUE SINDICATO QUEREMOS?

É perceptível paulatinamente os sindicatos foram guinados para a luta jurídica transformando a luta com o capital em luta no campo legal. O enfrentamento já não era direto, empresa por empresa, a solidariedade sindical vai sendo deslocada para fora do horizonte de luta e trocada por ajuda comandada e definida através das estruturas sindicais ou seja, uma solidariedade entre os dirigentes dos sindicatos, normalmente financeira ou com presença em moções de apoio, cartas etc, ou seja, solidariedade formal, em substituição à solidariedade de classe em luta, de trabalhadores que ativamente e por ação social se solidarizam na luta para com os outros trabalhadores. Sem

outra alternativa, as decisões da cúpula sindical vão aos poucos substituindo a decisão da maioria dos trabalhadores por local de trabalho.

A pauta dos sindicatos vai se tornando a pauta dos partidos que nele atuam através de suas direções. Ao mesmo tempo, as Centrais Sindicais vão se burocratizando até se tornarem um bureau de um grupo de direção sindical e não mais dos sindicatos e muito menos da base dos trabalhadores, que cada vez mais se distanciam da discussão de política sindical.

Junto com a hierarquização decisória nos sindicatos há o aumento da partidarização dos sindicatos e do fim da independência de classe em relação a governos e partidos. Apesar da tentativa de descolamento dos sindicatos das bases governistas, a identificação das direções com os governos e partidos implicou na desconfiança dos trabalhadores. Esse fenômeno não é inusitado. Deu-se também com a social democracia europeia e com o sindicalismo estadunidense, ligados ao partido democrata e aos partidos de esquerda oficiais ou da ordem, em geral.

A falta de independência de classe em relação aos governos e partidos implicou em subserviência sindical deixando de produzir lutas que levassem os governos da esquerda oficial ou da ordem para a ruptura com a ordem capitalista e arrefeceu a consciência de classe dos trabalhadores adquirida nos anos de luta contra a ditadura militar e os patrões.

Mesmo o MST, ou seja, movimentos sociais um pouco mais independentes, teve dificuldades em manter-se afastado dos governos e suas pautas acabaram sendo as pautas governamentais, ocasionando a paralisação da reforma agrária no campo, possibilitando ao governo Dilma, por exemplo, entregar a maior parte das terras férteis e com água, do Nordeste e centro oeste, ao agronegócio, o CHAMADO MATOPIBA, uma verdadeira reforma agrária ao contrário, beneficiando, em nome do superávit comercial primário e do desenvolvimentismo, o grande latifúndio capitalista.

A prática dos trabalhadores e seus sindicatos em privilegiar a ação jurídica teve repercussão no comportamento do servidor público. Se a contradição entre o servidor e o servidor que vira chefe já era grande, a partir dos anos noventa temos um número crescente de PAD e Sindicâncias no serviço público que perdura até os dias de hoje. A inexistência de fóruns sindicais por local de trabalho, conselhos de gestão autônomas que se contrapuserem as burocracias jurídicas instaladas, fez com que os problemas entre trabalhadores (as) fossem resolvidos pela gestão do estado e no espaço jurídico interno das entidades e instituições estatais, colocando trabalhador contra trabalhador.

Essa prática levou à desconfiança e a uma luta entre os servidores pelo melhor lugar na estrutura de poder do serviço público cujo lema secreto é: melhor julgar do que ser julgado. A meritocracia sedimentou-se no domínio da legitimidade, do ter direito a , ter acesso a, e junto com a meritocracia ou mesmo a simples ideia de mérito a ela ligada , está a concorrência, a competição, bases liberais do mercado de produtos e de trabalho livres, portanto da produção da mercadoria,

bases da produção capitalista e das diferenças salariais bem como da extração da mais-valia. As avaliações anuais também serviram, por falta de conselhos internos aos trabalhadores (as), por ter deixado os sindicatos de lutarem pelo controle popular e social das atividades públicas, como arma de guerra e perseguição dos servidores que estavam na gestão contra seus colegas, transformando muitos de nossos companheiros em verdadeiros capitães do mato, na versão estatal.

Daí haver contradição entre o discurso à esquerda e a prática à direita, causando esfacelamento da confiança interna aos trabalhadores e permitindo a cooptação do discurso esquerdista pelas práticas de direita.

Claro que já há uma predisposição dos servidores públicos à práticas burocráticas e de gestão que os colocam frente a frente com a população que precisa dos serviços. Isso por si só seria motivo de intervenção das forças revolucionárias para ressignificação do serviço público e do controle popular. Porém, o que está se dando é o contrário. Os que estão em posição de ganho maior e de lugar de maior poder usam o discurso democrático para legitimar suas posições contra os rebeldes e a organização popular. Não sem motivo que uma enorme parcela dos professores e servidores públicos votaram no Bolsonaro ou no Ciro Gomes, como alternativas que se assemelhavam as suas ideologias de gestão à mão de ferro e sua posição avessa à discussão de seu trabalho e da função social que cada servidor tem na relação estado-população.

A violência institucional passa a ser uma prática cotidiana. O debate e as reuniões verdadeiramente democráticas são rechaçadas com o discurso de que se discute muito e não se resolve nada, o que define o carácter autoritário dessas manifestações. Monta-se em substituição às práticas democráticas que incorporam muitos sujeitos sociais, os pequenos conselhos de gestores que produzem reuniões pseudodemocráticas. Chamo-os de "pétite comité", onde o poder se concentra em poucos e tem decisões quase sempre extralegais ou ilegais, mas legítimas porque tomada por organismos da estrutura formal, causando um choque entre ditames constitucionais e as normas infraconstitucionais e de gestão. Eis algumas razões, então, para que os servidores públicos, que outrora se juntaram aos trabalhadores na luta contra a ditadura militar e pelas diretas já, estejam temporariamente amorfos e desarticulados. O serviço público chegou a ser o principal meio de financiamento sindical e fiador da CUT e outras centrais. Hoje assiste-se uma queda histórica na sindicalização que não é apenas motivada pelo desemprego, mas também pelas práticas autoritárias, hierarquizadoras, que excluem o trabalhador das deliberações principais e secundárias, que evita a organização Autônoma por local de trabalho, talvez por medo de perder o controle do sindicato e do movimento dos trabalhadores, mas principalmente porque as direções sindicais ainda estão confortáveis em seus postos de comando, até que a avalanche de protestos e mudanças recaiam sobre as formas atuais de organização sindical e tais lideranças sejam varridas para o ostracismo, o que será uma pena, já que há muitos bravos e valorosos companheiros e companheiras que por seus equívocos serão colocados no centro do turbilhão de mudanças que estão por vir.

Diante desse quadro, que remonta um passado tão próximo e um futuro tão desesperançado, lançamos o desafio da construção de um sindicato desaparelhado das correntes políticas e ideológicas, que se volte para a causa do trabalhador e rechace as injustiças impostas pela classe dominante, como prisões arbitrárias que fragilizam o Estado Democrático de Direito, e ainda gritos de guerra de grupos partidários dentro do sindicato, nos assemelhando a crianças em acampamento de férias. Defendemos a não submissão desta entidade a grupos, a centrais sindicais, a partidos políticos e a agremiações político partidárias a exemplo da Intersindical, que tem feito o aparelhamento de nossa entidade, usando os espaços que nos pertencem para propagar suas ideias contrárias as dos sindicalizados, que nos tiram da verdadeira luta e nos impõem a luta partidária. Que possamos compreender de que lado estamos, ou dos trabalhadores ou dos que partidarizam e precarizam a luta sindical, em nome de interesses alheios a da categoria. Que sindicato queremos, afinal?

Assinam essa tese:

Lucrecia Helena Iacovino

Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues

Tese 91: POR UMA FORMAÇÃO POLÍTICA LIBERTADORA

- **Alice:** *Você pode me ajudar?*

- **Gato:** *Sim.*

- **Alice:** *Para onde vai esta estrada?*

- **Gato:** *Para onde você quer ir?*

- **Alice:** *Eu não sei, estou perdida?*

- **Gato:** *Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve.*

(Lewis Carrol – Alice no País das Maravilhas)

Novos e tenebrosos ventos impulsionam as velas do destino do Brasil. A vitória do projeto protonazista representado pelo governo Bolsonaro traz à luz uma demonstração inequívoca do início do desmonte do setor público nacional através de ações planejadas e orquestradas por setores estratégicos e maquiavélicos de potências estrangeiras.

O ataque brutal aos sistemas de previdência e tributário brasileiro visando seu desmonte, é apenas o início de um gigantesco programa de redução do tamanho do estado brasileiro, que traz em seu bojo o desmantelamento do sistema público de proteção social, assim como do sistema de saúde e do sistema de ensino, entre outras ações deletérias.

A reforma trabalhista iniciada com vigor no governo Temer, acentua-se no novo governo através de medidas draconianas que visam objetivamente a extinção do movimento sindical brasileiro. Medidas como o fim da unicidade sindical e a consignação em folha de pagamento visam enfraquecer até findar com as entidades sindicais do setor público.

O mundo está sendo varrido no momento por uma onda nazifascista, coroada com a eleição de Donald Trump para presidente dos EUA. O espraiamento dessa onda reflete-se em diversos países periféricos como Argentina, Israel, Equador e Brasil. É a novíssima 'Guerra Fria', com novas vestimentas, mais tecnológica, focada no indivíduo, com ideologia desideologizante. Antes o capitalismo utilizava invasões como forma de conquista, hoje, modernizado, utiliza-se da população nativa para fazer o que antes fazia com seus exércitos.

O novíssimo modelo capitalista 'convence' o cidadão desideologizado que o estado é um paquiderme que se move lentamente, tem custo dispendioso e abriga uma 'casta' de privilegiados que auferem grandes salários e praticamente não trabalham. Enfim, que o estado é absolutamente desnecessário e que temos o dever de reduzi-lo e quiçá extingui-lo.

Nossas bases são sistematicamente bombardeadas por falsas notícias, cientificamente engendradas por poderosas empresas alienígenas (Fake News). Essas notícias, disparadas milhões de vezes por sistemas robóticos, geram o que se alcinhou de 'Pós-Verdade', ou seja, uma verdade artificialmente criada que se sobrepõem à verdade de fato. Essas disseminações criminosas são encaminhadas via rede mundial de computadores (Internet) e na mídia tradicional, sempre com o intuito de aquebrantar a vontade popular por mudanças estruturais, tanto na política como na economia.

O Comunismo e o socialismo são os dois maiores símbolos utilizados de maneira maquiavélica pelos sistemas globais de distribuição de Fake News. São sempre apresentados como ameaças, como um subsistema pavoroso, um frankstein político e econômico, pautado pela opressão, fome e miséria. Essas metaforizações são engendradas de maneira profissional e científica, para que a população não lute pelas causas populares. Porém, o bicho papão criado por eles desde sempre, denomina-se comunismo.

Os Trabalhadores da Educação na Atual Conjuntura

Os trabalhadores da Educação estão sendo ameaçados de diversas maneiras: carga horária, aposentadoria, constrangimento através de gravações clandestinas, fake 194box distorcendo a realidade dos salários, comparações sediciosas com outras instituições de ensino privadas, fim da estabilidade, o corte criminoso nas verbas de todas as entidades públicas federais de educação, culminando com o Future-se, um projeto que tem como objetivo final tornar a Educação um produto consumível e a ser consumido pelo mercado e sociedade.

O sistema capitalista é como um monstro antropofágico que se alimenta vorazmente de seus processos e sistemas, reinventando-se e adaptando-se cotidianamente, em busca de mais lucro e menos investimentos. O sonho dourado do capitalismo internacional que opera no Brasil sempre foi a privatização de um dos maiores sistemas educacionais público do mundo que é o brasileiro.

O maior dos crimes que este governo está premeditando e pondo em curso é a privatização/terceirização da educação pública brasileira. Entidades como a UNIP, que congrega as grandes instituições de ensino privado como Estácio, Kroton, Objetivo, estão lutando contra o ensino público em todas as trincheiras, lembrando que a irmã do estelionatário Paulo Guedes é a vice-presidente da UNIP.

O recente corte proposto nas verbas da educação pública federal, além de criminoso é um atentado à soberania enquanto preceito civilizatório e anticonstitucional enquanto formatação jurídica. Os cortes visam a pauperização, o desmonte, o fim da qualidade e o desestímulo de toda a comunidade escolar. O desestímulo gerará desânimo, baixa autoestima, desagregação e arrefecimento da força de trabalho, redução da combatividade sindical, enfim, depois da terra arrasada, sobre os ossos do que havia sido construído, instalar-se-á o Future-se, novo regime universalizado da educação privatizada e terceirizada do sonho capitalista.

As Bases do SINASEFE

Tornou-se ciclotímico em nossos encontros o velho e desgastado bordão que vaticina a letargia das bases em relação às demandas da luta sindical. Sempre as bases, sempre alheias, sempre adormecidas. Assim falamos e realmente assim o é. Por que então?

Há que se fazer uma reflexão acerca do alheamento das bases em momento tão crucial e lancinante para a educação pública brasileira. Podemos fazer algumas análises que talvez nos indiquem um caminho a seguir, na busca por uma solução virtuosa.

A primeira análise é sobre a volatilidade. Pela ordem dos eventos: houve um grande fluxo de novos servidores efetivos e estáveis com a abertura de universidades Brasil afora nos governos Lula e Dilma, somando-se também com a criação da rede de Institutos Federais. Todos esses servidores passaram por duríssimos concursos públicos, onde uma pequeníssima parcela conseguiu aprovação. Esses novos servidores, em sua maioria, são jovens, com faixa etária abaixo dos 40 anos.

A segunda onda de eventos que ainda está em final de curso é a aposentadoria dos servidores de nossa base que já podem usufruir do benefício. A famigerada reforma da previdência está ocasionando uma corrida louca dos que já possuem tempo para se aposentar e ainda permanecem ativos na rede.

Uma outra onda que atingiu de sobremaneira o movimento sindical, é uma fantasia que passou a visitar o volátil inconsciente coletivo das bases que é o atrelamento provocado pelas falsas conjunturas comportamentais. A divulgação inventada de práticas não-republicanas, supostamente perpetradas pelas esquerdas, tanto no campo político como no comportamento humano, como a opção sexual e a religiosidade, criaram uma nova forma de preconceito: Tudo que for ligado à defesa dos direitos humanos, como a proteção às matrizes confessionais africanas, ao socialismo e comunismo, orientação sexual, causa indígena e quilombola, gênero, educação laica, entre outras

frentes de luta, com certeza é tido como um patrimônio putrefato e bizarro, pertencente às esquerdas.

Essa onda vigorosa varreu a sociedade brasileira como um tsunami e ainda sentimos seus efeitos na sociedade com o aumento das taxas de feminicídio, de crimes contra LGBTs, extermínio sistemático da população negra jovem através das polícias militares, crimes de ódio e intolerância religiosa.

A nova geração de servidores não cresceu na época das grandes mobilizações por eleições diretas, contra a ditadura militar, não conheceu as lutas libertárias, nunca esteve no calor da luta pela redemocratização. Essa geração, com raras exceções, não compreende conceitos e limites entre esquerda e direita de maneira nítida. Operam de acordo com suas vontades prementes, não carregam utopias políticas em seus corações. Foram nascidas e criadas no ventre do capitalismo hegemônico,

Após constarmos que essas ondas realmente existem, podemos então tecer algumas considerações que talvez sirvam para balizar algumas propostas para que possamos acordar nossas bases do berço esplêndido onde dormem, serenas e seguras nos braços férreos e gigantes do capitalismo. Talvez não durmam, mas certamente se embalam no encantamento do apelo consumista, operando politicamente com o imediatismo dos bordões da Internet, tipo: “bandido bom pé bandido morto”.

Geração Analógica X Geração Digital

A primeira reflexão é sobre como se comunicar com uma geração que é nativa digitalmente, enquanto que as antigas lideranças, que são a vanguarda do movimento do SINASEFE, são oriundas do mundo analógico.

Seres da geração analógica, mesmo que migrantes, conseguem se comunicar com os nativos da era digital? Como provar que o velho e revolucionário panfleto impresso ainda surte efeito em uma geração que não lê impressão em papel, não escreve em papel e ao menos fala ao telefone? Amigos! Agora é Zap, Instagram, Spotify, Tinder, Google e Facebook, Napster, Deezer, Paly Music, Groove, Xbox, itunes, entre outras plataformas digitais que ao menos imaginamos que existam. É nelas que estão os novos servidores, nosso *target* iluminado e ambicionado, que juntando-se aos nossos esforços promoveriam a transformação de nossa luta em um imenso rufar revolucionário. Em vez de encontrarmos uma maneira de seduzi-los politicamente, ficamos rotulando-os de bolsominions, analfabetos políticos, alienados e outros adjetivos que possam justificar nossa incapacidade em mobilizá-los. Cobramos pela despolitização mas não oferecemos formação política. Lamentamos a inércia mas não entramos em seus corações e mentes com calor para poder energizá-los.

Os sindicatos da base devem investir pesadamente em formação política e sindical para que se crie uma nova legião de combatentes, que possam operar através do convencimento político sobre as novas facetas políticas que surgirão com a novíssima conjuntura deletéria.

A crise oferece também oportunidades. Estamos diante de uma oferta espetacular de reposicionamento frente ao ataque alienígena em nossas unidades. Alienígena porque não conhecem o ‘chão de escola’, alienígena porque não respiram giz, alienígena porque não abraçam nossos jovens e crianças, pois, se assim fizessem, jamais tentariam a destruição de suas vidas, de seu futuro.

Estamos diante de uma grande oportunidade: a singularidade que está chegando, assim como no filme Surfista Prateado, para destruir nosso mundo educacional, servirá de combustível para a decolagem rumo a um novo patamar de luta. A contrariedade, o inconformismo e a revolta com as medidas tomadas pelo governo profascista servirão de tônico para nosso fortalecimento político. Porém, somente indignação, inconformismo e revolta não serão suficientes para que tenhamos êxito em nossa luta. Precisamos de canalizar o conhecimento, qualificar as informações, determinar as

táticas e estratégias com sabedoria, isso com a consolidação da política impregnada nas mentes de nossas bases.

Conclusão

O SINASEFE diante deste quadro desolador por que passa a educação pública brasileira, deve investir vigorosamente e urgentemente na formação política das suas bases associadas. O horror instalado nas bases do Sinasefe diante da possibilidade do fim da consignação da contribuição sindical demonstra claramente que a ausência de rumo de nossos servidores está ligada diretamente à restrita combatividade ou então ao desânimo de nossas lideranças

Podemos construir uma proposta de capacitação que sensibilize os servidores associados ou não aos sindicatos da base. O modelo tangível pode ser o eletrônico, em módulos, abarcando novos conceitos à formação tradicional.

O mundo mudou bastante desde a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo real na Europa de Leste. Além de lacunas na obra dos antigos doutrinadores como a sustentabilidade, o racismo, as lutas dos movimentos feministas, o combate à intolerância religiosa, a força dos movimentos pela livre orientação sexual de Stonewall até os dias de hoje, as grande marchas como por exemplo a Marcha Mundial das Mulheres, a luta de Chico Mendes em defesa da floresta, a ascensão de movimentos camponeses como o MST e a Via Campesina, além da novíssima Economia Popular Solidária. Esses são alguns exemplos que as jornadas de formação podem mostrar.

Precisamos nos modernizar, estra antenados com os novos tempos, colaborar dentro da formação com a implantação de novas práticas no âmbito da sustentabilidade como reutilização de água da chuva, energia solar, compostagem e coleta seletiva. Podemos avaliar a utilização de cliques e canais interativos de comunicação na Internet. Os cursos podem ser compostos por módulos curtos, com linguagem moderna e atraente, podemos até construir uma formação no formato de “Games”, onde a cada etapa vencida se passa para outro patamar ou nível.

Existem em nossas bases quadros experientes que podem construir uma proposta viável de formação política que não nos afaste de nossos ideais revolucionários, ao mesmo tempo em que agregue o mundo contemporâneo ao seu conteúdo.

Rio de Janeiro, 4 de Outubro de 2019.

Amauri Queiroz – Sindscope

Elizabeth Soares Dutra – Sindscope

Julio Cesar – Sindscope

Alfeu Barbosa – Sindscope

Tese 92: Brasil, o país do futuro Futuro: Socialismo ou Barbárie

Contribuição do Coletivo Sindical 1º de maio

Atualmente convivemos na nossa rede com o enfrentamento ao Programa proposto pelos grandes empresários que pretendem lucrar com educação por meio do seu governo preposto e seu representante na educação, Sr. Abraham Weintraub, o Programa Future-se. Uma crítica senso comum a esse programa a afirmar que ele aponta para o passado ao apontar para a destruição da rede federal de educação e, por consequência, da pesquisa, ensino e extensão, isto é, a produção e socialização de conhecimento, com um mínimo de interesse público, tanto na produção de conhecimento relevante para atender necessidades da maioria da população, quanto em permitir que a base da pirâmide tenha pelo menos uma pequena parte que consiga acessar conhecimento de ponta produzido no país.

Essa crítica contém em si uma visão romantizada da ideia de futuro. O Brasil seria o país do futuro e isso seria algo altamente positivo, porque dá a ideia de evolução positiva e aumento dos níveis de civilidade (leia-se direitos, dignidade, fim das opressões e explorações, desenvolvimento tecnológico e humano e por aí vai. Essa é uma visão idealizada de futuro.

Há mais de um século a lutadora polaco-alemã Rosa de Luxemburgo nos avisou que a luta pela destruição do capitalismo era não somente uma luta pelo fim da exploração, mas uma luta pela civilização em si. É preciso notar que as artes já nos advertem de que a seguirmos o caminho que a humanidade, por meio do modo de produção capitalista, vem se mantendo, nosso futuro será a vida com muita tecnologia acessível sem nenhuma democracia e liberdade a não ser mercadoria para uma parte muito pequena do conjunto da humanidade; fome, miséria e barbárie para a outra parte; destruição ambiental total ou quase total. Pense nos filmes sobre Futuro que você viu, dos mais comerciais, como Jogos Vorazes, O Demolidor, o Preço do Amanhã ou Wall-e aos mais intelectualizados como 1984 ou o recente, porém já clássico brasileiro Bacurau.

Como é o futuro? Quem tem acesso às tecnologias e bens produzidos pela humanidade? E os bens culturais? Como são produzidos os alimentos? Como está o meio ambiente: animais, plantas, microorganismos, água...? O Future-se é peça do Programa Ponte para o Futuro, projeto de Brasil apresentado pelo MDB na agenda do Golpe na democracia e nos direitos dado em 2016. E eles não nos levam ao passado, mas aceleram nossa chegada no futuro da bárbarie, fome e exclusão que o ritmo de crescimento histórico do capitalismo (leia-se aumento gigantesco da desigualdade econômica e social com destruição dos mecanismos de defesa dos oprimidos e explorados e consequente aumento da barbárie, com violência e desespero sendo os principais sentimentos compartilhados socialmente) nos reserva.

Um dos pontos chave do aumento da barbárie é domar os corpos e criar cisões na própria classe trabalhadora e no conjunto dos excluídos. E os corpos que em maior número precisam ser domados são os corpos das mulheres, vistos pelo sistema como as produtoras e reprodutoras da força de trabalho - a única mercadoria que gera valor e que, portanto, pode manter e aumentar o padrão de acumulação - as mulheres não podem ter direitos sobre seu corpo, não podem escolher a maternidade, não podem optar ou não pelo papel de cuidadoras (a reprodução da força de trabalho).

Também precisam ser escolhidos grupos específicos dentre os oprimidos a serem estigmatizados, é preciso aumentar a guerra interna entre oprimidos e explorados, pra facilitar o aumento da exploração. Por razões históricas são os negros, indígenas, quilombolas, os LGBT's, os refugiados e as pessoas com deficiência os que mais sofrem com esse processo. Por essas razões as lutas antifascista, antipatriarcado, antimachista, antirracista, antilgbtobia, anticapacitismo, a luta antixenofobia e antigenocida precisa necessariamente ser uma luta anticapitalista.

Por outro lado, a luta anticapitalista precisa ser uma luta feminista e pela afirmação dos direitos e da autodeterminação dos povos, dos direitos humanos, do reconhecimento e da reparação histórica aos expropriados ou invisibilizados. **A Revolução será feminista ou não será!**

Mundo Vasto mundo

Esse não é um processo localizado, mas acontece em todas as partes do planeta em ritmos e com alcances diferentes a depender da construção histórica de cada povo e do estágio da luta de classes em cada região. O crescimento do fascismo ou da extrema direita e o avanço contra os direitos e garantias democráticas nos países são parte dos mecanismos que a crise de super produção e extrema desigualdade gerada pela forma de reprodução capitalista encontram para tentar manter altas taxas de acumulação. Só há três formas de manter a acumulação:

1. se apropriar de riquezas naturais ou de povos para diminuir os custos de produção;
2. ampliar mercados, tanto procurando participar em novos mercados, quanto mercadorizando novas atividades e bens (educação, sentimentos, saúde, lazer...) e/ou
3. diminuindo o custo da força de trabalho retirando direitos e enfraquecendo as relações de exploração (criando trabalho intermitente, teletrabalho, uberização, pejetização, precariado, trabalho informal...).

Só que como essas 3 formas significam invasões, roubos, piora da condição de vida das pessoas, entre outros, é fácil perceber que a possibilidade de reação é muito grande e, portanto, já são retiradas garantias de direito a greve e organização e se aumentam brutalmente a repressão, a perseguição, a censura e, portanto, esse estágio de reprodução do capital não consegue conviver com as mais frágeis formas de democracia, o que exige respostas autoritárias, que costumam se justificar na organização da sociedade por concepções fascistas e ideologias autoritárias de mundo.

O problema é que a justificativa econômica para esse processo, as ideologias neoliberais aprofundaram tão brutalmente e de maneira tão rápida as desigualdades, tanto entre classes, quanto desigualdades raciais e sem gerar o crescimento prometido (ainda que o crescimento da China, que seguia política macroeconômica em sentido oposto ao ideário neoliberal tenha segurado colapsos mais profundos da economia) que atualmente vivemos uma iminência de nova crise nos países centrais, que a imprensa empresarial costuma chamar de recessão mundial, já que considera que o que acontece nos países periféricos é irrelevante, mas sabemos que muitos já estão em colapso econômico há anos, como é o caso da Grécia, ou de países da África, especialmente a subsaariana como Somália e Etiópia.

A desregulamentação do mercado financeiro e sua apropriação da política em muitos países faz com que países considerados antes sólidos como a Alemanha vivam uma possível quebra, com impactos possivelmente catastróficos em economias dependentes. E o receituário para lidar com a crise iminente e com os resultados dela quando estourar são mais do que causa a doença, menos Estado para os pobres e mais para os bancos, menos direitos, mais ajuste fiscal, privatizações e intervenções nas democracias com restrições a elas e às garantias individuais.

Se essas crises estourarem é preciso olhar pra história e se lembrar que a última de proporções parecidas (há economistas que avaliam que a atual seria muito pior) foi a de 1929 e resultou na Segunda Guerra Mundial. Aliás, as estratégias militares de países centrais ameaçando a invasão em países periféricos não alinhados, com os casos mais gritantes de Venezuela e Irã, mas não só já podem ser apontamentos de que conflitos bélicos diretos, além das estratégias de dominação via *lawfare*, guerra híbrida e dominação cultural e comercial, possam estar aumentando sua participação nas estratégias de manutenção ou destruição de forças produtivas pra retomada do padrão de acumulação.

Mas para nunca esquecer que esse sistema é estruturado sobre as contradições, é preciso perceber que as forças fascistas estão enfrentando graves problemas e que a vida não está fácil pra eles. Boris Johnson na Inglaterra sofreu um revés depois do fechamento do parlamento e tende a perder espaço, enquanto cresce uma liderança de Jeremy Corbyn com ousado programa de redução de jornada de trabalho e aumento da remuneração para reaquecimento do mercado interno e dos direitos apoiado pelo partido trabalhista. Donald Trump sofre processo de impeachment e aciona máquina de *fake news* para tentar garantir sua reeleição, sendo que os EUA são um dos países centrais com altas possibilidades de nem tendo se recuperado da crise de 2008 retomar um processo recessivo. Em Israel (não achem que é por acaso que os apoiadores do presidente farsante carregam tanto a bandeira desse país nos atos, há que se prestar atenção), Benjamin Netanyahu sofre grande derrota e na Itália, o conservador Salvini também.

O governo ilegítimo de Bolsonaro afasta o Brasil de muitos países, mas o afastamento estratégico dos BRICS é particularmente importante. Em reunião do G20, a reunião completa dos BRICS acontece somente depois que os demais países do bloco, excluindo-se o Brasil, fazem

reunião e deliberam tática para lidar com a presença incômoda e começam a fazer conversas e acordos bilaterais. Enquanto isso, a China, país mais importante do bloco, comemora 70 anos da sua revolução cheia de contradições indicando caminho de paz e defesa do meio ambiente, não sem deixar claro que não vai permitir determinado nível de intervenção dos EUA, nem de ocupação de áreas estrategicamente do ponto de vista econômico ou militar, como no caso da Venezuela.

Mas não é possível subestimar o papel que o governo Bolsonaro cumpre para a continuidade do aumento da dependência e da subserviência internacional do Brasil, particularmente aos EUA e a Israel. O discurso de abertura da Reunião da ONU foi milimetricamente calculado e construído na base de uma série de argumentos verdadeiros para tirar conclusões totalmente falsas, reafirmando apoio da sua base mais fiel, mas também de base estendida e deixando claríssima o projeto que representa ao governar o país submisso aos desmandos do mercado financeiro e da política imperialista dos EUA.

Nuestra Mátria Grande

Na América Latina vivemos um período terrível de regressão dos significativos avanços que aconteceram durante um ciclo de governos progressistas e de centro-esquerda ao logo da primeira década dos anos 2000. Já em 2009 se inicia um novo ciclo intervencionista direto do imperialismo estadunidense com o golpe em Honduras. Os muitos golpes e intervenções antidemocráticas e anti povo que se seguiram, implementadas por elites nacionais dominantes, subservientes a esse imperialismo, mas acomodadas e escravocratas na região se seguiram fortes processos de mobilizações e luta. Lutas pela democracia, na defesa de direitos e serviços públicos, na defesa de direitos humanos, sociais e trabalhistas.

Muitas greves e mobilizações foram registradas e mostra que a reação se fortalece e se continuar e se fortalecer ainda mais, em breve começará a derrotar nas urnas e nas ruas os governos da necropolítica da região. No caso do México e da Argentina, chama atenção a vitória do movimento feministas que aprovou a legalização do aborto. No México esse direito foi conquistado na capital e recentemente em Oaxaca. Na Argentina foi aprovado na Câmara dos Deputados e não passou no Senado por poucos votos, mas as mobilizações continuam cada vez maiores e esse avanço civilizatório deve ser tornado direito em breve.

Em Honduras as mobilizações de profissionais de saúde e educação deflagraram uma campanha para depor o ilegítimo presidente Juan Horlando Hernandez, cada vez mais enfraquecido que chegou a solicitar a presença da marinha dos EUA para “defender a democracia” - leia-se o golpe e os golpistas - naquele país. Claro que é terrível que a luta seja necessária e que é de se lamentar e condenar profundamente a atuação governamental de repressão, perseguição, tortura e assassinatos, mas inclusive por isso é fundamental reconhecer a importância da resistência e luta naquele e em todos os países de nossa grande Mátria Grande.

Esta tese está sendo enviada em outubro, mas quando o Congresso do Sinasefe acontecer será necessário compreender profundamente o significado e os impactos das eleições em Bolívia, Argentina e Uruguai já ocorridas e que podem “mudar a maré” na região e facilitar ou dificultar nossa luta contra o golpe e na defesa do soberania nacional e da educação pública. Por aqui soro antimonotonia é inútil.

Depois da Vaza Jato, das últimas declarações de Michel Temer e Janaína Paschoal e, principalmente, de tudo que vem sendo implementado ou proposto desde abril de 2016, ficou mais do que provado o quão acertada era a posição do Sinasefe de ser contra o golpe maquiado de impedimento e também se mostra profundamente acertada a posição de lutar ativamente pela liberdade do Presidente Lula e de todos e todas presxs políticos do Brasil.

Infelizmente há uma minoria entre os militantes do sindicato que boicota essa atuação pela mesma falta de compreensão que fez alguns contribuírem para que o golpe se efetivasse e nos obrigue a conviver com o ataque aos direitos e à nossa rede.

Como parte da defesa da democracia, das garantias individuais, da liberdade para se organizar e lutar, manter e aquecer a atuação pela liberdade do Presidente Lula é mais do que necessário, é essencial. Enfrentar os problemas que de fato se criam na categoria nessa defesa também, especialmente com um trabalho de formação política que explicita o porquê essa é uma defesa classista e democrática e não tem nenhuma relação com uma defesa eleitoral ou partidária, tanto que personalidades democráticas e organizações de trabalhadores de todo o Brasil e do mundo reconhecem essa importância de maneira manifesta e ativa.

Governo Bolsonaro e a necropolítica

É preciso reconhecer que o Governo Bolsonaro não rompe com o Projeto do golpe, chamado de Ponte para o futuro, mas não simplesmente o segue como o aprofunda do ponto de vista do entreguismo, da repressão e da paralisação do Estado e implementa uma necropolítica que condena boa parte da classe trabalhadora brasileira ao extermínio pela fome, pela violência (policial e das forças armadas, pela disseminação das armas, pela guerra no trânsito, pelo incentivo ao ódio...), pela perseguição política/judicial, pela exclusão social, pela opressão pela identidade, pela extinção das políticas sociais (de assistência, saúde, educação, cultura...), pela extinção de biomas inteiros, pelas privatizações, pela entrega dos mecanismos de atuação do Estado brasileiro que permitiam a atuação na defesa do povo e da soberania (EC 95, fim do regime de partilha do Pré-sal e sua privatização ou desnacionalização, entrega da Base de Alcântara, pela autonomização do Banco Central...), pelo fim dos direitos sociais, políticos e trabalhistas.

Nessa conjuntura foi um erro do sindicalismo brasileiro colocar a Reforma da Previdência como eixo central único mobilizador da unidade da classe. A compreensão que havia em todas as centrais é que o ciclo de mobilizações que teve seu ápice na greve geral de 28 de abril de 2017 se repetiria em 2019 visto que a classe trabalhadora via alia uma vitória, compreendia esse como um direito essencial e palpável a ser defendido e importava derrota estrutural na política do golpe. Infelizmente os três fatores dois anos depois tinham contexto e, portanto, capacidade de mobilização totalmente diverso.

De 2017 a 2019 o desemprego e as necessidades imediatas (de pagar aluguel ou de comer, por exemplo) e pragmáticas aumentaram fortemente e a questão da aposentadoria para quem tem dificuldades em colocar comida na mesa ou pagar a conta de luz se tornou abstrata, a derrota do governo Temer nessa questão não foi mostrada de maneira concreta à população já que as sucessivas negociações e adiamentos no Congresso derrama impressão (bastante concreta) de que era apenas um debate sobre fazer uma reforma mais justa e a posição que de fato essa reforma ocupa no programa não impede que várias outras questões centrais ao mercado financeiro sigam seu rumo e adia-la por um tempo não prejudica estruturalmente a obtenção do patrimônio natural e público do povo brasileiro a preço de banana mantém o mercado satisfeito o suficiente com o governo nesse processo.

A demonstração desse erro (que o Sinasefe cometeu solidariamente com todas as organizações da classe) foi que as mobilizações que levaram número significativo de pessoas às ruas foram em defesa da educação, a partir da Greve Nacional corajosamente convocada pela CNTE para 15 de maio. É importante se ressaltar duas coisas: é claro que a questão dos cortes orçamentários da educação que mobilizaram de imediato grandes contingentes do movimento estudantil depois que os estudantes do Colégio Pedro II esbracharam Bolsonaro na tentativa de comemorar o aniversário do Colégio Militar do Rio foram fundamentais para a explosão de mobilizações. Até o momento, ao longo de 2019, o movimento estudantil tem sido ponta de lança nas mobilizações populares contra o governo a partir do chamamento conjunto do setor educação do movimento. Essa situação é auspiciosa por um lado e preocupante por outro. Historicamente o Movimento Estudantil foi fundamental pra deflagrar movimentos de massa eficazes no Brasil, casos bastante relevantes são o maio de 1968 contra a ditadura e com protagonismo na Campanha “O petróleo é nosso” no final da década de 1970. Mas não se pode deixar com eles a responsabilidade de enfrentar sozinho esse governo e esse projeto fascistas.

Nos casos em que o ME foi fundamental sempre estão aqueles em que a luta se amplia e movimentos sindicais e populares pegam junto. E esse processo está acontecendo muito pouco e de maneira muito lenta, podendo acabar por desgastar demais as forças desse movimento.

Também é fundamental ressaltar que xs assinantes dessa tese jamais discordaram da centralidade da luta em defesa da aposentadoria e contra a(s) Reforma(s) da Previdência. A divergência manifesta é com dar prioridade total a ela na luta unificada e acabar perdendo o tempo de debater junto à população outras pautas tão ou mais mobilizadoras, como o caso da educação e da defesa do emprego (rapidamente incorporadas depois do primeiro Tsunami da Educação).

Em contexto tão adverso que a classe sofre derrotas possivelmente históricas e luta na condição de resistência (condição essa que pode mudar rapidamente se mantivermos a atenção aos processos econômicos e políticos, o trabalho de base e as táticas adequadas) muito se fala em unidade, conceito fundamental para ter forças pra lutar, aumentá-las e consolidá-las no menor tempo possível para derrotar o retrocesso. Mas, infelizmente, essa ainda tem sido uma palavra vazia no discurso de muitos.

As disputas internas e por espaços nas direções e aparelhos e máquinas permanecem priorizadas nas maiorias das organizações. Nessas condições, o discurso por unidade não tem nenhuma eficácia e a derrota será maior e por mais tempo para a classe como um todo.

Por outro lado, em certos momentos o discurso em torno da unidade serve a oportunistas que alijados do poder pelos que o ocupam nesse plantão e são inimigos de classe para justificar rebaixamento do programa de lutas e atraso nas conquistas. Foi o caso dos que chamaram unidade para negociar minimizar a retirada de direitos da Reforma da Previdência, o que sabemos, não era possível.

Unidade não é subserviência. Só é possível derrotar o facismo lutando pelo fim do capitalismo que o gera e alimenta. O que não será alcançado nem com discursos vazios, nem com oportunismo.

Isso não significa que taticamente, em casos pontuais e quando for possível ter controle do movimento e, principalmente da pauta não seja possível e até mesmo necessário estar inclusive com forças de direita (caso concreto a mobilização de deputados de direita, incluindo o Rodrigo Maia até, para exigir que o STF impedisse a arbitrária tentativa de transferência do presidente Lula a preso comum, nesse caso a defesa da democracia materializada em uma questão concreta foi possível sem nenhuma submissão ou concessão da classe).

A gente não quer só comida

É bastante comum na esquerda e no sindicalismo que acentuemos que o governo fundamentalista de plantão e sua base de apoio elegeram a Educação como sua inimiga, como inimiga de sua religiosidade, como inimiga de seu projeto social. Novamente essa é uma visão parcial e senso comum da coisa. Os verdadeiros inimigos desse setor são a educação pública, gratuita e de [alguma] qualidade, não o ensino privado de baixíssima qualidade, caro e pago pelo povo duas vezes, uma pelo financiamento estatal que vem recebendo desde o governo de FHC, passando pelo ciclo de governos petista e que agora decide encaminhar desde o golpe (setor de poder econômico que teve papel importante na articulação e implantação do golpe e do Ponte para o Futuro como projeto, diga-se) em uma inflexão em não querer mais que nenhuma parte do bolo de investimento estatal e do [assim visto por ele] mercado de consumo de ensino seja dividido com a rede pública, especialmente a Federal.

Empresas de venda de ensino, notadamente Kroton e Estácio, e fundações supostamente do setor educacional diretamente aos bancos e mercado financeiro, como Fundação Bradesco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Roberto Marinho e Todos pela educação tem praticado intervenção direta na criação e aprovação de políticas públicas em educação para proceder uma completa mercadorização do ensino (APPLE, 1999 e VILELA, 2017), em uma das estratégias de tentativa de solução para a crise do capitalismo (dentro do item 2 do que citado nesta tese na introdução: buscar novos mercados ou mercadorizar novas atividades).

Essa política é articulada e vem ocorrendo de forma ininterrupta no Brasil desde o meio da década de 1990, mas sofre uma inflexão no processo do golpe no qual esse setor decide que acabar com todo o ensino da rede federal, como citado, é a meta. Desde a proposta da PEC 241 (atual EC 95), de Reforma do Ensino Médio apresentada e aprovada no governo golpista de Temer, BNCC, alterações no PNLD entre muitas outras medidas, esse processo vem acontecendo de acordo com o projeto desse setor sem grandes barreiras, mesmo sofrendo forte resistência novamente do Movimento Estudantil (em 2016 pelas ocupações de escolas, entre mobilizações e outras formas de ações, como o escracho).

Segundo esse projeto, a educação precisa ser alterada em sua essência, mantendo o valor de uso que sempre teve para os capitalistas, que é ser o aparelho ideológico que mantém a ideologia dominante inculcada nos trabalhadores e trabalhadoras de maneira que aceitem a exploração e sua condição de ausência de direitos, liberdade e dignidade, sem permitir o aumento da consciência de classe. Mas passa a ter outro aspecto que é a venda de ensino, que precisa compor a matriz de acumulação de capital e expropriação de riqueza da nossa classe pela burguesia.

Enquanto continua a modificar e implantar sua estratégia de mercado no Ensino Médio, junto à prefeituras e governos estaduais especialmente, com a mudança de ministro na educação do governo Bolsonaro começa a desenvolver sua estratégia. Estratégia que passa pelo autoritarismo e militarização das escolas.

Intervenção militar nas escolas

Na verdade o que o MEC pretende fazer nas escolas públicas é uma intervenção, na medida em que os militares irão atuar na gestão, administração e implantação de valores cívicos, como afirma o Ministro Weintraub, e em outras palavras, é a implantação da lei da mordaza como forma de impedir a liberdade de pensar e agir que norteiam uma educação libertadora, defendida pelo nosso grande educador Paulo Freire.

Enganam-se aqueles que acreditam que essas escolas serão niveladas aos Colégios Militares, que possuem uma estrutura, carreira docente e investimento direcionado para a boa formação dos filhos de militares ou aqueles submetidos a um processo rigoroso de seleção. O objetivo é outro. É clara a investida do atual governo em querer combater os problemas sociais, que são refletidos no ambiente escolar, como caso de polícia.

Precisamos reagir e dizer NÃO a militarização das escolas públicas, NÃO ao FUTURE-SE, lutar por mais investimento na educação, valorização da carreira dos trabalhadores e trabalhadoras de educação, mais investimentos na assistência estudantil, na estruturação de equipes multidisciplinares como estratégia no apoio e acompanhamento dos nossos estudantes.

Do lado de cá da trincheira

De nossa parte, a organização dos trabalhadores precisa superar práticas pouco produtivas e que contribuem para as derrotas em série que estamos presenciando. A análise de conjuntura romantizada, como se estivéssemos às portas da tão sonhada revolução proletária, impede a luta em um cenário real e distorce as estratégias corretas de atuação sindical. Nos afasta da base, com quem cada vez mais temos dificuldades de comunicação e mobilização.

A burocracia das instituições, as brigas internas por espaço no sindicato e a improdutividade de partes de algumas plenárias, apenas somam dificuldades e nos afastam ainda mais das vitórias. É preciso rever nossa atuação, antes de rever nossas estratégias. Não é possível perder horas votando composição de mesas em plenárias, enquanto o inimigo se movimenta. Não é possível usarmos denúncias cruzadas no Conselho de Ética como moeda de troca, enquanto o inimigo se articula para destruir as carreiras dos trabalhadores em educação e da própria educação pública como um todo. Urge refletir sobre a nossa práxis.

Adicione-se a expectativa de resolução de nossos problemas pelo *lobby* parlamentar e pela judicialização das demandas da classe trabalhadora, o que constitui, em primeiro plano, a transferência das responsabilidades da luta e da conscientização da classe para um grupo tradicionalmente alinhados com os interesses do capital e das grandes corporações. Em um segundo momento, desmobiliza o conjunto de trabalhadores e se presta a ser antipedagógico, no processo de formação da consciência de lutas, combates a opressões, conquistas de direitos e defesa das garantias já arduamente obtidas.

Nossa luta precisa continuar, mas precisa se reaglutinar. Unidade de lutas, com planejamento e assertividade nas ações. Ou assumimos o cenário como ele é, ou faremos tal qual Dom Quixote, a lutar contra moinhos de ventos. A diferença é que neste conto Brasil real, os inimigos existem mesmo e estão com todas as ações voltadas para destruir a Rede Federal como conhecemos hoje. É preciso resistir!

Resoluções:

- 1 – Combater e repudiar o Future-se e todas as iniciativas de privatização do ensino público;
- 2 – Defender a Amazônia e as riquezas garantidoras da soberania nacional;
- 3 – Promover e lutar pela integração latino-americana, como meio de união de forças contra o imperialismo norte americano;
- 4 – Afastar toda e qualquer possibilidade de militarização das escolas e modularização do ensino;
- 5 – Defender as minorias e barrar toda a forma de opressão, sobretudo a mulheres, negros, membros da comunidade LGBTQIA+, juventude pobre e periférica, indígenas e quilombolas;
- 6 – Defender o Estado Democrático de Direito, a liberdade de Lula e do direito de toda a massa carcerária presa de ter um julgamento justo e digno.
- 7 - Reaglutinar as forças progressistas em prol do mesmo objetivo, que é a construção de uma educação libertária e antidominante.

Assinam esta tese:

ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE). CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB Brasília). DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC). INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT). ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC). GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA). MATHEUS SANTANA (IFBA). ELENIRA VILELA (IFSC). MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA). ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA). ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES). SILVIA ELAINE(IFBA). CAMILA FÉLIX(IFBA). TERESA BAHIA(IFBA). HUMBERTO TEIXEIRA(IFBA). ERISWAGNER SOARES(IFBA). CAMILA SOUZA(IFBA). DÁLVARO BARBOSA(IFBA). HELLEN RODRIGUES(IFBA). EDILZA OLIVEIRA(IFBA). ELIS LOPES (IFBA). FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC). DAVI CEZAR DA SILVA (IFC VIDEIRA SC).

**Tese 93: A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL E O SINASEFE
INTERSINDICAL – INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA.**

O CENÁRIO ATUAL

A conjuntura no atual momento do capitalismo mundial é de expectativa. Uma nova crise cíclica e periódica se avizinha. Os dados de crescimento industrial americano e europeu indicam que se chegou ao limite da expansão econômica após a retomada da crise de 2008-2009. O nacionalismo retorna com força como uma solução para os capitalistas que precisam de amparo dessa imensa ferramenta de ações anticíclicas que minimizam as perdas nos lucros, jogando a maior parte das consequências catastróficas nas costas da classe trabalhadora.

No Brasil, é isso que significa as reformas implementadas para sanear o Estado e para liquidar com os direitos conquistados pelas lutas da classe trabalhadora durante o século XX. Desde a reforma da previdência, iniciada por Lula em 2003, passando pelo FUNPRESP de Dilma, até as reformas trabalhista de Temer, e agora a decretação do fim do sistema previdenciário solidário, de Bolsonaro, o que temos é uma onda de ações antipopulares. No cenário que se avizinha, de possibilidades catastróficas para o sistema de acumulação, as burguesias se apressam em garantir o máximo de blindagens que garantam maiores chances de sobreviver a eclosão da crise. Isso pode ser notado em todo o mundo, desde o BREXIT, na Inglaterra, até a ampliação das votações da extrema direita, na Alemanha e Áustria. As burguesias tupiniquins, com suas características peculiares, tiveram que se adequar aos novos governantes e reconstruir o PACTO SOCIAL em bases renovadas. O que durante a expansão econômica foi possível com governos sociais liberais, Lula e Dilma, agora já não serve mais. O Capital precisa garantir seus lucros e para isso vai avançar raivosamente contra a classe trabalhadora.

O MOVIMENTO SINDICAL

Diante do cenário desenhado, os sindicatos e movimentos sociais têm dois desafios: 1. Não cometer os mesmos erros do período social-liberal; 2. Reaprender a trabalhar com organização por local de trabalho.

O primeiro desafio consiste em avaliar que durante o período de governos progressistas, o movimento sindical e popular apostou na reivindicação ao Estado, fazendo uma leitura equivocada da relação entre capital, governos e organizações de classe. Acreditou-se que, tendo entrado na gestão do estado burguês, a luta de classes podia pender para o nosso lado. Engano mortal. Tais governos demonstraram que a conciliação de classe apenas desarma os trabalhadores de seus instrumentos de luta, os tornando presa fácil nos períodos de retração econômica. E pior, ainda constrói uma visão utilitarista das entidades e organizações de classe, criando uma espécie de prestador de serviços jurídicos, médicos e até de crédito entre os filiados. Essa postura foi

hegemonizada pelas centrais sindicais construídas nas lutas das décadas de 1980 e 1990, mas que se tornaram um entrave aos anseios históricos dos trabalhadores, entre elas estão a CUT e CTB. Por outro lado, a construção da CSP- Conlutas tentou se diferenciar dessas centrais, mas acabou por cometer erros também mortais. O principal é acreditar que a autopromoção de representante dos interesses de classe bastaria para dirigir as categorias. Esse distanciamento da organização direta dos trabalhadores produziu um novo tipo de burocracia sindical, a qual nem base social tem.

O segundo desafio consiste em reaprender a estar com os trabalhadores em seus locais de trabalho, moradia e estudo. Como em outras épocas e lugares da história da luta de classes precisamos olhar para onde o conflito social e econômico acontece. É no dia-a-dia dos sofrimentos que se constroem os laços de sangue, suor e lágrimas com os iguais, é na labuta cotidiana que se bebe e come junto com os iguais, é nos enterros e nascimentos que nos reconhecemos como iguais. Não nos grandes eventos, encontros ou direções sindicais... Isso nos remete ao problema organizativo, pois não podemos apontar para um novo rumo cometendo os mesmos erros do passado. Errar na avaliação do período de derrota recente pode nos levar a uma nova derrota ainda mais profunda.

Nesse sentido, nós da INTERSINDICAL – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, defendemos a discussão de uma renovada militância organizativa que tenha na classe o centro da sua preocupação política, não nas disputas por aparelhos. Que tenha nas atividades de mobilização e crítica dos conflitos cotidianos o espaço para problematizar os efeitos do capitalismo na vida dos operários.

AFINAL, PARA QUE SERVE UMA CENTRAL SINDICAL?

No Sinasefe, temos uma tradição de debater sobre as centrais sindicais em congressos, plenárias e encontros regionais. No entanto, a profundidade e extensão do debate com a categoria, quando ocorre, é limitado. Boa parte da categoria desconhece as políticas e ações CSP-Conlutas na prática. Não à toa, pois o processo de filiação a CSP-Conlutas, e da nossa construção nela, não veio de um anseio da categoria, ou mesmo de uma necessidade prática em unificação da nossa luta com outras categorias. Até porque se esse fosse o caso, a central que estamos filiados, não tem cumprido minimamente esse papel.

Pensamos que esse fenômeno é parte do descolamento entre uma concepção de organização sindical centralizada e o mundo real dos trabalhadores. Na história do movimento operário os núcleos de trabalhadores nas fábricas, bairros e transportes, viram a necessidade de ampliar as lutas em escalas territorial, seja nos distritos ou em âmbito nacional.

No Brasil, a organização sindical, após a ditadura cívico-militar, foi direcionada pelos partidos políticos vinculados à esquerda institucionalizada. Em especial o PT, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No final dos anos 1990 e início de 2000, alguns outros partidos também, por divergências com a CUT, e após a reforma sindical de Lula, que legalizou as centrais e remeteu

recursos para elas, criaram outras centrais. Entre elas a CTB, vinculada ao PC do B, e a CSP-Conlutas, primeiramente por iniciativa do PSTU. Infelizmente, essas vinculações se transformaram em atrelamento (sindicato como correia de transmissão das decisões do partido), de modo a desligar a organização autônoma dos trabalhadores das suas entidades gerais.

Sabemos da importância de a classe trabalhadora se organizar em Partidos, sindicatos e centrais, mas suas direções não podem tentar substituir a atuação independente do conjunto da vida operária. Essa autopromoção revolucionária é o que impede o diálogo e a interação com a base.

Nesse sentido, nós, da INTERSINDICAL, rompemos com a CUT em 2006 e iniciamos uma caminhada prezando pela autonomia e independência dos trabalhadores. São esses dois pilares que orientam nossa intervenção, priorizando a organização por local de trabalho, onde a vida pulsa em contradições gestadas pelo capital. É ali, no estômago do bicho, que queremos e devemos estar.

Somos parte, fruto e herdeiros dos que sobreviveram e lutaram contra a ditadura burgomilitar que perdurou por mais de duas décadas no Brasil, somos parte daqueles que se colocaram em movimento e, clandestinamente, organizaram as Oposições Sindicais no final da década de 1970, somos parte do grande movimento da classe, o qual com greves gerais intensas e extensas se colocaram contra o Capital, seu governo militar e seus pelegos interventores dentro dos sindicatos nesse período.

Somos parte dos milhares que com sua organização a partir da base criaram as condições para a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A qual nasceu das intensas lutas realizadas no Brasil no final da década de 1970 e início dos 1980, uma central que nasceu com a classe e não apenas em seu nome. Independente, em relação aos patrões e governos, autônoma em relação aos partidos, combatendo a estrutura sindical subordinada ao Estado. Nós, da Intersindical, assumimos o compromisso estratégico de lutar para além das demandas da classe em seu cotidiano imediato e construir as condições para a luta maior, por uma sociedade socialista.

Não mais do mesmo. Aprender com os erros do passado, avançar sem autopromoções, para contribuir decisivamente para reconstrução do movimento sindical pela base e enfrentar diretamente o Capital.

Somos metalúrgicos, operários têxteis, operários químicos, trabalhadores na indústria da alimentação, sapateiros, professores, trabalhadores do estado, petroleiros, radialistas, vigilantes, bancários que têm como centro de sua ação a luta direta, nos locais de trabalho, onde o processo de exploração e opressão do Capital acontece.

A EDUCAÇÃO EM TEMPO DE CRISE E O SINASEFE

É visível como a educação se tornou um problema para o atual governo federal. Isso se dá porque as pautas conservadoras e moralistas dos setores que o apoiaram questionam os avanços civilizatórios da revolução Francesa... A exemplo da laicização da escola, da universalização do

ensino, e até da geometria do planeta, está difícil de aguentar. Mas isso levou os setores vinculados as instituições educacionais a mobilizarem-se em defesa do pouco que tem. As universidades públicas e os institutos federais estão sob risco de morte, por isso precisaram atuar de alguma maneira para garantir a sobrevivência. Nós, do SINASEFE, precisamos atentar quanto a isso para poder debater junto a comunidade escolar, a importância do espaço da escola como lugar de diálogo COMUM. Ou seja, construir um ESPAÇO de debate, no qual os trabalhadores, dispersos em suas tarefas individuais, em suas residências individuais, com seus filhos individuais, possam se encontrar para resolver problemas COLETIVOS. Esse aspecto é fundamental na base de nosso sindicato.

As ocupações estudantis dos últimos anos demonstraram que o LUGAR COMUM é potencialmente explosivo no sentido de propiciar a crítica radial ao sistema escolar e, por consequência, do sistema socioeconômico. Não acreditamos que a educação, por si só, eleve as consciências, como pensam alguns idealistas da lógica formal, mas que sim, o debate da contradição e a luta organizativa, mediada pela teoria revolucionária, possa produzir a transformação social.

Assim defendemos:

1. A imediata desfiliação das CSP-Conlutas;
2. A independência sindical frente à partidos e governos;
3. A construção de uma pauta imediata junto com a categoria para mobilizar as lutas no próximo período;
4. A construção de comitês em defesa das escolas, que envolva, principalmente, mas não somente, pais e alunos, construindo assim áreas livres do analfabetismo político.

O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais. (Bertolt Brecht).

Assinam a tese:

Paula Andrea Grawieski Civiero – coordenadora geral da Seção Rio do Sul/IFC
Dominique Calixto Martins – Pasta de mulheres da DN, Campus Rio do Sul/IFC
Ricardo Scopel Velho – militante da INTERSINDICAL, Campus Rio do Sul/IFC
Jélder Pompeo de Cerqueira – Militante da INTERSINDICAL, Campus Várzea Grande/IFMT

Tese 94: Por que defendemos Lula Livre?

“ATÉ 2002, MORRIA UMA CRIANÇA DE FOME A CADA CINCO MINUTOS NO BRASIL” O Brasil havia saído do mapa da fome da ONU. E Agora?

Contribuição do Coletivo Sindical 1º de Maio

Por Isaias dos Santos

1. **O Golpe contra uma mulher honrada e honesta.** A fundação do BRIC em 2006 que se concretizou em 2011 com o acréscimo da África do Sul, constituindo o BRICS, coloca o Brasil no centro das atenções do Governo Americano. Afinal, esse fundo vai ameaçar a moeda americana e colocar em cheque o Banco Mundial e o FMI uma vez que o lastro do dólar não é ouro armazenado no banco central americano, mas o comércio do petróleo em dólar, acordo esse firmado entre a família saudita e o governo americano em 1973.

A criação da UNASUL (união das nações sul-americanas) em maio de 2008, vindo a se consolidar em Maio de 2010, com a eleição do seu primeiro secretário geral, o então presidente Argentino Néstor Kirchner, constituem razões expressivas para os acontecimentos que se seguiram até a derrubada da presidenta Dilma.

A descoberta do Pré-sal em 2006, sua prospecção a partir de 2008, a criação da estatal denominada pré-sal S.A em agosto de 2010, a criação do fundo social e do regime de partilha, ou seja, o novo marco regulatório destinando 75% dos royalties educação e 25% para a saúde foram também fatores que desagradaram à poderosa indústria do petróleo e constitui um dos momentos mais acirrados no congresso nacional entre a situação e oposição.

Com as riquezas do pré-sal avaliadas em cerca de vinte trilhões nossa soberania estava a um passo, pois haveria muito dinheiro no futuro próximo para se investir em saúde e educação. Revelações feitas pelo jornalista Glenn Greenwald e pelo jornalista Edward Snowden sobre espionagem dos órgãos de inteligência americanos ao governo Brasileiro e suas estatais, especialmente a Petrobrás, espionagem essa que municiou todas as ações da polícia federal na operação lava jato, conforme foi se desenvolvendo o golpe, chegando ao ponto de grampearem inclusive o telefone do avião presidencial, em razão de que as ações de governo eram muitas vezes tratadas desse telefone. Foi justamente esse caso que levou, em 2013, ao cancelamento de uma visita Dilma aos EUA, criando um mal estar diplomático entre os dois países. Isso deveria ter sido um alerta máximo para as ações do governo e um indicativo real de que os EUA tinham interesse especial nas ações do governo Brasileiro.

Outro setor que estava incomodado com o governo eram os Bancos privados em razão de o Governo Dilma, em abril de 2012, ter ampliado a oferta de crédito dos bancos públicos para mais de 53% e forçando os bancos privados a diminuírem suas taxas e conseqüentemente os seus lucros.

Durante o processo impeachment alguns fatos foram reveladores. O áudio gravado sobre a fala do Paulinho da Força é emblemático, **“Tem muita gente querendo financiar”** disse Paulino aos aliados golpistas. Se junta ao processo macabro o áudio do Jucá: **“É preciso estancar a sangria, com a Dilma não dá, é preciso colocar o Michel, num grande acordo nacional com o supremo e tudo. Então delimitava onde está”**.

Dilma de fato não compactuava com os corruptos e nem com a corrupção. Ao agir para tirar Furnas das mãos de Eduardo Cunha em 2011, Dilma se deparou com um inimigo de peso dentro do congresso capaz de provocar nocaute no governo, pois segundo informações obtidas após sua prisão, o mesmo havia financiado o pleito de mais de duzentos deputados. Além disso, havia uma oposição liderada pelo Senador Aécio Neves, que não aceitou mais uma derrota numa disputa que chegou a ser comemorada pela oposição um pouco antes da finalização total dos votos.

Em 22 de julho de 2015, Dilma veta um reajuste de 78,6% pleiteado pelo judiciário e atrai para si mais um inimigo poderoso, o poder judiciário. Esse ato de coragem lhe custou, como vimos nos desdobramentos seguintes, à consolidação e legitimidade do golpe institucional pelo judiciário.

Diante da conjuntura construída, o caldo estava pronto, espionagem, congresso, parte do judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, FIESP, mas os golpistas precisavam da opinião pública, e os meios de comunicação assumiram a tarefa de tornar o preconceituoso de direita os heróis e símbolo da moralidade no combate à corrupção. Não há dúvida de que os meios de comunicação jogaram um papel crucial no processo de manipulação e das mentes e corações do povo brasileiro. O livro **“O QUARTO PODER”** do saudoso Paulo Henrique Amorim explica o processo histórico de construção de um sistema de comunicação antidemocrático nas mãos de algumas famílias que controlam corpos e mentes do povo brasileiro.

Sem a democratização dos meios de comunicação não há qualquer possibilidade de solidificação da nossa frágil democracia. Sempre que um governo popular acende ao poder, imediatamente se estabelece uma guerra entre o sistema e as redes de comunicação com denúncias falsas, mentiras, destruição de reputações, etc., com a finalidade de desestabilizar o governo e desgastar sua imagem diante da opinião pública a fim de evitar, a qualquer custo, que essa concessão pública sofra qualquer tipo de intervenção do estado. Essa tática é uma forma de evitar que a comunicação seja transformada em um direito constitucional de que todo cidadão tenha direito à informação verdadeira e ao contraditório. O sistema de comunicação concentrado em cerca de cinco famílias não permite sequer que se faça uma reforma dos meios nos moldes dos EUA e muito menos que se cogite uma reforma mais profunda baseada no modelo constitucional Europeu.

Uma vez destituída a presidenta Dilma, deu-se início à destruição do estado e todo tipo de rapinagem, a primeira foi conceder reajustes vultosos às empresas de comunicação e cortar os recursos, de apenas 0,6%, destinados à imprensa alternativa, em seguida concedeu um reajuste de 41% para o poder judiciário e 12% para o MPF em 2016 e mais 16,38% em 2018, reforma trabalhista, ataque às reservas do banco central, aprovação de refis, perdão de dívidas em empresários com a CARF e o INSS, perdão de multas ambientais do grande latifúndio, entrega do pré-sal (mais de 20 trilhões), entrega da base de Alcântara, do nosso satélite genuinamente brasileiro, pagamento aos fundos abutres de mais de dois bilhões de dólares mesmo antes que a justiça finalizasse o processo e promulgasse o veredito, isenção das petroleiras da ordem de um trilhão, redução das atividades das nossas refinarias em 30% e importação de óleo e gasolina dos EUA a preços abusivos, congelamento dos salários e aumento do custo de vida (alimentos, gasolina, gás, óleo diesel), aprovação da PEC 95 que congela investimentos em saúde e educação por vinte anos, redução do orçamento de custeio do estado, aumento do desemprego, dos moradores de rua, da fome e do desespero de milhões de famílias.

A criminalização da política, inicialmente dirigida ao PT com a proliferação do ódio e da intolerância, acabou atingindo todos os partidos e ressuscitando um movimento de negação da política que simultaneamente deu voz a um movimento anti científico, anti humano, anti cultural e anti civilizatório que se entende como fascismo. Esse movimento, que teve início em 2013 com o movimento pelos vinte centavos, inicialmente sendo conduzido por parte das esquerdas ligadas ao movimento estudantil, foi crescendo e passou no final de 2013 ao controle da extrema direita e dos movimentos financiados pelo grande capital. Com a aproximação das eleições de 2014 esse movimento foi crescendo com o apoio dos partidos conservadores, de direita e da extrema direita. Com a vitória de Dilma em 2014, estava pavimentado o caminho do golpe que se consolida em 2016 e também cria as condições para o surgimento de Bolsonaro e do bolsonarismo.

Esse extremismo de direita dá a Bolsonaro a condição de igualdade na disputa eleitoral com os demais representantes da direita no pleito de 2018 e também com a eleição de pessoas totalmente avessas à política, ineptos, eleitos com base na estratégia de disparos de Whatsapp de fakes News financiados por grandes empresários.

A população tomada pelo ódio produzido pela campanha de criminalização da política depositou na urna em 2018 o sentimento de ódio, ao invés de esperança, e elegeu parlamentares e governo de extrema direita totalmente desconectada do processo civilizatório alcançado pelos povos em toda a sua complexa existência e resistência de luta ao longo da história. O ódio é por natureza um sentimento destrutivo e é isso que vivenciamos nesse início de governo Bolsonaro e que se estenderá até o limite permitido pela elite no seu projeto de garantir a continuidade dos seus privilégios, do controle do estado, do povo brasileiro e de garantias aos interesses dos EUA.

“A injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos”-Montesquieu (1689/1755).

2. Os aspectos legais. . “LAWFARE” foi o instrumento da guerra híbrida da qual o Brasil e o povo brasileiro foram vítimas e que as revelações do site “**THE INTERCEPT**”, os documentários disponíveis na Netflix “**PRIVACIDADE RACKEADA**” e “**DEMOCRACIA EM VERTIGEM**” e a série “**THE FAMILY**” desnudaram e deixaram claro para toda a sociedade que fomos alvo de uma grande conspiração envolvendo vários atores internos e externos com interesse de tomar o estado brasileiro, retirar direitos do nosso povo e saquear as nos riquezas. Esse processo de ataques à soberania nacional do país e do povo brasileiro foi colocado em Curso pelo governo golpista, corrupto e traidor de Temer. Para que o golpe tivesse sucesso e continuidade. era imprescindível que Lula e o PT fossem retirados do processo eleitoral. Cogitou-se há época inclusive a possibilidade de cassar os registros do PT usando como argumento de que o PT era na verdade uma organização criminosa. O processo de criminalização do PT e das esquerdas de um modo geral foi desencadeado pelas redes de comunicação que eram reproduzidos em cada um dos 5570 municípios pelas TVs e rádios locais.

A Lava Jato foi o instrumento de legitimidade responsável pela. alimentação cotidiana de informações fraudulentas e manipuladas que alimentavam o cotidiano do povo com a falsa ideia de que o PT era uma quadrilha que havia se instalado no poder do qual Lula era o chefe, uma espécie de máfia que precisa ser destituída do poder a qualquer custo. Embora Lula tivesse deixado a presidência em 2010 com 87% de aprovação entre bom e ótimo, destruir a sua imagem era fundamental para impedi-lo de disputar à presidência e colocar fim na implantação dos preceitos constitucionais aprovados em 1988 através da constituição cidadã cujo foco era a construção do “Welfare State”, ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL”. *Em 1926, John Maynard Keynes postulou uma teoria na qual rompia totalmente com os princípios liberais. Keynes pregava a intervenção do Estado na economia, aliás, não só na economia, mas em todos os aspectos que fossem necessários. Essas ideias se consolidaram na Europa após a segunda grande Guerra Mundial.*

Todavia, o governo Lula havia sido tão virtuoso que a sua imagem continuava muito viva e todas as pesquisas o apontavam como favorito a corrida presidencial. Então era necessário tira-lo do processo político, era necessário prende-lo imediatamente. Para isso foi montado toda uma farsa processual e negado todos os seus direitos constitucionais dando início a implementação gradativa do “ESTADO DE EXCESSÃO”. **“Ao Lula foi negado um julgamento justo com base no Art. 5º da constituição federativa do Brasil, inciso LVII, que trata do devido processo legal, do transitado e julgado e da presunção de inocência”.**

Conforme revelações recentes do Site The Intercept, a Lava Jato se uniu ao TRF4, ao STF para garantir que Lula ficasse fora das eleições de 2018. A ação arbitrária de procuradores, da polícia federal e do judiciário causou muitas vitimas com destruição de vidas e reputações, além de destruir a economia fechando milhões de empregos na construção civil, na rede de petróleo e gás e em vários outros setores da economia. O estrago foi tão expressivo que o Jornal Estadão publicou no dia 01/10/2019 que a indústria mundial havia crescido 10% desde 2014 enquanto que o Brasil havia caído 15%. Nesse mesmo período o Valor econômico publica que o numero de

falências havia crescido 58% e que os PIB já havia caído 10% desde o golpe e os brasileiros estavam em média 30% mais pobres, embora alguns poucos tivessem ganhado muito dinheiro com a farsa do impeachment . A lava jato orgulha-se de ter devolvido aos cofres públicos dois bilhões desviados, mas as estimativas são de que os prejuízos causados ultrapassem a casa dos trilhões. Não podemos esquecer que Temer com uma canetada isentou as petroleiras internacionais do pagamento de impostos da ordem de um trilhão.

Os excessos da polícia federal, numa operação comandada pela delegada Erica Marena, levaram ao suicídio do Reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, o Cau, após ser retirado da sua casa cercado por mais de cem policiais federais armados com fuzis foi conduzido à penitenciária, algemado e acorrentado, e colocado numa cela reservada a presos de alta periculosidade, despido na frente dos mesmos e submetido a exames íntimos, tudo realizado com acompanhamento e parceria da mídia, que soube com antecedência dessa operação e se colocou em locais privilegiados para fazer seu show de pirotecnia que repercutiu por todo o país, tudo ilegal, nenhuma audiência, nenhuma intimação, baseado apenas em uma denúncia que se comprovou posteriormente não ter qualquer fundamento. Embora o suicídio do reitor tenha colocado um freio nessas ações arbitrárias, elas não cessaram e a delegada Érica Marena que também auxiliou a Lava Jato comandada por Moro foi escolhida pelo mesmo, atual Ministro da Justiça (ou injustiça) para chefiar o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da PF.

Nesse clima de “LAWFARE” Vimos ao vivo à audiência conduzida pelo Ex Juiz Sergio Moro, que posteriormente foi alçado ao cargo de Ministro de Bolsonaro, com o ex- presidente Lula, em que o mesmo questionou o presidente sobre as reformas e instalação de um elevador no tal Triplex do Guarujá. O ex-presidente Lula nega veementemente, mas o Juiz insiste que ele sabia. Pois bem, alguns dias depois o MTST invade o imóvel e escancara para todo país que o tal Triplex, que a mídia dias antes havia publicado fotos de uma mansão luxuosa, não passava de um apartamento simples sem elevador e muito menos com aparência que havia sido realizada alguma reforma recente no imóvel.

Conforme o Livro “**Comentários a uma sentença anunciada**”, escrito por um conjunto de juristas, Lula foi condenado **por fatos indeterminados**, uma excecência jurídica e afronta clara a nossa constituição expressa em seu art. 5º, inciso LVII da constituição Federal de 1988. Se não bastasse, o Juiz Sergio Moro interferiu de forma ilegal e arbitrária na decisão de um desembargador, Rodrigo Favreto, que gozava de sua autoridade máxima instituída legalmente pelo regimento do tribunal. Moro interrompeu as suas férias em Portugal e, por telefone, solicitou ao delegado plantonista que não cumprisse o alvará de soltura concedido ao paciente pelo plantonista do TRF4. É de conhecimento público que o Juiz Sergio Moro não possuía mais jurisdição sobre esse processo que já estava sob a responsabilidade de Juíza Carolina Lebbo. O delegado responsável passou a ligar para seus superiores e foi orientado a manter o paciente preso enquanto eles dariam um jeito de anular a decisão do Juiz de Plantão. A questão foi se arrastando até despacho do presidente do TRF4, João Pedro Gebran Neto, contando com a interferência também do Ministro da Segurança pública, Raul Jungman.

De acordo com os ritos jurídicos, a decisão do desembargador Rodrigo Favreto em conceder o HC ao paciente, só poderia ser revogada por um colegiado. Além disso, o HC concedido estava fundamentado num fato novo, da condição do Ex-presidente ser pré-candidato. Esse fato é mais um agravante após a Juíza Carolina Lebbo, responsável pelo seu processo, ter negado o direito do candidato de dar entrevistas ou gravar programas de rádio e televisão, o que fere a constituição no que diz respeito à igualdade de direitos em relação aos demais candidatos. Os advogados recorreram ao STF e embora Ricardo Lewandowsky tivesse dado parecer favorável ao paciente, o Juiz Luiz Fux, atendendo um pedido do “Partido Novo”, em 04 de abril de 2018 confirmou a decisão da Juíza e impediu que Lula proferisse qualquer entrevista ou manifestação pública. Somente em 18 de abril de 2019, um ano depois e após o processo eleitoral ocorrido em outubro,

Lula teve o seu direito de dar entrevista resgatado graças as revelações do Site “THE INTERCEPT” que desmascarou toda a farsa e conduziu a uma nova conjuntura muito mais favorável ao presidente Lula perante a opinião pública. É fato que o Juiz Sergio Moro descumpriu os códigos da Magistratura:

Art. 1º O exercício da magistratura exige conduta compatível com os preceitos deste Código e do Estatuto da Magistratura, norteando-se pelos princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro. Art. 2º Ao magistrado impõe-se primar pelo respeito à Constituição da República e às leis do País, buscando o fortalecimento das instituições e a plena realização dos valores democráticos. Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito. Art. 9º Ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação. Art. 10. A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplado em lei.

Moro comprometeu sua imparcialidade ao cometer reiteradas irregularidades jurídicas, ao pousar para fotos com autoridades claramente inimigas do paciente e dar entrevistas para a mídia empresarial/ familiar, que comprovadamente foi uma peça fundamental para o convencimento público da destituição de uma presidenta honrada e honesta e também por uma campanha caluniosa e periódica contra o paciente e seu partido. Existe uma máxima referente aos magistrados que é a seguinte: Juiz fala nos autos e não na imprensa.

O Brasil teve um Juiz POP STAR que adora holofotes que se aliou a procuradores gananciosos e fundamentalistas que transformaram a Lava Jato num grande negócio que em parceria com o departamento de justiça americano conspirava para abocanhar dois bilhões e meio da Petrobras que foi impedido de se tornar realidade pelo Juiz do STF Gilmar Mendes. O que esta por trás da Lava Jato? Que forças poderosas estão interferindo no estado e na justiça? Essas dúvidas foram esclarecidas através das revelações do Site The Intercept. O celebre escritor Eduardo Galeano proferiu a seguinte frase: “A justiça é como uma serpente, só morde pés descalços”.

Faz parte do consciente coletivo do povo brasileiro que a justiça é lenta e morosa. Todavia, no caso do Ex-presidente Lula, ocorre justamente o oposto, tanto o Moro, STF4 como STF agem de maneira excepcionalmente rápida, chega-se ao cúmulo de inverter pautas, descumprir regimentos, trabalhar sábados e domingos e inclusive, atuar interrompendo as férias sagradas a todo trabalhador, mas nesse caso eles não se importaram, ao contrário, faziam questão de interromper para não correr o risco do juiz substituto conceder algo que pudesse beneficiar o paciente.

Durante esse período de atuação da Lava jato vimos todo tipo de arbítrios, tanto na atuação da polícia federal quanto na atuação do ministério público e dos tribunais. A delação premiada virou um balcão de negócios e a delação de Leo Pinheiro foi a que causou maior indignação pública e no meio jurídico. O réu Léo Pinheiro, para dizer que Lula sabia cuja pena inicial era dez anos e oito meses, teve a pena reduzida pelo TRF4 há Três anos e seis meses em regime semiaberto.

É bom lembrar que A Lava Jato começou em 2009, com a investigação de crimes de lavagem de recursos relacionados ao Ex-deputado Federal José Janene, em Londrina, no Paraná. Além do ex-deputado, estavam envolvidos nos crimes os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib

Chater. Antigos conhecidos do escândalo do Banestado onde se apurou desvios de mais de 120 bilhões de dólares entre 1996 a 2002, mesmo Juiz, mesmo doleiro, nenhum preso, tudo prescrito.

Quando se torna Juiz Federal, Moro assume casos como o escândalo do Banestado, a Operação Farol da Colina e auxilia a Ministra Rosa Weber durante o julgamento do Mensalão. Mas o auge de Sergio Moro ocorre ao divulgar em tempo recorde conversa entre a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, num momento crucial para a salvação do governo que apostava nas habilidades de dialogo do ex-presidente com o congresso nacional. TUDO ISSO E NADA ACONTECIA PARA QUE A JUSTIÇA RESTABELECESSE O ESTADO DEMOCRATICO DE DIREITO.

Todos esses fatos ocorrem com a conivência das autoridades superiores e nos levam a fortes convicções de que no Brasil houve a aplicação de Lawfare com o poder judiciário interferindo no curso normal da política e impedindo que o povo soberanamente pudesse decidir qual o destino queria para o Brasil. A oposição pactuou com parte do judiciário para manter Lula preso, mesmo sem qualquer prova material que justifique tal decisão. Por outro lado, Os golpistas não esperavam uma reação tão forte da sociedade, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos intelectuais, dos estudantes, dos trabalhadores, das mulheres e do povo em geral contra a retirada de direitos, entrega das nossas riquezas, perda da nossa soberania e ataques permanentes a constituição cidadã e a retirada de políticas que sustentam o Estado de Bem Estar Social. Hoje temos certeza que LULA é um preso político que extrapola as fronteiras do Brasil, tanto pela grandeza quanto pela responsabilidade, tanto pelo bem que ele representa para o povo quanto pelo mal e risco que ele representa para a elite.

3.O legado e o reconhecimento das realizações do governo popular. Entre 2003 e maio de 2014, a PF realizou 2.226 operações, em comparação com 48 realizadas durante os oito anos de governo FHC. A grande maioria sem qualquer show de pirotecnia e muito menos com arbitrariedades jurídicas ou policiais. Além disso, o governo Lula/Dilma deixou um grande legado de ações contra a corrupção. Desde o primeiro Mandato, leis importantes no campo da transparência publica e combate a corrupção com orientação direta da CGU foram aprovadas no Governo Dilma, tais como: Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011) , Lei de conflito de interesses (Lei nº12.813, de 16 de maio de 2013), Lei anticorrupção (Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013), que pune com mais rigor as organizações criminosas e lavagem de dinheiro. Além do fortalecimento da Controladoria Geral da União, da Policia Federal, Autonomia do Ministério Publico e criação do Portal da Transparência.

Como exemplos importantes de políticas públicas, pode-se citar a promoção de reajustes do salário mínimo acima da inflação que beneficiava os trabalhadores, mas também milhões de aposentados, já que mais de 70% dos aposentados do INSS recebem até um salário mínimo. Nesse período a massa salarial teve um reajuste real de 70%, descontando a inflação do período. A Criação de cerca de 22 milhões de empregos, sendo cerca de 250 mil só no serviço publico e redução significativa do desemprego a taxas baixíssimas alcançando a marca histórica em dezembro de 2014, a menor da nossa história, 4,3%.

Investimentos em educação, criação de 18 universidades e 464 campi ampliando investimentos da ordem de 17 bilhões para 110 bilhões em 2013. Foram também construídas 6.427 creches. Em saúde, passando de 28 para 106 Bilhões, criação do Samu, Farmácias populares, programa saúde da mulher, etc. Implantação de políticas de cotas, valorização das mulheres, quilombolas, índios, LGBTs, etc,. Distribuição e construção de milhões de cisternas e transposição do Rio São Francisco levando esperança para milhões de nordestinos esquecidos e massacrados historicamente pela fome e miséria. Programa Luz para todos que possibilitou a inclusão digital de milhões de brasileiros. Além de quatro milhões de casas populares cujo contrato reserva todos os direitos as mulheres.

Entretanto, o que mais incomodou a classe média foi a ascensão provocada através do aumento expressivo de jovens universitários passando de 2,7 milhões para mais de 8 milhões em 2013. Esse crescimento da oferta de vagas no ensino superior, somado as políticas de cotas provocou um sentimento de repulsa da classe média ao governo e as esquerdas que via nesse processo uma ameaça aos seus descendentes na ocupação dos bons empregos ofertados pelo estado e pela iniciativa privada.

Com a união da oposição derrotada, Cunha e Aécio, os preconceituosos, os interesses do capital nacional (FIESP) e internacional(EUA), o congresso, o judiciário e os meios de comunicação distorcendo e manipulando as informações, a presidenta Dilma foi isolada e covardemente derrubada do governo, cargo que havia conquistado nas urnas através do voto de mais de 54 milhões de Brasileiras e brasileiros.

4. **Considerações finais.** Nosso coletivo desde o princípio pautou pelo reconhecimento da importância do governo Lula/Dilma para a construção da nossa soberania e correção das injustiças históricas contra o povo brasileiro. Tínhamos certeza da inocência de Lula e da necessidade de concessões diante de um regime presidencialista de coalisão cujo congresso exerce um papel fundamental para governabilidade, estabilidade política, promoção de políticas públicas que possibilitem a ascensão social das camadas sociais historicamente condenadas à perpetuação da herança de subserviência e miséria econômica e intelectual.

Temos convicção que a liberdade se dá através da educação e nesse contexto os governos Lula/Dilma deixaram um legado considerável capaz de provocar na elite e na extrema direita uma preocupação permanente ao ponto de dirigir seus principais ganhões para esse setor e seus profissionais.

Por outro lado, também reconhecêsemos que o PT e seus governos deixaram de realizar reformas fundamentais tais como: Reforma dos meios de comunicação; reforma política, reforma tributária, reforma do judiciário, etc. Que não só comprometeram seus governos, como interromperam e levaram o país a uma condição obscurantista conduzida por um movimento anti científico, anti cultural, anti humano e anti civilizatório.

Esse movimento se utilizou de práticas poucos republicanas para eleger um governo cujo presidente indica aos seus seguidores o livro de um torturador e assassino condenado pelos crimes da ditadura e que tem feito um governo tão ideológico contra as esquerdas, a moral e os costumes capaz de isolar o país do resto do mundo.

Bolsonaro, no dia 03/10, admitiu que não estava diminuindo o espaço democrático do país, somente o espaço democrático da esquerda. O Brasil que era chamado para cooperar em todos os conflitos e problemas do mundo, hoje é relegado a governos como de Israel e EUA.

Todavia, parece que os ventos estão mudando. A queda de Silvio na Itália, Boris Johnson na Inglaterra, o impeachment de Trump nos EUA, a provável derrota de Macri na Argentina, a ingovernabilidade de Mário Abbo Benitez no Paraguai e a queda nas pesquisas de Bolsonaro para 12%, somados os pronunciamentos de Gilmar Mendes no STF no dia 02/10/2019 (<https://www.youtube.com/watch?v=clwvmbSk3Bc>) nos dá um alento de que em tempos de Internet, Rackers e The Intercept o pêndulo da história inverte-se num tempo histórico quase instantâneo.

A consciência e as mobilizações por “LULA LIVRE” crescem. Cresce o entendimento político de que manter Lula encarcerado é uma afronta direta ao “Estado Democrático de Direito” e, caso não seja revertido, não haverá segurança jurídica para nenhum cidadão. Defendemos a sua liberdade porque amamos a liberdade e sempre lutamos por justiça e pelo cumprimento da constituição. Se Lula que sofreu desde a sua infância não for à esperança do povo sofrido desse país, quem o será? Quem não sofreu, não conhece a dor do outro. A dor é um sentimento que não se mede por palavras e muito menos por comparação, a dor é específica e característica de quem a vivencia. “LULA LIVRE”, Lula inocente a mesmo que a justiça consiga alguma prova material que

justifique sua prisão de acordo com as leis de nosso país. Um graveto quebra-se facilmente, mas um feixe é muito mais resistente e difícil de ser quebrado. Diante da atual conjuntura é fundamental a unidade da classe trabalhadora do campo e da cidade e todas as demais forças democráticas e a superação de divergências em prol de um projeto maior, ou seja, da retomada da normalidade democrática e do estado democrático de direito.

1. Souza, Jessé. A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato/ Jessé de Souza – Rio de Janeiro: Leya, 2017. Ed. Casa da Palavra.
2. Golpe 16. Org. Renato Rovai; prefácio: Lula Inácio Lula da Silva: entrevista de Dilma Rousseff-1.ed-São Paulo: Publisher Brasil, 2016.
3. <http://www.hildeangel.com.br/comparando-o-brasil-de-2002-a-2013-segundo-a-oms-a-onu-o-banco-mundial-o-ibge-o-unicef-etc/>
4. <https://www.brasil247.com>
5. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/author/diario-do-centro-do-mundo/>
6. <https://blogdacidadania.com.br/>
7. <https://jornalggn.com.br/luisnassif/>
8. <https://gduvivier.tumblr.com/>
9. https://www.youtube.com/channel/UC2bZqihqibFD_vhaYEXQZFg
10. <https://www.youtube.com/user/pgjr23>
11. Documentário disponível na Netflix – Privacidade Hackeada.
12. Documentário disponível na Netflix – Democracia em vertigem.
13. Série disponível na Netflix- The Family

Assinam a tese:

1. ALUÍSIO GOMES COELHO (CMR-PE).
2. CAMILA TENÓRIO CUNHA (IFB).
3. DIEGO RODOLFO SIMÕES DE LIMA (VIDEIRA IFC).
4. INÊZ APARECIDA DELIBERAES MONTECCHI (CÁCERES IFMT).
5. ISAÍAS DOS SANTOS (LITORAL IFC).
6. GEORGES SOUTO ROCHA (IFBA).
7. MATHEUS SANTANA (IFBA).
8. ELENIRA VILELA (IFSC).
9. MARLENE SANTOS SOCORRO (IFBA)
10. ROSA MARIA MOTA COSTA (IFBA)
11. ELIEL REGIS DE LIMA (IFMT-CAMPUS CÁCERES)
12. SILVIA ELAINE (IFBA)
13. CAMILA FÉLIX (IFBA)
14. TERESA BAHIA (IFBA)
15. HUMBERTO TEIXEIRA (IFBA)
16. ERISWAGNER SOARES (IFBA)
17. CAMILA SOUZA (IFBA)
18. DÁLVARO BARBOSA (IFBA)
19. HELLEN RODRIGUES (IFBA)
20. EDILZA OLIVEIRA (IFBA)
21. ELIS LOPES (IFBA)
22. FRANCINI GRZECA (IFC VIDEIRA-SC)

CONJUNTURA

1. Tese sobre a situação Internacional:

O mundo vive ainda os efeitos da última crise de superprodução capitalista, que teve seu estopim em 2008, nos EUA, e se espalhou pelas bolsas de valores e mercados de câmbio ao redor do mundo. O método paliativo assumido pelos países de que os seus Estados nacionais assumissem as dívidas dos bancos e injetassem dinheiro diretamente na economia, a partir do uso das reservas cambiais e diminuição dos juros, apenas empurrou o problema mais para frente. Não havendo uma reação positiva da economia em longo prazo, as medidas paliativas se esgotaram, e o capital financeiro, por meio de suas entidades internacionais (FMI, Banco Mundial, agências de risco), tem adotado diretrizes para que os governos de cada país realizem medidas de ajuste fiscal e cortes de direitos históricos. São exemplos dessas medidas as investidas contra a previdência (Brasil, Nicarágua, Rússia, Argentina, etc.), assim como reformas trabalhistas, a exemplo do Brasil e da França.

Tais diretrizes, que também incluem cortes de gastos nos serviços públicos e privatizações de ramos estratégicos da economia, tem como objetivo preservar a taxa de lucro das multinacionais e o parasitismo do capital financeiro mediante o pagamento das dívidas públicas. Para tal objetivo, o capital financeiro, com auxílio do imperialismo norte-americano, tem fomentado a ascensão de governos abertamente pró-imperialistas e privatizantes na América Latina.

Na Argentina, o governo Macri, servil do FMI, tem adotado uma violenta política de ajuste fiscal para pagar a dívida externa, mas que nem de longe alcançou a retomada da economia, o que tem potenciado a crise política nesse país. Nas prévias da eleição presidencial, o candidato apoiado pelo Kirchnerismo teve enorme vantagem sobre Mauricio Macri, colocando no cenário político a possibilidade do retorno do nacional-reformismo kirchnerista ao poder. A reação do mercado financeiro foi de uma forte queda na Bolsa de Valores argentina, e de alta do dólar, o que mostra a preferência do capital financeiro por um governo que aplique de forma mais violenta as diretrizes do FMI.

Na Venezuela, acompanhamos no início do ano uma investida da fração direitista burguesa, capitaneada por Juan Guaidó, numa tentativa de tomada do poder por meio de um golpe militar. Cada vez mais isolado das massas, Juan Guaidó busca se sustentar a partir de sua atuação como fantoche de Trump, ou seja, do imperialismo norte-americano. A descarada e hipócrita campanha humanitária dos EUA e seus aliados, que buscava, por meio de ajuda humanitária, criar canais de inserção dentro do território venezuelano, também se mostrou fracassada. O fundamental da crise política venezuelana é que tem expressado a diretriz imperialista de substituir os governos de conciliação de classes nacional-reformistas por governos abertamente pró-imperialistas e privatizantes.

Na Bolívia, o governo nacional-reformista de Evo Morales tem o diferencial de se deslocar fortemente para posições pró-imperialistas e de proteção aos interesses dos latifundiários e das multinacionais. Sua atitude reacionária diante dos movimentos, como a investida contra territórios indígenas, a divisão e controle governamental dos sindicatos, e a repressão aos movimentos estudantil e do funcionalismo público, tem satisfeito em boa medida os interesses do imperialismo naquele país. É sintomática e vergonhosa a presença de Evo Morales na cerimônia de posse do reacionário Bolsonaro, quando vários outros países não estiveram presentes.

No Brasil, vimos o governo burguês nacional-reformista do PT ser removido pelo Congresso Nacional por meio do Impeachment (golpe de Estado, de caráter institucional), dando origem à ditadura civil de Temer. Em seguida, vimos o principal candidato reformista ser arbitrariamente

preso, condenado sem provas, o que resultou em sua não participação na eleição de 2018, favorecendo as candidaturas da direita burguesa. Por fim, presenciamos também a eleição do ultrareacionário Jair Bolsonaro (PSL), com o aval das principais organizações empresariais e do mercado financeiro internacional. Estiveram por trás de todo esse processo as pressões econômicas do capital financeiro e o deslocamento da burguesia nacional para a direita. O governo ultraliberal de Bolsonaro entrega abertamente a economia nacional para as mãos das multinacionais por meio de privatizações, entrega a Base de Alcântara aos Estados Unidos, franqueia a Amazônia aos saqueadores, desmonta as demarcações de terras indígenas, favorece os grileiros, arma os latifundiários, ataca a educação pública, impõe novas mudanças na lei trabalhista, fortalece o poder dos militares e prepara a divisão nos sindicatos.

No Brasil, temos ainda o agravante de Bolsonaro agir como um fantoche de Trump, servindo ao imperialismo norte-americano a nível internacional. Com isso, o governo Bolsonaro ameaça enfileirar completamente o país por trás da guerra comercial e do belicismo impulsionados pelo governo Trump, assim como auxiliar os Estados Unidos em seus interesses intervencionistas para a América Latina.

A ofensiva do capital financeiro e do imperialismo não será derrotada por meio do retorno do nacional-reformismo ao poder, uma vez que esses governos (PT, kirchnerismo, masismo, chavismo, etc.) se adaptaram às necessidades do imperialismo de saque à economia das semicolônias. É preciso organizar a luta anti-imperialista e anticapitalista, partindo das lutas em defesa dos direitos e serviços públicos que estão sendo atacados. No nosso país, precisamos nos colocar contra qualquer alinhamento do governo Bolsonaro com o imperialismo norte-americano, e defender, intransigentemente, a autodeterminação das nações diante do intervencionismo direto e indireto das potências imperialistas. Lutar pelo fim do cerco econômico a Cuba e Venezuela. E pelo não pagamento da dívida pública, lutando contra o parasitismo financeiro que arruína as economias nacionais.

A investida do capital financeiro sobre as conquistas históricas dos explorados têm avançado, mas as massas insatisfeitas têm expressado a sua revolta como podem, apesar das suas direções sindicais não estarem à altura das necessidades da luta. São exemplos as greves gerais na Argentina contra as medidas de ajuste fiscal do Macri, a derrota da Reforma da Previdência na Nicarágua, a greve dos metalúrgicos no México por aumento salarial, a luta dos povos indígenas da Bolívia em defesa dos seus territórios, assim como as greves gerais no Brasil em 2017 e 2019 contra a reforma da previdência, e as ocupações de escolas e universidades contra a PEC do Teto. A luta em defesa dos nossos direitos históricos deverá ser parte da luta internacional das massas exploradas contra a ofensiva do capital às condições de vida, daí a importância da solidariedade internacional entre os oprimidos e de uma frente única anti-imperialista e anticapitalista.

2. Tese sobre a situação nacional:

A conjuntura nacional tem sido marcada pela ascensão ao poder de um governo ultraliberal, militarista e obscurantista de Bolsonaro, de tendências bonapartistas (ditatoriais) e traços fascistas, que tem realizados ataques a ritmo acelerado aos direitos sociais e entregado a economia nacional de bandeja ao imperialismo.

A onda de privatizações de estatais de ramos estratégicos da economia tem sido continuação da política da ditadura civil de Temer. A maior parte será apropriada pelo capital estrangeiro monopolista, que ampliará ainda mais seus tentáculos sobre a economia nacional, acabando com o pouco que ainda resta de soberania. É sintomática a entrega da Base de Alcântara aos EUA, que servirá como uma base estratégica para política intervencionista de Trump na América Latina.

A crise em torno da destruição da Amazônia trouxe à tona a política do governo Bolsonaro de favorecimento, encorajamento e permissão de armamento dos latifundiários e agronegócio, em

detrimento das demarcações indígenas e da preservação da Amazônia. Entregar a Amazônia aos latifundiários e agronegócio significa permitir o esgotamento dos recursos naturais em favor dos interesses privados de expansão dos pastos e da fronteira agrícola para plantação de soja para exportação. O método de plantio extensivo, com pouco uso de tecnologia, possui baixo custo, porém alto índice de devastação ambiental. A luta pela preservação dos recursos naturais está ligada a luta contra o latifúndio, em apoio a luta dos camponeses pelo direito à terra e em defesa das demarcações indígenas, do direito destes à sua autodeterminação, o que levará ao choque contra a política do governo Bolsonaro.

O governo Bolsonaro tem aprofundado os ataques aos direitos históricos dos explorados. A proposta de Reforma da Previdência é um duro ataque à renda familiar, por meio da redução do valor dos benefícios de aposentadoria e pensão, assim como a imposição do aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, que poderá inviabilizar a concessão dos benefícios para uma parte significativa dos explorados. A MP do “Pente Fino” no INSS retirou a competência dos sindicatos rurais para declarar que trabalhador rural tem direito à aposentadoria, o que dificultará para muitos trabalhadores comprovar seu tempo de serviço. A MP da Liberdade Econômica, complemento da Reforma Trabalhista, enfraqueceu a fiscalização trabalhista e acabou com a obrigatoriedade do controle da jornada de trabalho, instituindo o chamado “ponto por exceção”, ou seja, a empresa só será obrigada a registrar o tempo trabalhado apenas nos dias em que ultrapassar o tempo normal da jornada, o que abre brecha para arbitrariedades dos patrões sobre os trabalhadores.

O governo tenta justificar os ataques contra os direitos históricos dos trabalhadores sob o argumento de que gerará mais empregos. Na prática, retirará obstáculos para que os capitalistas possam explorar ainda mais os trabalhadores, sob o lema de “menos direitos, mais empregos”. Na verdade, os ataques às condições de vida reduzirão o poder de compra dos assalariados, ampliando as tendências recessivas e, conseqüentemente, o desemprego.

O governo Bolsonaro declarou guerra à educação pública, em particular às universidades e institutos federais. Desde o primeiro semestre, têm anunciado cortes que já somam mais de 7 bilhões de reais, o que ameaça a existência das já precárias escolas, assim como o funcionamento das IFES. Já estão ocorrendo demissões em massa de terceirizados, paralisação de obras, cortes de bolsas, materiais e mesmo de água mineral. Com complemento ao corte de gastos, o governo anunciou o Projeto Future-se, que nada mais é do que isentar o Estado de financiar a educação pública superior, e deixar as universidades à mercê do financiamento privado, que na maioria das regiões sequer existe.

Para implementar sua política de desmonte das universidades públicas, o governo Bolsonaro tem imposto a nomeação de interventores para governar as IFES, o que tem provocado a revolta da comunidade universitária, e em especial dos estudantes. É o caso do CEFET/RJ, que se mobilizou para impedir que o interventor sentasse na cadeira de diretor-geral, e também na UFC, onde os estudantes realizaram o ato massivo e chegaram a fechar o campus para impedir tamanha arbitrariedade, mostrando como se deve combater a política autoritária do governo.

Somando a isso, está em discussão no Planalto uma Reforma Administrativa no executivo federal, que incluiria a redução do salário inicial da carreira, a ampliação dos números de níveis da carreira, dificultando que o servidor chegue ao salário final da carreira, a extinção e fusão de carreiras e, por fim, a realização de concursos públicos para regime CLT e temporários, um total absurdo. Isso significaria, na prática, a destruição da carreira dos TAEs, além de serem substituídos por celetistas e temporários.

Diante de tantos ataques, assim como declarações prepotentes que evidenciam seu caráter obscurantista e seus traços fascistas, Bolsonaro tem perdido popularidade. Amplos setores que votaram em Bolsonaro começam a se desiludir diante da política ultrarreacionária do governo, e isso é um elemento favorável para a luta. As massas já deram várias demonstrações de disposição de luta, como nos massivos atos do 15 e 30 de maio, assim como na greve geral de 14 de junho. O

obstáculo está nas direções sindicais, em especial as centrais sindicais, que não estão à altura das necessidades das massas insatisfeitas de lutarem contra o governo, e desviam o movimento para as vias institucionais, eleitorais e parlamentares. O método da pressão parlamentar, ou seja, a ideia de que se deve correr atrás dos deputados para convencê-los a votar contra as reformas, ao mesmo tempo em que pisa no freio da greve geral e abandona a luta nas ruas, tem se mostrado o principal fator de derrotas do movimento.

É preciso aproveitar a queda de popularidade de Bolsonaro para potencializar a luta nas ruas para derrotar o programa antinacional e antipopular do governo. Nesse sentido, é preciso retomar os métodos da greve geral. Os massivos atos do dia 13 de agosto demonstraram, mais uma vez, a insatisfação das massas. O que falta é transformar esse fator quantitativo em organização. É preciso que o movimento não se restrinja a um ou outro dia de manifestação, mas que seja permanente. Para isso, é preciso organizar a luta desde os locais de trabalho, estudo e moradia, combinando as reivindicações gerais contra a política do governo, com as reivindicações específicas e mais sentidas, que inclui a defesa dos empregos diante das demissões, das condições de moradia, estudo, reposição de perdas e aumento salariais, defesa das conquistas da carreira, etc. É necessário impulsionar a unidade dos setores em luta a partir de pautas de reivindicações unitárias, e da constituição dos comitês de luta nos locais de trabalho, estudo e moradia. Tendo claro que o meio para conquistar as reivindicações é o método da ação direta.

Proposta de Resolução sobre a luta contra os Cortes na Educação e a Reforma da Previdência:

1. O primeiro semestre de 2019 foi marcado por uma onda de insatisfação nas massas em virtude dos ataques de Bolsonaro à educação e a ofensiva contra a Previdência Social. A possibilidade de interrupção das atividades das IFES em virtudes dos cortes no orçamento, o corte de bolsas de pesquisa. Cortes que causaram danos diretos, como: o corte de energia da UFMT, racionamento no uso do ar condicionado na UFPE; manutenção dos campi de IFs, com corte da verba direcionada à limpeza, segurança, limpeza, energia elétrica, inviabiliza desde atividades administrativas às de ensino, pesquisa e extensão. Isso colocou os estudantes e os trabalhadores da educação em pé de guerra contra o governo. Além disso, a violenta ofensiva contra os direitos previdenciários que alcançava desde os camponeses até os operários fabris, dos jovens desempregados aos idosos em condição de miséria, criava condições concretas para a generalização da luta contra as medidas do governo.
2. Por mais de uma vez, as massas demonstraram disposição de luta, como vimos nos massivos atos dos dias 15 e 30 de maio, e na greve geral de 14 de junho. Surgiram comitês unificados de luta com o objetivo de organizar as massas contra a ofensiva do governo. Estava colocada a paralisação da produção pelos métodos da greve geral.
3. O obstáculo para o movimento esteve em que as direções sindicais, em particular as das grandes centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, etc.), não estavam à altura das tarefas do momento, e inclusive trabalhavam para travar as tendências de luta. A via de tentar convencer os deputados a votar contra a PEC da Previdência, por meio de abaixo-assinado e visitas nos gabinetes, ao mesmo tempo em que abandonava a greve geral, foi o fator determinante para frustrar a disposição de luta das bases.
4. A greve geral de 14 de junho teve um caráter parcial. Não foi tão grande quanto a greve geral de 2017. Isso se deveu ao boicote das centrais sindicais que, momentos antes, pisaram no freio da greve geral. Sindicatos importantes, como o dos rodoviários e metroviários de SP cancelaram a paralisação diante das ameaças de multa. Não houve um esforço de organizar as massas em torno de piquetes massivos e combativos para interrupção das principais avenidas. A classe operária não foi chamada a paralisar as fábricas e ir para as ruas.

5. Não bastando o freio à greve geral do dia 14, as centrais cuidaram de jogar um balde de água fria no movimento. Ao invés de chamarem uma nova greve geral, mais forte, mais radicalizada e mais longa, se possível por tempo indeterminado, a substituíram pelas visitas às galerias da Câmara e aos aeroportos, além de uma campanha de abaixo-assinado que pedia para que os deputados votassem contra a PEC, como se isso fosse acontecer pela simples entrega de uma lista de assinaturas, por maior que ela fosse.
6. Fez falta a constituição de uma frente única de luta enraizada nas bases. A frente burocrática entre as Centrais, que concentrava as decisões numa cúpula de dirigentes distanciados das bases, não foi capaz de dar expressão organizativa às tendências de luta que ascendiam nas massas. Pelo contrário, a cúpula das centrais, submetida à pressão da institucionalidade burguesa, submeteu o movimento às negociações parlamentares em torno de emendas à PEC, ao invés de lutar nas ruas para derrubá-la integralmente.
7. A aprovação da Reforma da Previdência na Câmara, em 10 de julho, num clima de passividade total, não é culpa das bases, mas sim de suas direções. Sofremos agora um refluxo momentâneo decorrente da política traidora das centrais sindicais. Porém, a disposição de luta das massas não está esgotada. Diante dos novos ataques às IFES, como o caso do projeto Future-se e a nomeação de interventores, as massas, principalmente os estudantes e trabalhadores em educação, deram mais uma demonstração de disposição de luta, nos massivos atos do dia 13 de agosto. Está colocada uma nova etapa de luta.
8. A luta da educação poderá servir como ponto de apoio para restabelecer a luta geral contra a ofensiva do governo Bolsonaro, e retomar o caminho para a construção da greve geral por tempo indeterminado. Para isso, é preciso rechaçar qualquer método que venha a subordinar o movimento às negociações parlamentares. O método deve ser o da ação direta, da luta nas ruas, e da mobilização permanente das bases nos locais de trabalho, estudo e moradia.
9. Por fim, é preciso combinar as pautas gerais contra os cortes na educação, contra o Future-se, contra a nomeação dos interventores, etc., com as reivindicações específicas e imediatas, como a reposição das perdas salariais, aumento salarial, contra a demissão dos terceirizados, etc. É nesse processo de mobilização permanente que serão forjadas novas direções, revolucionárias, que estejam à altura das necessidades do movimento de fazer frente diante dos ataques a ritmo acelerado do governo Bolsonaro.

Proposta de Resolução sobre o Projeto Future-se:

1. O Projeto Future-se vem como um complemento dos cortes de gastos na educação, que já somam mais de 7 bilhões de reais. Somente no IFPE representou o corte de 39,86% do orçamento deste ano. Só nas universidades, os cortes são de 3,2 bilhões. Sob o falacioso argumento de fortalecer a “autonomia financeira” das IFES, é na verdade uma tentativa do governo Bolsonaro de isentar o Estado de financiar a universidade pública, e deixar as universidades à mercê do financiamento privado.
2. Nas condições de desenvolvimento capitalista desigual entre as regiões, onde a maioria dos estados do país, principalmente na região norte e nordeste, permanece no mais profundo atraso econômico, não há capital privado suficiente para financiar a universidade pública. Toda a expansão das universidades públicas, nos últimos anos, ocorreu a partir do fomento estatal. Sendo assim, o corte do financiamento público e a falsa alternativa do financiamento privado significarão o encolhimento das IFES ou mesmo o desaparecimento de algumas universidades, um verdadeiro desmonte do ensino superior público. As áreas de humanas serão as primeiras a serem duramente afetadas. Além disso, o corte do financiamento público resultará em mais demissões de terceirizados, cortes de bolsas, enxugamento de grades curriculares, diminuição das vagas para ingresso dos estudantes, assim com redução

do número de servidores (com a não abertura de novos concursos, como já anunciado pelo governo).

3. O financiamento privado coloca outro problema. Nas poucas áreas que ainda receberão investimentos, não serão os estudantes, professores e técnicos que decidirão sobre o que pesquisar. Quem irá decidir o que vai ser pesquisado, desenvolvido ou mesmo ensinado serão as empresas privadas e o mercado financeiro, os proprietários do capital investido. Trata-se de um verdadeiro ataque a já limitada liberdade de cátedra e de pesquisa. Além disso, o conhecimento e as tecnologias geradas se tornarão patentes e segredos comerciais de empresas. O conhecimento científico é parte dos meios de produção, para que se desenvolva é preciso que sejam socializados, o que não é possível no capitalismo, regime de apropriação privada. Assim, o Future-se visa aprofundar a privatização da ciência.
4. O Future-se potencializará a competição entre alunos, professores e mesmo entre departamentos. Segundo as palavras do próprio secretário de ensino superior “O professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”. Com o Future-se, o professor poderá se tornar um empreendedor, e comercializar os frutos de sua pesquisa. Para criar sua própria empresa, o projeto permitirá que o professor possa gozar de uma licença para interesse particular. No fim das contas, os professores serão encorajados a produzir conhecimento não em função dos interesses gerais da comunidade universitária, mas sim nos seus interesses particulares de futuro empreendedor. O Future-se acabará fortalecendo uma já existente casta minoritária privatista de professores no interior da universidade. Além disso, o Future-se institui as “Sociedades de Propósito Específico”, que serão associações entre departamentos, que competirão por verbas no interior da universidade.
5. O Projeto chega a instituir o Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador, como forma de inserir a diretriz ideológica do empreendedorismo como falsa solução para o problema do desemprego, como se cada estudante agora fosse o responsável pelo seu futuro, como empreendedores. A realidade é que a maioria das pequenas empresas entra em falência e a maioria dos estudantes permanecerá no desemprego.
6. O Future-se instituirá a Organização Social, entidade privada “sem fins lucrativos”, que ficará encarregada de definir as diretrizes do ensino, pesquisa e extensão, assim como da política de pessoal e da gestão patrimonial da universidade. Poderá receber verba pública, apesar de ser entidade privada, e inclusive se apropriará de bens patrimoniais da própria universidade. Contratará empregados em regime de CLT, sem concurso público. Criará um regime diferenciado de trabalho, que concorrerá com os Regimes Jurídicos Únicos dos servidores (RJUs) dos servidores públicos. À semelhança do que ocorre nos HUs com a EBSEH, a existência de dois regimes de trabalho e duas gestões em um mesmo lugar favorece a divisão entre os trabalhares e os assédios, inclusive diferença salarial para mesmo cargo. A OS é um ataque direto às condições de trabalho e à carreira aos servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais. Além disso, será criado um Comitê Gestor do programa, que disciplinará os gastos com pessoal, exercerá controle sobre a condução do programa e realizará avaliação de desempenho institucional, assim como poderá interferir na gestão das IFES. O Comitê Gestor poderá ser um canal direto para a intromissão do capital financeiro e do governo Bolsonaro sobre as universidades.
7. Em boa parte, as reitorias já implementam as diretrizes gerais do Future-se no que diz respeito ao eixo do “empreendedorismo”. Não é à toa que alguns dirigentes chegam a dizer que há coisas boas no projeto. As reitorias já realizam em grande parte as parcerias público-privadas que o Future-se quer tornar uma regra geral. Exemplos de mecanismos privatistas no interior das universidades são as

- a. Incubadoras de empresas: mediante um processo seletivo, são gestadas empresas no interior da universidade a partir de ideias de produtos e serviços a serem posteriormente consolidados no mercado;
 - b. Empresas Juniores: estudantes prestam serviços para empresas, a um custo baixo, uma vez que não recebem remuneração, e o valor arrecadado é revertido para sua formação profissional. Apenas alguns estudantes do curso fazem parte, e a prática se limita geralmente a realização de consultorias em problemas imediatistas do mercado de trabalho, e é uma forma de isentar a universidade de financiar a formação integral de todos dos estudantes.
 - c. Parques tecnológicos: corresponde a um território ao redor da universidade, onde empresas que se instalarem poderão receber isenções fiscais da prefeitura, e poderão usufruir gratuitamente dos espaços e laboratórios da universidade, assim como da mão-de-obra especializada de professores com dedicação exclusiva, e mão-de-obra barata de estudantes bolsistas que recebem uma miséria por mês, com o fim de desenvolver tecnologias e produtos que serão propriedade privada das empresas instaladas.
8. As reitorias não serão capazes de levar às últimas consequências a luta contra o projeto Future-se. O maior receio dos dirigentes universitários é que a OS venha a substituir as fundações de apoio na realização das parcerias público-privadas e na contratação direta de empregados celetistas. As reitorias não se opõem ao Future-se em sua essência privatista, mas apenas na intensidade e na forma como essa privatização ocorrerá nas universidades. A ANDIFES não está disposta a derrubar o Future-se, mas a negociar pontos específicos no parlamento. Seu método é o de tentar convencer os parlamentares a votarem algumas modificações no projeto original. Quando as reitorias chamam assembleias universitárias, são de caráter consultivo, ou seja, suas decisões são submetidas aos conselhos superiores. A luta consequente contra o Future-se e a constituição de assembleias universitárias deliberativas, democráticas e verdadeiramente soberanas só poderão ocorrer a partir da iniciativa política dos estudantes e trabalhadores. A derrubada do Future-se não se dará correndo atrás de deputados e senadores, mas por meio da luta nas ruas.

Diante disso, o 33º CONSINASEFE resolve:

- Rejeitar integralmente o Projeto Future-se, e lutar pela sua derrubada;
- Pela constituição de assembleias universitárias verdadeiramente soberanas, deliberativas e com voto universal, para rejeitar o “Future-se” e organizar a luta;
- Não sujeitar o movimento aos métodos de tentar convencer os parlamentares; organizar a luta desde os locais de trabalho e nas ruas pela derrubada integral do Projeto.

PLANO DE LUTAS

1. O governo Bolsonaro teve êxito em aprovar a reforma da Previdência. Mas, despertou uma aversão generalizada dos explorados. Certamente, ainda conta com apoio de uma camada da classe média. A crise econômica e social se encarregará de ampliar ainda mais o descontentamento da classe operária e dos demais oprimidos. As traições e derrotas sofridas pelo movimento das massas não sufocaram as tendências instintivas de luta do proletariado. A bandeira “Fora Bolsonaro” é eleitoral. O Congresso do SINASEFE deve se posicionar pela bandeira “Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro”. O conteúdo é claro e pressupõe a luta contra o governo pró-imperialista e fascizante no terreno da ação direta. Materializa a bandeira de

“Não ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos”! “Não ao alinhamento com qualquer potência imperialista”!

2. Responder ao parasitismo financeiro, que suga o sangue do país por meio do pagamento dos juros e amortizações, realizado por meio de ataques e cortes aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários: pelo não pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro.

3. Responder aos ataques do governo em unidade com outras categorias. Contra a aplicação da lei de terceirização, que enfraquece a luta dos servidores públicos. Fim da terceirização, exigindo que todos os terceirizados sejam efetivados e “volta da contratação direta”. Contra a aplicação da reforma trabalhista e aumento da exploração. Contra a reforma da previdência, um ataque ao direito de se aposentar de todas as categorias, uma luta que fortalece a unidade contra os ataques da burguesia e seu governo. Contra o desemprego e às demissões em massa, aprovar as bandeiras: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”; “Ocupar as fábricas diante das demissões em massa”. Realizar uma campanha pela “redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários” e implantação da “escala móvel das horas de trabalho”. Constituir os comitês de defesa dos empregos, unindo empregados e desempregados. Fazer um chamado às centrais, aos sindicatos e movimentos populares: “Por uma luta unitária em defesa dos empregos”; diante de 30 milhões de desempregados e subempregados: “Redução da jornada sem redução salarial”.

5. Responder ao rebaixamento salarial. Pelo fim dos acordos de redução salarial. Pela reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora.

6. Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de “Reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção. Em particular, responder à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Está colocada a defesa da economia nacional, sob as bandeiras de “Nenhum acordo com o imperialismo que leve à desindustrialização e à desnacionalização!”

7. Responder aos ataques contra a educação pública. Fim do sistema privado de educação! Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas! “Total liberdade de ensino, expressão e manifestação”! “Não à militarização das escolas!” “Não ao obscurantismo religioso e anticientífico”.

9. Responder à precarização das condições sociais de existência da maioria oprimida. Defesa de um sistema único de saúde, público, sob o controle operário. Que os governos regularizem as ocupações de terras. Que o poder público se responsabilize pela construção de moradias aos sem-teto. Fim dos despejos. Expropriação, sem indenização, de todas as áreas e prédios, que servem à especulação imobiliária.

10. Responder ao agravamento das condições dos camponeses. Pela retomada do movimento de ocupação de terras. Revogação das medidas de Temer contra a reforma agrária. Combater a ofensiva de Bolsonaro contra camponeses e indígenas. Nenhuma revogação das demarcações de terras. Que as nacionalidades indígenas determinem seu próprio território. Pelo direito real à autodeterminação das nacionalidades indígenas. Expropriação e nacionalização dos latifúndios.

11. Responder à violência capitalista contra os oprimidos do campo. Constituição de um tribunal popular para apurar os assassinatos de camponeses e indígenas. Direito ao armamento coletivo e à autodefesa dos camponeses e indígenas. Pela formação dos comitês camponeses e indígenas. Fim das milícias dos latifundiários.

12. Responder à ausência do direito de greve. Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das perseguições e prisões àqueles que lutam e organizem os movimentos. Total liberdade de organização sindical. Por sindicatos classistas, baseados na democracia operária.

13. Unidade da classe operária, camponeses e indígenas em defesa da Amazônia, contra qualquer influência do imperialismo. Cabe apenas ao povo brasileiro decidir que caminho tomar para a preservação da natureza. Somente a classe operária tem como tomar em suas mãos a real solução à penetração destrutiva do capitalismo na Amazônia. É a única classe que encarna o programa de transformação do capitalismo em socialismo. Unida aos camponeses, aos indígenas e à classe média arruinada, pode combater os interesses do imperialismo e da burguesia nacional servil.

14. Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira de independência nacional, lutando com total independência de classe, a partir das reivindicações próprias das massas, seus métodos de luta de classes, e sob a estratégia de poder próprio das massas, que é o governo operário e camponês, o qual será erguido por meio da revolução proletária (fim da propriedade privada dos meios de produção, sua expropriação e coletivização, destruição do Estado burguês, construção do poder próprio das massas, assentado em suas organizações independentes, e sob a democracia operária).

COMBATE ÀS OPRESSÕES

Toda opressão é manifestação da opressão de classe, enraizada na propriedade privada dos meios de produção. A defesa dos que sofrem opressão se dá defendendo suas condições de vida, o que se choca frontalmente com os interesses capitalistas, que em sua fase imperialista, de decomposição, só oferece à maioria maior exploração, miséria e violência. O parlamento serve para gerir os negócios da burguesia, não os da maioria explorada (que a própria burguesia oprime). As tendências fascizantes, que se manifestam com a agudização da opressão sobre as mulheres, homossexuais, negros, indígenas e imigrantes só podem ser respondida com total independência de classe, sob a política da classe operária, com o método de ação direta, com greve, piquetes, ocupações.

No Brasil, os séculos de escravidão e abolição que atendeu aos interesses econômicos de exploração da mão de obra assalariada, deixaram as marcas na vida da maioria negra: miséria, superexploração do trabalho, violência (principalmente por parte do Estado burguês, com os assassinatos por parte da polícia), encarceramento (maioria negra), discriminação na contratação, no emprego e no salário. Na falta de emprego, a juventude negra é arrastada para o narcotráfico, onde têm sua vida condenada, ou, diante dos baixos salários, são obrigados a abandonar a escola para trabalhar e ajudar no orçamento da família. Os negros são a maioria no Brasil, são os que padecem com as mazelas do desemprego, aplicação da reforma trabalhista, são a maioria dos terceirizados (com salários rebaixados) e que serão condenados a trabalhar até a morte com a aprovação da reforma da Previdência, é necessário partir das reivindicações mais sentidas, convocando assembleias em seus locais de trabalho, estudo e moradia, defendendo suas condições de vida.

As mulheres foram as que mais sofreram com as demissões desde as consequências da crise capitalista estourada em 2008. Numa sociedade que coloca o peso da responsabilidade da criação dos filhos, individualmente, nas mãos das mulheres, no corte de gastos das empresas, são as primeiras que são demitidas. Sofrem a dupla jornada de trabalho (emprego e casa); a falta de creches; o desemprego dos parceiros; a violência doméstica; a falta de atendimento médico. Essas mazelas são gritantes entre as mulheres da classe operária, camponesas e classe média empobrecida. A defesa das condições materiais das mulheres se chocam com a opressão capitalista, que privatiza os direitos elementares (saúde, educação e transporte); aumenta a opressão no trabalho (com demissão, aumento da jornada de trabalho, destruição das leis trabalhistas, que fragilizam o direito à licença maternidade).

Os homossexuais e transexuais, que não pertencem à classe média abastada, sofrem com o aumento da miséria e desemprego, sendo jogados à prostituição. Sob um governo ultraconservador e obscurantista, a violência já sofrida é alimentada. É preciso dizer NÃO à interferência do Estado

nas questões sexuais, que devem ser algo particular de cada indivíduo! Defender o emprego a todos e salário que atenda todas as necessidades básicas.

As bandeiras reformistas defendem os oprimidos alimentando as ilusões de fim das opressões, ou, sua amenização no sistema capitalista. Mas, mas diante da crise econômica, a cada dia se manifestam de forma mais aguda as diversas formas de opressão. A exemplo das bandeiras de amenização do racismo, que visam a reparação histórica da escravidão, como as cotas em locais de trabalho e universidade, não foram e não serão capazes de extinguir o racismo. Antes da crise econômica, sob o governo de Lula/ PT, entre 2003 e 2010, atendeu a uma restrita minoria, mas, diante da falta de emprego, destruição da universidade pública e de um governo militarista, antinacional e antipopular, reivindicar a amenização do racismo é alimentar a ilusão da possibilidade de extinção do racismo sob o sistema capitalista e condenar à maioria dos negros à permanecerem na mais profunda miséria.

Assim, o 33º Consinasefe defende:

Responder à discriminação e violência contra a mulher, homossexual/transsexual, negro e indígena. Unir em um só movimento as respostas contra as opressões. “Fim da discriminação na contratação, no emprego e no salário”; “Proteção à maternidade!”, “Fim da dupla jornada!” “Igualdade de direitos civis ao homossexual”! Emancipação da mulher da escravidão do lar! “Erradicação do racismo”! O fim das opressões virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes. Toda opressão é de classe! Na luta contra a discriminação e a violência, é necessário distinguir a concepção proletária das opressões da concepção burguesa e pequeno-burguesa.

Tese 96: TESE SOBRE PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO E O CARÁTER SINDICAL, POPULAR E CLASSISTA.

Considerando que:

1)A conjuntura de acirramento da luta de classes, em especial a partir de 2013, em que o fechamento dos canais institucionais abertos às demandas populares, por um viés reformista e de conciliação de classes, levou a classe a ter nas ruas sua opção de resistência. Esse movimento se expressou em vários momentos da história recente do nosso país, com destaque para a Marcha dos 100 mil contra a Reforma da Previdência de Lula; as mobilizações contra os megaeventos; as greves, etc. Pouco a pouco a ruptura subjetiva com o regime de conciliação de classe evidenciou o descontentamento dos setores populares com o projeto de governabilidade e com a falta de investimento “padrão FIFA” nas políticas sociais. Essas insatisfações levaram às ruas as camadas sociais apartadas e marginalizadas de acesso e de usufruto dos direitos sociais em junho de 2013.

2)A quebra do monopólio político parlamentar sintonizou o Brasil numa nova conjuntura mundial, marcada por cotidianas, mas não aguda, lutas contra a ordem capitalista neoliberal. Assim, abria-se no Estado blindado, uma fresta, que desde o início do século XX não se via.

3)Ainda que ideologicamente difusas e organizativamente débeis, as manifestações de junho de 2013 configuraram uma nova situação na luta de classes no Brasil. Acima de tudo, as jornadas de junho mostraram que os aparelhos de hegemonia do PT não eram mais capazes de pacificar as lutas. Nesse processo, a direita e a extrema-direita ampliaram sua organização buscando atingir o(a)s trabalhadores(a)s de forma mais massiva. Isso não significa afirmar que as jornadas de junho foram responsáveis pela ascensão da extrema-direita, mas sim que resultou das contradições do estágio atual da luta de classes no Brasil, assim como do fracasso e do esgotamento da política de conciliação de esquerda que, com a crise e as derrotas das esquerdas, abriu espaço o qual foi ocupado por setores de direita que souberam dialogar com a insatisfação do(a)s trabalhadores(a)s.

4)A luta de classe se agravava no Brasil e os ataques do governo da extrema-direita contra os serviços públicos e os direitos sociais, ficando explícita a necessidade de construção de uma frente unitária de resistência para além das organizações que já construímos, a qual fosse capaz de aglutinar mais organizações e entidades. A dificuldade de se organizar uma greve geral com as centrais engessadas pela burocracia é outro elemento norteador do debate e da necessidade de ampliar o arco de unidade de ação. Nessa conjuntura, a CSP-CONLUTAS se coloca como entidade com disposição para radicalizar e avançar na pauta de defesa dos direitos.

5)O Brasil vive um momento de acirramento da luta de classe. As organizações e os fóruns unitários existentes em que atuamos cumprem, sem dúvida, um papel progressivo na organização das lutas em favor da classe trabalhadora.

6)A CSP-CONLUTAS, no último período, foi um agente dinâmico e progressivo na organização de ações envolvendo diferentes sindicatos e movimentos populares combativos da classe trabalhadora. Sua contribuição para a construção da Greve Geral de 2017 e de outras lutas desse período foi fundamental. Todavia, a CSP-CONLUTAS, não obstante todas as suas contribuições para o processo de reorganização da classe trabalhadora, é um instrumento que sozinho não será capaz de dar *respostas* aos desafios postos pelo atual momento histórico. A recente conjuntura exige da classe trabalhadora e de suas direções um instrumento muito mais amplo que possa contribuir na luta contra os gravíssimos ataques que se apresentam hoje. Por isso, defendemos que é necessário avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora e superar a polarização entre, de um lado, conciliação de classe e, de outro, saídas fascistas e mais neoliberalismo. É fundamental fortalecer a unidade da classe trabalhadora e fomentar entre trabalhadores(a)s e suas diversas organizações sindicais e populares pela construção de uma frente ampla em defesa da democracia a fim de enfrentar a atual ofensiva burguesa.

7)Uma nova conjuntura se abre com o esgotamento do processo de reorganização da classe trabalhadora a partir da crise do projeto de conciliação de classe e da saída do PT do governo

federal, ao mesmo tempo em que cresce o projeto da extrema-direita no Brasil. Nessa conjuntura, uma nova quadra se abre para a perspectiva de reorganização da classe trabalhadora, que demanda um movimento duplo, por um lado de resistência no âmbito das organizações e das lutas contra a retirada de direitos e em defesa das liberdades democráticas, e por outro da necessidade de se construir um projeto estratégico para a classe trabalhadora. Projeto esse que demanda uma ação unitária e estratégica que amplie os horizontes das atuais organizações políticas. Nesse processo, é necessário lutar contra o sectarismo e pela ampliação do diálogo e da construção unitária com setores classistas da classe trabalhadora.

O 33º CONGRESSO do SINASEFE resolve:

- 1- Que em todos os estados irá contribuir para a organização/fundação do Fórum Sindical Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas;
- 2- Que em articulação com outras entidades, movimentos sociais e organizações, envidará esforços para a construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora.

Assinam essa tese:

- 1) Afonso Celso Thomaz – IFRJ
- 2) Antônio Copque – IFBA
- 3) Artemis Martins – IFCE
- 4) Áureo Mendonça - IFMA
- 5) Cezar Barros– IFES
- 6) Clarissa – IFPA
- 7) Cleide Silva – IFGoiano
- 8) Danilo Caruso – IFRJ
- 9) Danner Terra – IFRS
- 10) David Lobão – IFPB
- 11) Eduardo Ramos – IFSMG
- 12) Fabiano Godinho – IFRJ
- 13) Fernando Moraes Oliveira – IFRJ
- 14) Flavio Barbosa – CMR
- 15) Francisco Chagas – IFPB
- 16) Francisco Queiroga – IFPB
- 17) Ausente
- 18) Gabriel Adolfo Garcia – IFFarroupilha
- 19) Gilvan Azevedo - IFMA
- 20) Grangeiro Sobrinho – IFPB
- 21) Guaraci – IFPA
- 22) Gustavo Reis San Martins – IFFAR
- 23) Ines Sales Aguiar – IFAM
- 24) Jerferson Lima _ IFPA
- 25) João Campinho - IFSP
- 26) João Rocha – IFTMG
- 27) José Araújo – IFPB
- 28) Júlio César Oliveira – IFRS
- 29) Karina Brito – IFMT
- 30) Leonardo – IFPB
- 31) Lissandra Lazzarotto – IFRS
- 32) Maíra Martins – IFSP
- 33) Marcia Teani -IFSP
- 34) Marcio Maltarolli – IFSULDEMINAS

- 35) Marco Aurélio – IFSULDEMINAS
- 36) Marcos Hernandez - IFFAR
- 37) Maria das Graças – IFAM
- 38) Maurício Lopes Lima – IFRS
- 39) Michel Torres – IFRJ
- 40) Odemir Vieira – IFSC
- 41) Pedro Ribeiro – IFMA
- 42) Roberta Moura – IFCE
- 43) Rogério Amorim - IFNMG
- 44) Rosangela Castro – IFBA
- 45) Rozana Rodrigues Lemos - IFCE
- 46) Rubia Sagaz – IF Catarinense
- 47) Rui Barbosa - IFMA
- 48) Sady – IFPA
- 49) Saulo Campos – IFBA
- 50) Stephanie Di Chiara – IFRJ
- 51) Tânia Sousa – IFS
- 52) William Benevides – IFSUL

Tese 97: TESE SOBRE BALANÇO POLÍTICO E PLANO DE AÇÃO - EDUCAÇÃO

Considerando que:

1) Desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, os ataques contra a educação brasileira, seus(suas) trabalhadores(a)s, instituições e estudantes se intensificaram, embora não tenham surgido de agora. A política de austeridade limitou investimentos nas políticas sociais, por meio da EC 95/ 2016 que agravou significativamente os cortes no orçamento da educação, os quais já eram feitos durante os governos de conciliação de classe.

2) Por meio de um discurso do enxugamento da máquina e da economia em nome da crise, o governo federal de extrema-direita optou por cortar diretamente verbas orçamentárias das políticas públicas sociais como a educação. Ao mesmo tempo, há a facilitação para a terceirização da educação pública, os convênios com os grandes grupos empresariais privados que atuam no Brasil e no mundo.

3) Dessa maneira, é fundamental tratar, de forma conjunta, as contrarreformas da educação (reforma do ensino médio, BNCC, etc.) e as medidas de austeridade econômica (contrarreforma trabalhista e EC 95/2016) adotadas pelo governo Temer, e os recentes ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro.

4) O Movimento Escola sem Partido, além de instituir a naturalização do binarismo de gênero, LGBTTFobia e o racismo, cria as condições para a criminalização de professore(a)s que assumem posicionamentos críticos ao considerar doutrinação toda forma de manifestação, de informação e de discussão que questione a sociabilidade derivada desse modo de produção.

5) Sob a aparente capa da neutralidade, os defensores da Escola sem Partido argumentam que para viver nessa sociedade é necessário, segundo sua proposta, incorporar e adaptar-se a sociabilidade geradora das desigualdades sociais, seja no trabalho, seja na convivência social mais ampla. Todo e qualquer questionamento é compreendido como promoção de doutrinação ideológica.

6) Essas medidas ganham força após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Após a consolidação da bancada evangélica, aparece no Congresso Nacional, Projeto de Lei de Educação Domiciliar (PL 2401/2019), em conjunto com outras propostas anteriores (PLS 490/2017 e 28/2018) para criar uma “plataforma virtual” em que os pais ou responsáveis poderão matricular seus(suas) filho(a)s em um sistema a ser hospedado no Ministério da Educação. São projetos que usam o apelo à “segurança do(a)s filho(a)s” para ocultar a rejeição às instituições de ensino.

7) Os principais defensores dessa ideia, como a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), defendem romper com as instituições de ensino, a sociabilidade e o compartilhamento de experiências e de conteúdo, assim como desregular a educação pública como direito universal e dever do Estado. Por meio do discurso falacioso de combate ao socialismo, à ideologia de gênero e à doutrinação marxista, buscam criar um “inimigo interno” – o(a) professor(a) – ao mesmo tempo em que avançam no desmonte das políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro.

8) Somado a isso, há a militarização das escolas que se aprofunda a partir da criação de uma subsecretaria na estrutura do Ministério da Educação (Decreto nº 9.465/2019). Tal medida significa o recrudescimento da Escola sem Partido, na medida em que viola os princípios de liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento, a arte e o saber.

9) As escolas militarizadas estabelecem um padrão estético que viola o direito da criança e do(a) adolescente sobre o próprio corpo, uma vez que impõem um tipo específico de corte de cabelo, proíbem o uso de brincos, *piercing*, óculos escuros, cavanhaque, etc. A compreensão da diversidade e da individualidade são restritas. As pessoas transexuais, as mulheres lésbicas, os homens gays, o(a)s negro(a)s terão que se submeter ao padrão estético, de identidade de gênero binário e heteronormativo. Essa imposição sociocultural, com grave impacto na vida escolar, determinará a exclusão do(a)s diferentes, violando a diversidade e o pluralismo de ideias. Acima de tudo, a militarização é um passo adiante no projeto de privatização das escolas públicas. As “contribuições

voluntárias” cobradas pelas escolas militarizadas e a venda dos uniformes são fontes de dividendos vultuosos. Em Goiás, 60 escolas rendem, pelo menos, R\$ 4,5 milhões mensais.

10) Inscrevem-se, nesse contexto, os ataques contra a autonomia das universidades públicas. Se no processo eleitoral a censura se deu por meio da interdição da livre expressão e do pensamento crítico, com a consolidação dos resultados das urnas, o que se viu foi um conjunto de ataques contra a autonomia universitária que, no último período, encontrou sua expressão maior no Decreto nº 9.794/2019 que retira das universidades a possibilidade de escolher pró-reitor(a)s, diretor(a)s, decano(a)s e outro(a)s dirigentes nessas instituições.

11) Desde a indicação de Vélez Rodríguez, instaurou-se uma disputa entre olavistas e militares que resultou em uma verdadeira caça às bruxas. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), responsável pela elaboração e aplicação do ENEM, sofreu com a demissão de 15 funcionário(a)s, por perseguição ideológica.

12) Assim, utilizando mídias sociais, o governo federal de extrema-direita defendeu a implementação da “lava a jato da educação” já que, supostamente, o ministro Vélez teria constatado indícios de corrupção no MEC em governos anteriores. Logo após o anúncio do presidente Jair Bolsonaro, as ações de empresas de educação ficaram entre as maiores baixas do IBOVESPA.

13) O ultraconservadorismo do ex-ministro ficou evidente quando se posicionou sobre a universalização do ensino superior. Para ele, esse ensino deve ficar restrito à “elite intelectual”. O conservadorismo também se expressou pelo correio eletrônico enviado às escolas do país um pedido para que professor(a)s e aluno(a)s cantassem o Hino Nacional diariamente, registrando em vídeo, que posteriormente deveria ser enviado ao Ministério, sem autorização de imagem, expondo as crianças e o(a)s professor(a)s, em uma explícita tentativa de controle do fazer profissional do(a)s docentes.

14) As tentativas de controle ideológico se expressaram na postura do governo em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Pela primeira vez foi constituída uma comissão própria para elaboração do exame, em detrimento da utilização do banco que está carregado com aproximadamente 10 mil questões.

15) As disputas entre a base aliada do presidente Jair Bolsonaro em torno dos rumos do Ministério da Educação fez com que em poucos meses fosse realizada a troca de Vélez por Abraham Weintraub. O novo ministro, advindo do mercado financeiro, mais apto a dar consecução às políticas de mercantilização e privatização da educação brasileira, tem obsessão pelo “marxismo cultural”, e desqualifica aquele(a)s que pensam diferente dele, incitando a população, por meio das redes sociais, contra a universidade pública e defendendo a não oferta ou extinção dos cursos de sociologia e de filosofia. Nessa mesma direção, ele anunciou o corte de 30% no orçamento de custeio das universidades, cuja justificativa inicial era a de acabar com a “balbúrdia”. Também atacou a autonomia das universidades com a edição do Decreto nº 9.794/2019 que poderá vetar ou aprovar as indicações às reitorias de instituições de ensino superior.

16) O modelo privatista e mercantil adotado pelo atual governo se utiliza de mecanismos lentos e graduais, mas substancialmente efetivos, visto se materializar de forma despercebida por grande parte da população. Subscritos pelo discurso de superação da crise econômica impõe o corte às universidades, como “tática” para aprovação da “nova previdência”. A pressão feita às universidades (setor que mais tem obstaculizado a Reforma da Previdência) faz parte de pressão política e social para aprovação da reforma (“nova previdência”). Embora o discurso seja de economizar preventivamente, o que se verificará é a paralisação e/ou suspensão dos pagamentos a terceiros, além de comprometer o pagamento de contas como água, energia elétrica, serviços de limpeza e aquisição de materiais.

17) Um dos principais alvos de ataque foi a autonomia da rede federal do Ensino Básico, Técnico e tecnológico e a universitária, que diariamente é alvo de anúncio de alguma medida provisória, portaria ou decreto presidencial que interfere na autonomia. O governo de extrema-direita Bolsonaro atacou diretamente a nossa frágil autonomia em diferentes ocasiões. Pode-se lembrar da nomeação

do diretor-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o desrespeito à decisão da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), do CEFET-RJ, da Universidade Federal do Ceará (UFC), não nomeando o primeiro colocado na consulta pública para reitor e até agora a **NÃO** nomeação da reitora eleita do IFBA. Os ataques contra a educação superior e a Universidade Federal de Sergipe e, finalmente, o ataque contra a UFF, a UFBA e a UNB, acusadas, pelo Ministro da Educação, de promoverem balbúrdia – esse ataque, posteriormente, foi generalizado para todas as universidades, IF e CEFET pelo contingenciamento anunciado pelo MEC.

18) Que nessa conjuntura é necessário fortalecer, como espaço estratégico a construção dos Encontros Nacionais de Educação e a Coordenação Nacional das Entidades em defesa da Educação Pública, como forma de construir um projeto classista, em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, democrática e socialmente referenciada.

19) No dia 17 de julho o MEC anunciou o projeto FUTURE-SE, “Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras”, que tem por finalidade: “o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios”, que representa a mais profunda contrarreforma da educação superior no rumo da privatização do ensino.

O 33º CONGRESSO DO SINASEFE RESOLVE:

1- Construir, junto com as entidades da educação uma campanha nacional: **A EDUCAÇÃO PÚBLICA SE RECUSA A MORRER.**

2- Propor a CONEDep a construção do IV Encontro Nacional de Educação em 2021;

3- Levar para a CONEDep, no processo de organização do IV Encontro Nacional de Educação, a avaliação e a mudança dos seguintes aspectos: (a) metodologia do ENE; (b) necessidade de maior articulação entre etapas preparatórias e o encontro nacional, considerando especialmente as resoluções locais e regionais; (c) definição de critérios de participação na etapa nacional a partir da participação nas etapas preparatórias; (d) ampliação do arco de entidades e movimentos que compõem a CONEDep; (e) rateio real das despesas envolvidas na construção do ENE;

4- Posicionar-se e lutar contra o projeto FUTURE-SE do governo federal;

5- Denunciar e combater todas as tentativas de regulamentar a educação domiciliar (homeschooling) de crianças e adolescentes em idade escolar, especialmente a proposta de Medida Provisória ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que foi apresentada como uma das prioridades do novo governo federal;

6- Lutar pela revogação do Decreto 9.465/2019, apresentado pelo Presidente Bolsonaro, que institui uma mudança total na educação básica pública do país, ao induzir os sistemas públicos de ensino a aderirem ao modelo de escola militar;

7- Lutar contra a educação a distância na educação básica e no ensino superior, pela revogação da Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que amplia para 40% a carga horária à distância dos cursos presenciais, gerando um movimento de esvaziamento destes cursos, bem como pela revogação do Decreto nº 9.057/17, que institui o(a)s profissionais da educação com notório saber, para exercer o papel de professor(a) na EAD a fim de evitar o aprofundamento da precarização do trabalho docente;

8- Denunciar e lutar contra os cortes na educação implementados pelo governo de extrema-direita Jair Bolsonaro, com ênfase especial para os cortes anunciados pelo ministro Weintraub;

9- Denunciar e lutar contra toda e qualquer proposta de cobrança de mensalidades nas Universidades, Institutos Federais e CEFET;

10- Denunciar o desrespeito, as comunidades acadêmicas, realizadas pelo Ministério da Educação nas eleições para reitor(a)s ao não nomear o primeiro colocado nas votações.

Assinam essa tese:

- 1) Afonso Celso Thomaz – IFRJ
- 2) Antônio Copque – IFBA
- 3) Artemis Martins – IFCE
- 4) Áureo Mendonça - IFMA
- 5) Cezar Barros– IFES
- 6) Clarissa – IFPA
- 7) Cleide Silva – IFGoiano
- 8) Danilo Caruso – IFRJ
- 9) Danner Terra – IFRS
- 10) David Lobão – IFPB
- 11) Eduardo Ramos – IFSMG
- 12) Fabiano Godinho – IFRJ
- 13) Fernando Moraes Oliveira – IFRJ
- 14) Flavio Barbosa – CMR
- 15) Francisco Chagas – IFPB
- 16) Francisco Queiroga – IFPB
- 17) Ausente
- 18) Gabriel Adolfo Garcia – IFFarroupilha
- 19) Gilvan Azevedo - IFMA
- 20) Grangeiro Sobrinho – IFPB
- 21) Guaraci – IFPA
- 22) Gustavo Reis San Martins – IFFAR
- 23) Ines Sales Aguiar – IFAM
- 24) Jerferson Lima _ IFPA
- 25) João Campinho - IFSP
- 26) João Rocha – IFTMG
- 27) José Araújo – IFPB
- 28) Júlio César Oliveira – IFRS
- 29) Karina Brito – IFMT
- 30) Leonardo – IFPB
- 31) Lissandra Lazzarotto – IFRS
- 32) Maíra Martins – IFSP
- 33) Marcia Teani -IFSP
- 34) Marcio Maltarolli – IFSULDEMINAS
- 35) Marco Aurélio – IFSULDEMINAS
- 36) Marcos Hernandez - IFFAR
- 37) Maria das Graças – IFAM
- 38) Maurício Lopes Lima – IFRS
- 39) Michel Torres – IFRJ
- 40) Odemir Vieira – IFSC
- 41) Pedro Ribeiro – IFMA
- 42) Roberta Moura – IFCE
- 43) Rogério Amorim - IFNMG
- 44) Rosangela Castro – IFBA
- 45) Rozana Rodrigues Lemos - IFCE
- 46) Rubia Sagaz – IF Catarinense
- 47) Rui Barbosa - IFMA
- 48) Sady – IFPA
- 49) Saulo Campos – IFBA
- 50) Stephanie Di Chiara – IFRJ
- 51) Tânia Sousa – IFS
- 52) William Benevides – IFSUL

Tese 98: SINASEFE como instrumento de luta para unificar as lutas e tomar às ruas para derrotar o governo Bolsonaro/Mourão

Tese da Unidos pra Lutar ao 33º CONSINASEFE

*Prezadas e Prezados colegas educadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica da Educação Federal, os professores que assinam essa tese são militantes da tendência sindical **UNIDOS PRA LUTAR** que atua no interior da CSP-Conlutas e em diversas categorias da classe trabalhadora brasileira. Atuamos entre os professores da educação básica de SP, PA e DF, nos Correios em PE e AM, na organização dos metroviários de SP, entre os técnicos administrativos das IFES no RJ, na base do ANDES-SN dos colegas do Magistério Superior, nos químicos em SP, entre os servidores públicos federais do PA, dos servidores municipais no interior de SP e do AP, dentre outras categorias. Somos defensores de um movimento sindical classista, autônomo, democrático e de combate, e, acreditamos, que o nosso SINASEFE é uma importantíssima ferramenta em defesa da educação pública, na promoção do avanço científico e tecnológico do país e na emancipação dos trabalhadores brasileiros.*

O mundo atravessa por uma crise econômica insuperável, uma crise política inédita, uma crise social impressionante e uma crise ambiental sem precedentes. Para superar a crise, os governos e a burguesia promovem privatizações, desmonte do estado de bem-estar social, dos serviços públicos, das condições de trabalho e de vida do povo. A crise faz aumentar a polarização social e, assim como no mundo, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras resistem.

Cenário internacional

O cenário internacional é cruzado por uma crise sem precedentes do capitalismo que implica no agravamento do desenvolvimento da destruição de forças produtivas que envolve uma enorme quantidade de capitais, equivalente a 10 vezes o PIB global. Por um lado, dois terços da população do planeta vivem na pobreza, cuja situação se agrava dia a dia. Nunca na história houve semelhante quantidade de pessoas sofrendo essas condições em termos absolutos. No outro extremo, os 20 maiores milionários da lista da revista Forbes concentram uma riqueza calculada em US\$ 109,5 bi.

A crise do capitalismo também vem produzindo um dano ambiental irreversível devido a destruição das florestas, a pesca comercial predatória, a destruição de fontes de água, a exploração de recursos energéticos não renováveis, o manejo de rejeitos químicos, o despejo de resíduo nos rios e mares, a destruição de ecossistemas, a emissão indiscriminada de gases poluentes que produzem o efeito estufa e a poluição industrial e dos transportes nas cidades, põem o planeta e a humanidade frente a uma encruzilhada: um retrocesso histórico que leve o mundo à barbárie e à destruição ou à derrota do capitalismo para salvar a humanidade.

Há uma crise histórica do crédito e do dinheiro que se expressa no colapso das taxas de juros. Há um retrocesso do comércio mundial impulsionado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, no preço das commodities e do petróleo e da velocidade da circulação de dinheiro. Há uma quebra generalizada de grandes empresas que obrigou vários governos de países imperialistas a injetarem trilhões de dólares de dinheiro público nas Corporações Multinacionais.

Embora essa operação tenha permitido às multinacionais superarem a falência em curto prazo, os resgates, aumentaram e aceleraram as contradições históricas e atuais do capitalismo e que a inflação, falência, déficits, dívidas, guerras comerciais, crises monetárias, recessão, queda dos preços de metais e commodities, endividamento dos Estados Nacionais cujas dívidas alcançam níveis insustentáveis e inclui, pela primeira vez na história, todos os Estados imperialistas são expressões deste agravamento da crise do capitalismo.

Este cenário de crise coloca a economia mundial à beira da recessão, sem perspectivas de recuperação em curto período que pode durar 30 anos, terá picos de recuperação e de queda,

novos episódios agudos como em 2007. Mas, ao contrário das grandes crises anteriores que se vinha da periferia para o centro, a atual vai do centro para a periferia, isto é, começou nos Estados Unidos, se espalhou para Europa, depois para os chamados Emergentes e depois para os países pobres, ela é produto também do esgotamento das Corporações Multinacionais.

O capitalismo só pode sair desta crise através de uma violenta queima de capital, como a que ocorreu na 2ª Guerra Mundial. As Corporações Multinacionais possuem um acúmulo de capital em uma escala tão grande, que a queima de capital necessária para resolver a crise alcança proporções históricas. O imperialismo tentou essa queima de capitais com as invasões do Iraque e do Afeganistão, mas sua derrota precipitou a quebradeira de 2007.

Há setores e correntes que atuam no movimento sindical, popular e estudantil que defendem, com uma visão completamente equivocada, de que é possível sair da crise através de uma via evolutiva, aumentando a exploração, colonizando novas regiões ou encontrando novos produtos mediante a tecnologia. Esta visão economicista e evolutiva não tem nenhuma relação com a realidade. Desde 2007 e, ao longo dos últimos anos a exploração vem aumentando, o imperialismo avança na recolonização, tem surgido toda classe de novas tecnologias e produtos, mas o capitalismo não apenas não saiu da crise, como essa crise tem se agravado. Todos esses elementos que se supõe serem necessários para superar a crise já ocorreram, mas a taxa de lucro continua caindo, **não há um ciclo de investimentos e está aberta a perspectiva de uma recessão global**. A crise capitalista liquida a visão de quem sustenta a existência de uma “derrota histórica” do proletariado e do povo pobre, já que uma crise capitalista desta magnitude jamais pode ser o produto de uma “derrota”. Estão também equivocados aqueles que adotam com teoria a crise do “ciclo econômico” ou das “longas ondas”, porque assim como a primeira teoria, introduz uma visão parcial de análise da economia política.

Para superar sua crise atual, sabemos que o capitalismo deverá queimar capital promovendo guerra e contrarrevoluções, perspectiva na qual já estamos imersos, por isso temos que nos preparar para uma realidade de maior instabilidade.

A ofensiva mundial do imperialismo prevê um agravamento global das condições sociais e de vida, provocará uma agudização de todas as contradições políticas e econômicas e, constitui um esporão que desencadeia a mobilização das massas em todo o mundo. A massa trabalhadora e o povo pobre, de homens e mulheres, setores excluídos e discriminados da sociedade capitalista se mobilizam em todo o mundo e começam a responder com greves e mobilizações que atravessam os Estados Unidos, Europa, Japão, China e os países atrasados.

Essa crise tem produzido um grau de polarização no cenário mundial nunca visto. Desde 2007 vivemos uma situação mundial mais favorável para a luta dos trabalhadores em nível mundial, e que coloca a classe trabalhadora e as massas das grandes cidades no centro do processo de luta e enfrentamento contra os planos de ajuste, austeridade, retirada de direitos, na defesa das mulheres e minorias e do meio ambiente.

Como esse processo é desigual e combinado, não é linear, nem todos os países estão cruzados por essa situação, pode ser que existam países ou regiões em situação reacionária, mas tudo está no marco de um forte traço que aponta a caracterização da situação atual em seu conjunto.

O impacto desigual e combinado da crise capitalista provoca mudanças na situação de países e regiões e restam poucos países cuja característica central seja a de “estabilidade”. As mobilizações ocorridas na América Latina, nos Estados Unidos, na Europa, no Oriente Médio, na África e nos gigantes Asiáticos, longe de serem uma fotografia do passado, nos mostram o início de um filme que nos colocar diante da possibilidade real de superar a crise, desgastes das direções traidoras e construir nesses processos de luta uma nova direção para o movimento de massas em nível mundial.

Por isso defendemos: Apoio e solidariedade a todas as lutas e mobilizações dos trabalhadores, do povo pobre e setores excluídos em nível mundial por emprego, salário, saúde, habitação, terra, educação e serviços públicos gratuitos e com qualidade! Contra os planos de ajustes fiscais e austeridades, dinheiro público somente para serviços públicos! Contra as privatizações! Pelo não pagamento das dívidas externas e internas! Prisão para corruptos e corruptores! Confisco de bens! Apoio à luta do povo palestino, do povo kurdo e de todos os povos e nacionalidades oprimidas! Todo apoio aos trabalhadores imigrantes, pelo livre direito de ir e vir! Todo apoio as lutas e mobilizações em defesa do meio ambiente, das populações tradicionais e dos povos originários! Todo apoio a luta das mulheres pobres e trabalhadoras contra a opressão e a exploração! Por governos dos trabalhadores, sem patrões e opressores. Pelo Socialismo com Democracia Operária!

Cenário nacional

Em 2018 completou-se uma década do início da atual crise econômica e com isso o aprofundamento dos planos de ajuste fiscal, que se traduzem na política de retirar direitos e conquistas sociais, flexibilizar leis trabalhistas, arrochar salários, fazer privatizações (inclusive de recursos naturais) destruir os serviços públicos, investir massivamente dinheiro público na iniciativa privada, pela via da renúncia fiscal, foi no passado recente a política privilegiada dos governos do PT, passando por Temer (MDB) agora se aprofunda no governo ultrarreacionário de Jair Bolsonaro (PSL) que tem o objetivo de fazer com que os trabalhadores e o povo pobre paguem o ônus da crise.

Esta crise econômica está longe de terminar como bem revelam as projeções de crescimento econômico pífio realizado pela equipe econômica do governo, instituições financeiras e a agências de risco. A dívida pública brasileira vem aumentando de forma significativa drenando assim para os cofres dos banqueiros e da agiotagem internacional mais da metade do PIB brasileiro.

O produto direto da crise econômica é o aprofundamento da crise social com o aumento do endividamento das famílias, de desempregados, precarização das relações de trabalho, arrocho salarial, aumento da violência (em especial contra as mulheres e pobres da periferia) a destruição da saúde e educação através de sucessivos cortes orçamentários.

Vivermos uma crise ambiental sem precedentes em nossa história, que se expressou nos ecocídios de Mariana e Brumadinhos (MG) e deu um salto de qualidade no último período em decorrência das queimadas de nossas florestas por madeireiras e empresas ligadas à mineração, do incentivo aos grileiros, garimpeiros e madeireiros a ocuparem ilegalmente as terras indígenas, do desmonte dos órgãos de fiscalização, monitoramento e controle ambiental, da liberação vertiginosa de agrotóxicos que leva a destruição de nossa biodiversidade, o aumento da poluição, da temperatura e das crises hídricas em diversas regiões do país.

O governo Bolsonaro vem promovendo um discurso ideológico radical e incentiva o ataque aos direitos das mulheres trabalhadoras, dos negros e da comunidade LGBTI, indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais.

No entanto, Bolsonaro e Mourão tem dificuldades de levar a cabo o conjunto de medidas do ajuste fiscal, porque, além de não fazer a economia decolar, as denúncias de envolvimento de membros da família do presidente com milicianos que estariam diretamente envolvidos no assassinato da Vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e de seu motorista Anderson, o caso Queiroz, o laranjal do PSL, as denúncias envolvendo corrupção, tráfico de influência, nepotismo, bem como, a publicação de diálogos da força tarefa da lava jato, mais conhecida como Vaza-Jato, envolvendo o poderoso ex-Juiz Sergio Moro, e atual ministro fantoche, revelados por *Intercept* Brasil, fez aumentar a crise política que corrói o país, bem como as instituições do regime de democracia burguesa dos ricos e poderosos além de aumentar a cada dia a desaprovação do governo Bolsonaro.

Em que pese os ataques promovidos pelo governo, os trabalhadores e a juventude têm protagonizado processos importantes de luta e mobilização que enfrentam toda essa situação de

contra ofensiva política e econômica por parte do governo laçao da burguesia nacional e do imperialismo, em especial o norte americano.

Esses processos de enfrentamento tiveram seu ponto alto, com os trabalhadores em educação e a juventude em sua vanguarda, nas mobilizações do dia 15 e 30 de maio e na greve geral, mesmo que parcial, ocorrida em 14 de junho. Essas lutas e mobilizações de trabalhadores/as, juventude procuram manter direitos e ampliar conquistas, sejam elas econômicas e sociais. São lutas e mobilizações pelos direitos das mulheres, contra a homofobia, o racismo, em defesa do meio ambiente e por ampliação das liberdades democráticas.

Para barrar este governo neoliberal e suas medidas nefastas para o povo é necessário e urgente unificar todas as lutas e mobilizações dos trabalhadores do campo e da cidade e dos povos contra o governo Bolsonaro e o ajuste fiscal e defenda: um plano econômico alternativo que tire o país da crise sob a ótica dos trabalhadores e do povo pobre contra o desemprego; redução da jornada de trabalho, sem redução de salários; plano de obras públicas e sociais com controle de usuários para absorver desempregados; frentes de trabalho social para criar empregos, em especial na juventude como mecanismo de combater a violência; reajuste geral de salários que reponha a inflação real existente; Piso Salarial Nacional do DIESSE para todas as categoriais profissionais; anulação de todas as dívidas contraídas junto as instituições financeiras e de crédito; não pagamento da dívida pública; pelo pagamento imediato e reajuste salarial de todas as funções; reforma e ampliação de hospitais e postos de saúde pública; concurso público com contrato estável com o objetivo de eliminar o atual déficit de vagas no setor; contra a especulação imobiliária, reforma urbana com a construção de casas populares subsidiadas por bancos públicos; regularização e infraestrutura necessária de todas as ocupações urbanas; congelamento imediato de todas as tarifas de água, luz, telefone, gás, pedágio, internet e TV a cabo; reforma agrária radical e agroecológica sob o controle dos trabalhadores; demarcação de todas as terras indígenas e áreas quilombolas; contra os grandes projetos, em especial na Amazônia, reestatização da empresa Vale (antiga Vale do Rio Doce) sem indenização e sob o controle dos trabalhadores e representantes das populações atingidas por crimes ambientais; por um transporte público eficiente; fim dos pedágios, congelamento dos combustíveis; prisão para corruptos e corruptores e o confisco de bens; expropriação de todas as empresas envolvidas em corrupção; por um governo dos trabalhadores/as e do povo pobre; pelo Socialismo com Democracia Operária.

Educação federal

A educação é um dos setores mais afetados pela política neoliberal do governo Bolsonaro. O corte verbas de custeio/manutenção e pesquisa dos institutos federais, universidades, centros de pesquisa, o corte de bolsas e projetos vinculados à CAPES e CNPQ, casado com a proposta do Future-se visam acabar com a autonomia financeira, administrativa e acadêmica e tem como objetivo, para além de impedir o funcionamento adequado dos nossos locais de trabalho, entregar as instituições de ensino superior federais ao mercado financeiro submetendo toda a comunidade aos interesses do grande capital.

Bolsonaro também corta os recursos da educação básica e tenta implementar um modelo de escola militarizada que tem como objetivo impedir as mobilizações dentro da escola, controlar os corpos e a prática docente, além de contribuir com a militarização da sociedade em geral.

Mas é o setor da educação que juntamente com as mulheres, e os defensores do clima que saíram às ruas contra todas essas medidas que vem sendo anunciadas pelo governo que atingem tanto os trabalhadores em educação como os estudantes.

O SINASEFE tem que ser ponta de lança no processo de mobilização contra os cortes, o Future-se e todas as medidas que tiram direitos do povo, fortalecendo um polo sindical classista, unitário e independente do governo e do CONIF que possibilite reverter a atual situação das IFES assim como defender a educação profissional e técnica, gratuita, universal, democrática, de qualidade e que atenda as demandas do povo pobre.

Para isso, defendemos que O SINASEFE Nacional deve manter relações fraternais e organizativas com os demais sindicatos combativos da educação federal (ANDES-SN e FASUBRA) o FONASEFE e todos os fóruns que tenha como objetivo a mobilização dos trabalhadores contra este governo, como também deve estimular suas Seções a construírem a unidade nas lutas contra o ajuste fiscal, o desmonte dos serviços públicos e a perda dos direitos históricos, com educadores das redes municipais e estaduais, demais servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada;

Por fim, nossa filiação e atuação na CSP-CONLUTAS não deve ser coadjuvante, a direção do SINASEFE Nacional deve estimular as Seções Sindicais a atuarem na construção e/ou consolidação das Secretarias Estaduais e Regionais da Central, impulsionando o sindicalismo classista e combativo pelo país.

Assinam a tese:

Matheus Pontes – IFMT campus Cárceres

Lucas Barbosa – IFB campus Taguatinga

Tese 99: NOVO SINDICALISMO: PELO DIREITO DE REUNIÃO SINDICAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA DEFESA

INTRODUÇÃO

O surgimento dos sindicatos no Brasil teve a forte influência dos estrangeiros, principalmente após o fim da escravidão, essa proposta de formação sindical para o Brasil, encontrou um sistema quase escravo de trabalho. Segundo Rodrigues (2012) “o movimento sindical possuía preceitos do anarquismo e do socialismo”, assim, começam as lutas pela formação de sindicatos sem cunho político, com objetivo de melhores condições de trabalho e que lutasse por direitos do trabalhador, como o direito de greve.

A partir daí a luta sindical no Brasil é difundida para classe trabalhadora que influencia uma sequência de greves no Brasil, ocorridas entre 1900 e 1920. A sindicalização oficialmente no Brasil ocorre com o Decreto nº 979 de 1903, permitindo que os de trabalhadores rurais organizassem a sua luta. Por ser o Brasil, nessa época, um país rural e não um país industrializado, assim mesmo poderia existir sindicatos para empregadores e empregados e livre escolha nas suas representações. Em outro Decreto de nº 1637, de 1907 regulamenta os sindicatos urbanos e seus similares.

Entre os trabalhadores do campo não existia uma base intelectual que lhes assegurasse capacidade para se organizar e, além disso, estavam economicamente subjugados aos senhores da terra, que não hesitavam em demitir os que tivessem coragem de reclamar por qualquer medida em seu benefício, já que não existiam leis que garantissem os seus direitos.

A organização sindical ganha outra dinâmica, segundo Rodrigues (2012):

“após um golpe de estado, Getúlio Vargas, tendo o país em decadência econômica e uma grande insatisfação dos trabalhadores, que incomodados com o fato de não conseguirem efetivas mudanças, faziam greves, influenciados principalmente pelos estrangeiros, que trouxeram consigo a ideologia anarco-sindicalista.”

Getúlio Vargas faz intervenções nos movimentos sindicais e passa a permitir que apenas um terço dos trabalhadores participantes dos sindicatos fosse estrangeiro, diminuindo assim a influência e as ideologias políticas internacionais, foi uma forma de controlar e conseguir estabilidade política. E ainda resolve estabelecer a formação sindical e suas manifestações, sendo orientado pelo Ministério do Trabalho, que tem como uma de suas funções: organizar o proletariado como força de cooperação ao Estado.

Após a promulgação da constituição de 1934, algumas conquistas são evidentes na história do sindicato: é permitida a sua autonomia e sua pluralidade, podendo pleitear frente ao ministério as melhorias em suas condições de trabalho; aumentos salariais; reuniões sindicais; filiação a organizações internacionais e estabilidade no emprego. Segundo Rodrigues (2012), a carta constitucional de 1937 põe fim as conquistas ou avanços da constituição de 1934, restabelece os critérios no decreto 19.770 de 1931, o governo passa a aumentar o seu controle, tendo como ponto principal o fim ao pluralismo sindical. A Era Vargas ainda iria promulgar outro decreto complementando a carta constitucional de 37 revogando algumas considerações da constituição de 34, onde passa a permitir a pluralidade de associações, embora só considere quando fossem reconhecidas pelo Estado, faz o enquadramento das profissões sindicais, permite a intervenção do Estado em casos de dissídios, proibições legais para a greve, passando a ser considerada, um ato contra a segurança pública.

Após a era Vargas, em 1946, os decretos publicados são todos unificados através de uma carta, regulamentando as relações sindicais e trazendo considerável avanço para a classe trabalhadora. Através do decreto de lei nº 9.070 de 1946 passa a permitir o direito de greve, embora não diminua a presença do Estado nos sindicatos. Com a queda do regime democrático, surge o período de ditadura militar, nessa fase os militares restringem e caçam as ações dos sindicalistas e do poder civil, assim poucas mudanças ocorrem nas relações sindicais com o poder ditatorial, ainda assim, o sindicato encontra forças durante esse período e realiza passeatas, greves e confrontos com o militares em busca dos direitos trabalhistas, onde resultaria na abertura democrática em 1988.

A nova Constituição Federal implementou alguns avanços e regulamentações das atividades sindicais tais como: liberdade sindical, direito de greve, unicidade sindical, base territorial mínima, sistema confederativo, estabilidade sindical e contribuição sindical obrigatória.

Neste trabalho é importante ressaltar o art 8º no inciso I da Constituição Federal de 1988 que determina a liberdade sindical:

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2012)

Portanto é fundamental que o poder privado ou público (e este na sua representação municipal, estadual ou federal) respeitem o direito à liberdade sindical e a organização dos trabalhadores no seu local de trabalho.

PELO DIREITO DE REUNIÃO SINDICAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA DEFESA

A tese, Democracia, Educação e Relações de Trabalho: O Respeito ao Direito de Greve nas Instituições Militares de Ensino, apresentada no Rio de Janeiro no 27º Congresso em 2012 e aprovada por unanimidade, ratificou as atuações das seções sindicais ao longo da luta sindical no SINASEFE na busca por mais autonomia e assim dar mais um grande passo para aumentar a pressão e o nosso poder de luta frente às instituições militares de ensino.

Agora, na tentativa de ampliar ainda mais o nosso espaço de luta apresentamos esse novo desafio de conseguir nos organizar e exercer nossa representatividade dentro do local de trabalho, ou seja, no espaço da base, onde as relações empregado e empregador são latentes espaços de negociações e de conflito entre o capital e o trabalho. O sindicato segundo alguns autores remonta ao agrupamento voluntário de pessoas, reivindicando interesses comuns de acordo com sua atividade profissional e econômica e, portanto, o sindicato deve defender a classe trabalhadora no seu local de trabalho despersonalizando o conflito na figura de uma ou algumas pessoas, que em sua maioria sofrem perseguições de todas as formas. O sindicato deve assumir seu papel de legítimo representante da classe trabalhadora, protegendo-a nas mais diversas negociações entre empregador e empregado.

Tendo o local de trabalho como seu marco espacial e passando grande parte do seu dia criando relações interpessoais, o trabalhador vive num local em que também emergem as contradições e conflitos nas relações de trabalho ligados às condições de trabalho, reivindicações salariais, acidentes trabalho, doenças relacionadas ao trabalho, assédio moral, ente outros. Daí o local de trabalho passa a ser o espaço prioritário da atuação sindical.

Para tanto o sindicato tem que reivindicar o direito de liberdade sindical como afirmar Siqueira Neto, 2001. p. 82:

“A liberdade sindical constitui-se como princípio fundamental do Direito Sindical e ponto de conexão e articulação entre os diversos institutos do Direito do Trabalho, vez que assume uma função preliminar de condição para a atuação dos direitos individuais e coletivos”.

Ele também afirmar que a liberdade de organização no local de trabalho é a expressão dessa liberdade sindical, pois vai “equilibrar a desigual distribuição de poder nas relações de trabalho”.

Como os patrões já detêm o poder estabelecido Siqueira Neto, 2001. p. 86, destaca que esta organização dos trabalhadores “será instrumento de contrapoder dos empregados em face dos empregadores” e ainda:

“A legitimação das liberdades sindicais nos locais de trabalho, portanto, marca uma etapa fundamental do processo histórico que deságua no reconhecimento específico dos direitos sindicais, destinados a assegurar a efetividade da representação e da autoproteção coletiva, no local onde tem raízes a experiência concreta das relações de trabalho (SIQUEIRA NETO, 2001, p. 91).”

Portanto, podemos destacar que os autores estão definindo conceitos referentes ao espaço de atividade da classe trabalhadora como espaços de relações de poder e representatividade. Assim sendo Raghi e Marras, 2008, p. 54, destaca que:

“O sistema de Representação no Local de Trabalho (RLT) também conhecido como Organização no Local de Trabalho (OLT) é um instrumento criado pela classe trabalhadora com a finalidade de democratizar as relações de trabalho dentro da empresa ao mesmo tempo em que objetiva solucionar problemas internos que afetem diretamente os trabalhadores, dando atendimento imediato.”

Bem como Nascimento apud Brito Filho, 2012, p. 317, ratifica, afirmando seu entendimento sobre a representação dos trabalhadores no local de trabalho (RLT) como o:

“conjunto de meios destinados à discussão e manifestação dos empregados no local de trabalho, tendo em vista o desenvolvimento de entendimentos com o empregador destinados à efetivação ou à reivindicação de direitos e deveres”

Sabendo que cada local de trabalho tem a sua singularidade com suas características próprias, seja de sujeitos, da atividade ali exercida ou de seu ambiente organizacional, acreditamos que a melhor forma de organização sindical da classe trabalhadora é no seu local de trabalho, não desconsiderando a sua forma nacional de organização, mas que, é na base, como embasamos anteriormente, que as relações de trabalho se mostram mais frequentes e latentes. Sabendo ainda que para conseguirmos exercer nosso direito de organização sindical no local de trabalho precisaremos de ambientes organizacionais os mais democráticos possíveis para que se respeitem os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e se reconheça a liberdade sindical como princípio universal como afirmar Moreira, 2002:

“A liberdade sindical foi consagrada universalmente como direito fundamental da pessoa humana, por sua inclusão em várias constituições nacionais e, principalmente, em normas internacionais, tais como: a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948); o pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966); o Preâmbulo da Constituição da OIT e a Declaração de Filadélfia (OIT, 1944), entre outras.”

As instituições militares de ensino pelo seu histórico de instituições advindas de um período ditatorial carregam ainda as características desse período, cerceando a mais livre e legítima atividade democrática dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto que o movimento sindical nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa tem crescido e ampliado, que a participação sindical de algumas unidades de ensino dessas instituições no movimento paredista reforçou a união da classe trabalhadora, que a união dos servidores civis públicos federais nessas instituições de ensino parte de princípios como o da solidariedade e da aliança, que o sindicato neste processo exerce grande importância nas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho e que os trabalhadores também buscam novas identidades por meio da consciência sindical e política, entendemos como precípua a unidade desta classe convergindo os interesses e fortalecendo a luta por um espaço mais democrático e de direito a reunião desses trabalhadores no seu local de trabalho.

PROPOSTAS

- Que a Direção Nacional do SINASEFE, através de sua assessoria jurídica, realize um estudo baseado nas legislações vigentes sobre o direito de reunião sindical no local de trabalho e depois apresente um parecer para ser apreciado por esta direção e enviado às Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa;

- Que se construa um movimento Nacional pelo direito de reunião sindical nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa.

BIBLIOGRAFIA

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Direito Sindical: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de inserção da Comissão de Empresa. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 35ª Edição. 2012. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação da Biblioteca. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br>> Acessado em 30/12/15.

RAGHI, Luiz Vagner; MARRAS, Jean Pierre. A representação no local de trabalho: uma análise contemporânea do ABC paulista. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. XII, nº 2. Ano 2008.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Liberdade sindical e representação dos trabalhadores nos locais de trabalho no Brasil: obstáculos e desafios. In: PEREIRA, Armand F. (org. e ed.). Reforma sindical e negociação coletiva. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001, pp. 81-105.

RODRIGUES, Diego Augusto. Sindicatos no Brasil - Formação e Constitucionalismo Sindical. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37450&seo=1>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

Assinam esta tese:

Flávio dos Santos Barbosa (Colégio Militar do Recife)
Marcelo Teixeira da Silva (Colégio Militar do Recife)
Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (Colégio Militar do Recife)
Aluísio Gomes Coelho (Colégio Militar do Recife)
Marcelo de Oliveira Assunção (Colégio Militar do Rio de Janeiro)
André de Holanda Sarmento (Colégio Militar de Salvador – IFBA)
Leonardo Bronel Duarte (Colégio Militar de Campo Grande – IFMS)
Roberta Rocha Moura (IFCE-Cariri)
Williamis Vieira (IFAM)
Raimunda Alves (IFAM)
José Mendes (IFAM)
Janeth Fontes (IFAM)
Lara Viviane (IFAM)
Ilsa Leite (IFAM)
Aleida Bermeo (IFAM)

Tese 100: SUPERAR O ARTIFICIALISMO E O APARELHAMENTO

A maioria da base, e também da direção, desconhece o que é, o que faz ou como se estrutura uma das entidades da qual o Sindicato Nacional é filiado, a saber, a CEA.

Uma entidade cujo programa é desconhecido e não possui vínculos de luta com a Rede Federal ou mesmo a educação pública brasileira. Trata-se de uma entidade internacional artificial.

O Sinasefe resolve:

Pela imediata desfiliação do Sinasefe Nacional da CEA.

Assinam esta tese:

Michel Torres (IFRJ)

Flavio Barbosa (CMR)

David Lobão (IFPB)

Rubia Sagaz (IFSC)

Saulo Campos (IFBA)

Clarissa Cavalcante (IFPA)